



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2015

**BRASÍLIA-DF
2016**



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado ao órgão de Controle Externo, a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. nº 70 da Constituição Federal elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Portarias TCU nºs 90/2014 e 321/2015, das Decisões Normativas TCU nºs 146/2015 e 147/2015 e Orientações do Órgão de Controle Interno – Portaria CGU nº 522/2015, PPP, RG e AAC.

Unidades Consolidadas na Secretaria Executiva

Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos - ASSEGE

Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD

Caixa Econômica Federal – CEF

Departamento de Gestão Interna – DGI

Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte – DIFE

Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica – DPGE

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR

Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT

**BRASÍLIA-DF
2016**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABCD - Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem
ANATORG - Associação Nacional das Torcidas Organizadas
APFUT - Autoridade Pública de Governança de Futebol
APO - Autoridade Pública Olímpica
ASSEGE - Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos
ATG – Assessoria Técnica do Gabinete
BI – Inteligência Geral da Plataforma SNELIS
CAer - Clube da Aeronáutica
CAUC – Cadastro Único de Convênios
CAUT - Comissão de Autorização de Uso Terapêutico
CAP – Caderno de Apoio Pedagógico
CBDE – Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBDU – Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CBF - Confederação Brasileira de Futebol
CCFEx - Centro de Capacitação Física do Exército
CCONT - Coordenação de Contabilidade
CEDES – Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CEF – Caixa Econômica Federal
CEFAN - Centro Educação Física Almirante Adalberto Nunes
CETIC - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
CEUs – Centros de Artes e Esportes Unificados
CGAO – Coordenação Geral de Acompanhamento Operacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
CGCON – Coordenação Geral de Avaliação e Controle de Convênios
CGCOPA - Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa
CGDEP – Sub-Coordenação Geral de Desenvolvimento Pedagógico
CGEE – Centro de Gestão e Estudo Estratégico
CGES – Coordenação Geral de Suprimentos e Logística
CGFISCO – Coordenação Geral de Fiscalização e Análise do Cumprimento do Objeto
CGFOR – Coordenação Geral de Formalização de Convênios
CGGP – Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGIPI – Coordenação Geral de Integração de Políticas e Programas Intersetoriais
CGJEV – Coordenação Geral de Jogos e Eventos
CGPCO – Coordenação Geral de Prestação de Contas
CGPEIN – Coordenação Geral de Políticas Esportivas Indígenas
CGPEL – Coordenação Geral de Estudos e Pesquisa de Esporte e Lazer
CGOLIMPÍADAS - Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016
CGSIS – Sub-Coordenação Geral de Sistemas
CGU – Controladoria Geral da União
CIE - Centro de Iniciação ao Esporte
CIG - Centro de Instrução de Gericinó
CIOpEsp - Centro de Instrução de Operações Especiais
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNE - Conselho Nacional do Esporte
COAAD – Coordenação Geral de Apoio Técnico e Administrativo
COGIN - Comitê Gestor de Internet/Intranet
COI - Comitê Olímpico Internacional
COP – Coordenação de Orçamento e Planejamento
CSUP – Coordenação de Suprimentos e Logística
DBR – Declaração de Bens de Renda

DEDAP – Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais
DEGEP – Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DGI - Departamento de Gestão Interna
DIESPORTE - Diagnóstico Nacional do Esporte
DIFE - Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DPF – Departamento de Polícia Federal
DPGE - Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica
EA – Equipe de Acompanhamento
EaD – Ensino à Distância
ECs – Equipes Colaboradoras
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer
EP – Equipe Pedagógica
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GECOPA - Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014
GEOLIMPIADAS - Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016
GM – Gabinete do Ministro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
JMPI - Jogos Mundiais dos Povos Indígenas
LBCD - Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIE - Lei de Incentivo ao Esporte
LOA – Lei Orçamentária Anual
ME – Ministério do Esporte
MEC – Ministério da Educação
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
OI – Ordem de Início
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCF – Prestação de Contas Final
PCPR – Prestação de Contas da Presidenta da República
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
PELC – Programa Esporte e Lazer da Cidade
PME – Programa Mais Educação
PNUD - Programa das Nações Unidas
PPA – Plano Plurianual
PPC – Planejamento Pedagógico do Convênio
PPNs – Planejamento Pedagógico dos Núcleos
PROFESP - Programa Forças no Esporte
PROFUT - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PST – Programa Segundo Tempo
PT – Plano de Trabalho

RAP – Resto a Pagar
REDE CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
RFB – Receita Federal do Brasil
RioUrbe - Empresa Municipal de Urbanização do Rio de Janeiro -
RPV – Relatório Parciais de Visitas
SAMA – Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Administrativo dos Programas
SE – Secretaria Executiva
SENACON/MJ - Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPA – Sistema Integrado de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo
SIC – Sistema Informativo de Convênios
SICAD – Sistema Integrado de Cadastros Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG – Sistema de Informação Organizacionais
SISBRACE - Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios
SISCA – Sistema de Controle de Acesso
SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
SNEAR - Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEED – Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNELIS – Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
SNFTD - Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SRI/PR – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
STMEDU – Sistema PST no MAIS EDUCAÇÃO
TCU – Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI – Tecnologia da Informação
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG – Unidade Gestora
UNB – Universidade de Brasília
UNIFA - Universidade da Força Aérea
UPC – Unidade Prestadora da Conta
VS – Vida Saudável
WADA - Agência Mundial Antidopagem

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 3.6 - Organograma

Quadro 3.6 A – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Tabela 3.7 Macroprocesso 1 - Programas Esportivos Sociais

Tabela 3.7 Macroprocesso 2 - Qualificação do Esporte de Alto Rendimento

Tabela 3.7 Macroprocesso 3 - Valores, conhecimento e aparato normativo do esporte

Tabela 3.7 Macroprocesso 4 - Financiamento do Esporte

Tabela 3.7 Macroprocesso 5 - Coordenação de grandes eventos

Tabela 3.7 Macroprocesso 6 - Infraestrutura Esportiva

Figura 4.1 - Modelo de negócio ME

Figura 4.1 – Mapa Estratégico Ministério do Esporte 2016 – 2019

Tabela 4.3.1 - Execução - Programa 2035

Tabela 4.3.1 - Regionalização da Meta

Tabela 4.3.2 - Execução do Limite Orçamentário 2015 (Exceto Pessoal, Transferências Obrigatórias e Créditos Extraordinários) - Ações Agrupadas por Setor

Tabela 4.3.2 - Execução da Dotação Orçamentária 2015 (Exceto Pessoal, Transferências Obrigatórias e Créditos Extraordinários) - Ações Agrupadas por Tipo de Programação Orçamentária

Tabela 4.3.2 - Créditos Extraordinários

Tabela 4.3.2 - Execução Financeira 2015

Tabela 4.3.2 - Restos a Pagar em 2015

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro 4.3.2 C - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Quadro 4.3.5 A - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro 4.3.6 A - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 4.3.7 A - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 4.3.7 B – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC à modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro 4.3.7 C – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 4.3.7 D – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Tabela 4.3.7 - Número de Instrumentos Celebrados

Tabela 4.3.7.2 - Situação das obras atrasadas

Tabela 4.3.7.2 - Situação das obras paralisadas

Tabela 4.3.7.3 - Atendimento as demandas dos Órgãos de Controle

Quadro 4.3.7.8 A - Execução das ações olímpicas

Quadro 4.3.9 A - Despesas por modalidade de contratação

Quadro 4.3.9 B - Despesas por grupo e elemento de despesa

Tabela 4.7 – Evolução Física do Parque Olímpico da Barra da Tijuca

Tabela 4.7 – Evolução Física do Complexo Esportivo de Deodoro

Tabela 4.7 – Evolução Física das Instalações de Treinamento

Tabela 4.7 – Evolução Física do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem LBCD/Ladetek

Tabela 4.14 – Indicadores do PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Tabela 4.14 - Despesas com o Programa Mais Educação

Tabela 4.14 - Rol de indicadores de desempenho

Tabela 5.9 - Principais elementos da estrutura de decisão

Gráfico 6.1 - Quantidade de pedidos de acesso à informação

Tabela 6.1 - Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Gráfico 6.1 - Situação dos pedidos de acesso à informação

Tabela 6.1 - Resposta aos pedidos de acesso à informação

Gráfico 6.1 - Pedidos por tipo de resposta

Gráfico 6.3 - Satisfação 2015

Quadro 8.1.1 A – Força de Trabalho da UPC – Situação apurada em 31/12/2015

Quadro 8.1.1 B – Quadro Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12/2015

Quadro 8.1.1 C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC - Situação apurada em 31/12/2015

Quadro 8.1.2 A – Despesas do pessoal

Quadro 8.1.3 A - Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

Tabela 8.1.10 - Despesas com as contratações de estagiários

Quadro 8.1.10 A – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Tabela 8.3 - Sistemas de informação implantados em ambiente de produção no período

Quadro 9.1 A – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Quadro 9.2 A – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Quadro 9.3 A – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário

Quadro 9.14 A - Despesas com publicidade

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

7.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

SUMÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO

2. APRESENTAÇÃO

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.2 Finalidade e competências

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

3.5 Ambiente de atuação

3.6 Organograma

3.7 Macroprocessos finalísticos

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento organizacional

4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores

4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos

4.3.7.2 Situação das obras realizadas em parceria com a Caixa Econômica Federal

4.3.7.3 Acompanhamento das ações da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos de obras

4.3.7.8 Informações sobre a descentralização de recursos para o atendimento das ações preparatórias dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016

4.3.9 Informações sobre a execução das despesas

4.4 Desempenho operacional

4.7 Informações sobre o acompanhamento das obras relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016

4.14 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das estruturas de governança

5.8 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

5.9 Gestão de riscos e controles internos

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

6.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

- 8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal
- 8.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal
- 8.1.10 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários
- 8.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura
- 8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União
- 8.3 Gestão da tecnologia da informação
- 8.3.1 Principais sistemas de informações
- 8.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI
- 8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade
- 8.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU
- 9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno
- 9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário
- 9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993
- 9.13 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
- 9.14 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

11. ANEXOS E APÊNDICES

RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÕES

ROL DE RESPONSÁVEIS

17. Relatório de instância ou área de correição

20. Declarações de integridade

- 20.1 Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal
- 20.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
- 20.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quando à entrega das declarações de bens e rendas
- 20.4 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
- 20.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
- 20.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

2. APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra o processo de prestação de contas anual de 2015 do Ministério do Esporte, com informações sobre o seu desempenho no exercício de referência, bem como com detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos. Apresenta-se também como um dos principais instrumentos que materializam a aplicação do princípio constitucional da publicidade, proporcionando a transparência e o controle social do gasto público.

No presente Relatório de Gestão também estão registrados os resultados do Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos, assim como as ações da instituição para melhor cumprir a legislação, constituição e a utilização dos recursos orçamentários e financeiros conforme a Lei Orçamentária Anual e outros. O documento foi elaborado em consonância com as normas de regência da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 146/2015, Decisão Normativa nº 147/2015, Portaria TCU nº 321/2015.

As unidades que compõem este relatório são a Secretaria-Executiva – SE, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS, a Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor - SNFTD, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR, a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD, e constam, ainda, as informações referentes à Caixa Econômica, na condição de entidade mandatária da União, na unidade gestora 180006/00001 – CEF/Ministério do Esporte.

O Relatório foi estruturado em seções, conforme apresentadas no Sistema E-Contas, sendo elas: Elementos Pré-Textuais, Apresentação, Identificação e visão geral da unidade, Governança, áreas especiais da gestão, Relacionamento com a sociedade, Planejamento organizacional e desempenho orçamentário, desempenho operacional, Desempenho financeiro e informações contábeis, Conformidade da Gestão e Demandas de órgãos de controle, Anexo e Apêndices. Além disso, há ainda a parte referente a Relatórios, Pareceres e Declarações, cujas seções são identificadas como Rol de Responsáveis, Relatório de Instância ou Área de Correição e Declarações de Integridade. A ordem e numeração dos itens teve por base o anexo único da Portaria TCU nº 321/2015. Essa escolha visa facilitar a identificação dos conteúdos relacionados no relatório com o referido normativo. A sequência da numeração em alguns casos salta números, embora todos os itens identificados para o ME no sistema E-Contas estejam relacionados no relatório.

Com relação ao seu conteúdo, este documento retrata as iniciativas do Ministério em busca da consecução de sua missão, que é “Democratizar o acesso ao esporte no Brasil elevando a qualidade de vida e da prática esportiva” - redefinida em 2015, no âmbito do Planejamento Estratégico, e em consonância com o art. 217 da Constituição Federal. Para tanto, a instituição desenvolve programas para resposta às demandas sociais e para elevar a capacidade do país no âmbito do esporte de alto rendimento.

O advento dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 possibilitou o fortalecimento de políticas do esporte. Reafirmado o objetivo de tornar e manter o Brasil uma potência esportiva sustentável e reconhecida mundialmente, foram intensificados em 2015 as parcerias e programas do Ministério do Esporte com a participação de instituições ligadas ao esporte de alto rendimento como Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, Confederação Brasileira de Clubes, confederações e federações esportivas, clubes, ligas, universidades e Ministério da Defesa. A preparação de atletas das Seleções Nacionais, visando o melhor desempenho nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, se encontra na sua reta final. O programa Bolsa Atleta completou dez anos em 2015, com desempenho expressivo. Em 2015, o atendimento chegou a 6.131 atletas de esportes olímpicos e paralímpicos. Na categoria Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais com

chances de disputar medalhas nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos de 2016, o programa beneficia atualmente 261 atletas divididos entre as 36 modalidades apoiadas, com resultados positivos em competições internacionais.

Para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil, em 2015 foram adquiridos novos equipamentos, construídas novas estruturas esportivas, além das adaptações e reformas em estruturas já existentes, com a preocupação de se constituir uma visão integrada formando uma rede nacionalmente articulada. A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo Governo Federal em parceria com os entes federados e universidades, para identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva.

O investimento do Ministério do Esporte em infraestrutura esportiva, em 2015, foi de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, aplicados na modernização, ampliação e construção de espaços destinados à prática de esporte, abrangendo todas as regiões brasileiras. Para equipamentos na área de esporte educacional, recreativo e de lazer foram destinados aproximadamente R\$ 801,4 milhões daquele total. Com isso, esse Ministério disponibilizou e/ou melhorou diversas áreas que ampliaram o acesso à prática de esporte e lazer, contribuindo para redução da exclusão social e com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Foram investidos R\$ 289,6 milhões para modernização da infraestrutura qualificada à prática do esporte de alto rendimento com vistas à preparação de atletas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

A preparação para os Jogos Olímpicos no Brasil também gerou a antecipação de algumas políticas públicas. No âmbito do Ministério do Esporte, o empreendimento que reflete esta antecipação, além do fortalecimento da Rede Nacional de Treinamento anteriormente citada, é o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) - LADETEC. A recuperação do credenciamento do Laboratório LBCD por parte da Agência Mundial Antidopagem e a Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Esporte, aprovando a Harmonização do Código Mundial Antidopagem com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva – CBJD, além da construção da nova sede do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem - LBCD, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ são destaques na luta contra a dopagem no Esporte no Brasil em 2015. Além disso, o Ministério do Esporte investiu R\$ 54 milhões na compra de equipamentos e materiais para a operação do laboratório, que foi reacreditado pela Agência Mundial Antidopagem - WADA.

O ME destacou-se também, em 2015, no lançamento pelo Governo Federal de novas regras para os clubes de futebol, promovendo mais transparência e responsabilidade na gestão. Nesse sentido, a publicação da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, é um marco importante para o Esporte Brasileiro. Ela estabelece princípios de práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades esportivas profissionais de futebol. Além disso, institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança de Futebol – APFUT e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais. O ministério também tornou-se um grande parceiro das jogadoras brasileiras, incentivando os campeonatos de Futebol Feminino. Além disso, vem empreendendo uma série de ações para que os torcedores brasileiros torçam juntos, cada qual por seu time, sem violência.

Por fim, ainda sobre a gestão 2015, merecem igual destaque nesse relatório os programas sociais do Ministério do Esporte, que tem por objetivo ampliar o acesso da população ao esporte. Nesse sentido, o programa expoente que proporciona a formação esportiva é o Programa Segundo Tempo – PST, que tem abrangência nacional, principalmente nas escolas de menor IDEB. Junto com o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, essas políticas possibilitam uma perspectiva de participação esportiva da população para toda a vida.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;

IV – a projeção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

O Ministério do Esporte tem como missão Democratizar o acesso ao esporte no Brasil elevando a qualidade de vida e da prática esportiva - redefinida em 2015 e em consonância com a Política Nacional do Esporte – aprovada por meio da Resolução nº 05 do Conselho Nacional do Esporte, em 14 de junho de 2005 – e que busca a realização de programas que respondam às demandas sociais geradas num momento histórico de garantia e de ampliação do conjunto dos direitos.

Para cumprimento de seus deveres, o Ministério do Esporte tem suas competências institucionais estabelecidas no Decreto nº 7.784, de 7 de agosto de 2012, *in verbis*:

Art. 1º O Ministério do Esporte, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;

II - intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;

III - estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas; e

IV - planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e às ações de democratização da prática esportiva e da inclusão social por meio do esporte.

Dessa forma, como estrutura organizacional, o Ministério do Esporte conta com órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, bem como órgãos específicos singulares e o Conselho Nacional do Esporte – CNE, como órgão colegiado. Este Relatório de Gestão compreende o Ministério do Esporte, enquanto Unidade Prestadora de Conta a Secretaria Executiva do Ministério do Esporte (SE/ME), consolidando as informações sobre a gestão das unidades do Ministério, cujas atribuições seguem apresentadas abaixo.

Secretaria-Executiva

A Secretaria-Executiva do Ministério do Esporte é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Esporte. Há duas unidades administrativas e responsáveis pelo desenvolvimento de atividades meio (Departamento de Gestão Interna - DGI e Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica - DPGE), que dão suporte às atividades finalísticas do Ministério do Esporte, implementadas tanto pela Secretaria-Executiva quanto pelas demais unidades do Ministério. No âmbito da Secretaria-Executiva existem ainda duas unidades responsáveis pela execução de ações finalísticas da Pasta: a Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos – ASSEGE e o Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte – DIFE.

As competências regimentais da Secretaria-Executiva estão descritas no artigo 7º do Decreto 7.784, de 07 de agosto de 2012, que são:

- Assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas pelas unidades do Ministério;
- Supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Organização e Inovação Institucional, de Contabilidade, de Custos, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;
- Supervisionar e coordenar ações voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos relativos ao desenvolvimento do esporte;
- Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações;
- Supervisionar e coordenar as ações relacionadas a programas interministeriais ou àqueles que transcendam o âmbito dos órgãos específicos singulares do Ministério;
- Implementar a política de desenvolvimento do esporte pelas ações de planejamento, avaliação e controle dos programas, projetos e atividades;
- Garantir o cumprimento dos objetivos setoriais do esporte, de acordo com as orientações estratégicas do Governo Federal;
- Planejar, coordenar, monitorar e avaliar os programas e projetos relacionados aos grandes eventos esportivos;
- Prestar apoio administrativo e solicitar subsídios técnicos às demais unidades do Ministério com vistas à atuação do Conselho Nacional do Esporte - CNE; e
- Exercer o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, dentre outros, por intermédio dos Departamentos de Planejamento e Gestão Estratégica e de Gestão Interna a ela subordinada.

Quanto às atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito da Secretaria-Executiva, registram-se:

- Iniciativas relacionadas à execução de projetos beneficiados por renúncia fiscal mediante apoio concedido no escopo da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), desenvolvidas sob a responsabilidade do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte (DIFE/SE/ME); e
 - Iniciativas relacionadas à coordenação, no âmbito do Ministério do Esporte, das ações voltadas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, bem como iniciativas relacionadas à coordenação das ações do governo federal relacionadas aos citados eventos esportivos, desenvolvidas sob a responsabilidade da Assessoria Extraordinária de Coordenação de Grandes Eventos Esportivos (ASSEGE/SE/ME).
- Outras atividades finalísticas dizem respeito à coordenação dos trabalhos do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLÍMPIADAS).

Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT

A Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT foi criada pelo Decreto nº 7.529, de 21/07/2011, sucedeu à Assessoria Especial de Futebol, vinculada à Secretaria Executiva do Ministério do Esporte. A existência de uma estrutura dedicada exclusivamente ao futebol criou o espaço institucional necessário à formulação e à implementação de políticas que contribuem para o pleno desenvolvimento do futebol no Brasil.

De acordo com o Artigo 18 do Decreto 7.784, de 07 de agosto de 2012, compete à SNFDT:

- Fazer proposições para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte;
- Planejar, desenvolver, acompanhar e monitorar as ações governamentais no âmbito do futebol profissional e do futebol feminino de alto rendimento;
- Incentivar a criação de estruturas esportivas e paraesportivas modernas e capazes de receber competições esportivas nacionais e internacionais;
- Planejar, coordenar, supervisionar e elaborar estudos sobre o desenvolvimento do futebol profissional e sobre a execução das ações de promoção de eventos;
- Articular-se com outros órgãos públicos que fortaleçam o futebol profissional;
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva e do Estatuto de Defesa do Torcedor;
- Aplicar as multas instituídas em norma editada com fundamento na competência prevista no art. 37, § 2o, da Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003;
- Orientar e supervisionar as atividades relacionadas ao futebol profissional e futebol feminino de alto rendimento e à defesa dos direitos do torcedor; e
- Definir as diretrizes e prioridades para as ações relacionadas ao futebol profissional na área de planejamento e na gestão de programas e projetos estratégicos do Ministério.

Dois Departamentos fazem parte da estrutura da SNFDT: o Departamento de Futebol Profissional que, em síntese, visa a ampliação da política de competições e eventos do futebol, resultando num espaço institucional necessário à formulação e à implementação de políticas que contribuem para o pleno desenvolvimento do futebol no Brasil; e o Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor, voltado ao desenvolvimento das ações de defesa dos direitos do torcedor, como as melhorias nas condições de segurança nos estádios, bem como a garantia dos direitos do torcedor.

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) é órgão específico singular do Ministério do Esporte, sendo responsável pelas iniciativas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento, com área de atuação em ações de iniciação das categorias de base até a atividade esportiva de alto rendimento. A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR, atuante em todo território nacional, busca um aprimoramento de seus serviços, garantindo um diferencial de governabilidade, por meio de parcerias com diversas entidades, voltadas a propiciar melhores condições para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento e aos que se dedicam aos resultados de excelência esportiva em níveis nacional e internacional.

A Secretaria aplica seus recursos através de seus programas e projetos abrangendo todas as etapas da formação de talentos esportivos de alto rendimento, até a pós-carreira atlética. Ainda que as ações dessa Secretaria visem o investimento no atleta de alto rendimento desde sua descoberta, sua área de atuação não está restrita apenas ao indivíduo, mas também aos fatores que o circundam e favorecem seu desenvolvimento, como a infraestrutura necessária para melhor aproveitamento em treinamentos, apoio à participação em competições de alto nível, colocar o Brasil nos mais importantes circuitos competitivos, trazendo ao país a chance de sediar grandes eventos esportivos internacionais.

No âmbito da SNEAR há três departamentos responsáveis pela execução de ações finalísticas e suas competências estão definidas no artigo 21 do Decreto 7.784, de 07 de agosto de 2012, conforme abaixo:

- Fazer proposições para compor o Plano Nacional de Esporte;

- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional do Esporte e aos programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- Elaborar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte e a execução das ações de promoção de eventos;
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva;
- Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades não governamentais sem fins lucrativos;
- Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- Articular-se com outros órgãos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas nas áreas do esporte de alto rendimento;
- Coordenar, formular e implementar a política relativa aos esportes voltados para competição, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações; e
- Subsidiar a formulação de planos, programas de desenvolvimento e ações voltadas à infraestrutura esportiva e paraesportiva para o fortalecimento do esporte nacional, e promover o apoio técnico, institucional e financeiro necessário à execução e participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS

A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS tem por missão *“Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida”*, com vistas ao cumprimento do Objetivo 0669 do Plano Plurianual 2012-2015 e do estabelecido nos Arts. 217 e 206 da Constituição Federal, que constitui o Esporte e o Lazer como direito de cada cidadão, sendo dever do Estado garantir o seu acesso à sociedade como instrumento de formação integral dos indivíduos e de melhoria da qualidade de vida.

Com efeito, com vistas a consolidar o Esporte e o Lazer em uma Política de Estado, desde 2003 vêm sendo democratizados a toda sociedade, como um instrumento de desenvolvimento humano e de inclusão social, os seguintes Programas e Projetos:

- Programa Segundo Tempo no Mais Educação – Esporte da Escola;
- Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, nas vertentes “Núcleos Urbanos” e “Povos de Comunidades Tradicionais”;
- Programa Vida Saudável;
- Programa Rede Cedes;
- Apoio a Eventos de Esporte Participação e Escolar;
- Apoio aos Jogos dos Povos Indígenas.
- Apoio a projetos de Esporte e Lazer dos Povos Indígenas

Assim, os benefícios trazidos pela prática esportiva e do lazer em favor das classes mais carentes, desde a infância até a fase idosa, têm fortalecido a atuação desta Secretaria e potencializado as estratégias de atuação por meio dos referidos Programas e Projetos.

Com base no Decreto nº 7.784, de 07/08/2012 (Art. 15), compete à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS:

- Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte;
- Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações;
- Implantar as decisões relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social;
- Planejar, supervisionar, coordenar e elaborar estudos compreendendo:
 - O desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivo-educacionais, de lazer e inclusão social;
 - A execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; e
 - A execução das ações de promoção de eventos.
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva;
- Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades não governamentais sem fins lucrativos;
- Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, para o desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer;
- Articular-se com outros órgãos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer;
- Planejar, coordenar e acompanhar estudos com as universidades e outras instituições correlatas com vistas à obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social; e
- Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas.

Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD

A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD é órgão de assistência direta e imediata do Ministério do Esporte com a finalidade de fomentar a igualdade, a justiça e a saúde dos atletas, promover e coordenar o combate à dopagem no esporte de forma independente e organizada, dentro e fora das competições, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Agência Mundial Antidopagem (WADA).

A ABCD é responsável pela proposição e implementação da Política Nacional de Combate à Dopagem, em conformidade com as regras e as convenções internacionais, por meio de ações de informação e educação, prevenção, inteligência e controle de dopagem, dirigidas aos atletas, familiares, treinadores, médicos e demais profissionais que apóiam os atletas, confederações e federações, e ao público em geral.

À Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, conforme Decreto nº 7.784, de 07/08/2012 (Art. 14), compete:

- Assessorar o Ministro de Estado do Esporte na implementação da política nacional de prevenção e combate à dopagem, respeitadas as recomendações do CNE e o conteúdo do Plano Nacional do Esporte;
- Subsidiar o CNE na elaboração, na modificação e na divulgação das diretrizes sobre substâncias e métodos proibidos na prática esportiva;

- Promover e coordenar o combate à dopagem no esporte de forma independente e organizada, dentro e fora das competições, de acordo com as regras estabelecidas pela Agência Mundial Antidoping, e os protocolos e compromissos assumidos pelo Brasil;
- Zelar pelo cumprimento da legislação, em especial da Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, promulgada pelo Decreto no 6.653, de 18 de novembro de 2008, e das normas técnicas de controle de dopagem;
- Representar internacionalmente o Brasil em matérias relacionadas ao controle de dopagem, na qualidade de organização nacional de controle de dopagem, inclusive perante a Agência Mundial Antidoping e a Corte Arbitral do Esporte;
- Dar transparência às ações e garantir a divulgação do programa de controle da dopagem;
- Desenvolver programas de controle, prevenção, reabilitação e educação, de forma a criar a cultura do jogo limpo na sociedade;
- Gerar base de dados e conhecimentos sobre os casos de dopagem;
- Promover, coordenar e estabelecer programas de estímulo ao desenvolvimento de pesquisas com relação ao combate e detecção da dopagem, junto às entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto, ao Comitê Olímpico Internacional, ao Comitê Paralímpico Internacional e às demais entidades envolvidas com o esporte;
- Estabelecer padrão de procedimento para controle dos exames antidopagem, observadas as normas previstas no Código Mundial Antidoping;
- Cooperar com as entidades esportivas nacionais e internacionais, públicas e privadas, no combate à dopagem, com o objetivo de obter um pacto de apoio cultural e político para o cumprimento das normas referidas no inciso IV do caput; e
- Estabelecer regras para a implementação do processo de controle antidopagem.

3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE

Em outubro de 2000, o INDESP é extinto e substituído pela Secretaria Nacional de Esporte – Decreto nº 3.679, de 1 de dezembro de 2000. Em 2003 o esporte passa a ter um ministério próprio aprovado pelo Decreto nº 4.668, de 9 de abril de 2003.

O Decreto nº 6.379, de 20 de fevereiro de 2008 altera o Decreto de Estrutura do Ministério do Esporte.

Em 2009, a Lei nº 12.094/2009 cria a quarta secretaria na estrutura do Ministério do Esporte (Futebol).

Em 2010, o Ministério passa por nova estruturação – Decreto nº 7.091, de 1 de fevereiro de 2010.

O Decreto nº 7.529, 21 de julho de 2011, alterou de forma global a composição de suas unidades, sem acréscimo de novos cargos, consolidou a fusão de duas secretarias, a SNDEL e SNEED, a criação da SNFDT, entre outros importantes ajustes na Secretaria Executiva, que extinguiu a SPOA e criou o DGI e DPGE.

Posteriormente, foi publicado o Decreto 7.784, de 7 de agosto de 2012 que incorporou novos 24 cargos, criando a Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos, a Representação em São Paulo, bem como outras alterações no Gabinete do Ministro, tais como a criação da Ouvidoria e do SIC. Essa alteração impactou significativamente a composição das Unidades Administrativas, os cargos e as pessoas que as compõem, para o desenvolvimento das políticas de cada setor, de acordo com os focos estratégicos estabelecidos à época.

De outra parte, a SNEAR, responsável pela execução das atividades da política de esporte de alto rendimento – ainda não pautada pelo Plano Nacional do Esporte de Alto Rendimento, Lei 12.395/11 – e pela execução, pontual, do projeto de candidatura das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016, teve, à época, que ceder cargos para a composição da nova Secretaria de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, restando-lhe um número reduzido de cargos e pessoas em sua composição global.

O Decreto nº 7.985, de 8 de abril de 2013 incorporou um DAS 101.5 e um DAS 101.4 para adequar a estrutura regimental do Ministério do Esporte às exigências advindas do processo de implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte, sob a égide do PAC, de forma articulada com a Política Nacional do Esporte.

Decreto Atual

Em 2 de setembro de 2013 foi publicado novo Decreto de alteração da Estrutura Regimental (**Decreto nº 8.087, de 2 de setembro de 2013**) criando 24 (vinte e quatro) cargos para a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD. Em contrapartida foi devolvido ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 7 (sete) DAS temporários lotados na SNEAR.

As competências estão retratadas no item 3.2 Finalidade e Competências.

3.5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Esporte consagra-se como um direito social garantido pela Constituição Federal e possui um papel fundamental na solução de diversos problemas sociais, sendo visto como um importante meio de reversão do quadro da vulnerabilidade social e de saúde pública, além de contribuir para a formação dos indivíduos, promoção da qualidade de vida e longevidade saudável.

Considerando os resultados constatados no Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE) – pesquisa realizada por encomenda do ME em 2013, 45,9% da população brasileira é sedentária (declararam não ter praticado esporte ou atividade física em 2013 no seu tempo livre), observa-se que o ME tem um espaço de atuação potencial relevante para o fomento do esporte no país. Políticas de incentivo e acesso à prática esportiva, trabalhadas no âmbito da inclusão social, principalmente em parceria com outras entidades federais, estaduais e municipais, continuam sendo o desafio deste ministério. O esforço é aumentar o número de praticantes de esporte e/ou atividade física, possibilitando a melhoria na qualidade de vida da população, incluindo aqui, os benefícios para a saúde e bem-estar social.

O compromisso do governo com o desenvolvimento do esporte é claro e reconhecido, porém o maior desafio continua sendo democratizar o acesso à população brasileira, garantindo direito a todos os cidadãos, em qualquer faixa etária independentemente de sua posição sócio-econômica e gênero, entendendo como prioridade a criança em idade escolar, promovendo a conscientização desde a infância sobre a importância da prática esportiva, da atividade física e do lazer, para assegurar que tais práticas se prolonguem por toda a vida, garantindo possibilidades de acesso aos jovens, adultos, idosos, mulheres, deficientes e pessoas com necessidades especiais, tendo como expectativa contribuir com o desenvolvimento humano e social.

Desde a sua criação, em 2003, o Ministério do Esporte tem atuado com foco em garantir à população brasileira o acesso à prática esportiva, conjugando esforço que garanta tanto a ampliação da escala dos praticantes com atenção especial à inclusão e a formação esportiva – voltada à atitude ativa ao longo da vida -, quanto à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à

excelência esportiva – própria do alto rendimento – que projetem o Brasil à condição de potência esportiva sustentável, mundialmente reconhecida.

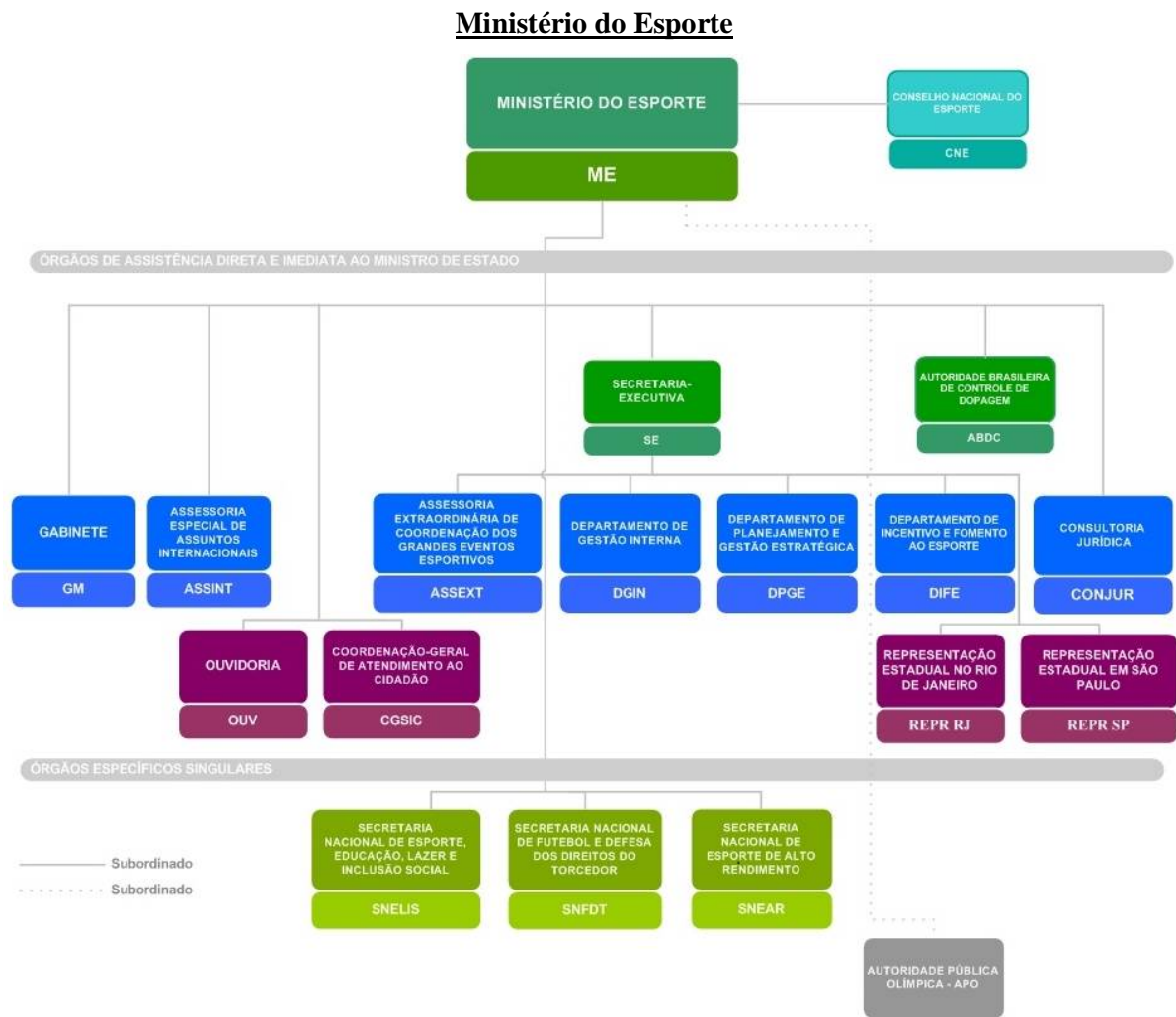
O ME conta com a parceria de outros ministérios, universidades e secretarias estaduais e municipais. Vale dar destaque às parcerias com o Ministério da Defesa, Prefeitura do Rio de Janeiro e Confederações Esportivas em ações para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e a parceria com prefeituras e com o MEC em programas de inclusão social através do esporte, como o PELC.

Os grandes eventos produzidos no país asseguram uma agenda positiva para o esporte e para o país, gerando oportunidades de qualificação e a aceleração de políticas públicas que impactam no desenvolvimento social e econômico, oportunizando a criação e o desenvolvimento de políticas estruturantes, como é o caso do projeto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), que amplia a oferta e a capilaridade de infraestrutura de equipamentos públicos esportivos qualificados, incentivando a iniciação esportiva em áreas de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras e a integração, num só espaço físico, de atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica. Este projeto reflete o objetivo de estender para todas as regiões do país os benefícios da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

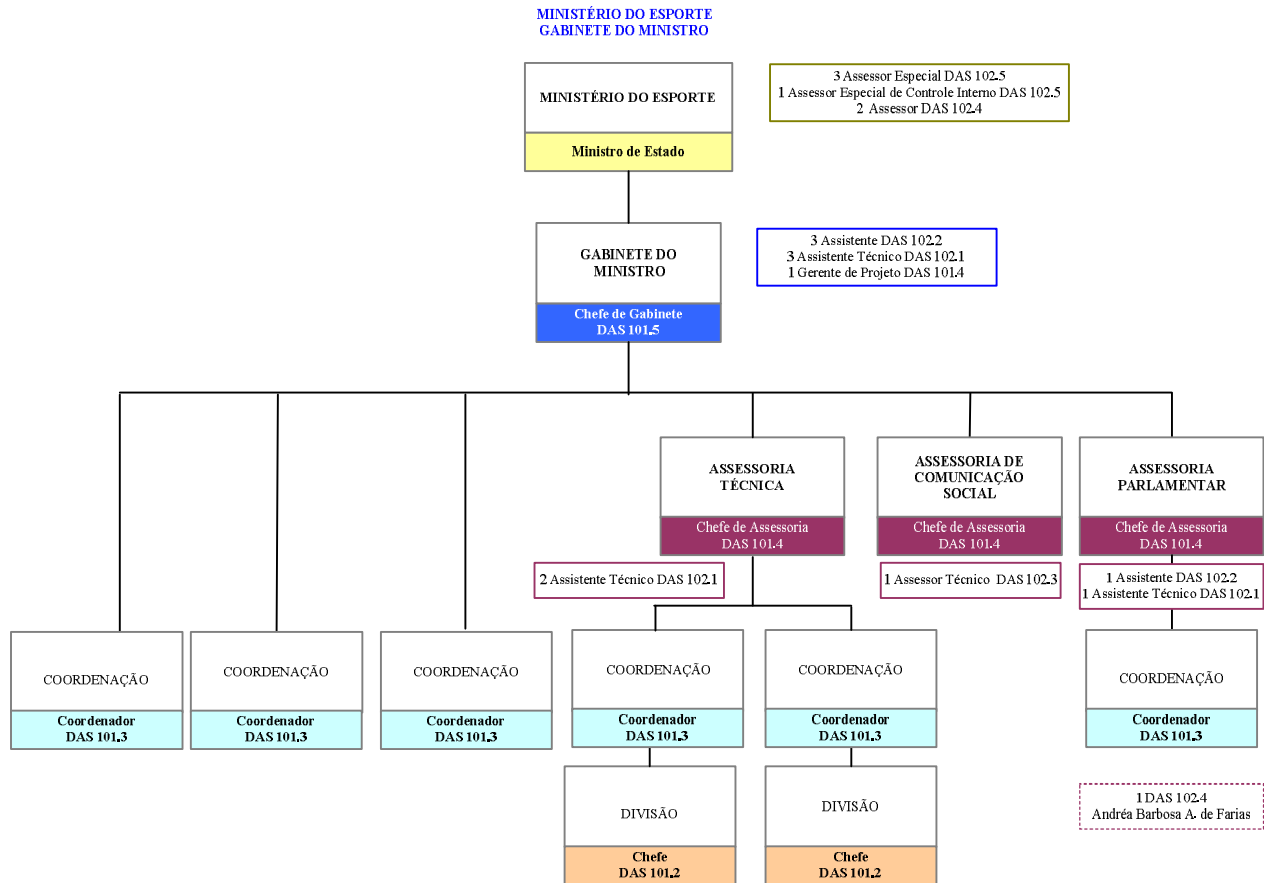
O momento é bastante propício, no qual os investimentos de diversos programas de governo e da iniciativa privada estão voltados para o esporte, reforçados pela realização dos grandes eventos. É grande a responsabilidade em potencializar os benefícios que possam advir desses investimentos, tornando-os concretos e perenes para a população brasileira, construindo as bases para o legado social dos Jogos Olímpicos de 2016, para assim dar passos efetivos na garantia futura do esporte e do lazer como direitos sociais para toda a população brasileira.

Considerando a experiência vivenciada nos últimos anos, a partir dos esforços do Governo Federal, para ampliar o acesso ao esporte, fica evidente de que o caminho possível é a articulação das ações setoriais e dos governos, buscando a diversificação e a otimização dos recursos, de forma a potencializar seus resultados e assim, transformar de fato o esporte, em política de Estado.

3.6 ORGANOGRAMA



Gabinete do Ministro



Secretaria-Executiva - SE

Departamento de Gestão Interna – **DGI**

Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica – **DPGE**

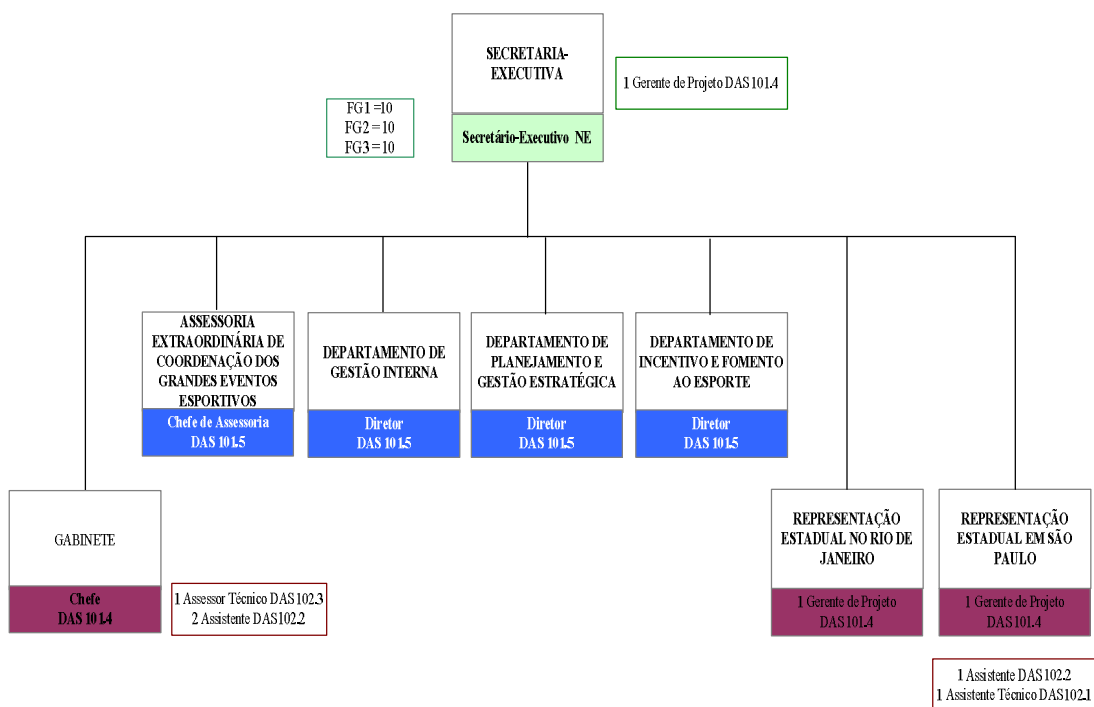
Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte – **DIFE**

Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos – **ASSEGE**

Representação Estadual no Rio de Janeiro

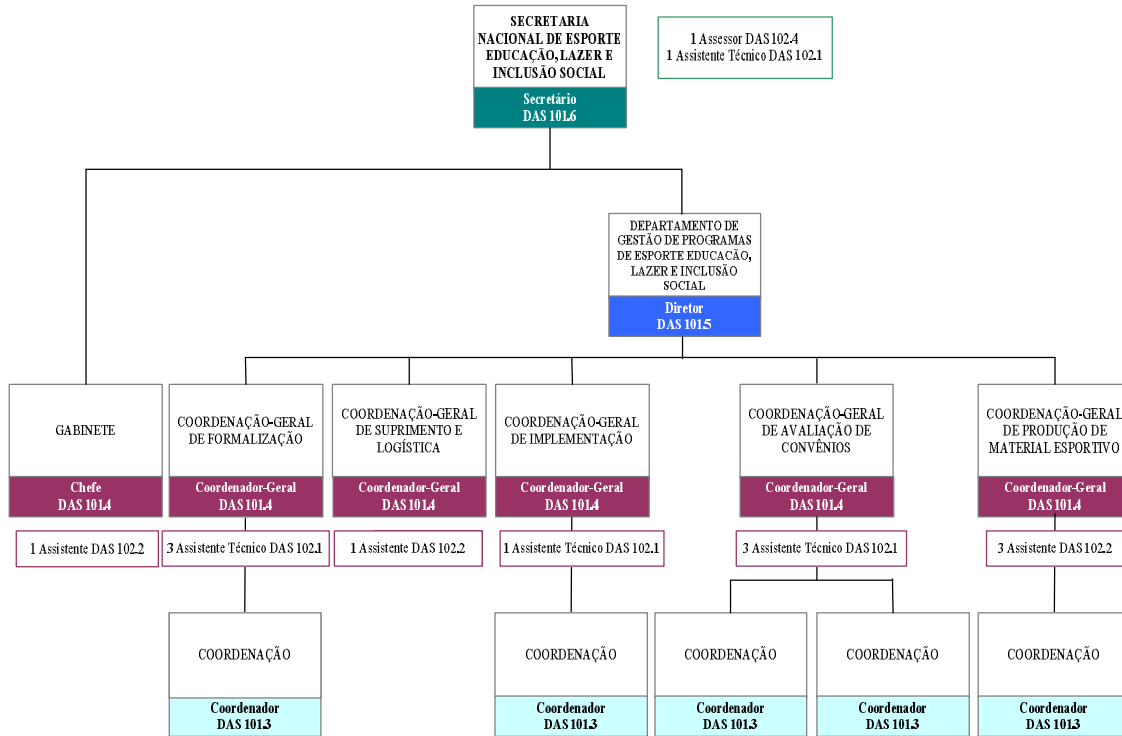
Representação Estadual em São Paulo

MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA-EXECUTIVA

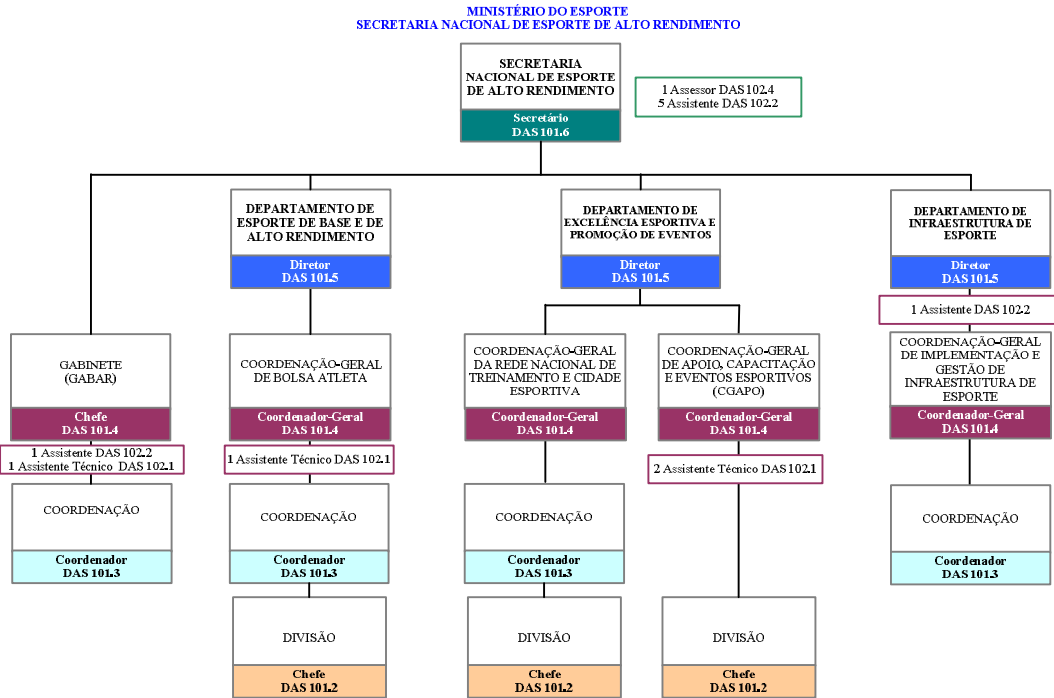


Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNE LIS

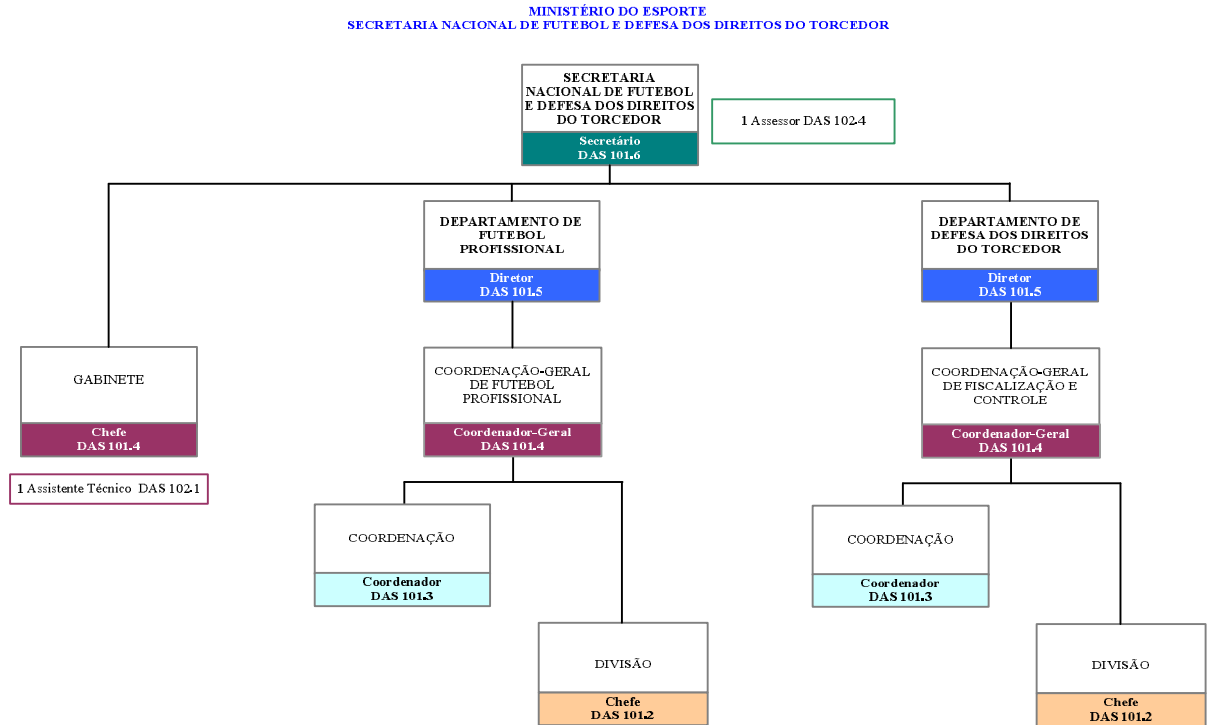
MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL



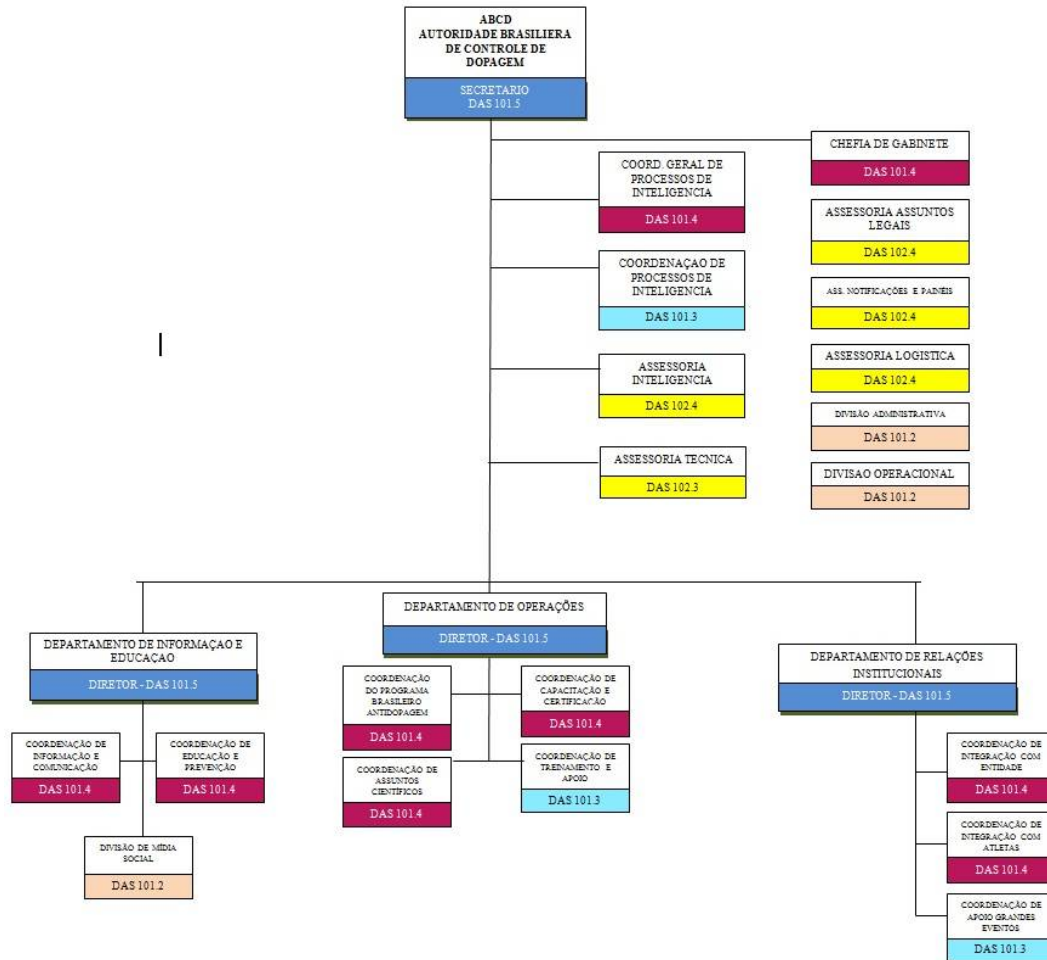
Secretaria Nacional de Alto Rendimento - SNEAR



Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT



Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem – ABCD



Quadro 3.6 A – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
SE	<p>A Secretaria Executiva auxilia o Ministro do Esporte na supervisão e coordenação das atividades das secretarias nacionais integradas à estrutura do ministério, e na definição das diretrizes e políticas no âmbito da Política Nacional do Esporte. Além disso, supervisiona e coordena as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e modernização administrativa, recursos humanos e de serviços gerais.</p> <p>No âmbito da SE há duas unidades responsáveis por ações finalísticas da Pasta, a ASSEGE e o DIFE. A ASSEGE realiza atividades voltadas ao suporte à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O DIFE possui função finalística e é voltado para a operacionalização do processo delineado na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), que se caracteriza pelo fomento a projetos esportivos financiados via renúncias tributárias.</p>	Secretário-Executivo	Luis Manuel Rebelo Fernandes	01/01/2015 a 29/01/2015
			Ricardo Leyser Gonçalves	30/01/2015 a 17/11/2015
			Marcos Jorge de Lima	17/11/2015 a 31/12/2015
SNEAR	<p>A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) é responsável pela implantação de decisões relativas aos programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento. A SNEAR faz ainda proposições sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional de Esporte. Principais ações da SNEAR: Preparação de Atletas, Programa Bolsa Atleta (maior programa de apoio financeiro individual a atletas do mundo), Plano Brasil Medalhas (objetivo colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016), Programa Atleta Pódio (O principal ponto para entrada no Plano é o atleta estar classificado entre os 20 primeiros do mundo em sua modalidade ou prova), Cidade Esportiva (Programa tem como finalidade reconhecer iniciativas públicas locais e regionais de apoio ao desenvolvimento do esporte olímpico e paralímpico brasileiro e fomentar novas iniciativas públicas no mesmo sentido), Centro de Iniciação ao Esporte – CIE (objetivo de ampliar a</p>	Secretário Nacional	Ricardo Leyser Gonçalves	01/01/2015 a 29/01/2015
			Ricardo Avelino Trade	25/02/2015 a 26/04/2015
			Carlos Geraldo de Santana de Oliveira	27/04/2015 a 22/11/2015
			Ricardo Leyser Gonçalves	23/11/2015 a 31/12/2015

	oferta de infraestrutura e equipamento público esportivo qualificado), Rede Nacional de Treinamento (consiste na iniciativa de implementação, integração e articulação de Centros Esportivos de níveis locais, regionais e nacionais com a finalidade de modernizar estruturas, padronizar e divulgar metodologias por esporte ou multiesportivas, gerando a circulação de experiências e de conhecimento nas áreas técnicas, de gestão, de ciência e tecnologia, entre outras), e Infraestrutura Esportiva (financiamento da construção de instalações esportivas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016).			
SNELIS	A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) é responsável pela implantação de diretrizes relativas aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social, como o Programa Segundo Tempo (PST) e o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). A SNELIS faz ainda proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte.	Secretário Nacional	Ricardo Garcia Cappelli Carlos Geraldo Santana de Oliveira Evandro Garla Pereira da Silva Carlos Geraldo Santana de Oliveira	01/01/2015 a 01/03/2015 02/03/2015 a 26/04/2015 27/04/2015 a 22/11/2015 23/11/2015 a 31/12/2015
SNFDT	A Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor é responsável por várias ações que contribuem para a melhoria do futebol como um todo no Brasil, entre elas o incentivo a uma cultura de respeito aos direitos do torcedor, a segurança e o conforto nos estádios, além do fomento ao futebol feminino e amador.	Secretário Nacional	Antônio José Carvalho do Nascimento Filho Rogério Hamam	01/01/2015 a 03/03/2015 04/03/2015 a 31/12/2015
ABCD	Consolidar a consciência antidopagem e defender no âmbito nacional, o direito fundamental dos atletas de participarem de competições esportivas livres de quaisquer formas de dopagem.	Secretário Nacional	Marco Aurélio Ravanelli Klein	01/01/2015 a 31/12/2015

Fonte: CGGP

3.7 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Considerando a necessidade de identificar os processos críticos que impactam no desenvolvimento das políticas públicas no Ministério do Esporte, no que diz respeito às áreas prioritárias do governo federal, a instituição no ano de 2015 elaborou o seu Planejamento Estratégico e definiu os seus Macroprocessos Finalísticos que estão ligados à essência do funcionamento e aos objetivos da organização e representam aqueles processos que efetivamente entregam valor aos clientes do ME. Embora ainda não tenham sido mapeados, é possível atribuir aos macroprocessos abaixo listados seus principais produtos, clientes e subunidades.

Os macroprocessos finalísticos do ME estão descritos sucintamente conforme apresentado no quadro abaixo.

Macroprocesso 1: Programas Esportivos Sociais			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Durante o exercício de referência, pode-se destacar o desempenho dos seguintes programas esportivos sociais: Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC); Programa Segundo Tempo (PST), Programa Vida Saudável (VS).</p> <p>Na área de apoio a projetos para os povos indígenas destaca-se a 1ª edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas com participação de 24 etnias brasileiras e 23 países, totalizando 2,2 mil indígenas, ocorrido em Palmas (TO).</p> <p>Em 2015 ainda foram apoiados 09 eventos de caráter educacional e 18 eventos de participação, beneficiando cerca de 80.414 de público direto e 254.350 de público indireto, totalizando cerca de 334.764 pessoas beneficiadas.</p>	Qualificação da gestão pública de esporte e lazer	<p>Beneficiários dos programas sociais Recursos Humanos do Esporte Setores Públicos Estudantes</p>	<p>Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social</p>
	Capacitação de recursos humanos de esporte e lazer		
	Jogos e competições de caráter educacional e de participação		
	Gestão de programas esportivos sociais		

Principais insumos e fornecedores: DIESPORTE, conhecimento científico e tecnológico em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, MEC, escolas, etc.

Principais parceiros externos: MEC, Universidades, escolas, prefeituras, secretarias estaduais e municipais.

Macroprocesso 2: Qualificação do Esporte de Alto Rendimento			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Pode-se destacar em 2015 o Programa Bolsa Atleta e o Plano Brasil Medalhas como exemplos da qualificação do esporte, principalmente para aqueles voltados para o treinamento de atletas, a realização e a participação em competições. Os resultados da participação dos atletas brasileiros nos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de Toronto 2015 evidenciam a força dos programas.</p> <p>Dos 862 atletas convocados para o Pan-Americano e Parapan-Americano de Toronto, 675 são apoiados pelos programas do governo federal, o que correspondeu a 78,4% das delegações.</p> <p>Das 141 medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, 121, ou 85,8%, vieram de atletas e equipes que recebem bolsas do governo federal. Ao todo, 243 medalhistas são bolsistas, entre os 303 atletas brasileiros que subiram ao pódio na competição.</p> <p>Já nos Jogos Parapan-Americanos, o Brasil se</p>	Apoio a formação e preparação ao atleta	<p>Beneficiários dos programas sociais Atletas Setores Públicos Recursos Humanos do Esporte Estudantes Atletas</p>	<p>Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento</p>
	Qualificação da gestão das entidades esportivas		
	Capacitação dos profissionais de esporte de rendimento		
	Competições de rendimento		

consolidou como a primeira potência das Américas e fortaleceu os planos rumo à classificação entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio em 2016. Pela terceira vez seguida, os brasileiros ficaram em 1º lugar no quadro geral de medalhas. Das 257 medalhas no Parapan, 254 foram conquistadas por bolsistas do governo federal, o que corresponde a 98,8% do total. Dos 215 atletas medalhistas, 199, ou 92,5%, são bolsistas.			
--	--	--	--

Principais insumos e fornecedores: Universidades.

Principais parceiros externos: Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, confederações e federações esportivas, clubes, ligas, universidades e Ministério da Defesa.

Macroprocesso 3: Valores, conhecimento e aparato normativo do esporte			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Promover a gestão e o conhecimento do aparato normativo do esporte visando a qualificação das políticas de esporte e lazer, bem como, propiciar o intercâmbio das diversas experiências de gestão.</p> <p>Um destaque nessa área é a publicação da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015 - um marco para o Esporte Brasileiro. Ela estabelece princípios de práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, além de criar a APFUT - Autoridade Pública de Governança de Futebol, que é um marco na gestão das entidades desportivas, com estabelecimento de regras relacionadas à transparência, à garantia e ao aperfeiçoamento da participação democrática em sua direção como forma de fiscalizar e disciplinar o cumprimento das condições de manutenção no Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT).</p> <p>A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), que iniciou suas atividades em 2014, também segue trabalhando para consolidar a sua atuação, desenvolvendo e implantando a política para o Combate à Dopagem no Esporte e a proteção dos atletas limpos; atuando em informação, educação, prevenção, inteligência e ação; disponibilizando os mais avançados recursos para o Plano de Testes e para a definição da gama de análises a serem feitas e na educação de atletas.</p> <p>A ABCD foi chamada a realizar o Controle de Dopagem nos Eventos-Teste que preparam os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, participando nos 13 Eventos-Teste já realizados. Em 2015, 80</p>	Gestão do conhecimento e difusão dos valores do esporte	Beneficiários dos programas sociais Atletas Setores Públicos	Secretaria-Executiva
	Gestão da garantia dos direitos do torcedor	Recursos Humanos do Esporte Estudantes Atletas	Secretaria Nacional de Futebol e dos Direitos do Torcedor
	Prevenção e Educação antidopagem		Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem
	Ciência, tecnologia e inovação		Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
	Gestão do aparato normativo		Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

<p>Agentes de Controle de Dopagem foram certificados após um rigoroso processo de treinamento e avaliação.</p> <p>Adicionalmente, destaca-se também o Programa REDE CEDES, ação de fomento e difusão do conhecimento científico e tecnológico, que tem por objetivo qualificar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer.</p>			
--	--	--	--

Principais insumos e fornecedores: Pesquisas como a PNAD, Munic/Estadiv, DIESPORTE, relatórios e apurações.

Principais parceiros externos: IBGE, Universidades, Confederações, Comitês.

Macroprocesso 4: Financiamento do Esporte			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Busca por meio de incentivo fiscal, financiar desportivos e paradesportivos como instrumento para o desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional, nas suas diversas modalidades e manifestações desportivas. Os recursos públicos utilizados no financiamento de projetos desportivos da LIE são oriundos principalmente de empresas tributadas com base no lucro real, que ao apoiar projetos chancelados pelo Ministério do Esporte, têm autorização para deduzir até 1% do imposto de renda devido.</p> <p>A Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, consolida-se como um efetivo instrumento de financiamento a projetos esportivos. É uma política pública que integra sociedade, Governo e empresários para o desenvolvimento esportivo nacional.</p> <p>Em 2015, foram apresentados 1535 projetos, sendo que 421 foram de esporte educacional, 377 classificados como esporte de participação e 737 como esporte de rendimento. Distribuídos por região, foram 24 projetos no Norte, 110 no Nordeste, 418 no Sul, 878 no Sudeste e 105 no Centro Oeste.</p>	<p>Gestão das transferências de incentivo e financiamento ao esporte</p>	<p>Empresas Beneficiários dos programas sociais Atletas</p>	<p>Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte</p>

Principais insumos e fornecedores: Pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real e físico que investem em projetos esportivos.

Principais parceiros externos: Ministério da Fazenda e Receita Federal do Brasil.

Macroprocesso 5: Coordenação de grandes eventos			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
<p>Visa auxiliar na integração entre órgãos públicos e privados em todas as esferas governamentais envolvidos com os grandes eventos esportivos, bem como estruturar e coordenar o funcionamento de grupos temáticos relacionados à realização dos grandes eventos esportivos.</p> <p>Com relação aos preparativos para a os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, em 2015 foram mantidos programas e parcerias com instituições ligadas ao esporte de rendimento como Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, Confederação Brasileira de Clubes, confederações e federações esportivas, clubes, ligas, universidades e Ministério da Defesa.</p> <p>Os materiais e equipamentos esportivos adquiridos para a disputa serão destinados ao fortalecimento das modalidades olímpicas e paralímpicas após os jogos, bem como a construção e a reforma das principais instalações esportivas de competições e treinamento na cidade do Rio.</p>	<p>Captação de grandes eventos</p> <p>Coordenação de grandes eventos</p> <p>Gestão dos legados</p>	<p>Atletas</p> <p>Setores Públicos</p> <p>Recursos Humanos do esporte</p>	<p>Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos</p> <p>Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento</p>

Principais insumos e fornecedores: Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (Comitê Rio 2016), Governo Federal, Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro Confederações e federações esportivas.

Principais parceiros externos: Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016 (Comitê Rio 2016), Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, Confederação Brasileira de Clubes, confederações e federações esportivas, clubes, ligas, universidades, Ministério da Defesa, dentre outros ministérios, autarquias, secretarias especiais e órgãos federais.

Macroprocesso 6: Infraestrutura Esportiva			
Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis
<p>O Governo desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), no âmbito do PAC 2, integrando, num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica. O objetivo é a construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais, para ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado e incentivar a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos Municípios. No exercício de 2013, foram aprovados 285 projetos que resultaram em</p>	<p>Implantação e Modernização da Infraestrutura</p> <p>Gestão da Infraestrutura Esportiva</p>	<p>Atletas</p> <p>Setores Públicos</p> <p>Recursos Humanos do esporte</p> <p>Beneficiários dos programas sociais Estudantes</p>	<p>Secretária Nacional de Esporte de Alto Rendimento</p>

<p>269 Termos de Compromisso assinados, distribuídos em 253 municípios das cinco regiões brasileiras: 18 no Centro-Oeste; 75 no Nordeste; 26 no Norte; 99 no Sudeste; e 35 no Sul.</p> <p>Atualmente são 255 operações ativas, sendo que 95% já concluíram a primeira etapa do projeto. Essa etapa contempla a execução da Sondagem, do Projeto de Fundação e de Implantação e é primordial para a licitação da obra. Em Outubro/2015, o Ministério do Esporte divulgou a lista dos 39 CIEs autorizados ao início da obra, cujo prazo de execução estimado das obras é 180 dias, para os Modelos 1 (ginásio) e 2 (ginásio e quadra externa descoberta), e 210 dias para o Modelo 3 (ginásio e estrutura de atletismo). Em breve, diversos CIEs estarão atendendo a população e impulsionando o esporte nacional.</p> <p>A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo Governo Federal em parceria com os entes federados e universidades, para identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, tem a finalidade de: i) disseminar métodos de treinamento; ii) desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; iii) capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; iv) proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; v) modernizar instalações esportivas; vi) viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta; e vii) organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas.</p>			
--	--	--	--

Principais insumos e fornecedores: instalações esportivas, material esportivo, espaço para treinamento.

Principais parceiros externos: municípios, entes federados e Universidades, seleções nacionais de modalidades olímpicas e paralímpicas, Ministério da Defesa, dentre outros órgão do Governo Federal.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Em Auditorias Anuais de Contas, exercícios 2013, 2014 e 2015 e nos Planos de Providências Permanentes, podem-se observar a preocupação com a elaboração do planejamento estratégico do ME, que tomou várias providências para solução da questão. Tais providências não foram eficazes, embora todos os esforços tenham sido realizados para a efetiva elaboração e implantação do Planejamento Estratégico no Ministério.

Importa frisar que o Ministério do Esporte celebrou o Contrato nº 47/2012 com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, em 23/12/2012, que tinha notória qualificação técnica, com trabalhos realizados em estudos conduzidos de alto nível, análises prospectivas e setoriais de políticas públicas, avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos públicos. O portfólio da instituição era constituído por trabalhos realizados com outros órgãos públicos como o Ministério do Planejamento, o Ministério da Justiça e FINEP. Dessa forma, ficou demonstrada a aptidão necessária para a realização do contrato e para atender aos interesses estratégicos do ME em consolidar o Esporte como política estruturante.

Todavia, considerando uma série de contratemplos e problemas advindos dessa contratação, informados detalhadamente por ocasião de auditorias, em que pese as gestões do ME na tentativa de atender às demandas dos órgãos de controle, os resultados foram adversos à expectativa da instituição.

Por fim, em 2015, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 1785/2015-TCU-Plenário, determinou ao Ministério do Esporte, que apresentasse à Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação), no prazo de 90 (noventa) dias o seu planejamento estratégico, incluindo ações no sentido de aumento da interação entre as atividades de suas secretarias finalísticas, especialmente as relacionadas ao desporto escolar e ao desporto de rendimento.

Após ciência da determinação, foram iniciadas, em agosto de 2015, tratativas junto à Escola Nacional de Administração Pública – ENAP para a elaboração do Planejamento Estratégico do ME, que foi formalizado em Termo de Execução Descentralizada – TED, prevendo a realização do trabalho em 6 etapas a saber: Análise do ambiente interno e externo; Definição/Revisão da missão e visão do órgão; Elaboração do mapa estratégico; Elaboração e definição de indicadores e metas; Definição e composição da carteira de projetos estratégicos; e Desenho do processo de monitoramento da estratégia.

De maneira geral, as oficinas realizadas entre setembro e novembro de 2015 para elaboração do Planejamento Estratégico e conseqüente atendimento à determinação do TCU também caracterizaram-se como oportunidades de trocas de experiências entre diversos setores, visto que a participação foi extensiva a todas as unidades, fortalecendo o auto conhecimento da instituição e o trabalho em equipe. O envolvimento de cada unidade e as diferentes visões somadas contribuíram para a consolidação de expectativas e desafios para o Ministério do Esporte no horizonte 2016-2019, além de apontar focos potenciais de avanço na governança da organização.

A Secretaria-Executiva por meio do Memo-Circular SE/ME nº 16, de 23 de março de 2016, remetido a todas as unidades e publicado no Boletim Informativo da intranet do ME, informou aos

servidores e prestadores de serviço dos resultados do Planejamento Estratégico, abordando seus principais produtos: Mapa Estratégico, Indicadores de Desempenho e Portfólio de Projetos.

A evolução dessa construção coletiva e seus resultados estão materializados nas versões finais dos relatórios referentes ao Projeto Planejamento Estratégico ME entregues pela ENAP, conforme demonstrado abaixo:



Mapa Estratégico – Ministério do Esporte 2016-2019

MISSÃO: Democratizar o acesso ao esporte no Brasil elevando a qualidade de vida e da prática esportiva

VISÃO: Projetar o Brasil como nação esportiva tendo o esporte como valor fundamental da cidadania

Impacto para a sociedade

Inclusão social

Esporte e lazer como direito para todos

Aprimoramento da prática esportiva

Ampliação da base esportiva

Imagem positiva do Brasil

Resultados Institucionais

Consolidar o Sistema Nacional do Esporte

Democratizar o acesso e promover os valores do esporte

Fortalecer o esporte de alto rendimento e o apoio aos atletas

Qualificar a infraestrutura esportiva

Promover o aperfeiçoamento da gestão pública e das entidades esportivas

Fomentar a qualificação dos recursos humanos do esporte

Potencializar a captação e realização de grandes eventos esportivos

Contribuir para a modernização da gestão e a responsabilidade fiscal do futebol brasileiro

Processos internos

Fortalecer a gestão do conhecimento no esporte

Ampliar a comunicação com o cidadão

Promover atuação integrada e estratégica das Secretarias do ME

Aperfeiçoar e padronizar os métodos e processos de trabalho

Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores

Recursos humanos e infraestrutura

Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas

Prover recursos humanos adequados à estratégia do ME

Dotar o ME de sistemas e infraestrutura adequados

Orçamento

Ampliar e diversificar o financiamento do esporte com otimização da gestão de recursos

Atualmente, o ME está desenvolvendo nova parceria com a ENAP, formalizada pelo Termo de Execução Descentralizada – TED – nº 07/2016, publicado em 30 de março de 2016 no Diário Oficial da União, para a realização de oficinas para gerenciamento dos projetos estratégicos do Ministério do Esporte.

Essas oficinas visam contribuir para a implantação dos projetos definidos no âmbito do Planejamento Estratégico do Ministério do Esporte.

Esses projetos são o elemento base para as transformações que produzirão os resultados rumo aos objetivos estratégicos do Mapa. A expectativa é de que até agosto de 2016 sejam realizadas as seguintes atividades no âmbito dessa parceria:

- Diagnóstico sobre a Gestão de Projetos no ME;
- Preparação de um núcleo para monitoramento do portfólio de projetos;
- Definição do método de Gestão de Projetos para o ME, habilitando as equipes para uso e aplicação da metodologia;
- Estruturação dos projetos – com detalhamento das tarefas;
- Monitoramento dos projetos.

A partir da realização dessas atividades, dar-se-á por concluído o início do ciclo de gestão dos projetos estratégicos - planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos resultados. As melhorias no desempenho da instituição advindas dos resultados alcançados pelos projetos também serão acompanhadas no monitoramento dos demais elementos componentes do Plano Estratégico do ME, como é o caso dos indicadores e objetivos do Mapa Estratégico. Esses elementos também serão monitorados em 2016.

A vinculação do plano estratégico com as competências do ME, bem como com os programas do plano plurianual serão demonstradas no item 4.1.4 - Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

4.1.2 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

No âmbito do Planejamento Estratégico do ME foram definidos em 2015, para serem executados no horizonte de 2016-2019, os seguintes objetivos:

- Consolidar o Sistema Nacional do Esporte
- Democratizar o acesso e promover os valores do esporte
- Fortalecer o esporte de alto rendimento e o apoio aos atletas
- Qualificar a infraestrutura esportiva
- Promover o aperfeiçoamento da gestão pública e das entidades esportivas
- Fomentar a qualificação dos recursos humanos do esporte
- Potencializar a captação e realização de grandes eventos esportivos
- Contribuir para a modernização da gestão e a responsabilidade fiscal do futebol brasileiro
- Fortalecer a gestão do conhecimento no esporte
- Ampliar a comunicação com cidadão
- Promover atuação integrada e estratégica das Secretarias do ME
- Aperfeiçoar e padronizar os métodos e processos de trabalho
- Desenvolver modelo de governança com foco em resultados e indicadores
- Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas

- Prover recursos humanos adequados à estratégia do ME
- Dotar o ME de sistemas e infraestrutura adequados
- Ampliar e diversificar o financiamento do esporte com otimização da gestão de recursos

Em relação ao Plano Plurianual, a SE/ME, representando o Ministério do Esporte, é responsável pelo programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos e seus 4 objetivos:

- **0669** - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.
- **0676** - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.
- **0686** - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.
- **0687** - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Os resultados alcançados no âmbito dos objetivos e metas do ME no que tange ao PPA 2012-2015 serão tratados no item 4.3.1 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.

4.1.3 ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em parceria estabelecida com a ENAP, o Ministério do Esporte concluiu a elaboração do seu Planejamento Estratégico ao final de 2015, cujo horizonte temporal é 2016-2019.

Após a etapa de elaboração do planejamento estratégico faz-se necessária a implantação prática das prioridades elencadas. Ou seja, planejar, executar, monitorar e avaliar os resultados dos projetos estratégicos identificados, bem como seu impacto nos indicadores, objetivos e demais elementos do Mapa Estratégico. Trata-se da continuidade do trabalho, não mais evidenciando somente os aspectos estratégicos, mas voltando o foco também para questões operacionais que materializarão os esforços necessários para o alcance dos resultados para a organização. As etapas para implantação das prioridades identificadas estão em curso no exercício de 2016.

4.1.4 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

O Planejamento Estratégico do Ministério do Esporte foi elaborado no 2º semestre de 2015, sendo concluído em dezembro do mesmo ano, exercício de referência do relatório, conforme informado no item 4.1 – Planejamento Organizacional. O horizonte temporal do plano é 2016-2019. Foram definidas a missão e a visão do Ministério do Esporte, em consonância com o que preconiza o Artigo 217 da Constituição Federal de 1988:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. § 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social (CF 1988).

Assim, a missão do Ministério do Esporte, “democratizar o acesso ao esporte no Brasil, elevando a imagem do país, a qualidade de vida e da prática esportiva (Planejamento Estratégico do ME 2016-2019), retrata o compromisso desta instituição em prover o fácil acesso da população à prática esportiva, garantindo o esporte como direito de todos.

Observa-se também no Plano Plurianual – PPA 2016-2019, do Ministério de Esporte, o objetivo 1127 (ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais) do Programa 2035, que converge também com o segundo objetivo do Planejamento Estratégico, que é “democratizar o acesso e promover os valores do esporte” (Planejamento Estratégico do ME 2016-2019).

O alinhamento entre PPA e Planejamento Estratégico pode ser observado também na identificação do objetivo 1132 “preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo”, do PPA 2016-2019 com o objetivo estratégico “potencializar a captação e realização de grandes eventos esportivos”.

Conforme está sendo demonstrado nesse item, os temas abordados na Missão e Visão do Plano Estratégico do ME 2016-2019, bem como os objetivos do Mapa Estratégico, convergem para as finalidades e competências descritas no item 3.2 Finalidade e Competências, tais como citadas anteriormente.

4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

O Planejamento Estratégico do Ministério do Esporte foi elaborado no 2º semestre de 2015, sendo concluído em dezembro do mesmo ano, exercício de referência do relatório. O horizonte temporal do plano é 2016-2019, não tendo ainda resultados alcançados para serem analisados. Em 2016 está sendo implantado o núcleo que coordenará o monitoramento dos projetos estratégicos. A partir dos resultados obtidos com a execução dos projetos estratégicos será possível monitorar também a evolução dos objetivos estratégicos. Mais detalhes sobre os próximos passos do planejamento estratégico podem ser observados no item 4.1 - Planejamento Organizacional.

Com relação ao monitoramento dos objetivos do PPA, o SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento é utilizado como plataforma para o acompanhamento e registro dos resultados dos objetivos e metas do plano. A Secretaria-Executiva coordena as atividades junto às áreas finalísticas para a apuração dos resultados alcançados. As áreas finalísticas, por sua vez, monitoram seus resultados por meios diversos, tais como, planilhas eletrônicas, consultas aos sistemas estruturantes

de governo (SIAFI, SICONV, SIORG, etc), contato com rede de colaboradores, dentre outros. O ME utiliza essas informações em diversos relatórios de avaliação e monitoramento, tais como: PCPR, Mensagem Presidencial, Relatório de Gestão, Monitoramento do PPA, Relatório de Avaliação do PPA.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O desempenho orçamentário será analisado nessa seção, nos itens 4.3.1, 4.3.2 e em seus desdobramentos.

4.3.1 OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

PPA 2012-2015

PROGRAMA 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

VISÃO GERAL DO PROGRAMA E RESULTADOS ALCANÇADOS

O Programa Temático 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos foi o vetor principal das políticas públicas executadas pelo Ministério do Esporte no período do PPA 2012-2015. Ele é o programa temático que reúne os objetivos do PPA de responsabilidade do ME.

De maneira geral, o programa 2035 congregou as prioridades do Ministério do Esporte no horizonte 2012-2015 em seus objetivos e metas, e identificou como mecanismos de aferição dos resultados um grupo de 6 indicadores. Por problemas relacionados à fonte das informações, apenas 2 dos 6 indicadores chegaram a 2015 abastecidos com dados que permitem o acompanhamento da evolução dos resultados do programa. São eles:

- Indicador: Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC
- Indicador: Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE
Programa: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Com relação ao primeiro indicador, o acesso ao esporte nas escolas públicas é um exemplo da transversalidade da temática esportiva. A parceria institucional com o MEC nas escolas de educação básica participantes do Programa Mais Educação é considerada fundamental e chegou a alcançar 85% das escolas participantes em 2012. A partir desse ano, os números caíram em virtude de diversos fatores, como a queda no volume orçamentário disponível e também o menor número de adesões de novas escolas, assim como a inadimplência de escolas participantes do programa, resultando em uma taxa de 35,43% em 2015.

A Lei de Incentivo ao Esporte - LIE, tema do segundo indicador, é um importante mecanismo para a diversificação dos recursos em prol do fomento ao esporte no país. A lei permite que empresas abatam do cálculo de seus impostos devidos à fazenda pública recursos para aplicação em projetos esportivos que atendam aos critérios estabelecidos. No tocante a esse indicador, observou-se um crescimento constante no PPA, iniciando 2012 com um volume apurado de R\$ 211,9 milhões até alcançar o patamar de R\$ 247,6 em 2015.

Com relação à execução dos recursos alocados, os quadros a seguir apresentam a execução relativa à 2015 e execução durante o ciclo 2012-2015, detalhadas por categoria econômica da despesa. Pode-se perceber que o programa apresentou uma crescente evolução na execução dos recursos alocados, partindo de cerca de R\$ 170 milhões em 2012 e atingindo R\$ 1,73 bilhões em 2015. A preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como os preparativos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 tem influência direta na curva de execução do programa.

Parte significativa dos recursos executados ao longo do período foram relativos a restos a pagar. Tal fato deve-se sobretudo ao longo período de maturação dos projetos ligados às ações preparatórias dos 2 grandes eventos esportivos, que não raro superam um exercício financeiro.

Com relação a 2015, percebe-se um gap entre os valores previsto (R\$ 3,2 bilhões) e executado (R\$ 1,7 bilhões) referentes ao programa 2035, conforme quadro abaixo. O contingenciamento implementado em função dos limites estabelecidos nos decretos de programação orçamentária afetou sensivelmente a execução do programa, com reflexos nos números apresentados.

Execução - Programa 2035

Esfera	Dotação		Empenho Liquidado	
	LOA 2015	LOA + Créditos 2015	2015	2012-2015
Orçamento Fiscal e da Seguridade	3.066.818.693,00	3.250.924.330,00	1.731.150.230,66	4.174.542.260,56
Despesas Correntes	719.735.903,00	683.017.367,00	431.411.169,22	1.477.376.645,41
Despesas de Capital	2.347.082.790,00	2.567.906.963,00	1.299.739.061,44	2.697.165.615,15
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	-	-	-	-
Totais	3.066.818.693,00	3.250.924.330,00	1.731.150.230,66	4.174.542.260,56

OBS 1 : Empenho Liquidado (do Exercício+RAP)

OBS 2 : Contém Emendas

OBS 3 : Fonte – SIAFI Gerencial Antigo (para anos anteriores a 2015) e Tesouro Gerencial (2015)

Esfera	Empenho Liquidado				
	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Orçamento Fiscal e da Seguridade	170.449.194,94	543.654.416,77	1.729.288.418,19	1.731.150.230,66	4.174.542.260,56
Despesas Correntes	150.322.240,72	381.621.920,68	514.021.314,79	431.411.169,22	1.477.376.645,41
Despesas de Capital	20.126.954,22	162.032.496,09	1.215.267.103,40	1.299.739.061,44	2.697.165.615,15
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	-	-	-	-	-
Totais	170.449.194,94	543.654.416,77	1.729.288.418,19	1.731.150.230,66	4.174.542.260,56

OBS 1 : Empenho Liquidado (do Exercício+RAP)

OBS 2 : Contém Emendas

OBS 3 : Fonte - SIAFI Gerencial Antigo (para anos anteriores a 2015) e Tesouro Gerencial (2015)

ANÁLISE SITUACIONAL SOBRE RESULTADOS OBSERVADOS

Ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer - cidadania, inclusão social e qualidade de vida

Com relação aos objetivos e metas do PPA 2012-2015, o seu conjunto reflete o tratamento dos temas de maior relevância para o Ministério do Esporte. Nesse sentido, a ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer, temas do objetivo 0669, foram traduzidas em uma série de resultados significativos para a inserção da prática esportiva como elemento integrante da melhoria das condições de cidadania brasileira ao longo desse período. Como exemplo de políticas públicas dedicadas a esse desafio temos os Programas Segundo Tempo – PST; o Esporte e Lazer da Cidade – PELC e o Vida Saudável.

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens o acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social. Nesse sentido, o programa promove a democratização da atividade esportiva educacional, incentivando o acesso de crianças, adolescentes e jovens às práticas de esporte e lazer, sem qualquer distinção ou discriminação de cor, raça, gênero ou religião, contribuindo para a tolerância às diferenças culturais e sociais.

Apesar do alcance de um número expressivo de beneficiários do PST, alguns fatores afetaram o atingimento da meta original de 7,4 milhões de crianças, adolescentes e jovens: 1) houve um redirecionamento da gestão para maior concentração dos recursos do Programa para a ampliação da parceria com o Mais Educação (MEC), por entender ser mais estruturante a democratização do Esporte na composição da política de educação integral, razão pela qual não foi priorizada a meta de 1.296.000 beneficiados nas capitais e municípios, por meio de parcerias com entidades governamentais; 2) não houve disponibilidade orçamentária compatível com a ampliação de beneficiados de 50% ao ano a partir do exercício de 2012, o que comprometeu o seu cumprimento integral até o final do PPA – ano 2015.

Ainda com relação ao objetivo de ampliação e qualificação do acesso, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportunizou o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

O Programa Vida Saudável, por sua vez, promoveu o acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer. Até o exercício de 2012 o programa Vida Saudável era um núcleo do PELC. Somente a partir de 2013 é que foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer.

Da mesma forma que o PST, o PELC e o Vida Saudável alcançaram números expressivos, embora tenham tido suas metas originais fortemente impactadas pela queda no volume de recursos disponíveis no período 2012-2015. Em todas as metas ainda é possível perceber um desequilíbrio regional. De maneira geral, observam-se as regiões norte e centro-oeste com atendimento inferior, o que pode ser explicado pela menor capacidade técnica dos setores ligados ao esporte e ao lazer nessas regiões, bem como a difusão e o fomento do setor.

O desenvolvimento desses Programas Sociais (PST, PELC e Vida Saudável) também produziu como resultado um fortalecimento das parcerias interministeriais. A experiência obtida contribuirá para a evolução dessas políticas no próximo período, como, por exemplo, o estabelecimento de novas diretrizes que contemplem formatos de celebração para atender às diferentes realidades locais, na perspectiva do aprimoramento e da ampliação de atendimento, transformando esses programas em tecnologias sociais que possam ser desenvolvidas por gestores governamentais de forma contínua.

COPA DO MUNDO FIFA 2014

Sediar a Copa do Mundo foi uma oportunidade histórica para o Brasil de acelerar projetos de desenvolvimento econômico e social, alavancar investimentos em infraestrutura urbana e incrementar a promoção do país no cenário internacional. O resultado dos investimentos da Copa do Mundo em receitas foi na ordem de USD 7.2 bilhões, abrangendo a criação de 14 milhões de postos de trabalho nos últimos quatro anos de preparação para o evento, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A missão assumida pelo Ministério do Esporte de coordenar os Planos Operacionais para a Copa do Mundo e o monitoramento da execução das obras apresentadas na Matriz de Responsabilidade foi muito bem sucedida e demonstra o alcance pleno de seus objetivos propostos com a aprovação absoluta do mundial pelo público e pela mídia.

A liderança do Governo Federal na gestão integrada de atores públicos demonstra a capacidade deste País em vencer o desafio de organizar um mundial de futebol, tema do objetivo 0686, com um sistema de governança participativa sem precedentes, que coordenou esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado.

A estrutura planejada foi fundamental no sucesso da realização dos 64 jogos nas 12 mais modernas arenas do Brasil – sete das quais ganharam certificações internacionais na adoção de conceitos de sustentabilidade. Elas receberam 3.429.973 torcedores, o segundo maior público de todas as edições do mundial. O trabalho permitiu receber com segurança e tranquilidade pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades; 3.056.397 de turistas brasileiros e dos torcedores que participaram das “Fan Fests” e festas de rua. O sucesso do planejamento também se evidencia com a ausência de problemas de mobilidade urbana, seja no transporte coletivo municipal ou interestadual; com o movimento recorde nos aeroportos da Copa, que registraram 16,7 milhões de passageiros, e também no sucesso do planejamento da segurança, com a criação dos Centros Integrados de Comando e Controle, que unificou os esforços das polícias e da Defesa e garantiram a paz e a tranquilidade do evento.

Além das diversas ações que consagraram a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 como a primeira a adotar conceitos de sustentabilidade em todas as cadeias de preparação do evento, ressalta-se também os projetos sociais, que incrementaram e promoveram a promoção da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar que beneficiaram centenas de grupos e associações de produtores na produção de kits para o voluntariado, devendo-se ainda considerar as iniciativas que beneficiaram cooperativas e catadores de lixo.

Na qualidade de coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA – e do Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – GECOPA –, o Ministério do Esporte - ME teve por atribuição coordenar a organização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no âmbito do Governo Federal, por meio da realização de ações relacionadas ao planejamento,

execução e acompanhamento da preparação para o evento. Esse papel incluiu o planejamento da operação da Copa das Confederações 2013, bem como da Copa do Mundo 2014.

A ação do ME teve como principal foco, a partir de dezembro de 2013, os Planos Operacionais para a Copa do Mundo das diversas áreas temáticas incluídas no GECOPA, quais sejam: Telecomunicações, Energia, Segurança, Transporte e Mobilidade, Aeroportos, Acomodações e Receptivo Turístico, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Cultura e Voluntariado. Em reuniões presenciais realizadas em todas as cidades-sede (Reuniões de Integração e Validação dos Planos Operacionais), com participação das equipes das Pastas federais e dos representantes dos governos estaduais e municipais envolvidos na preparação para o evento, levantaram-se as demandas e ações necessárias para a execução dos planos em cada área temática, bem como possíveis entraves e suas respectivas soluções. Após os encontros, foram elaborados diagnósticos para cada cidade-sede, com encaminhamentos, prazos e respectivos responsáveis. Na etapa seguinte, o Ministério do Esporte monitorou a execução dos encaminhamentos, intervindo, quando necessário, junto ao órgão participante do GECOPA que detivesse a responsabilidade pela área temática em questão. Finalmente, durante a realização da Copa do Mundo, os Planos Operacionais de todas as áreas – e a articulação entre eles – foram postos em prática pelos órgãos governamentais, com monitoramento por parte do Ministério do Esporte.

Ao fim do processo, a análise de resultado alcançado mostrou a eficiência e eficácia do processo de coordenação deste ME, não tendo ocorrido ao longo do evento qualquer problema significativo que tenha impedido o sucesso obtido na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

O Plano de Comunicação Integrada, instituído pelo GECOPA para a projeção da imagem do Brasil atendeu plenamente as metas fixadas, apresentando como resultado a recepção de 1.015.035 estrangeiros de 202 países, entre 23/05 e 13/07, visitando 491 municípios, gerando US 1,4 bi divisas de 01/06 a 23/07, tendo 83% declarado que o Brasil atendeu plenamente ou superou suas expectativas. Em contrapartida, o evento contou com a participação de 3.056.397 de turistas brasileiros.

Além disso, 20.000 profissionais de comunicação estiveram cobrindo a Copa do Mundo, entre brasileiros e de outros 113 países credenciados pela FIFA.

O Governo Federal realizou análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades. As deliberações do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) foram publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

Com o intuito de atender o princípio da transparência, e dando continuidade ao monitoramento dos empreendimentos, foram realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede e dos órgãos federais temáticos para atualização de datas e valores, e debatidos os resultados das ações, com o objetivo de informar à sociedade o Balanço Final da Copa (6º Balanço), que foi publicado no dia 24 de dezembro de 2014, tendo como referência a data de 31 de julho de 2014.

FUTEBOL PROFISSIONAL E DEFESA DO DIREITO DO TORCEDOR

Com o encerramento da Copa do Mundo, apesar do resultado dentro de campo não ter atendido ao desejo de nossos torcedores, ainda podemos afirmar que o futebol é, sem dúvidas, a grande paixão

dos brasileiros. O Brasil se destaca, sobretudo, por ser um grande celeiro de novos talentos e o ME atuou para tornar o esporte cada vez mais acessível, democrático e igualitário em todo o país. Mais do que ser popular, o futebol - enquanto oportunidade de vida, saúde e inclusão social - deve ser para todos.

Na Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor, o Ministério do Esporte tem como uma de suas prioridades a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, por intermédio da criação de mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de um sistema integrado de segurança do torcedor nos estádios. Dessa forma, foram promovidos diálogos e debates com todos os setores, entidades e órgãos ligados direta ou indiretamente ao futebol, em nível regional e nacional ao longo do período 2012-2015. Entre os objetivos centrais dos encontros está a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da polícia e da justiça, as quais, historicamente, são desarticuladas em todos os entes federados.

A campanha #GritoDePaz foi lançada com grande apelo entre as torcidas, os clubes, e atletas e forte presença nas arquibancadas e online; teve por foco a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando a interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para a construção de uma política e cultura de paz nos espetáculos esportivos

Foram lançados novos modelos de laudos técnicos para estádios e arenas com melhorias importantes na aplicabilidade do instrumento, o que é uma exigência do Estatuto do Torcedor. Do mesmo modo, foram consolidadas ações para inauguração do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios - SISBRACE, e ainda o aplicativo OLHEIROS, que possibilitará a interação do público com os gestores e autoridades responsáveis pelas condições de segurança, acessibilidade e conforto dessas instalações. Assim, o torcedor poderá opinar e expressar todas as suas necessidades na utilização dos estádios, em tempo real.

A temática da Qualificação da Gestão do Futebol teve como marco a implementação em 2015 do PROFUT - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, após a promoção de discussões desde 2012. A Medida Provisória se transformou na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades.

O Art. 19 da Lei do PROFUT criou, ainda, no âmbito do Ministério do Esporte, a APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol, composta por representantes do Poder Executivo federal e da sociedade civil, garantida a participação paritária de atletas, dirigentes, treinadores e árbitros, na forma do regulamento. Em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo Art. 19, que delibera a disposição sobre a organização e o funcionamento da APFUT ser realizada por meio de Decreto do Poder Executivo federal, a Presidência da República publicou o Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016.

No exercício de 2015 foram publicados 4 (quatro) Editais voltados ao fomento do Futebol como ação de Política Pública, sendo o desenvolvimento do futebol feminino o maior beneficiário em volume de recursos. Outros projetos, como o apoio à realização do campeonato Taça das Favelas, no Rio de Janeiro, e o edital de chamamento público para implantação do programa piloto Futebol para Todos, são destaques, também, dessas políticas públicas em desenvolvimento, que tem grande apelo e potencial. Planejado para atender mais de 100 mil pessoas diretamente até 2018, com forte atuação na base - futebol amador, no futebol feminino, e nos campeonatos inclusivos, atendendo todos os estados do Brasil, e diversos municípios, especialmente, com IDH baixo, o Futebol para

Todos teve sua primeira atuação em 2015 como projeto piloto, e rapidamente se consolidou como um programa oficial do Ministério.

APOIO À PREPARAÇÃO DE ATLETAS, DA BASE À EXCELÊNCIA ESPORTIVA, COM QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO, MELHORIA E ARTICULAÇÃO DAS ESTRUTURAS

Visando o melhor desempenho nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foram intensificadas as ações voltadas à preparação dos atletas brasileiros – tema do objetivo 0676 - através de parcerias com as entidades nacionais da administração do esporte (confederações, comitês, clubes), universidades, entes públicos federais, estaduais e municipais por meio de convênios e projetos aprovados em editais de chamadas públicas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, apoio a equipes multidisciplinares, apoio à realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais, procedimentos científicos e preparação de profissionais da área esportiva. Cabe ressaltar que através das parcerias firmadas foram apoiados diretamente 98% das modalidades olímpicas e paralímpicas.

Merece destaque nesse período o crescimento do Programa Bolsa Atleta, que completou em 2015 dez anos e é considerado o maior programa de patrocínio individual do mundo. Criado com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas, o programa já ofereceu mais de 43 mil bolsas, com investimentos superiores a R\$ 600 milhões. Atualmente, são cinco as categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, além da categoria Atleta Pódio que foi lançado através do Plano Brasil Medalhas com a finalidade de colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos “Rio 2016”. Desde 2013 quando entrou em vigor, a categoria Atleta Pódio já contemplou a aproximadamente 311 atletas, no período de 2013 a 2015. Destaca-se que o programa apoiou anualmente 100% dos atletas que se inscreveram e atenderam todos os requisitos estipulados nos editais durante a vigência do PPA 2012-2015. Em 2012 foram 5.742 contemplados, sendo que em 2015 esse número chegou a 7.132.

Os dados do programa Bolsa Atleta demonstram uma constante evolução, tanto no volume de recurso investido quanto no processo de contemplação, consolidando a efetiva contribuição do programa para a elevação do padrão de qualidade do desporto de alto rendimento desenvolvido no país.

O impacto da Bolsa Atleta foi medido nos Jogos de Toronto 2015, principal competição multiesportiva de 2015 para as equipes que vão disputar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Dos 862 atletas convocados para o Pan-Americano e Parapan-Americano de Toronto, 675 são apoiados pelos programas do governo federal, o que correspondeu a 78,4% das delegações.

Das 141 medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, 121, ou 85,8%, vieram de atletas e equipes que recebem bolsas do governo federal. Ao todo, 243 medalhistas são bolsistas, entre os 303 atletas brasileiros que subiram ao pódio na competição.

Já nos Jogos Parapan-Americanos, o Brasil se consolidou como a primeira potência das Américas e fortaleceu os planos rumo à classificação entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio em 2016. Pela terceira vez seguida, os brasileiros ficaram em 1º lugar no quadro geral de medalhas. Das 257 medalhas no Parapan, 254 foram conquistadas por bolsistas do governo federal, o que corresponde a 98,8% do total. Dos 215 atletas medalhistas, 199, ou 92,5%, são bolsistas.

Contribuiu ainda para a ampliação do legado esportivo no país a Rede Nacional de Treinamento. Esta foi estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais. Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, a outras que estão com obras em andamento e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas. Até 2015, foram concluídas quatorze instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo. A Rede Nacional conta com 31 universidades, três clubes, três instalações militares, três complexos multiesportivos, cinco instalações estaduais, sete instalações municipais e uma instalação federal, além da previsão de 254 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE).

O Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) também foi uma importante ação – iniciada em 2012. O Programa concebido no âmbito do PAC 2 integra num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica. No exercício de 2013, foram selecionados 285 projetos que resultaram em 269 Termos de Compromisso assinados, distribuídos em 253 municípios das cinco regiões brasileiras: 18 no Centro-Oeste; 75 no Nordeste; 26 no Norte; 99 no Sudeste; e 35 no Sul. Atualmente são 254 operações ativas, sendo que 95% já concluíram a primeira etapa do projeto. Essa etapa contempla a execução da Sondagem, do Projeto de Fundação e de Implantação e é primordial para a licitação da obra. Em Outubro/2015, o Ministério do Esporte divulgou a lista dos 39 CIE's autorizados ao início da obra. No período do próximo PPA, diversos CIE's estarão atendendo a população e impulsionando o esporte nacional.

PREPARAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016

Outro grande desafio instituído pelo Ministério do Esporte foi o de coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como a implantação da infraestrutura esportiva necessária, entre os anos de 2012 a 2015 – foco do objetivo 0687.

No decorrer dos quatro anos do PPA 2012-2015, o Ministério do Esporte, por meio das ações de Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, atingiu seus objetivos de construir as instalações olímpicas, ampliar o legado destes jogos, e promover melhorias e/ou construções de novos centros de treinamentos e de competição. Para tanto, foram desenvolvidas parcerias com alguns órgãos federais (como Universidades e Ministérios), estaduais, municipais e distritais.

As instalações dos Jogos Olímpicos foram divididas em quatro áreas. São elas: Barra da Tijuca, Deodoro, Copacabana e Maracanã. O Ministério do Esporte é responsável pelo orçamento do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro.

No Parque Olímpico da Barra serão disputados os jogos de dezesseis modalidades olímpicas e dez modalidades paralímpicas. A área da Barra é composta por nove instalações, dentre elas o Velódromo e o Centro Olímpico de Esportes Aquáticos. Foi investido nos quatro anos do PPA um total de R\$ 722.905.313,69 no Parque Olímpico da Barra em quatro instalações. Os investimentos federais ano a ano a partir de 2013 foram de R\$ 261.405.538,00 em 2013, R\$ 226.622.419,26 em 2014 e de R\$ 203.891.404,27 em 2015. O Parque Olímpico da Barra concluiu 88,45% de execução física em 2015.

O Complexo de Deodoro é formado por doze instalações olímpicas divididas em Área Norte, Área Sul e Domínio Urbano. Entre as instalações olímpicas podemos citar o Centro Olímpico de Hóquei e o Estádio Olímpico de Canoagem Slalom. O complexo irá receber atletas de onze modalidades olímpicas e quatro paralímpicas durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O Complexo de Deodoro concluiu em 2015 85,09% de sua execução física. Durante o PPA 2012-2015, o governo federal investiu R\$ 659.656.939,39 na Área Norte, R\$ 177.440.742,71 na Área Sul e R\$ 101.034.710,87 no Domínio Urbano, totalizando um investimento federal de R\$ 938.132.392,97.

Considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, foi criado o Plano de Políticas Públicas - um conjunto de obras de infraestrutura (incluindo esportiva) e políticas públicas nas áreas de mobilidade, meio ambiente, urbanização, educação e cultura. O documento foi divulgado em 16 de abril de 2014 e atualizado em 24 de abril de 2015. No Plano de Políticas da União estão incluídas as obras do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD/LADETC) e dos Centros de Treinamento. No LBCD/LADETEC foram investidos R\$ 160.582.428,23 entre os anos de 2012 e 2015. Este se encontra em funcionamento no novo prédio desde agosto de 2014. As obras do LBCD/LADETEC foram concluídas em julho de 2014. Quanto às obras de renovação em instalações de treinamento para o período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, estas consistem em projetos financiados pelo Governo Federal especialmente como legado no Plano de Políticas Públicas.

Para a complementação da infraestrutura esportiva, o Ministério do Esporte está construindo e/ou reformando Centros de Treinamento Oficiais, entre eles o CCFEx, com 94% de execução física concluída e R\$ 20.464.681,99 de investimento. No total serão dez instalações de treinamento, sendo sete delas parte do escopo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, com um investimento total de R\$ 188.408.619,52.

Destaca-se ainda que no ano de 2014 ocorreu a conclusão da parceria com o Ministério da Defesa para obras de construção, ampliação, reformas, adequações, aquisição de equipamentos e melhoria de toda a infraestrutura e logística de centros de treinamento olímpicos que estão sob a gestão das Forças Armadas. Foi realizada também parceria com o Ministério de Minas e Energia - MME para a geração, transmissão e distribuição das linhas de energia do Parque Olímpico da Barra, com um investimento do ME de R\$ 167.031.264,54. Em 31/12/2015, as obras relacionadas diretamente aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 alcançaram uma média geral de 95% de execução física.

Visão Geral dos Objetivos e Metas de responsabilidade do Ministério do Esporte no PPA 2012-2015*

*todos pertencentes ao Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Considerando que os objetivos do programa 2035 são de responsabilidade integral do ME, serão tratadas a seguir todas as metas relacionadas a eles.

Objetivo 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Com vistas ao cumprimento desse Objetivo, de 2012 a 2015 foram mantidos os principais Programas e Ações desenvolvidos pela SNEIS, destacando-se:

- **Programa Segundo Tempo – Padrão e suas vertentes (projetos especiais):** O PST é um programa que visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social;

- **Esporte da Escola:** O Esporte da Escola é uma atividade assumida pelo PST na parceria com o Ministério da Educação por meio do Programa Mais Educação no Macrocampo Esporte e Lazer e que tem como objetivo viabilizar a oferta do Esporte Educacional na escola, integrado ao projeto político pedagógico na perspectiva da educação em tempo integral;

Em 2015, as ações do Programa Segundo Tempo beneficiou cerca de 3.851.817 de pessoas em mais de 2.969 municípios, distribuídas em 187 núcleos (por meio do PST Padrão) e 19.637 escolas (por meio da parceria com o MEC). Cabe destacar que em 2015 não houve nova adesão das escolas. O MEC manteve as mesmas escolas que aderiram ao programa em 2014. Dessa forma, em 2015, o Esporte da Escola contou com 19.637 escolas em todo o território nacional, sendo atendidos 3.432.185 alunos.

- **Forças no Esporte:** O Programa Forças no Esporte (PROFESP) é um programa decorrente da parceria firmada entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Defesa, que tem por objetivo implantar o Programa Segundo Tempo na infraestrutura das organizações militares, para atender crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social;

- **Programa Esporte e Lazer da Cidade e suas vertentes (Núcleos “Urbanos” e “Para Povos e Comunidades Tradicionais”):** O PELC tem por objetivo geral contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas que propiciam: a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência; o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias; o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos, tendo em 2015 empenhado/publicado 40 convênios/termos de cooperação, totalizando 67.325 beneficiados, sendo que 05 foram formalizadas por meio de Emendas Parlamentares.

- **Programa Vida Saudável:** Com o objetivo de democratizar o lazer e o esporte recreativo, contudo priorizando o protagonismo da pessoa que envelhece, na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário, em 2013 o Vida Saudável (que no exercício anterior era um núcleo do PELC – Todas as Idades), foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer. Assim, promove acesso de idosos (acima de 60 anos) à prática de atividades físicas, culturais e de lazer; tendo em 2015 empenhado/publicado 12 convênios/termos de cooperação, totalizando 8.500 beneficiados, sendo que 01 foi formalizada por meio de Emenda Parlamentar.

O Vida Saudável, até 2011 considerado um tipo de núcleo do PELC, em 2012 foi valorizado e passou a ser um importante programa social, atendendo especificamente a adultos com idade a partir de 45 anos e idosos. Cabe ressaltar que este esforço está sintonizado com a tendência de aumento da longevidade do brasileiro, segundo apurações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste sentido, buscando avançar na democratização do acesso ao esporte e ao lazer, o Ministério do Esporte desenvolveu em 2013 o chamamento público para novos projetos, avançando para a municipalização do programa e para o envolvimento das universidades brasileiras no atendimento da população, e vive o processo de implementação de novos núcleos dos programas PELC e Vida Saudável no país.

Ainda outras parcerias foram atendidas no ano de 2015. São elas:

• **Realização dos Jogos dos Povos Indígenas:** A SNELIS, dentro de suas competências e possibilidades, tem buscado incentivar, fomentar e valorizar o esporte tradicional indígena; bem como implementar programas e projetos voltados a esse público, fomentando a participação, ampliação e efetivação de programas já existentes no Ministério do Esporte, e em 2015 foi realizado o I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas que foi de extrema relevância onde oportunizaram a celebração e o envolvimento do povo brasileiro e estrangeiro, com vivências culturais diversificadas focadas no respeito, na valorização e na busca pelo conhecimento, propiciando maior valorização, harmonia e respeito entre os povos. Os Jogos foram realizados com a parceria Ministério dos Esportes e o PNUD - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, que tem vasta experiência principalmente no que se refere a eventos de grande porte como à Rio+20, à Copa das Confederações e à Copa do Mundo em Brasília, foi uma garantia da gestão eficiente dos recursos do Projeto. O evento contou com um público de 133.247 e participação de 2.000 atletas indígenas, provenientes de 13 países e 24 etnias nacionais. A programação foi realizada em 13 dias compostos por: 03 dias de ambientação entre visitas e festival de cultura indígena e 10 dias de programação desportiva. Mediante o exposto, é possível perceber que os I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas oportunizaram a celebração e o envolvimento do povo brasileiro e estrangeiro, com vivências culturais diversificadas focadas no respeito, na valorização e na busca pelo conhecimento, propiciando maior valorização, harmonia e respeito entre os povos.

• **Apoio a Eventos de Esporte Participação e Escolar:** São viabilizados a promoção e o apoio a eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar; a participação em eventos que possibilitem a iniciação e a vivência esportiva; além do desenvolvimento e apoio a ações ligadas a estudos, diálogos e práticas de esporte e lazer; A finalidade da Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar é desenvolver atividades que contribuam para ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias, estruturar e apoiar o desenvolvimento de uma política de esporte escolar, articulando as ações voltadas à formação esportiva, iniciação esportiva e competições estudantis, bem como apoiar ações ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer;

• **Rede CEDES:** A Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer foi uma ação estruturante na aplicação dos recursos disponíveis para fomento e difusão de pesquisas executadas através da Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 (Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões) e realizando o I Seminário Anual da REDE CEDES. Mesmo não tendo como foco central a REDE CEDES, esse edital possibilitou participação dos diversos pesquisadores da rede processo de seleção supracitado. Em 2014, num processo de retomada das ações da REDE CEDES, foi instituído um grupo de coordenação envolvendo pesquisadores das 5 regiões e realizando o II Encontro Anual da Rede, além voltar a apoiar eventos, publicações, periódicos e pesquisa em parcerias com instituições e ensino superior públicas. Destaque-se também como importante a parceria com o MEC no PROEXT - Programa de Extensão Universitária, que estimula experiências inovadoras no campo da extensão com projetos esportivos, ao tempo que estimula novos pesquisadores a registrarem suas experiências. Em 2015 houve o Edital de Chamada Pública 001/2015 para a realização de novas parcerias, com vistas à estruturação e ao funcionamento de “Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES. Embora a SNELIS venha envidando todos os esforços no sentido do cumprimento de

suas atribuições, da execução orçamentária e do alcance dos objetivos/metapas estabelecidas para os programas sob a sua gestão, tendo obtido resultados positivos expostos no presente. Por tudo isso, a política nacional do esporte composta por programas e ações traz como grandes desafios institucionais para o período de 2016 a 2019 a priorização do atendimento à população de maior vulnerabilidade social, considerando indicadores como IDH e IDEB, o direcionamento das ações articuladas a partir da integração de iniciativas dos entes federados e de políticas setoriais, especialmente esporte, lazer, educação, saúde e justiça, incluindo as obras do PAC, aos municípios com mais de 100 mil habitantes, diminuição das desigualdades regionais, realização do alinhamento dos objetivos e da política dos diversos entes públicos e privados, a nacionalização e a articulação dos equipamentos esportivos existentes, possibilitando segurança e conforto nos espetáculos, elevação e a qualificação da gestão esportiva pública e privada de entidades de administração e prática, e, por fim, a garantia do financiamento estável e equilibrado, decorrentes dos ganhos realizados pelo impacto dos grandes eventos esportivos.

Metas 2012-2015

Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação.

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens acesso às atividades esportivas realizadas no contra turno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foi estratificado o quantitativo de beneficiados pelo PST ao longo dos exercícios de 2012 - 2015:

- 2012: 2,4 milhões;
- 2013: 4.061.861 milhões;
- 2014: 4.091.661 milhões;
- 2015: 3.747.035 milhões

Convém destacar que dos 3.747.035 beneficiados do exercício de 2015, 314.850 beneficiados são relativos ao PST implementado por meio de parcerias públicas (Capitais e Municípios); e 3.432.185 beneficiados nas Escolas do Mais Educação por meio do Esporte da Escola.

Sendo assim, considerando a meta de 1.296.000 beneficiados nas capitais e municípios e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação, e que já acumulado 3.747.035 beneficiados, tem-se o alcance global de 50,41 % dessa Meta até Dezembro/2015.

Ressalta-se que no ano de 2015 não houve nova adesão das escolas. O MEC manteve as mesmas escolas que aderiram ao programa em 2014. O número foi menor devido ao fato de algumas escolas estarem inadimplentes e dessa forma não terem possibilidade de receber o recurso financeiro para desenvolver o programa.

Para fins de cálculo, não são somados os resultados dos exercícios anteriores com o apresentado em 2014, uma vez que se trata de uma política contínua, onde o total de beneficiados do último exercício de 2014 representa o acumulado do atendimento, ou seja, o crescimento do Programa ao longo dos anos.

Não foi alcançada a Meta Prevista, pois não houve crescimento orçamentário compatível com a ampliação do acesso de beneficiados perseguida de 50% ao ano, além do grande corte orçamentário ocorrido a partir do exercício de 2012, o que comprometeu o cumprimento integral do PPA – ano 2015.

Diante dos últimos anos de restrição fiscal e da necessidade de cumprimento das atividades relativas à preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, houve um impacto significativo nos programas sociais do ME como um todo. Nesse sentido, pode-se observar uma queda acentuada nas metas relacionadas a esses programas. A expectativa é que no próximo PPA os programas possam apresentar nova trajetória em relação a seus resultados.

Quanto à regionalização, tendo em vista que o maior volume de beneficiados do Programa se dá por meio da parceria com o Mais Educação – Esporte da Escola, e que o programa está sendo implementado em escolas de IDEB abaixo de 2,9, há uma maior concentração de beneficiados na Região Nordeste. Nessa perspectiva e em face dos percentuais ora apresentados, resta evidente que a meta da região Nordeste será superada, enquanto que a de outras regiões pode não ser atingida. Assim, revela-se a viabilidade de revisão também das metas regionais.

Quantidade alcançada da meta

3.747.035 Crianças, adolescentes e jovens escolares

Data de Referência

25/01/2016

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	241.000	unidade	663.273	25/01/2016
Região Centro-Oeste	505.017	unidade	160.396	25/01/2016
Região Nordeste	2.033.595	unidade	1.631.846	25/01/2016
Região Norte	887.638	unidade	412.024	25/01/2016
Região Sudeste	2.961.661	unidade	612.352	25/01/2016
Região Sul	804.049	unidade	267.144	25/01/2016

Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.

As parcerias do PST, PELC e Vida Saudável contemplaram a iniciativa da gestão de implementação do “Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades – sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo”, destinando-se ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades- Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas. No particular dos Projetos destinados ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltados para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas, em 2015 foram continuados os 57 Projetos formalizados em 2013, sendo 24 do PST; 08 do Vida Saudável e 25 PELC. Com relação aos Eventos, em 2015 foram realizados 32 Eventos (os quais estão articulados ao proposto na meta), sendo 0 em “cidades-sedes” e 32 “nacionais”.

Desta forma, somando-se os 25 projetos/eventos obtidos em 2012, os 65 projetos/eventos obtidos em 2013, os 111 projetos/eventos obtidos em 2014 e os 32 projetos/eventos obtidos em 2015, tem-se o total de 233 projetos como resultado realizado até Dezembro de 2015, correspondendo ao percentual de 102,19 % da meta (228 projetos/eventos).

Quantidade alcançada da meta

233 Projetos esportivos

Data de Referência

25/01/2016

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	12	unidade	61	25/01/2016
Nacional	215	unidade	169	25/01/2016
Rio de Janeiro	1	unidade	3	25/01/2016

Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios

A partir de 2013 foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer. O Programa Vida Saudável promove acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foram estratificados os municípios beneficiados pelo Vida Saudável ao longo dos exercícios de 2012-2015, totalizando 90 municípios.

- 2012: 27 municípios;
- 2013: 39 municípios;
- 2014: 12 municípios;
- 2015: 12 municípios.

Considerando a descrição da meta, embora constem 27 capitais e 553 municípios, vislumbra-se que esses não são cumulativos, tendo em vista que a distribuição regional totaliza apenas 553 municípios.

Desta forma, para fins de cálculo foi levado a efeito a meta de 553 municípios (sendo 27 capitais), tendo o Vida Saudável apresentado um resultado acumulado de 90 municípios, que corresponde ao alcance global de 16, 27% dessa Meta até Dezembro de 2015.

Tendo em vista o entendimento que o indicador “município” não é compatível como orçamento destinado a esse Programa, devendo ser por “beneficiado”, sob pena de ficar comprometido seu cumprimento integral até o final do PPA (exercício de 2015).

Diante desse contexto, há que se registrar a possibilidade de revisão dessa Meta o que foi realizado na elaboração do novo PPA 2016-2019, ficando assim a Meta “Ampliar e qualificar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer para todas as idades, por meio de núcleos comunitários, preferencialmente Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável, com ênfase nas áreas de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais,” e como descritor: Beneficiados dos Programas PELC e Vida Saudável nas 27 capitais e número de agentes capacitados.

Diante dos últimos anos de restrição fiscal e da necessidade de cumprimento das atividades relativas à preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, houve um impacto significativo nos programas sociais do ME como um todo. Nesse sentido, pode-se observar uma queda acentuada nas metas relacionadas a esses programas. A expectativa é que no próximo PPA os programas possam apresentar nova trajetória em relação a seus resultados.

Quantidade alcançada da meta

90 Municípios

5 Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Data de Referência

25/01/2016

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	75	25/01/2016
Região Centro-Oeste	10	unidade	0	25/01/2016
Região Nordeste	42	unidade	4	25/01/2016
Região Norte	12	unidade	0	25/01/2016
Região Sudeste	122	unidade	8	25/01/2016
Região Sul	40	unidade	3	25/01/2016

Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportuniza o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foram estratificados os municípios beneficiados pelo PELC ao longo dos exercícios de 2012 – 2014, totalizando 291 municípios.

- 2012: 28 municípios;
- 2013: 95 municípios;
- 2014: 128 municípios;
- 2015: 40 municípios.

Desta forma, para fins de cálculo (considerando a meta de 553 municípios), o PELC apresenta um acumulado de 291 municípios e o alcance global de 52,62% dessa Meta até Dezembro de 2015.

Diante desse contexto, há que se registrar a possibilidade de revisão dessa Meta o que foi realizado na elaboração do novo PPA 2016-2019, ficando assim a Meta “Ampliar e qualificar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer para todas as idades, por meio de núcleos comunitários,

preferencialmente Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável, com ênfase nas áreas de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais,” e como descritor:

Beneficiados dos Programas PELC e Vida Saudável nas 27 capitais e número de agentes capacitados.

Diante dos últimos anos de restrição fiscal e da necessidade de cumprimento das atividades relativas à preparação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, houve um impacto significativo nos programas sociais do ME como um todo. Nesse sentido, pode-se observar uma queda acentuada nas metas relacionadas a esses programas. A expectativa é que no próximo PPA os programas possam apresentar nova trajetória em relação a seus resultados.

Quantidade alcançada da meta

291 Municípios

Data de Referência

25/01/2016

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	218	25/01/2016
Região Centro-Oeste	10	unidade	2	25/01/2016
Região Nordeste	42	unidade	23	25/01/2016
Região Norte	12	unidade	2	25/01/2016
Região Sudeste	122	unidade	28	25/01/2016
Região Sul	40	unidade	18	25/01/2016

Objetivo 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida se tornou um desafio para o Governo (em suas diversas esferas) em conjunto com as Entidades Nacionais do Desporto, nesse contexto o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte tem desenvolvido os seguintes projetos:

PREPARAÇÃO DE ATLETAS: Com o objetivo de se tornar e manter o Brasil uma potência esportiva reconhecida mundialmente, continuaram em 2015 as parcerias e programas do ME com a participação de instituições ligadas ao esporte de alto rendimento como Comitê Olímpico do Brasil, Comitê Paralímpico Brasileiro, confederações e federações esportivas, clubes, ligas, universidades e Ministério da Defesa. A preparação de atletas das Seleções Nacionais, visando o melhor desempenho nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, se encontra na sua reta final ao passo que o ME procurou alinhar e realizar os últimos ajustes nas parcerias, especialmente com os Comitês e Confederações brasileiras, visando proporcionar a melhor preparação aos atletas brasileiros. Ainda, neste ano, merece destaque o apoio do Ministério do Esporte ao Ministério da Defesa que proporcionou a participação da Delegação Brasileira no 6º Jogos Mundiais Militares, ocorrido na República da Coreia. A Delegação Brasileira contou com a presença de atletas que possivelmente

representarão o País nos Jogos Olímpicos de 2016 e terminou a competição com a 2ª colocação no quadro geral de medalhas, na frente de países como a China e da própria República da Coreia. Somam-se os efeitos da realização dos Jogos Olímpicos e os investimentos na modernização da infraestrutura esportiva feitas pelo ME nos últimos anos, que colocaram o País em evidência no cenário esportivo mundial, proporcionado ao Brasil a organização e realização de eventos internacionais de diversas modalidades esportivas. Como exemplo, destaca-se o apoio do ME à realização do Campeonato Mundial Júnior de Lutas (o 1º realizado na América do Sul), ocorrido no mês de agosto de 2015 em Lauro de Freitas-BA. O evento contou com a participação de aproximadamente 600 atletas de mais de 60 países e utilizou o Centro Pan-americano de Judô como local de competição. Ressalta-se que o Centro foi construído com recursos do Ministério do Esporte, que além de apoiar a preparação e realização de eventos para atletas de judô, também tem recebido eventos de outras modalidades, otimizando a utilização do espaço.

PROGRAMA BOLSA ATLETA E PLANO BRASIL MEDALHAS: O programa Bolsa Atleta completou dez anos em 2015, com desempenho expressivo. O programa tem como prioridade o investimento em esportes que compõem os programas dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos, para formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o país. No primeiro ano do programa, foram contemplados 975 atletas. Em 2015, o atendimento chegou a 6.131 atletas de esportes olímpicos e paralímpicos, distribuídos em cinco das seis categorias de bolsa, beneficiando desde a base até o alto rendimento. Adicionalmente, foram contemplados 1.001 atletas de esportes não olímpicos e não paralímpicos, distribuídos em duas categorias de bolsa (nacional e internacional). O crescimento é resultado do aprimoramento da Bolsa Atleta e da consolidação da iniciativa como política de Estado. Na categoria Atleta Pódio, destinada aos atletas de modalidades individuais com chances de disputar medalhas nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paralímpicos de 2016, o Programa beneficia atualmente 277 atletas divididos entre as 36 modalidades apoiadas. Essa categoria de bolsa é também uma ação do Plano Brasil Medalhas 2016, estratégia governamental que visa assegurar recursos para programas de apoio ao atleta e à construção, reforma e equipagem de centros de treinamento, de acordo com os padrões adotados pelas várias federações internacionais. Em 2015, com o objetivo de manutenção e aprimoramento das ações de apoio aos atletas de elite do Brasil, foram analisados 313 pleitos de atletas de modalidades individuais, dos quais 197 (60% masculinos e 40% femininos; 69% Olímpicos e 31% Paralímpicos) foram aprovados. Em adição o Plano Brasil Medalhas 2016 apoiou, em 2015, 157 atletas de esportes coletivos, 97 coletivos Olímpicos: 44 (Handebol), 5 (Hipismo), 24 (Voleibol) e 24 (Basquete); 60 coletivos Paralímpicos: 12 (Futebol de 5), 14 (Futebol de 7), 12 (Goalball) e 22 (Vôlei Sentado). Baseado no desenvolvimento das ações, elencadas acima, estima-se atingir os objetivos propostos para o Brasil, de alcançar a décima colocação no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e a quinta posição no quadro de medalhas dos Jogos Paralímpicos.

CIE: O Governo desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), no âmbito do PAC 2, integrando, num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica. O objetivo é a construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais, para ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado e incentivar a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos Municípios. No exercício de 2013, foram aprovados 285 projetos que resultaram em 269 Termos de Compromisso assinados, distribuídos em 253 municípios das cinco regiões brasileiras: 18 no Centro-Oeste; 75 no Nordeste; 26 no Norte; 99 no Sudeste; e 35 no Sul. Atualmente são 254 operações ativas, sendo que 95% já concluíram a primeira etapa do projeto. Essa etapa contempla a execução da Sondagem, do Projeto de Fundação e de Implantação e é primordial para a licitação da obra. Em Outubro/2015, o Ministério do Esporte divulgou a lista dos 39 CIEs autorizados ao início da obra, cujo prazo de execução estimado das obras é 180 dias, para

os Modelos 1 (ginásio) e 2 (ginásio e quadra externa descoberta), e 210 dias para o Modelo 3 (ginásio e estrutura de atletismo). Em breve, diversos CIE's estarão atendendo a população e impulsionando o esporte nacional.

REDE NACIONAL DE TREINAMENTO: A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo Governo Federal em parceria com os entes federados e universidades, para identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, tem a finalidade de: i) disseminar métodos de treinamento; ii) desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; iii) capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; iv) proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; v) modernizar instalações esportivas; vi) viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta; e vii) organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras que estão com obras em andamento e algumas que serão concluídas em 2015, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas. Até 2015, foram concluídas quatorze instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo. Ainda na modalidade atletismo, estão em execução e com previsão de conclusão em 2015, mais 08 instalações em parceria com universidades federais e Municípios, além de outras nove instalações com operações contratadas – recursos empenhados – executadas em parceria com Estados e Municípios. A Rede Nacional conta com 31 universidades, três clubes, três instalações militares, três complexos multiesportivos, cinco instalações estaduais, sete instalações municipais e uma instalação federal, além da previsão de 254 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE). Para o funcionamento da rede, são estabelecidas parcerias com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do Governo Federal, de prefeituras, da Confederação e outras instituições. Dentre esses, destaca-se o Programa Atleta na Escola que foi criado em 2013

Metas 2012-2015

Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.

No PPA 2012 a 2015 “Plano mais Brasil”, o Ministério do Esporte tinha como meta apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paralímpico, destaca-se que o percentual acumulado de apoio ao final do ciclo foi de 98,3% das modalidades. Com sucesso no apoio direto a todas as modalidades Paralímpicas, não alcançando apoio direto apenas a uma modalidade Olímpica, “Ciclismo estrada”. Das 39 modalidades olímpicas do programa “Rio 2016”, o Ministério do Esporte apoiou através dos instrumentos de repasses 38 modalidades.

Quantidade alcançada da meta

98,3 %

Data de Referência

31/12/2015

Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.

Na Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor, a Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor tem, entre seus principais objetivos, a implantação de uma política nacional de

segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, por intermédio da criação de mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de um sistema integrado de segurança do torcedor nos estádios, por isso promoveu durante todo o ano de 2015 diálogo e debates com todos os setores, entidades e órgãos ligados direta ou indiretamente ao futebol, a nível regional e nacional, com a realização, em todas as regiões do Brasil, de edições do FUTEBOL EM DEBATE - Simpósio de Prevenção à Violência no Futebol. Entre os objetivos centrais dos encontros é a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da polícia e da justiça, as quais, historicamente, são desarticuladas em todos os entes federados.

Com forte atuação em relação às Torcidas Organizadas, a Secretaria realizou Visitas Técnicas, com mediação de conflitos, em mais de 7 Estados, em parceria com a ANATORG - Associação Nacional das Torcidas Organizadas. Para promover a articulação em todos os órgãos federais, estaduais e municipais que tenham relação direta com a prevenção e o enfrentamento às questões de segurança pública dos torcedores, foram realizadas reuniões com representantes do Ministério da Justiça, do Ministério Público, das Federações de Futebol, das Polícias Militar e Civil e das Torcidas Organizadas. Essas iniciativas têm o objetivo de pacificar os estádios e arenas de futebol no país e garantir o respeito aos direitos do torcedor.

Especificamente na prevenção da violência, relacionadas às torcidas organizadas em todo o território nacional, foi realizado o IV Seminário Nacional de Torcidas Organizadas, um encontro com conteúdo e interação com representantes de mais de 110 torcidas organizadas, com renovação do Manifesto pela Paz - além de dar andamento ao Sistema Único de Cadastramento dos Torcedores, conforme previsão legal no Estatuto do Torcedor e objetivo estratégico assumido. O seminário foi realizado, especialmente para construção, apresentação e aplicação de políticas públicas, como o Projeto Torcida Cidadã, que visa atuar com inclusão social, promover ações de cidadania, valorizar as boas práticas dessas entidades, e atuar de forma continuada, acompanhando possíveis casos de violência, com soluções efetivas de mudança de mentalidade e cultura de paz.

Todos esses seminários e encontros foram importantes, também, como subsídio técnico ao processo de regulamentação do Estatuto do Torcedor.

A campanha #GritoDePaz foi lançada com grande apelo entre as torcidas, os clubes, e atletas e forte presença nas arquibancadas e online; teve por foco a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando a interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para construção de uma política e cultura de paz nos espetáculos esportivos.

As atividades se destacaram, especialmente, por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios de futebol, com andamento prioritário a implementação de nova plataforma para os laudos técnicos destes equipamentos esportivos, com intuito de promoção de maior segurança aos torcedores de todo o Brasil, e facilitação de execução das entidades e profissionais envolvidos na emissão de laudos, e na fiscalização destes, por parte do Ministério Público; a implantação do Programa Estádio+ que se divide em 3 grandes ações: SISBRACE – Sistema Brasileiro de Classificação dos Estádios, que identifica os pontos fortes e fracos de cada equipamento esportivo - arenas e estádios de futebol -, garantindo melhoramento contínuo das suas estruturas, e auxiliando os gestores de estádios e Poder Público ao caminho correto para investimento nestes espaços, com foco na segurança do torcedor, conforto, acessibilidade e estrutura; LAUTEC - Plataforma dos Laudos Técnicos; e OLHEIROS - Aplicativo de fiscalização eficiente e interação do torcedor-consumidor.

Outro ponto forte de atuação se deu com o início das tratativas para formalização de convênio e cooperação técnica entre o Ministério do Esporte, a SENACON/MJ - Secretaria Nacional do

Consumidor, do Ministério da Justiça, e os PROCON regionais, para composição de um corpo fiscalizatório específico do Estatuto do Torcedor, garantindo efetivamente os direitos do torcedor-consumidor.

Tendo por finalidade a elaboração de estudo e medidas necessárias ao aperfeiçoamento das condições de segurança nos espetáculos esportivos, o ME deu ênfase às reuniões da Comissão Nacional de Prevenção e Segurança nos Espetáculos Esportivos – CONSEGUE, dando andamento e avançando com a criação das Câmaras Temáticas, que têm por objetivo promover estudos que auxiliem os membros da CONSEGUE na tomada de decisões.

Quantidade alcançada da meta

200 Torcidas organizadas

Data de Referência

31/12/2015

Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.

A concessão de Bolsa-Atleta se divide em duas fases. Na primeira fase do pleito, destinada a atletas que compõem os Programas Olímpico e Paralímpico, foram registrados 7.182 inscritos, dos quais 6.131 foram contemplados. A segunda fase do pleito, destinada a atletas de modalidades que não fazem parte dos Programas Olímpicos e Paralímpicos, foram registrados 1303 inscritos, dos quais 1001 foram contemplados. Os atletas inscritos que não foram contemplados deixaram de preencher os requisitos para a concessão do benefício. A queda no número de contemplados é atribuída à rigidez no controle dos processos e as modificações estabelecidas na legislação.

Na categoria atleta Pódio foram indicados 65 atletas, dos quais 51 atenderam todos os requisitos de concessão e foram contemplados.

Quantidade alcançada da meta

100 %

Data de Referência

31/12/2015

Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D

No exercício de 2015, a Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT/ME tratou com muito empenho a temática da Qualificação da Gestão do Futebol, por conduzir um dos maiores marcos ao futebol brasileiro de todos os tempos, ao efetivar a Medida Provisória que se transformou na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2014 - que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades.

O Art. 19 da Lei do PROFUT cria, ainda, no âmbito do Ministério do Esporte, a APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol, com competências especificadas nos incisos I a IV, composta por representantes do Poder Executivo federal e da sociedade civil, garantida a

participação paritária de atletas, dirigentes, treinadores e árbitros, na forma do regulamento. Em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo Art. 19, que delibera a disposição sobre a organização e o funcionamento da APFUT ser realizada por meio de Decreto do Poder Executivo federal, a Presidência da República publicou o Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016.

O Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016, em seu Art. 12, trata sobre a definição de órgão da estrutura do Ministério do Esporte de apoio e assessoramento técnico à APFUT, tornando necessária a publicação de Portaria Ministerial para a referida designação. A Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor – SNFDT/ME é, naturalmente, o órgão de maior relação e sinergia com o assunto, reunindo a capacidade técnica necessária, em seu quadro de servidores, para apoio e assessoramento à APFUT; ficando, ainda, diretamente responsável pelas relações institucionais necessárias e pela recepção das despesas e demandas financeiras, logísticas e técnicas para instalação e funcionamento da Autoridade Pública de Governança do Futebol, seguindo diretrizes do Ministério do Esporte.

A Secretaria executou, ainda, seminário de gestão do futebol, em parceria com a Universidade do Futebol. E deu início aos procedimentos para estudos e desenvolvimento do Plano Diretor do Futebol, e o Marco Regulatório específico deste esporte. Foi finalizado e lançado o diagnóstico do esporte, com informações e estatísticas que geraram dados de referência nacional, sobretudo, voltado ao futebol.

O legado da Copa foi tratado também com empenho, com participação em audiências públicas no Congresso Nacional, com apresentação de relatórios e cronograma de atuação para potencialização e novos atributos.

Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros

A formalização de parcerias e convênios com governos municipais e estaduais, universidades, entidades de administração do esporte, comitês olímpico e paralímpico nacionais e entes federais, principalmente para o apoio à realização de eventos/competições esportivas, estimulam a formação de atletas e árbitros. Além do investimento direto em congressos e cursos de capacitação voltados aos atletas, árbitros, técnicos, dirigentes e estudiosos do esporte é propiciado o intercâmbio tecnológico e científico no meio esportivo. Em 2015, foram formalizados convênios e parcerias, bem como algumas delas já em execução receberam aporte orçamentário para o atendimento de aproximadamente 11.794 beneficiários entre formação e preparação de atletas, participação e realização de eventos/competições esportivas e capacitações em modalidades esportivas como: atletismo, basquetebol, boxe, ciclismo, esgrima, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica, ginástica de trampolim, golfe handebol, hipismo, judô, natação, motocross, patinação artística, pentatlo moderno, saltos ornamentais, tênis de mesa, tiro com arco, tiro esportivo, vela, voleibol, vôlei de praia, paralímpicas (atletismo, bocha, goaball, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeira de rodas, halterofilismo, judô, natação, remo, tênis de mesa, tiro esportivo, futebol de 5, futebol de 7, triatlo).

Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.

Em 2015 foi possível observar os efeitos da Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que propiciou alterações na Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), em especialmente ao acrescentar o artigo Art. 18-A a esta última legislação.

Relembrando, tal dispositivo legal estabelece que as Entidades do Sistema Nacional do Desporto que requeiram recursos públicos para o desenvolvimento de ações esportivas devem tomar medidas voltadas a modernização da gestão como: limitação de mandato de dirigentes, transparência na gestão e de dados econômicos e financeiros, garantia da representação de atletas e assegurar uma gestão democrática nas Entidades. Ao final de 2014, 9 (nove) Entidades do Sistema Nacional comprovaram o cumprimento de tais determinações junto ao Ministério do Esporte. Já no ano de 2015, 59 (cinquenta e nove) Entidades figuraram no rol de organizações privadas que comprovaram tais exigências. Destaca-se que das 59 entidades, 18 (dezoito) delas eram Entidades Nacionais de Administração do Esporte (Confederações), de modalidades incluídas nos Programas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Vale informar que a SNEAR/ME também iniciou em 2012 a utilização de um Sistema de Avaliação de Modalidades, que tinha como objetivo servir como uma ferramenta de suporte da avaliação da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte. Entre 2012 e 2014 puderam ser avaliadas 24 Entidades, por meio do Sistema, com intuito de naquele momento ser estabelecido um diagnóstico situacional das modalidades esportivas e da gestão das Entidades.

Em 2013 houve a inclusão do Art. 18-A na Lei nº 9.615/1998, sendo que em 2014 foi publicado a Portaria/ME nº 224, de 18 de setembro de 2014, que definiu os procedimentos para verificação do cumprimento das exigências agora impostas pela Lei Pelé, junto ao ME. Dessa forma o Sistema de Avaliação, bem como a metodologia empregada de avaliação, necessitava ser aprimorada e adaptada com intuito de abarcar as novas exigências legais de modernização e profissionalização da gestão das entidades. Tal aprimoramento foi realizado ao final de 2013, posteriormente sendo realizado nova coleta de dados naquele mesmo ano junto às organizações. Segue no anexo o resultado das avaliações. É intuito da SNEAR/ME futuramente aprimorar seu Sistema de Avaliação, bem como sua metodologia, para que possa ser constantemente utilizado junto às Entidades e servir de parâmetro para tomadas de decisões.

Quantidade alcançada da meta

80

Data de Referência

31/12/2015

Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.

O Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino concentrou a maior parte da execução financeira das atividades correspondentes às atribuições da Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT/ME). Entre as principais ações desenvolvidas no períodos, está o fomento ao futebol feminino, com a realização, incentivo e tratativas à realização de atividades, como: Realização da “Campeonato Brasileiro Universitário de Futebol Feminino”, por convênio com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU, com a participação de representantes dos Estados da federação; Lançamento do Edital de Chamamento Público para realização do Campeonato intitulado Liga de Desenvolvimento do Futebol Feminino Sub 20; e o edital de chamamento público para realização da Copa Brasil Escolar de Futebol Feminino.

Outros projetos, como o apoio à realização do campeonato Taça das Favelas, no Rio de Janeiro, e o edital de chamamento público para implantação do programa piloto Futebol para Todos, também são destaques dessas políticas públicas, que tem grande apelo e potencial. O FUTEBOL PARA TODOS, por exemplo, está planejado para atender mais de 100 mil pessoas diretamente, nos próximos dois anos, com forte atuação na base - futebol amador, no futebol feminino, e nos

campeonatos inclusivos, atendendo todos os Estados do Brasil, e diversos municípios, especialmente, com IDH baixo.

Realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho "Futebol Feminino em Ação", instituído através de Portaria do Ministério do Esporte, com objetivo de debater melhorias para o desenvolvimento do futebol feminino, reforçando o interesse pelo futebol como uma disciplina que ajuda em diversas áreas, como aprender melhores técnicas, trocar experiências sobre os desafios que implicam na atuação da mulher em um esporte tradicionalmente masculino e a prevenção de violência.

Foi promovido, ainda, mais uma edição do “Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino”, realizado com o apoio da Caixa Econômica Federal e da Confederação Brasileira de Futebol – CBF. No estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino, foram realizadas várias atividades de estruturação, e valorização da história e das atletas que construíram o futebol feminino no Brasil, com as providências e o incentivo à realização do Campeonato Master de Futebol Feminino.

Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.

A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Instituída por meio da nova Lei nº 12.395/2011, tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais.

A ação articulada tem a finalidade de disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas; e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta. Objetiva organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede integra os centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade e requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas. As obras são de responsabilidade da parte conveniada com o ME, tendo a Rede Nacional conexão com o programa Atleta na Escola, criado em 2013, e com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do governo federal, de prefeituras, da confederação e outras instituições.

Atualmente temos 31 universidades, 3 clubes, 3 instalações militares, 3 complexos multiesportivos, 5 instalações estaduais, 7 instalações municipais e 1 instalação federal, além da previsão de 254 CIEs.

Em 2015 foram investidos aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, aplicados na modernização, ampliação e construção de espaços destinados à prática de esporte, desses R\$ 801,4 milhões foram aplicados

em equipamentos na área de esporte educacional, recreativo e de lazer. Foram investidos R\$ 289,6 milhões para modernização da infraestrutura qualificada à prática do esporte de alto rendimento com vistas à preparação de atletas para os Jogos Rio 2016.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil é uma oportunidade de investimentos para a ampliação do esporte de alto rendimento e do esporte de base, reduzindo as desigualdades regionais na prática do esporte. Até 2015, foram concluídas 14 instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo, além de outras oito instalações com operações contratadas – recursos empenhados –, executadas em parceria com Estados e Municípios.

Objetivo 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Sediar a Copa do Mundo foi uma oportunidade histórica para o Brasil de acelerar projetos de desenvolvimento econômico e social, alavancar investimentos em infraestrutura urbana e incrementar a promoção do país no cenário internacional. O resultado dos investimentos da Copa do Mundo em receitas foi na ordem de USD 7.2 bilhões, abrangendo a criação de 14 milhões de postos de trabalho nos últimos quatro anos de preparação para o evento, segundo dados da FGV. A missão assumida pelo Ministério do Esporte de coordenar os Planos Operacionais para a Copa do Mundo e o monitoramento da execução das obras apresentadas na Matriz de Responsabilidade foi muito bem sucedida e demonstra o alcance pleno de seus objetivos propostos com a aprovação absoluta do mundial pelo público e pela mídia. Para o alcance destes objetivos o Ministério do Esporte contratou consultoria – Consórcio PWC apoio ao gerenciamento da Copa do Mundo FIFA 2014 – com vistas ao apoio necessário para execução eficiente da missão de coordenar a organização do evento, habilitando o órgão para a definição e implementação das ações para que a Copa do Mundo FIFA 2014 fosse tecnicamente bem implantada, dentro do cronograma e orçamentos de referência e com a qualidade prevista. Este contrato teve a duração de 18 meses, abrangendo a preparação do evento, o monitoramento das atividades durante a Copa e a análise pós evento, ocorrendo seu término em maio de 2015. A liderança do Governo Federal na gestão integrada de atores públicos demonstra a capacidade deste País em vencer o desafio de organizar um mundial de futebol, com um sistema de governança participativa sem precedentes, que coordenou esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado. A estrutura planejada foi fundamental no sucesso da realização dos 64 jogos nas 12 mais modernas arenas do Brasil – sete das quais ganharam certificações internacionais na adoção de conceitos de sustentabilidade. Elas receberam 3.429.973 torcedores, o segundo maior público de todas as edições do mundial. O trabalho permitiu receber com segurança e tranquilidade pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades; 3.056.397 de turistas brasileiros e dos torcedores que participaram das “Fan Fests” e festas de rua. O sucesso do planejamento também se evidencia com a ausência de problemas de mobilidade urbana, seja no transporte coletivo municipal ou interestadual; com o movimento recorde nos aeroportos da Copa, que registraram 16,7 milhões de passageiros, e também no sucesso do planejamento da segurança, com a criação dos Centros Integrados de Comando e Controle, que unificou os esforços das polícias e da Defesa e garantiram a paz e a tranquilidade do evento. Além das diversas ações que consagraram a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 como a primeira a adotar conceitos de sustentabilidade em todas as cadeias de preparação do evento, ressalta-se também os projetos sociais, que incrementaram e promoveram a promoção da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar que beneficiaram centenas de grupos e associações de produtores na produção de kits para o voluntariado, devendo-se ainda considerar as iniciativas que beneficiaram cooperativas e catadores de lixo. O planejamento também foi fundamental para que as operações nas áreas de energia – que não registrou nenhum problema durante todo o evento –

telecomunicações, saúde, cultura, turismo e voluntariado garantissem a realização da Copa das Copas no Brasil.

Metas 2012-2015

Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários

Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18 mil voluntários, visto que foi constatado que o quantitativo de 1.500 voluntários por cidade-sede supre a necessidade local de apoio voluntário ao evento Copa do Mundo FIFA 2014.

Contudo, durante a Copa do Mundo FIFA 2014 foi concretizado o apoio de 6.156 voluntários, os quais aderiram ao Programa Brasil Voluntário e foram convocados após o cumprimento de documentação e seguro de vida.

Quantidade alcançada da meta

6.156 Voluntários

Data de Referência

25/01/2016

Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas

Na qualidade de coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA – e do Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – GECOPA –, o Ministério do Esporte - ME teve por atribuição coordenar a organização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no âmbito do Governo Federal, por meio da realização de ações relacionadas ao planejamento, execução e acompanhamento da preparação para o evento. Esse papel incluiu o planejamento da operação da Copa das Confederações 2013, bem como da Copa do Mundo 2014.

A ação do ME teve como principal foco, a partir de dezembro de 2013, os Planos Operacionais para a Copa do Mundo das diversas áreas temáticas incluídas no GECOPA, quais sejam: Telecomunicações, Energia, Segurança, Transporte e Mobilidade, Aeroportos, Acomodações e Receptivo Turístico, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Cultura e Voluntariado. Em reuniões presenciais realizadas em todas as cidades-sede (Reuniões de Integração e Validação dos Planos Operacionais), com participação das equipes das Pastas federais e dos representantes dos governos estaduais e municipais envolvidos na preparação para o evento, levantaram-se as demandas e ações necessárias para a execução dos planos em cada área temática, bem como possíveis entraves e suas respectivas soluções. Após os encontros, foram elaborados diagnósticos para cada cidade-sede, com encaminhamentos, prazos e respectivos responsáveis. Na etapa seguinte, o Ministério do Esporte monitorou a execução dos encaminhamentos, intervindo, quando necessário, junto ao órgão participante do GECOPA que detivesse a responsabilidade pela área temática em questão. Finalmente, durante a realização da Copa do Mundo, os Planos Operacionais de todas as áreas – e a articulação entre eles – foram postos em prática pelos órgãos governamentais, com monitoramento por parte do Ministério do Esporte.

Ao fim do processo, a análise de resultado alcançado mostrou a eficiência e eficácia do processo de coordenação deste ME, não tendo ocorrido ao longo do evento qualquer problema significativo que tenha impedido o sucesso obtido na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento

O Plano de Comunicação Integrada, instituído pelo GECOPA para a projeção da imagem do Brasil atendeu plenamente as metas fixadas, apresentando como resultado a recepção de 1.015.035 estrangeiros de 202 países, entre 23/05 e 13/07, visitando 491 municípios, gerando US 1,4 bi divisas de 01/06 a 23/07, tendo 83% declarado que o Brasil atendeu plenamente ou superou suas expectativas. Em contrapartida, o evento contou com a participação de 3.056.397 de turistas brasileiros.

Além disso, 20.000 profissionais de comunicação estiveram cobrindo a Copa do Mundo, entre brasileiros e de outros 113 países credenciados pela FIFA.

Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento

O Governo Federal realizou análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades.

As deliberações do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) foram publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

A partir do monitoramento da execução das obras apresentadas na Matriz de Responsabilidades, foi realizada análise crítica dos empreendimentos tendo-se por consequência a retirada de alguns projetos da Matriz, deliberação esta que foi referendada pelo GECOPA por meio de Resolução.

Com o intuito de atender o princípio da transparência, e dando continuidade ao monitoramento dos empreendimentos, foram realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede e dos órgãos federais temáticos para atualização de datas e valores, e debatidos os resultados das ações, com o objetivo de informar à sociedade o Balanço Final da Copa (6º Balanço), que foi publicado no dia 24 de dezembro de 2014, tendo como referência a data de 31 de julho de 2014.

Objetivo 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Com o intuito de viabilizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, varias obras iniciadas em 2013 já estão em fase de conclusão. Atualmente as obras relacionadas diretamente aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, estão com uma média geral de 95% de execução física (<http://www.cidadeolimpica.com.br/andamento-das-obras/> - Data base 31/12/2015), cabe ressaltar que a média em relação aos desembolsos é menor, pois varias frentes de obras sofreram alterações nos projetos executivos, e permanecem em analise pela Mandatária da União – Caixa Econômica

Federal. As obras Olímpicas e Paralímpicas na Cidade do Rio de Janeiro compreendem os Complexos Esportivos da Região da Barra, Região de Deodoro, Região Copacabana e Região Maracanã, além dos investimentos em Centros de Treinamento, com maior concentração na Cidade do Rio de Janeiro, além daqueles em construção espalhados pelo país. Destacamos algumas obras de extrema relevância para os Jogos e posterior legado:

Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem – LBCD: Outro ponto de grande destaque é o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem - LBCD, localizado no Pólo de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integra, conjuntamente com outros laboratórios, o LADETEC – IQ. Atualmente, o LBCD conta com uma equipe formada por cerca de 80 profissionais, entre professores, pesquisadores e técnicos especialistas em operações de controle de dopagem. Em maio de 2015, após um rígido programa de testes e auditoria, o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem foi recredenciado pela Agência Mundial Antidopagem (WADA-AMA) para atuar no controle de dopagem de eventos-testes dos Jogos Rio 2016, das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro. Além da realização de análises de amostras destinadas ao Controle de Doping, fundamental para o respeito à ética desportiva, à proteção da integridade física dos atletas e à promoção de condições de igualdade entre competidores, o LBCD constitui-se um amplo espaço acadêmico, com modernas instalações e equipamentos de última geração, destinados à formação de profissionais de excelência.

Centro de Formação Olímpica: Fortaleza (CE): O Nordeste terá em breve uma das estruturas mais modernas do mundo para treinamentos e competições de 26 modalidades olímpicas e paralímpicas. O Centro de Formação Olímpica do Nordeste, que está sendo construído em frente à Arena Castelão, em Fortaleza, vai fazer parte da Rede Nacional de Treinamento que vem sendo estruturada pelo Ministério do Esporte em todo o país. A obra começou em agosto de 2013 e deve ser totalmente entregue no primeiro semestre de 2016, mas uma parte das instalações já foi entregue. Em setembro de 2014 ficou pronta a pista de skate. Em dezembro de 2014, foram entregues alojamento para 248 atletas, áreas de ginástica olímpica e rítmica, lutas e tênis de mesa, academia, refeitório, cozinha industrial, recepção, salas médicas, vestiários, ala das confederações e biblioteca. O projeto do novo equipamento tem área total de 85.922,12 m², sendo 45.117,87 m² de área construída, e fazem parte do legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. A decisão dos organizadores dos Jogos é levar seus benefícios para todos os estados do país. Por isso, o Governo Federal incluiu o Centro de Formação Olímpica do Nordeste no PAC 2 e no Plano Brasil Medalhas 2016, que destina recursos para construção e reforma de Centros de Treinamento em diversos estados. O financiamento é conjunto de parceria entre o governo estadual e federal. O investimento do Estado do Ceará é de R\$ 19,8 milhões e da União é de R\$ 215 milhões, totalizando R\$ 234,8 milhões. As atividades no Centro de Formação Olímpica do Nordeste contemplarão do esporte de base ao topo do alto rendimento.

O centro abrigará o maior ginásio multiuso climatizado do Brasil, com cadeiras retráteis e capacidade para até 21 mil pessoas. O novo equipamento também vai ter quadras, salas para lutas, piscinas olímpicas, pista de atletismo, campo de futebol, pistas de skate e BMX, quadras de vôlei de praia e de tênis (saibro). Além disso, terá camarotes, bares, salão, praça de alimentação e hotel para até 248 atletas. Para os Jogos Olímpicos de 2016, o novo equipamento será usado como base para delegações estrangeiras no período de aclimatação. As 26 modalidades olímpicas e paralímpicas são atletismo, natação, badminton, nado sincronizado, basquete, pentatlo moderno, boxe, rúgbi, ciclismo, tênis, handebol, taekwondo, esgrima, tênis de mesa, futebol, tiro com arco, ginástica, triatlo, levantamento de peso, voleibol, hóquei sobre grama, vôlei de praia, judô, pólo aquático, lutas e saltos ornamentais. Além dessas, haverá futsal e caratê. A responsabilidade pela construção é do governo do estado do Ceará.

Outras parcerias foram formadas com o Ministério da Defesa para diversas ações, entre elas:

- Obras do Complexo Desportivo da UNIFA, para Atender Atividades Relativas ao Treinamento de Atletas de Alto Rendimento para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;
- Obras do Complexo Desportivo do Clube da Aeronáutica, localizadas no cluster da Barra para Atender Atividades Relativas ao Treinamento de Atletas de Alto Rendimento para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 - UNIFA;
- Obras de Instalação de Pista de Atletismo do Clube da Aeronáutica, no Cluster Barra da Tijuca, com a finalidade de atender atividades relativas ao treinamento de atletas de alto rendimento que participarão dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016 - UNIFA;
- Criação de Infraestrutura Necessária ao Apoio para Treinamento das Equipes Olímpicas de Futebol, Voleibol, Saltos Ornamentais, Pólo Aquático e Levantamento de Peso – CEFAN;
- Implementação de Melhorias na Infraestrutura, Reparelhamento desta Organização Militar, para a Garantia da Excelência na Preparação e Treinamento dos Atletas do Time Brasil para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 - Escola Naval;
- Aquisição de Equipamentos/Materiais de Taekwondo, Necessários a Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, e posterior legado;
- Aquisição de Embarcações de Apoio, necessários a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, e posterior legado – CEFAN, CPRJ, CADIM, CIASC e CMATFN;

Essas ações do Ministério do Esporte dentro das várias etapas que se seguem para a entrega dos equipamentos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Destacamos que a gestão dos recursos orçamentários e financeiros sofreu contingenciamentos que impossibilitou a execução total dentro do período do PPA 2012-2015. Entretanto destacamos que as ações do Ministério foram sempre no sentido de ajustar os cronogramas e execuções juntos aos parceiros envolvidos na execução para que os empreendimentos não sofressem paralisações e isso acarretasse atrasos nas entregas previstas, de modo a garantir o sucesso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Metas 2012-2015

Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

O Governo Federal, através da integração de varias áreas, e, conseqüentemente, através do próprio Ministério do Esporte, tem ampla atuação na cadeia de decisões que envolvem a plena execução dos esforços que estão sendo realizados para honrar os compromissos assumidos, desde a candidatura até a promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Nesta perspectiva, salienta-se o papel da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público interfederativo formado pelo Governo Federal, Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro. Criada pela Lei Federal nº 12.396, de 21 de março de 2011, a APO é uma das garantias oferecidas pelo Brasil ao Comitê Olímpico Internacional (COI), durante a candidatura da cidade do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O objetivo da instituição é coordenar as ações governamentais para o planejamento e a entrega das obras e dos serviços necessários à realização dos Jogos.

O primeiro presidente da APO, escolhido pela Presidente da República, foi Márcio Fortes de Almeida, ex-Ministro das Cidades. O General Fernando Azevedo e Silva teve seu nome aprovado pelo Senado Federal em 14 de outubro de 2013 e presidiu a APO até o dia 13 de março de 2015, quando o diretor-executivo Marcelo Pedrosa foi nomeado presidente em exercício da instituição.

O Decreto da presidencial, de 13 de setembro de 2012, criou o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), competente para definir as diretrizes e ações do governo federal para a realização dos Jogos Rio 2016 e para supervisionar os trabalhos do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), sem prejuízo das competências da Autoridade Pública Olímpica (APO). Cabe ao GEOLIMPÍADAS aprovar e coordenar as atividades do Governo Federal referentes aos Jogos Rio 2016 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, ou financiadas com recursos da União. O GEOLIMPÍADAS é formado por representantes dos Ministérios do Esporte – que o coordena –, da Casa Civil da Presidência da República, da Justiça, da Defesa, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União.

Além do que está foi e esta sendo executado, o Ministério do Esporte promove a manutenção das ações iniciadas em exercícios anteriores e que contribuem para o alcance da meta:

- Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com duas equipes, uma em Brasília/DF e outra no Rio de Janeiro/RJ;
- Contratação de Consultorias Especializadas;
- Desenvolvimentos de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Município do Rio de Janeiro e a APO - Autoridade Pública Olímpica.
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO.

Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo

Apesar dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, terem como sede a Cidade do Rio de Janeiro, o Ministério do Esporte, tem como principais objetivos além da realização dos jogos, o legado que os jogos deixarão para o país e para as próximas gerações.

O legado, não está restrito somente às ações regionais na sede dos jogos e, sim, na expansão do esporte e na inclusão social em todo o país através do esporte. Destacamos que as ações inerentes ao legado são tratadas de forma a identificar as necessidades, histórico e vocação que determinada cidade/região tem com determinadas modalidades, e viabilizar sensivelmente a prática esportiva, de modo a maximizar os resultados esperados, através da análise e verificação dos planos de uso dos equipamentos esportivos.

Desde o início o Ministério do Esporte tem por objetivo pluralizar as ações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, desta forma continuará a desenvolver e priorizar as proposições que focam no esporte de alto rendimento, mas que trazem consigo a necessidade social do país, que outrora não teve os investimentos que estamos realizando neste momento. Podemos citar os Centros de Iniciação ao Esporte - CIE, que tem como objetivo ampliar a oferta de infraestrutura de

equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O Ministério do Esporte desenvolveu a concepção no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Para o Programa CIE foram assinados 269 Termos de Compromisso com um orçamento estimado de R\$ 956.000.000,00, estando ativos 254 termos em um total de 240 Municípios, distribuídos em todas as regiões do País e que serão construídos em 3 modelos diferentes. A citar: Modelo I – Ginásio Poliesportivo, Modelo II – Ginásio Poliesportivo + Quadra Externa Descoberta e Modelo III – Ginásio Poliesportivo + Estruturas de Atletismo. Ao final do ano de 2015, 96% dos contratos ativos estavam com a Situação da 1ª Etapa entregue, caracterizando um total de 244, dos 254 Termos de Compromisso ativos.

Porém, em função dos contingenciamentos ocorridos, apenas 39 CIE's foram autorizados a iniciar as obras no ano de 2015, caracterizando 15,35% do total de CIE's ativos. Além dos 39 CIE's que tiveram o início de obra autorizada, mais 21 CIE's estão aptos a iniciarem as obras (8%), mas o Ministério não está com disponibilidade de recursos e 42 (16,53%) estão com a licitação em andamento.

Diante do exposto, informamos que a execução ficou abaixo do esperado em razão dos contingenciamentos ocorridos, com 6% executado em relação ao total previsto. Entretanto se houvesse maior disponibilidade orçamentária, seria possível ter alcançado a meta. Desta forma, as obras estão a evoluir de forma a satisfazer as necessidades e possibilidades deste Ministério. As Instalações de Treinamento foram priorizadas, em função da urgência em construir, reformar, ampliar e/ou adaptar esses lugares, a fim de garantir que as equipes possam realizar os treinamentos adequados para obtenção do sucesso Olímpico e Paralímpico nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Compõem os Centros de Treinamento as seguintes instalações:

- Transferência E Remontagem Do Velódromo Do Rio De Janeiro/RJ Para Pinhais/PR (6,99% de Execução);
- Criação de Infraestrutura Necessária ao Apoio para Treinamento das Equipes Olímpicas de Futebol, Voleibol, Saltos Ornamentais, Polo Aquático e Levantamento de Peso – CEFAN (32,02% de Execução).
- Obras do Complexo Desportivo da UNIFA, para Atender Atividades Relativas ao Treinamento de Atletas de Alto Rendimento para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 – UNIFA (37,00% de Execução);
- Instalação De Treinamento Olímpico – Universidade Federal Do Rio De Janeiro/RJ (43,87% de Execução);
- Implementação de Melhorias na Infraestrutura, Reaparelhamento desta Organização Militar, para a Garantia da Excelência na Preparação e Treinamento dos Atletas do Time Brasil para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 - Escola Naval (87,96% de Execução);
- Obras do Complexo Desportivo do Clube da Aeronáutica, localizadas no cluster da Barra para Atender Atividades Relativas ao Treinamento de Atletas de Alto Rendimento para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 – UNIFA/CAER (16,26% de Execução);

Quantidade alcançada

52,93

Data de Referência

31/12/2015

4.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

O Ministério do Esporte - ME teve uma Proposta Orçamentária (PLOA 2015) no valor de R\$ 2,5 bilhões e posteriormente uma dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2015, somada aos créditos adicionais e emendas parlamentares, no montante de R\$ 3,221 bilhões (excluindo Pessoal, Transferências Obrigatórias por Legislação e Créditos Extraordinários), para a qual foi concedido um Limite de Execução Orçamentária de 1,967 bilhão, o que possibilitou uma realização de despesa total em empenhos no montante de R\$ 1,962 bilhão, ou seja, 99,74 % do referido Limite, conforme quadro abaixo:

Execução do Limite Orçamentário 2015 (Exceto Pessoal, Transferências Obrigatórias e Créditos Extraordinários) - Ações Agrupadas por Setor

Ações Orçamentárias por SECRETARIAS	LOA 2015 + CRÉDITOS	LIMITE ORÇAMENTÁRIO	TOTAL EMPENHADO DA LOA 2015 + CRÉDITOS	PERCENTUAL EMPENHADO DO LIMITE CONCEDIDO
Ações de ESPORTE EDUCACIONAL LAZER E INCLUSÃO SOCIAL/ SNE LIS	167.976.649,00	157.926.039,22	157.926.039,22	100%
Ações de ALTO RENDIMENTO/ SNEAR	510.855.193,00	470.270.569,92	470.270.569,92	100%
Ações da programação SNEAR PAC	1.640.075.905,00	952.860.947,00	953.666.809,20	100%
DEMAIS (SNFDT/ABCD/APO)	148.042.010,00	144.252.798,06	144.252.798,06	100%
TOTAL – Ações ME - SEM EMENDAS	2.466.949.757,00	1.725.310.354,20	1.726.116.216,40*	100%
Emendas de Comissão e Bancada nas ações do ME	387.842.180,00	86.767.568,80	86.281.396,92	99%
Emendas Individuais Impositivas nas ações do ME	366.575.065,00	155.910.391,00	150.429.681,90	96%
TOTAL ME	3.221.367.002,00	1.967.988.314,00	1.962.827.295,22	99%

Fonte: SIAFI

* Valor empenhado maior que limite orçamentário devido à variação cambial em alguns destaques orçamentários.

O Limite de Execução Orçamentária e Financeira foi estabelecido pelo Decreto Nº 8.456 de 22/05/2015, e suas alterações por Decretos posteriores, e Portarias dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, finalizando o ano com o Decreto Nº 8.581 de 03/12/2015 e suas Portarias de alteração. Após o fim do exercício 2015, os Limites Finais foram publicados pela Portaria Nº 4, de 6 de janeiro de 2016 (DOU de 08/01/2016), que encerrou o exercício fixando um contingenciamento orçamentário de R\$ 1,25 bilhão, ou seja, 39% da dotação orçamentária autorizada na LOA 2015 até o fim do exercício, para as despesas discricionárias do Ministério do Esporte, o que afetou de forma relevante o desenvolvimento do conjunto das ações.

Devido a essa limitação orçamentária, a realização das Despesas Discricionárias no Ministério do Esporte, por empenho, foi o correspondente a 61% da LOA 2015, incluindo emendas e créditos adicionais, conforme quadro abaixo, que também mostra o impacto do contingenciamento nos vários setores do Ministério, após a distribuição do limite:

Execução da Dotação Orçamentária 2015 (Exceto Pessoal, Transferências Obrigatórias e Créditos Extraordinários) - Ações Agrupadas por Tipo de Programação Orçamentária

R\$

Tipo de Programação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Empenho da LOA Inicial	% Empenho da LOA + Créditos
Programação ME*	952.192.544,00	826.873.852,00	772.449.407,20	81%	93%
PAC (SNEAR)	1.518.942.400,00	1.640.075.905,00	953.666.809,20	63%	58%
Emendas de Comissão e Bancada	380.242.180,00	387.842.180,00	86.281.396,92	23%	22%
Emendas Individuais Impositivas	366.225.065,00	366.575.065,00	150.429.681,90	41%	41%
TOTAL Despesas Discricionárias	3.217.602.189,00	3.221.367.002,00	1.962.827.295,22	61%	61%

Fonte SIAFI

O percentual de execução em relação à Dotação Atualizada na “Programação ME”, apurado ao fim do exercício 2015, se ampliou em virtude do oferecimento de muitas dotações destinadas à contribuição para Crédito Especial e Créditos Extraordinários, por orientação da Secretaria de Orçamento Federal/MP, para atendimento de necessidades de despesas em 2015 e 2016 (reabertura de crédito) em Infraestrutura (SNEAR) e Publicidade (PUP) das Olimpíadas, e também para emendas de infraestrutura de Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer (SNEAR). Tal fato pode ser observado ao compararmos a execução referente à LOA Inicial com a execução da LOA Atualizada, conforme apresentação no quadro acima.

No que se refere à regionalização das ações, excluindo-se as emendas, a quase totalidade é destinada ao âmbito nacional, valendo a observação de que, no que se refere aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, existe uma grande concentração da execução das despesas na cidade do Rio de Janeiro nos últimos exercícios, referentes às infraestruturas Olímpicas e para realização e organização do referido evento esportivo.

Diante das dificuldades encontradas com as restrições orçamentárias e financeiras impostas pelo contingenciamento principalmente dentro dos limites orçamentários que são da Programação ME e não pertencem ao PAC, a priorização na execução do Ministério foi destinada às ações do esporte de alto rendimento (SNEAR/mais de 60%), mais especificamente as diretamente relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e também na execução das ações de esporte educacional, lazer e inclusão social (SNELIS/mais de 20%), mais direcionadas aos projetos educacionais e de inclusão social. A gestão das demais ações da Pasta tem buscado a mesma eficiência com menos recursos, executando seus recursos orçamentários, observando sempre suas necessidades mais importantes e urgentes, para uma distribuição de limites, dentro do órgão, de forma otimizada e tempestiva (Ações SNFDT/APO/ABCD/ mais de 18%).

O projeto da LDO 2015 encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional estabeleceu no art. 4º que as prioridades da Administração Pública Federal para o referido exercício restringiam-se às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao Plano Brasil Sem Miséria - PBSM, não havendo, portanto, a ampliação do rol de prioridades, mediante a inclusão de ações na forma do ANEXO VII - PRIORIDADES E METAS (VETADO na LDO), visando manter a organização dos esforços do governo para melhorar a execução, monitoramento e controle de suas prioridades já elencadas.

Portanto, vale registrar que, no caso do ME, as ações pertencentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ou seja, “14TQ” e “14TR” e “8785” tiveram execução (empenho X dotação final) de 60,76 %, 35,92 % e 100%, respectivamente, e como são ações que concorrem pelo mesmo tipo de Limite Orçamentário (Limites PAC), fica clara a priorização destinada à execução de despesas dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016 (14TQ). Entretanto, se analisarmos a execução em conjunto, das três únicas ações do PAC no ME citadas acima, poderemos verificar um total empenhado que corresponde a 57,80 % das dotações autorizadas para o PAC, e priorizadas na LDO 2015.

Vale registrar que as ações “09HW”, “5450”, “14TP” que tem sido relacionadas nos anexos de prioridades e metas das Leis de Diretrizes Orçamentárias anteriores, ainda sim tiveram execução acima de 50% (empenho x dotação), registrando-se que no caso na ação “5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer”, as emendas parlamentares, nela contidas, foram excluídas da análise, uma vez que dependem de liberação de limite específico ao longo do ano.

No que tange aos fatos mais relevantes na execução de 2015, vale mencionar que o Ministério do Esporte – ME, mesmo com sua mobilização voltada para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, teve grande participação na realização dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas – JMPI, por meio da PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 112, DE 23 DE ABRIL DE 2015. O ME então assumiu despesas de R\$ 48,3 milhões, dos quais R\$ 38,3 milhões não estavam inicialmente previstos em sua programação.

Os JMPI foram executados por meio de PRODOC/PNUD – BRA/15/003, com previsão inicial de aporte R\$ 34 milhões, assim rateados: ME R\$ 10 milhões; MAPA R\$ 10 milhões; e captação privada R\$ 14 milhões; porém não houve a efetivação dos recursos externos, tendo o ME que honrar com despesas totais, inclusive da Revisão Substantiva, de R\$ 14,3 milhões. Houve acordo com Ministério da Fazenda de futura liberação de R\$ 25 milhões, em recursos extras para o ME suportar a realização desse grande evento. Porém esse compromisso não foi efetivado em limite extra, havendo apenas o remanejamento de R\$ 35 milhões de limite financeiro oriundos do PAC do próprio ME. Ao final, num esforço para apoiar os JMPI, a Secretaria SNELIS promoveu uma reprogramação dos seus planos orçamentários, disponibilizando o valor de R\$ 45 milhões.

No que se refere aos créditos adicionais de valor expressivo no exercício de 2015, vale citar a reabertura de crédito extraordinário, no início do exercício, na ação 5450 no valor de R\$ 119.310.000 referente ao DECRETO DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015 para “Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer”.

Já no mês de agosto, destacamos dentre os créditos relevantes, o referente ao DECRETO DE 20 DE AGOSTO DE 2015 que cancelou o valor de R\$ 20.439.053,00 na ação “14TQ - Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016” para serem remanejados ao Ministério da Defesa. O Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte - ME/Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR, concluiu o levantamento de terrenos para a construção dos complexos esportivos que atenderiam as multi-arenas, onde seriam realizados os eventos esportivos. Uma das conclusões desse estudo é transferência do Autódromo de Jacarepaguá (Barra) para uma área jurisdicionada ao EB, em Deodoro. Em razão desta transferência, e de demais manobras que exigiriam adequações das estruturas Militares, em 2012 foi apresentado o montante de R\$ 65.953.951,56, pelo EB., e deste valor o ME repassou, em 2012, o valor de R\$ 2.939.095,76 e, em 2014, o valor de R\$ 42.575.802,77. Portanto a transferência de R\$ 20.439.053,03, por meio de crédito, aconteceu em 2015 para que o ME cumprisse com o acordado, e o EB pudesse executar as obras de adequações do CIOpEsp - Centro de Instrução de Operações Especiais.

O crédito expressivo no mês de outubro foi do DECRETO DE 8 DE OUTUBRO DE 2015, de publicação em 09 de outubro de 2015, que cancelou o valor de R\$ 107.000.000,00 na ação “14TQ - Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016” para serem remanejados R\$ 100.000.000,00 ao Ministério de Minas e Energia (UO 71118), visando atender a necessidade de suprimento de energia elétrica temporária das Olimpíadas Rio 2016, contemplando o financiamento, projeto, instalação, manutenção e operação dos equipamentos necessários; e o valor de R\$ 7.000.000,00 foi destinado ao Ministério da Justiça para atendimento de despesas relacionadas à segurança do evento das Olimpíadas e Paraolimpíadas Rio 2016, para cumprimento dos compromissos assumidos na segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, possibilitando a contratação de serviços e/ou aquisição de equipamentos e materiais, dentro dos prazos legais estabelecidos, a fim de cumprir com todos os ritos de segurança necessários a realização do evento.

Em dezembro, nos últimos dias do exercício 2015, sob orientações e solicitações urgentes da Secretaria de Orçamento Federal, foram elaborados mais dois créditos importantes: o Crédito Especial por meio da LEI Nº 13.238, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 que acrescentou R\$ 113.600.000,00 no ME, destinando R\$ 106.000.000,00 para ação “14TQ - Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016” e R\$ 7.600.000,00 destinados à ação “5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer”, com cancelamentos nas dotações de ações do ME (ações 20EE, 09HW 20D8 e 20JO); e o Crédito Extraordinário da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 709, DE 30 DE DEZEMBRO 2015 que suplementou R\$ 47.536.000,00 no ME, destinando R\$ 37.536.000,00 para “ação 5450” e R\$ 10.000.000,00 para ação “4641 - Publicidade de Utilidade Pública”, com cancelamentos nas dotações de ações do ME (09HW, 20JO, 20JQ, 20YA, 2000, 211Z).

Vale registrar que, pela efetivação no SIAFI, do Crédito Extraordinário da citada Medida Provisória Nº 709 de 30 de dezembro de 2015, que exigiu urgência com prazo curto para decisão e procedimentos do Setorial no momento de sua elaboração e oferta de créditos, já escassos para as compensações exigidas, e com prejuízo no tempo das completas verificações necessárias nas contas das dotações oferecidas, houve uma inversão de conta no último dia do ano, que gerou uma diferença de R\$ 222.384,00 na dotação da ação “211Z - Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem”, produzindo um valor de dotação inferior ao valor empenhado nesta programação. Após a inversão ocorrida, no último dia do ano, não houve alternativa para uma solução simples e rápida dentro deste órgão, ainda no fim de 2015, uma vez que todas as demais dotações da referida ação orçamentária foram utilizadas no citado Crédito Extraordinário, e a maior parte de seus empenhos já estavam liquidados e pagos.

Diante do citado problema, na primeira semana de 2016, o ME buscou solução com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP e junto à Coordenação de Contabilidade - CCONT/MF antes do fim do prazo de ajuste (07/01/2016), por meio de mensagens de e-mail, Mensagem SIAFI de 07/01/2015 à CCONT/MF, telefonemas, e Ofício Nº 01/2016/CGOF/DPGE/SE/ME de 18/01/2015.

No entanto, não houve êxito na busca de uma solução alternativa, com base nas respostas recebidas, depois do prazo já vencido (resposta final SOF - 08/01/2015 e resposta final CCONT - 12/01/2015), o que nos tirou a possibilidade de ainda utilizar o tempo restante para realizar a última alternativa, que seria a de negociar, com a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD, o cancelamento de seus importantes empenhos já liquidados e pagos, visando anular o problema na dotação de sua ação, que estava inferior ao empenhado.

Em resposta do Ministério da Fazenda, no Ofício Nº 7/2016/SUCON/STN/MF-DF de 22 de janeiro de 2016, foi orientado, ao ME, a inclusão de justificativa para o fato em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e na Declaração do Contador a ser emitida pela Setorial Contábil.

Apesar do valor da diferença citada ser relativamente baixo e sem conseqüências na execução do crédito extraordinário envolvido, que não foi integralmente executado em 2015, e já foi publicado, em 2016, por reabertura de crédito já ajustada (subtraído do valor da diferença), entendemos que este é um comentário válido para o devido entendimento dos valores de execução da ação “211Z - Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem”.

Créditos Extraordinários

R\$

Tipo de Programação Orçamentária	Dotação	Despesas Empenhadas
PUP	10.000.000,00	10.000.000,00
SNEAR	156.846.000,00	38.670.993,02
TOTAL	166.846.000,00	48.670.993,02

Fonte SIAFI

Na parte referente aos créditos extraordinários, o quadro acima demonstra a execução e as dotações em 2015, que não foram totalmente empenhadas neste exercício, e tiveram seus créditos, sem execução, reabertos em 2016.

Em relação aos Restos a Pagar em 2015, o ME enfrentou dificuldades com o baixo Limite Financeiro do exercício 2015, pois ao longo do ano, as necessidades de pagamento das despesas do exercício tiveram grande concorrência com as necessidades de pagamento de Restos a Pagar, com a agravante de existirem pagamentos urgentes relacionados aos Jogos Olímpicos de 2016 a serem administrados neste cenário.

Vale informar que o valor final de limite financeiro concedido até dezembro de 2015 pelo Ministério da Fazenda foi de R\$ 2,07 bilhões, conforme Decreto Nº 8.456 de 22/05/2015 e suas portarias de alteração, sendo que os pagamentos totais, no âmbito do Ministério do Esporte e em outros Órgãos Federais, chegaram ao montante de 1,97 bilhão, com grande esforço do ME para que os últimos repasses recebidos da STN/MF, nas últimas semanas do ano, fossem totalmente sub-repassados, dentro e fora do órgão, ainda em tempo hábil para pagamento no exercício vigente.

Execução Financeira 2015

R\$

Tipo de Programação	*Limite Financeiro	Pagamentos Totais
PAC	1.217.188.000,00	1.141.079.778,86
Programação ME e Emendas Comissão e Bancada	812.011.000,00	783.543.570,13
Emendas Impositivas	48.611.000,00	47.930.801,14
Despesas Obrigatórias	-	4.714.090,04
TOTAL	2.077.810.000,00	1.977.268.240,16

Fonte: SIAFI e Site do Tesouro

Algumas ações, como a “14TP” (95% de empenhos inscritos), tiveram montante significativo de inscrição de restos a pagar em 2015, por perderem a concorrência dos limites financeiros com ações prioritizadas pelos Jogos Olímpicos 2016 e demais ações do ME. Já outras ações, com despesas relacionadas diretamente aos Jogos Olímpicos 2016, e concentradas nos últimos meses do ano devido à proximidade da data do grande evento olímpico em 2016, inscreveram Restos a Pagar com valor relevante, como os casos das ações “20D8”, “20YA” e “4641”.

Ao final de 2015, os Restos a Pagar do Ministério do Esporte, atingiram o montante de R\$ 1,92 bilhão a pagar, após o pagamento de R\$ 1,16 bilhão neste exercício, e tendo recebido R\$ 1,61 bilhão de Restos a Pagar originados de 2014 e R\$ 1,68 de exercícios anteriores, totalizando R\$ 3,30 bilhões de inscritos no início do exercício.

O total de Restos a Pagar Não-Processados inscritos e reinscritos para o início de 2015, ou seja, ainda não liquidados anteriormente, atingiram o montante de R\$ 2,69 bilhões no início do exercício, e houve uma liquidação de R\$ 1,03 bilhão, com providências em quatro etapas do exercício 2015, a partir do Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015 e alterações posteriores, processo acompanhado pela STN/MF e SOF/MP, para verificação da necessidade de permanência de empenhos ainda sem início de execução da despesa, nos termos do parágrafo 4º do art. 68 do Decreto nº 93.872/86, chegando assim a um montante de cancelamentos em 2015 no valor de R\$ 219 milhões.

No que se refere ao total de Restos a Pagar Processados, ou seja, já liquidados em exercícios anteriores, o montante atingido foi de R\$ 610 milhões com pagamentos no ano de R\$ 162 milhões, conforme detalhado no quadro abaixo.

Restos a Pagar em 2015

R\$ milhares

Tipo de RAP	Total RAP Inscrito	Liquidado	Cancelado	Total RAP Pago	Total RAP a Pagar
Processado	610.797		2.251	162.057	446.489
Não Processado	2.696.199	1.035.547	216.835	1.001.001	1.478.364
TOTAL	3.306.996	1.035.547	219.086	1.163.058	1.924.853

Fonte: SIAFI (Publicado DOU 29/01/2016)

Demais informações e aspectos individuais de cada ação, no âmbito das unidades do ME e no que se refere ao desempenho orçamentário e execução física e financeira, serão abordados abaixo.

09HW - Concessão de Bolsa a Atletas

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Ação:	09HW
Título:	Concessão de Bolsa a Atletas
Iniciativa:	Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta
Objetivo:	0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte					
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
151.260.438	134.115.812	133.468.741	71.873.506	71.873.506	0	61.595.235
Execução Física						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Bolsa concedida		unidade		5.937		6.156
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
<i>Execução Orçamentária e Financeira</i>			<i>Execução Física - Metas</i>			
<i>Vr. 01/01/2015</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
58.058.291	17.350.055	0	Bolsa concedida	unidade	278	
FONTE: SIAFI						

A ação 09HW, que financia o Programa Bolsa Atleta, completou dez anos em 2015 com desempenho expressivo. O programa tem como prioridade o investimento em esportes que compõem os programas dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos, para formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o país. Apoiou no exercício em questão 6.156 atletas com recursos financeiros (5.903 bolsa atleta - Olímpico/paraolímpico e não Olímpico/paraolímpico + 253 atleta pódio). Logo a meta física da ação foi superada em aproximadamente 4% (memória de cálculo: $6.156/5.937 = 1,0368$).

Retifica-se que a meta de 5.937 atletas estipulada para o PO 0001- Bolsa Atleta - referia-se a soma da categoria pódio e bolsa atleta, logo a meta física deveria ter sido ajustada para 5.629, considerando que os atletas pódio estão computados no PO 0002 - Plano Brasil Medalhas - Bolsa Pódio. (memória de cálculo: $5.937-308=5.629$). O ajuste no SIOP não foi realizado no exercício de 2015, considerando que não houve o momento de reprogramação da meta física no sistema.

A meta orçamentária em relação à “dotação atualizada” alcançou um percentual de execução de 99,5%. Ressalta-se que em razão do contingenciamento orçamentário sofrido no limite de empenho do órgão, a ação não pode ser executada em sua totalidade.

A meta financeira (liquidado X valores empenhados) alcançou um percentual de 53,9% de execução, à diferença foi inscrita em RAP, visto que o ME não possuía limite financeiro suficiente para pagar todas as bolsas contempladas.

14TP - Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
<i>Ação:</i>	14TP
<i>Título:</i>	Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento

<i>Iniciativa:</i>	Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas		
<i>Objetivo:</i>	0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.		
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos		
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte		
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2015			

Execução Orçamentária e Financeira

<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
91.600.000	27.600.000	27.508.292	1.356.399	1.356.399	0	26.151.893
Execução Física						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Infraestrutura implantada		unidade		4		4
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
<i>Execução Orçamentária e Financeira</i>			<i>Execução Física - Metas</i>			
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
64.181.323	21.007.241	0	Infraestrutura implantada	unidade	34	
FONTE: SIAFI						

A ação 14TP tinha como meta física estabelecida para o exercício de 2015, o quantitativo de 04 Infraestrutura implantada/modernizada para o PO 0003 (Implantação e Modernização de Infraestrutura) e 03 para PO 0008 (Plano Medalha – Infraestrutura), totalizando uma meta de 07 (Infraestrutura implantada), destaca-se que foi empenhado um total de 14 projetos, sendo 04 projetos no PO 0003 e 10 projetos no PO 0008, alcançando um percentual físico de execução de 200%.

A ação teve um percentual de execução orçamentária de 99,7% (empenhado X dotação atualizada), todavia sua liquidação foi de 5%, considerando que a liberação financeira é realizada em razão dos percentuais executados e aferidos pela Mandatária da União - CEF, assim como a disponibilidade dos recursos. Como todos os projetos são plurianuais e os valores financeiros estão sendo liberados conforme a execução física da obra e disponibilidade financeira do Ministério, os valores não liquidados foram inscritos em restos a pagar, considerando que as obras estão em andamento.

14TQ - Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
<i>Ação:</i>	14TQ
<i>Título:</i>	Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
<i>Iniciativa:</i>	Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais

<i>Objetivo:</i>	0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte					
<i>Ação Prioritária:</i>	(X)Sim ()Não		Caso Positivo: (X)PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
1.330.442.400	1.451.575.905	882.047.661	263.923.307	256.385.605	7.537.702	618.124.354
Execução Física						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Infraestrutura implantada		percentual de execução física		42		28
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
794.588.614	691.551.836	(-151.873)	Infraestrutura implantada	percentual de execução	87	
Fonte: SIAFI						

Em relação ao conjunto de empreendimentos alocados na Ação Orçamentária 14TQ, podemos mencionar que todo o valor orçamentário disponibilizado, através da liberação de dotação e limites orçamentários, foi executado. O valor que não foi executado ocorreu por motivo do contingenciamento de limite orçamentário sofrido pelo órgão.

Conforme a LOA 2015, tínhamos uma Dotação de R\$ 1.345.575.905, sendo que em função dos contingenciamentos, ficamos com a disponibilidade de R\$ 882.047.660,66, valor este que foi todo empenhado, tendo uma liquidação de 29,9%. Lembrando que toda a execução financeira é realizada em função da execução real da obra e do nosso planejamento, conforme cronogramas programados e/ou reprogramados, assim como pagamentos de glosas e demais medições, o que justifica a inscrição dos recursos em Restos a Pagar.

Com os recursos de 2015 a ação alcançou uma execução física de 66,6% da meta programada. Diante do exposto, informamos que a execução física e financeira ficou abaixo do esperado em razão dos contingenciamentos financeiros e orçamentários ocorridos. Entretanto, ressaltamos que tínhamos condições de chegar a 100% de execução orçamentária, diante dos avanços das obras e necessidade de empenho dos empreendimentos em andamento.

Destaca-se que os recursos executados nesta ação estão sendo investido em maior volume na cidade o Rio de Janeiro/RJ, considerando apoio à construção da infraestrutura necessária para realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

14TR - Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação			
<i>Ação:</i>	14TR		
<i>Título:</i>	Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE		
<i>Iniciativa:</i>	Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)		
<i>Objetivo:</i>	0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.		
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos		
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte		
<i>Ação Prioritária:</i>	(X)Sim ()Não	Caso Positivo: (X)PAC	()Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2015

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
198.000.000	198.000.000	71.119.149	6.060.222	6.060.222	0	65.058.927
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Espaço implantado		unidade		<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
				53		20
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
299.400.000	14.804.933	(-199.600.000)	Espaço implantado	unidade	15	

FONTE: SIAFI

Apesar da ação 14TR participar do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, a mesma apresentou um percentual de 36% de execução (dotação final x empenhado). Isto se justifica pelo contingenciamento orçamentário e priorização do limite PAC para a ação 14TQ (ação de infraestruturas olímpicas). Destaca-se que todo o limite orçamentário disponibilizado na ação 14TR foi empenhado.

A execução financeira é realizada conforme a execução real da obra e dos cronogramas (programados ou reprogramados), assim como pagamentos de glosas e demais medições.

20D8 - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
<i>Ação:</i>	20D8
<i>Título:</i>	Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016
<i>Iniciativa:</i>	Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais
<i>Objetivo:</i>	0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte					
<i>Ação Prioritária:</i>	() Sim (X) Não		Caso Positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>			<i>Restos a pagar inscritos 2015</i>	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
235.026.328	220.026.328	180.952.168	71.230.496	69.183.295	2.047.201	109.721.672
Execução Física						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Projeto apoiado		unidade		272		19
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
<i>Execução Orçamentária e Financeira</i>			<i>Execução Física - Metas</i>			
<i>Vr. 01/01/2015</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
55.399.578	48.592.917	(-130.099)	Projeto apoiado	unidade	15	
FONTE: SIAFI						

A ação alcançou 82% de execução orçamentária (empenhado x dotação atualizada) e sofreu um contingenciamento de limite orçamentário de 18% da dotação atualizada impactando diretamente a execução dos projetos previstos na LOA 2015.

O percentual de execução financeira alcançado foi de 39,4% (liquidado x dotação empenhada), o principal motivo para a baixa execução e inscrição dos valores em restos a pagar foi que parte dos projetos formalizados só foram concluídos ao final do segundo semestre do ano, não possuindo tempo hábil para realizarem as liquidações dentro do exercício, além disso os contratos administrativos formalizados são liquidados conforme cronograma de execução dos produtos e apresentação das notas fiscais.

No exercício de 2015 foram empenhados 37 projetos entre Universidades Federais, Confederações, Comitês Olímpicos e Paraolímpicos, entre outros, dos quais 19 tiveram liquidação.

Retificamos que a meta física apresentada para concluir a ação refere-se ao quantitativo de atletas apoiados e profissionais contratados, visto que esse PO trata de apoio aos atletas do Plano Brasil Medalhas através de equipe multidisciplinar, participação em competição e treinamento. O valor da meta física apresentada na LOA 2015 (254 “atletas apoiados e profissionais contratados”) causa um desvio na meta física da ação, uma vez que a mesma é medida por “projetos apoiados”, logo a meta física deste PO deve ser analisada de forma individualizada e não deve ser somada a meta física da ação. O PO 0007 apoiou, através de empenhos, 05 projetos dos quais alcançaram aproximadamente 193 pessoas, sendo 77 atletas e 116 profissionais. Logo a meta física real da ação não seria 272 (conforme LOA 2015) e sim 23 projetos apoiados, deste modo a meta física alcançada na ação (projetos liquidados x projetos previstos) foi de 82,6%.

20YA - Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação						
<i>Ação:</i>	20YA					
<i>Título:</i>	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento					
<i>Iniciativa:</i>	Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais					
<i>Objetivo:</i>	0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
<i>Unid. Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte					
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
118.851.866	118.095.558	107.999.506	32.905.881	31.653.436	1.252.445	75.093.625
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
				1.061		2.196
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
126.871.895	63.477.834	(-1.244.527)	Pessoa beneficiada	unidade	3.480	
Fonte SIAFI						

No exercício de 2015 foram realizados empenhos referentes a 46 projetos firmados com Prefeituras Municipais, Confederações, Ligas Nacionais e Universidades Federais voltados para preparação de atletas e capacitação de recursos humanos, beneficiando diretamente 9.281 pessoas (entre atletas e equipe técnica) com os recursos empenhados, havendo liquidação de 19 desses projetos no exercício de 2015, totalizando 2.196 pessoas beneficiadas na ação com os recursos liquidados.

A meta física da ação para 2015 alcançou 106% de execução superando as expectativas do Órgão, um dos motivos para a superação da meta deve-se a proximidade das olimpíadas e paraolimpíadas Rio 2016 que possibilitou a este Ministério apoiar um maior quantitativo de atletas através das parcerias firmadas.

A meta orçamentária alcançou um percentual de 91,5% de execução em relação à “dotação atualizada”, todavia ressaltamos que o percentual não executado refere-se a emendas individuais e comissão, se considerarmos apenas o “localizador nacional” a ação alcançou 99,7% de execução.

A ação recebeu 11 projetos de emendas parlamentares individuais e de comissão, dos quais foram formalizados 3 em emendas de comissão, sendo 2 no Estado de Pernambuco e 1 no Estado de São Paulo; o restante não pode ser formalizado por impedimentos técnicos, tais como: inadimplência efetiva no SIAFI, propostas não enviadas/cadastradas, não atendimento do Art. 18 e 18-A da Lei Pelé, não cumprimento das diligências feitas pelo técnico no SICONV, entre outros.

É importante ressaltar que a ação alcançou execução financeira (liquidados x empenhados) de 30,5%; e a não liquidação do total empenhado e sua inscrição em restos a pagar ocorreram principalmente por três motivos: parte dos projetos formalizados conseguiram concluir a formalização ao final do segundo semestre do ano, não possuindo tempo hábil para realizarem as liquidações dentro do exercício; pelo fato de que os empenhos realizados para as infraestruturas, por meio de contrato de repasse, somente podem ser liquidados após vistoria da entidade mandatária (CEF); e o terceiro motivo consiste no contingenciamento financeiro sofrido pelo Órgão durante todo o exercício em questão, que afetou todas as ações, principalmente as ações não PAC, cujos projetos tiveram que ser priorizados entre os que estavam em execução e os que iriam iniciar.

5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação			
<i>Ação:</i>	5450		
<i>Título:</i>	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer		
<i>Iniciativa:</i>	Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)		
<i>Objetivo:</i>	0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.		
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos		
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte		
<i>Ação Prioritária:</i>	(X)Sim ()Não	Caso Positivo: (X)PAC	()Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2015

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
681.686.968	847.232.968	277.301.497	1.139.712	1.139.712	0	276.161.785
Execução Física						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Espaço implantado/modernizado		unidade		130		77
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
<i>Execução Orçamentária e Financeira</i>			<i>Execução Física - Metas</i>			
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
1.256.346.961	251.632.849	(-7.798.309)	Espaço	unidade	0	

Fonte: SIAFI

A meta estipulada não foi alcançada haja vista a falta de limite orçamentário para atendimento. E o quantitativo realizado no exercício foi de 77 empreendimentos, sendo que 55 (71,42%) dos empreendimentos referem-se à implantação de infraestrutura e 22 (28,50%) referem-se a modernização de infraestrutura esportiva.

A execução das metas físicas foi disposta na seguinte proporção:

Região Norte: 4 implantações/modernizações de infraestrutura

Região Nordeste: 30 implantações/modernizações de infraestrutura
 Região Sudeste: 17 implantações/modernizações de infraestrutura
 Região Centro-Oeste: 1 implantação/modernização de infraestrutura
 Região Sul: 25 implantações/modernizações de infraestrutura

20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação						
<i>Ação:</i>	20JP					
<i>Título:</i>	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social					
<i>Iniciativa:</i>	Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)					
<i>Objetivo:</i>	0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersecretoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte					
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
177.203.026	182.350.586	146.760.327	76.812.578	76.021.945	790.632	69.947.749
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Pessoa beneficiada		unidade		<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
				4.451.300		3.686.267
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
93.670.417	36.033.267	(-1.055.483)	Pessoa beneficiada	unidade	180.950	
FONTE: SIAFI						

Nesta ação, considera-se significativo o empenho de 80,48% do valor final previsto na ação, levando em conta as emendas parlamentares, tendo sido usado todo limite orçamentário liberado, havendo dificuldade na execução das emendas por problemas entre a intenção parlamentar e a decisão das gestões locais em apresentação das proposta e conclusão dos processos de celebração das parcerias.

Vale ainda destacar o valor de empenhos não liquidados por falta de limite financeiro, sendo os mesmos inscritos em Restos a Pagar para 2016. Dentro do Exercício foram liquidados 52,34% dos valores empenhados.

As metas físicas foram reprogramadas em função da queda de execução em 2012, que inviabilizou o crescimento de 50% por ano, conforme inicialmente previsto, além da nova metodologia de registro das metas físicas no Programa Esporte e Lazer da Cidade, também contemplado nessa mesma ação. Tal reprogramação encontra-se registrada e justificada no acompanhamento orçamentário de Jan-Dez/2015.

No citado acompanhamento orçamentário 2015, verifica-se que a Meta alcançada (3.686.267 beneficiados) ficou inferior à Meta Nacional estipulada (4.451.300 beneficiados), devido ao contingenciamento orçamentário. Em 2015, por meio dos empenhos/descentralizações efetivadas no exercício, no valor de R\$ 140.023.273,81, foram beneficiados 3.851.817, que consiste na soma dos resultados do Plano Orçamentário 01 - (3.518.585 beneficiados), do Plano Orçamentário 02 (163.450 beneficiados) e do Plano Orçamentário 07 (4.232 indígenas/beneficiados).

20JQ - Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação						
<i>Ação:</i>	20JQ					
<i>Título:</i>	Realização e Apoio a Eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social					
<i>Iniciativa:</i>	Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)					
<i>Objetivo:</i>	0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte					
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
50.741.400	50.273.835	29.588.150	11.151.120	10.961.584	189.535	18.437.031
Execução Física						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Evento apoiado		unidade		46		33
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
<i>Execução Orçamentária e Financeira</i>			<i>Execução Física - Metas</i>			
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
13.394.684	8.863.211	(-4.083.017)	Evento apoiado	unidade	10	
FONTE: SIAFI						

Na execução da Ação 20JQ, considera-se significativo o empenho de cerca de 60,20% do valor final previsto e reajustado na ação, levando em conta as emendas parlamentares, tendo sido usado todo limite orçamentário liberado, porém vale mencionar os problemas na execução das emendas, por dificuldades entre a intenção parlamentar e a decisão das gestões locais na apresentação das propostas, e conclusão dos processos de celebração das parcerias.

Vale ainda destacar o valor de empenhos não liquidados por falta de limite financeiro, sendo os mesmos inscritos em Restos a Pagar para 2016. Dentro do Exercício foram liquidados 37,69% dos valores empenhados.

No acompanhamento orçamentário a meta nacional apresentada consiste na soma de 33 eventos, sendo esse o detalhamento: 9 eventos no PO 01; 05 Eventos no PO 2; e 4 Eventos juntamente com 15 “Rede CEDES” no PO 3. Ressalta-se que não foi cumprida a meta física devido ao contingenciamento orçamentário. Entretanto, considerando toda a realidade dos grandes eventos, o desafio é incorporar, de forma mais incisiva, o aparato constituído neste período no país, de forma a potencializar, em via de mão dupla, o processo de rendimento esportivo e o processo de inclusão pelo esporte.

Registre-se que em todas as metas ainda é possível perceber um desequilíbrio regional, estando as regiões norte e centro-oeste com atendimento inferior, motivado pela característica da capacidade técnica dos setores ligados ao esporte e ao lazer nessas regiões, bem como a difusão e o fomento do setor para as regiões em comento.

20JO - Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação						
<i>Ação:</i>	20JO					
<i>Título:</i>	Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor					
<i>Iniciativa:</i>	Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor					
<i>Objetivo:</i>	0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos					
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte					
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não process.</i>
19.006.267	14.856.552	11.300.493	5.024.239	5.024.239	0	6.276.254
Execução Física						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Projeto apoiado		unidade		28		28
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
<i>Execução Orçamentária e Financeira</i>			<i>Execução Física - Metas</i>			
<i>Vr. 01/01/2015</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
2.644.044	219.665	(-2.424.044)	Projeto apoiado	unidade	220.000	
FONTE: SIAFI						

O Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor é implementado, essencialmente, através da Ação 20JO (LOA 2015), ligada a Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT/ME) e distribuída em quatro planos orçamentários. As metas e objetivos de todos os Planos Orçamentários foram cumpridos e/ou estão em pleno desenvolvimento, demonstrando eficiente desempenho orçamentário de responsabilidade da unidade.

Alguns fatores intervenientes prejudicaram o desenvolvimento da ação, tais como: dotação insuficiente, contingenciamento e falta de estrutura.

O contingenciamento não teve reflexo negativo ainda maior na gestão da SNFDT/ME justamente devido ao prévio planejamento, tendo como principal objetivo o não cancelamento de empenhos e manutenção de compromissos oficiais em detrimento das restrições orçamentárias.

O esforço para executar as metas com eficiência obrigou a gestão a adiar novos desafios e implantações ao ano orçamentário subsequente, o que ampliou a sensação de que a dotação orçamentária da SNFDT é insuficiente para inovações importantes e necessárias aos objetivos aperfeiçoados - com visão global, mas também regionalizada. A falta de estrutura financeira e, também, de recursos humanos, impactou o avanço dos resultados, de acordo com o ritmo imposto pela nova gestão, no entanto houve eficácia nos cumprimentos essenciais.

Parte significativa do orçamento da Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor obteve direcionamento definitivo no segundo semestre de 2015, obrigando a inscrição de ações em restos a pagar, com execução no exercício financeiro subsequente, no entanto sem impacto negativo na eficiência e eficácia das metas, haja vista a liquidação estar devidamente planejada ao primeiro semestre de 2016, até mesmo por estratégia de atuação. Há, portanto, a incidência de um cancelamento em um dos projetos incluídos em restos a pagar não processados, na realização do campeonato nacional de futebol feminino escolar, devido a entidade apresentar impedimento para recebimento de recurso público, fato que fugira ao controle do gestor da unidade.

Outros aspectos concernentes à ação “20JO” que são relevantes em seu desempenho estão descritos a seguir:

No desenvolvimento do futebol masculino e feminino, entre as principais ações desenvolvidas no período, está o fomento ao futebol feminino, com a realização, incentivo e tratativas à realização de atividades, como o Campeonato Brasileiro Universitário de Futebol Feminino, o 1º Campeonato Brasileiro de Futsal Feminino, o Campeonato intitulado Liga de Desenvolvimento do Futebol Feminino Sub 20, e a Copa Brasil Escolar de Futebol Feminino. Outros projetos, como o apoio à realização do campeonato Taça das Favelas, no Rio de Janeiro, e o edital de chamamento público para implantação do programa piloto “Futebol para Todos”, também são destaques desta Ação, que tem grande apelo e potencial.

Na qualificação da gestão do futebol, foi conduzido um dos maiores marcos ao futebol de todos os tempos, ao efetivar a Medida Provisória que se transformou na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2014 - que estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol, cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro – PROFUT, e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades. O Art. 19 da Lei do PROFUT cria, ainda, no âmbito do Ministério do Esporte, a APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol, com competências especificadas nos incisos I a IV, composta por representantes do Poder

Executivo federal e da sociedade civil, garantida a participação paritária de atletas, dirigentes, treinadores e árbitros, na forma do regulamento.

Na promoção da defesa dos direitos do torcedor, ocorre a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, por intermédio da criação de mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de um sistema integrado de segurança do torcedor nos estádios possibilitou a promoção durante todo o ano de eventos com diálogo e debates com todos os setores, entidades e órgãos ligados direta ou indiretamente ao futebol, a nível regional e nacional, com a realização, em todas as regiões do Brasil, de edições do FUTEBOL EM DEBATE - Simpósio de Prevenção à Violência no Futebol. A Secretaria realizou Visitas Técnicas, com mediação de conflitos, em mais de 7 Estados, em cooperação técnica com o Ministério da Justiça, e em parceria com a ANATORG - Associação Nacional das Torcidas Organizadas, promoveu seminário nacional com representantes de mais de 110 torcidas organizadas foi realizado, especialmente para construção, apresentação e aplicação de políticas públicas, como o Projeto Torcida Cidadã, que visa atuar com inclusão social, promover ações de cidadania, valorizar as boas práticas dessa entidades, e atuar de forma continuada a mudança de mentalidade e cultura de paz. Subsídio técnico ao processo de regulamentação do Estatuto do Torcedor. Outro ponte forte de atuação se deu com o início das tratativas para formalização de convênio e cooperação técnica entre o Ministério do Esporte, a SENACON/MJ - Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, e os PROCON regionais, para composição de um corpo fiscalizatório específico do Estatuto do Torcedor, garantindo efetivamente os direitos do torcedor-consumidor.

Na segurança nos estádios públicos, ocorre a implementação de nova plataforma para os laudos técnicos dos estádios, com intuito de promoção de maior segurança aos torcedores de todo o Brasil, e facilitação de execução das entidades e profissionais envolvidos na emissão de laudos, e na fiscalização destes, especialmente por parte do Ministério Público; a implantação do Programa Estádio+ que se divide em 3 grandes ações: SISBRACE - Sistema Brasileiro de Classificação dos Estádios, que identifica os pontos fortes e fracos de cada equipamento esportivo - arenas e estádios de futebol -, garantindo melhoramento contínuo das suas estruturas, e auxiliando os gestores de estádios e Poder Público ao caminho correto para investimento nestes espaços, com foco na segurança do torcedor, conforto, acessibilidade e estrutura; LAUTEC - Plataforma dos Laudos Técnicos; e OLHEIROS - Aplicativo de fiscalização eficiente e interação do torcedor-consumidor.

211Z - Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem

Quadro 4.3.2 B - Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação			
<i>Ação:</i>	211Z		
<i>Título:</i>	Implementação e Desenvolvimento da Política Nacional de Controle de Dopagem		
<i>Iniciativa:</i>	Implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem		
<i>Objetivo:</i>	0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.		
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos		
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte		
<i>Ação Prioritária:</i>	() Sim (X) Não	Caso Positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2015

Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não process.
13.000.000	6.796.786	7.019.169	6.856.278	6.855.716	562	162.891
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Projeto apoiado		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				11		11
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Vr. 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
4.762.092	4.070.266	0	Projeto apoiado	unidade	11	
FONTE: SIAFI						

Nesta ação, a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), que iniciou suas atividades em 2014, segue trabalhando para consolidar a sua atuação, desenvolvendo e implantando a política para o Combate à Dopagem no Esporte e a proteção dos atletas limpos; atuando em informação, educação, prevenção, inteligência e ação; disponibilizando os mais avançados recursos para o Plano de Testes e para a definição da gama de análises a serem feitas e na educação de atletas. A ABCD foi chamada a realizar o Controle de Dopagem nos Eventos-Teste que preparam os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, participando nos 13 Eventos-Teste já realizados.

Em 2015, 80 Agentes de Controle de Dopagem foram certificados após um rigoroso processo de treinamento e avaliação. Foi instituída a Comissão de Autorização de Uso Terapêutico (CAUT), assegurando aos Atletas o direito ao uso de medicamentos que possam conter substâncias proibidas, se houver necessidade. O novo site da ABCD traz informação e orientação para Atletas, treinadores, médicos, familiares e ao público em geral, incluindo o sistema “Consulte a Lista”, que permite pesquisar pelo nome comercial ou princípio ativo, os medicamentos legalmente vendidos no país, para saber se existem substâncias proibidas em sua composição. O Consulte a Lista é um importante aliado do Atleta que procura evitar a dopagem.

Outra importante iniciativa desenvolvida foi a campanha #SOU MAISEU, que busca conscientizar o atleta sobre o valor do Jogo Limpo e dos resultados alcançados pelo talento e dedicação. As Ações Educativas Antidopagem aconteceram em sete importantes Eventos Esportivos, onde foram produzidos 33 mil exemplares de materiais educativos diversos, distribuídos em vários eventos e enviados aos Atletas da Bolsa Pódio e do Plano Medalha.

Em 2015 foram realizados cerca de 1.500 Controles de Dopagem, sendo 600 Fora-de-Competição, além da primeira série de testes para o Passaporte Biológico dos Atletas. A ABCD também segue presente atuando junto à justiça esportiva participando em mais de 100 Audiências para julgamento de casos de dopagem. Foi adquirido e desenvolvido um Sistema de Governança de Risco e Conformidade que aportará segurança e rigor ao processo de Controle de Dopagem, que deverá entrar em testes em 2016.

Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro 4.3.2 C - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação	
Ação:	8767

<i>Titulo:</i>	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL				
<i>Iniciativa:</i>					
<i>Objetivo:</i>					
<i>Programa:</i>	8028 - Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo				
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte				
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>
6.603.898,37	1.136.745,76		Infraestrutura implantada/modernizada	Unidade	10
Fonte: SIAFI					

Quadro 4.3.2 C - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
<i>Ação:</i>	128X				
<i>Titulo:</i>	APOIO A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016				
<i>Iniciativa:</i>					
<i>Objetivo:</i>					
<i>Programa:</i>	0181 - Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão				
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte				
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>
557.914,50	-	-	Infraestrutura Implantada	Unidade	-
Fonte: SIAFI					

Quadro 4.3.2 C - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
<i>Ação:</i>	20SL				
<i>Titulo:</i>	APOIO À IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016				
<i>Iniciativa:</i>					
<i>Objetivo:</i>					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos				
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte				
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não	Caso Positivo: ()PAC		()Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2015	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>

15.803.134,48	13.806.122,76	541.289,70	Infraestrutura Implantada	Unidade	4
Fonte: SIAFI					

Quadro 4.3.2 C - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
<i>Ação:</i>	126V				
<i>Título:</i>	IMPLANTAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO E MONITORAMENTO NOS ESTÁDIOS DE FUTEBOL PARA SEGURANÇA DO TORCEDOR				
<i>Iniciativa:</i>					
<i>Objetivo:</i>					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos				
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte				
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
5.349.957,50	3.676.132,00	495.000,00			
Fonte: SIAFI					

Quadro 4.3.2 C - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
<i>Ação:</i>	20DB				
<i>Título:</i>	APOIO A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014				
<i>Iniciativa:</i>					
<i>Objetivo:</i>					
<i>Programa:</i>	2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos				
<i>Unid Orçamentária:</i>	51101 - Ministério do Esporte				
<i>Ação Prioritária:</i>	()Sim (X)Não		Caso Positivo: ()PAC	()Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Vr. 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
118.571.672,58	27.975.974,19	569.336,10			
Fonte: SIAFI					

A execução da ação “20JS - Fomento à Pesquisa, Memória, Difusão e Formação em Políticas Sociais de Esporte e Lazer” foi excluída em 2014, ficando apenas Restos a Pagar de anos anteriores, tendo sido liquidado 8,5%.

O Objeto da ação “4377 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional” passou a ser tratados na ação 20JP a partir de 2013. Em 2015, ficaram apenas Restos a Pagar de anos anteriores, tendo sido liquidado 69%.

Já o objeto da ação “2667 - Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer” também passou a ser tratado como uma ação da “20JP” sendo que os Restos a Pagar dos anos anteriores foram cancelados no ano de 2015.

Nas ações “20JS” e “4377”, apesar de existir liquidação em 2015, os produtos foram registrados em exercícios anteriores, referindo-se a parcerias (Termo de Cooperação e Termo de Execução Descentralizada), onde a sistemática da UG Executora considera a “liquidação/pagamento” somente ao final da “execução/entrega” do produto. Trata-se de recursos que foram repassados por nota de crédito no período correspondente à formalização, tendo, esta “UG/Repassadora”, considerado o valor de contabilização da meta física conforme repasse da época.

No caso da ação “20JS”, no ano 2013, foram efetivados 15 projetos apoiados, e na ação “4377”, no ano 2011, foram atendidos 15.600 beneficiados.

A ação “8767”, não presente na LOA 2015, é relacionada à infraestrutura de esporte educacional e representada atualmente pela ação “5450”. Já o conjunto formado pelas extintas ações “128X” e “20SL”, voltadas para infraestrutura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016, é representado pela ação “14TQ” na LOA 2015. Todas as ações de infraestrutura, já citadas, não previstas na LOA 2015, ainda possuem Restos a Pagar de obras que dependem de mais liberações financeiras, e enfrentam dificuldades de execução causadas, principalmente, pelo baixo limite financeiro do órgão.

A Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT/ME) integrou metas legais a partir de 2012, especialmente devido à realização da Copa do Mundo no Brasil. Em 2012, a SNFDT apresentou na LOA uma ação orçamentária, a 20DB – Apoio a Realização da Copa do Mundo FIFA 2014; em 2013 e 2014, foram três ações orçamentárias, a saber: “126V - Melhoria nas condições de segurança dos estádios e garantia dos direitos do torcedor”, “20DB – Apoio a Realização da Copa do Mundo FIFA 2014”, e “20JO - Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor”. Em 2015, portanto, a ação 20DB foi extinta, após cumprimento total da meta, com a devida realização da Copa do Mundo, e essencialmente os esforços concentraram-se na Ação “20JO”, distribuída em Planos Orçamentários (que, inclusive englobaram, em seu conteúdo, a extinta ação “126V”).

A maior parte dos Restos a Pagar na ação “20DB” é proveniente de obras de infraestrutura dos Centros de Treinamento (78%), cuja execução ocorre por meio de contratos de repasse firmados por intermédio da Caixa Econômica Federal (mandatária a União), para viabilizar projetos com certa complexidade, não sendo obras de rápida conclusão. Já as demais despesas pendentes se referem ao Monitoramento da Matriz de Responsabilidades, cujos contratos já se encerraram ou foram solicitados os cancelamentos dos saldos de restos a pagar, e também se referem a despesas no Plano Orçamentário “Fortalecimento de Políticas Públicas” composto por convênios cujos cancelamentos de saldo foram solicitados.

A ação “126V”, apenas possui baixos valores de Restos a Pagar que são relacionados à melhoria nas condições de segurança dos estádios e garantia dos direitos do torcedor, e estes estão próximos de se extinguir.

4.3.3 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Quanto aos fatores intervenientes no desempenho orçamentário, constata-se que a lei orçamentária autorizou um gasto da ordem de R\$ 3.217,6 milhões, sendo R\$ 1.518,9 milhões destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ou seja, 47 % da programação orçamentária total do ME. Entretanto, foi disponibilizado, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como limite de empenho o montante de R\$ 1.967,9 milhões, perfazendo 61 % do aprovado em lei.

No caso do PAC, o contingenciamento atingiu 63% do valor autorizado, com um limite específico de R\$ 952,8 milhões.

É importante ressaltar que a unidade empenhou 99,74% do limite orçamentário concedido, ou seja, R\$ 1.962,8 milhões. Ocorre que tal restrição orçamentária, compromete a continuidade de projetos e atividades essenciais da unidade, inclusive aqueles voltados aos Jogos Olímpicos Rio 2016, em função da necessidade de transferência de gastos para exercícios posteriores.

Outros fatores intervenientes específicos podem ser observados nas análises críticas dos quadros de ações ao longo do item 4.3.2.

4.3.5 OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

Quadro 4.3.5 A - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.3.1.1.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002	03.509.498/0001-00	R\$ 0,00	R\$ 19.641.413,23	R\$ 19.641.437,00	R\$ 24,00
	29.258.969/0001-49	R\$ 0,00	R\$ 2.442.758,00	R\$ 2.444.403,00	R\$ 1.645,00
	33.530.486/0001-29	R\$ 0,00	R\$ 18.933,06	R\$ 18.944,31	R\$ 11,25
	03.509.498/0001-00	R\$ 4.889,00	R\$ 9.779,00	R\$ 9.779,00	R\$ 4.889,00
	05.917.540/0001-58	R\$ 0,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,03
	06.320.095/0001-07	R\$ 2.977,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.977,19
	14.860.358/0001-07	R\$ 334,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 334,45
	180002	R\$ 14.519,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.519,48
	33.530.486/0001-29	R\$ 0,00	R\$ 1.955,72	R\$ 2.408,00	R\$ 452,00
	585.307.541-15	R\$ 0,00	R\$ 177,74	R\$ 355,48	R\$ 177,74
180004	00.082.024/0001-37	R\$ 29.299,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.299,63

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.3.1.2.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais - Intra OFSS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do	Movimento	Movimento	Saldo Final do

		Exercício Anterior	Devedor	Credor	Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.3.1.4.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais - Inter Estados				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.3.1.5.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais - Inter Município				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.1.1.1.01.01	Salários Remunerações e Benefícios				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		-R\$ 175.999,21	R\$ 35.922.189,00	R\$ 35.922.189,00	-R\$ 175.999,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.1.4.1.98.00	Outros Encargos Sociais				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.1.4.2.98.00	Outros Encargos Sociais - Intra OFSS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.1.4.4.98.00	Outros Encargos Sociais - Intra OFSS - Estado				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.1.4.5.98.00	Outros Encargos Sociais - Intra OFSS - Município				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
--------	--	----------	----------	----------	----------

**Reconhecimento de passivos por
insuficiência de créditos ou recursos**

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.4.1.1.99.00	Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Reconhecimento de passivos por
insuficiência de créditos ou recursos**

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.4.1.2.99.00	Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher - Intra				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Reconhecimento de passivos por
insuficiência de créditos ou recursos**

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.1.1.2.1.01.00	Benefícios Previdenciários				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

**Reconhecimento de passivos por
insuficiência de créditos ou recursos**

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.2.3.1.1.01.00	Fornecedores Nacionais				

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.2.3.1.2.01.00	Fornecedores Nacionais - Intra OFSS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.2.3.1.4.01.00	Fornecedores Nacionais - Intra OFSS - Estado				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.2.3.1.5.01.00	Fornecedores Nacionais - Intra OFSS - Município				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código do SIAFI	Denominação				
2.2.3.2.1.01.00	Fornecedores Estrangeiros				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final do Exercício Anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final do Exercício
180002		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
180004		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Análise Crítica

Ao analisarmos as contas contábeis constantes no item reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos verificamos que:

O saldo constante na conta contábil 2.1.3.1.1.04.00 - Contas a Pagar Credores Nacionais no encerramento do exercício de 2015 refere-se ao cancelamento de documento de arrecadação fiscal - DARF, documento de arrecadação - DAR e Guia da Previdência Social - GPS. Há ainda registros de devoluções por RA, liquidação pendente de realização, anulação de empenho, registro indevido de passivo e cancelamento de ordem bancária.

Ao procedermos à análise dos documentos verificamos que não houve o cancelamento da liquidação dos documentos hábeis referente aos DARF, DAR e GPS. Com isso a obrigação continuou registrada no sistema apesar do seu recolhimento não ser devido.

Já o saldo constante na conta contábil 2.1.1.1.1.01.01 - Salários Remunerações e Benefícios no encerramento do exercício de 2015 refere-se à apropriação referente a obrigações com pessoal requisitado e, após análise, verificamos que houve a apropriação da despesa porém não houve a realização do pagamento em virtude do mesmo pagamento ter sido realizado em outra liquidação posterior.

Em ambos os casos serão realizadas correções em conformidade com orientações repassadas pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/STN.

4.3.6 RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 4.3.6 A - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.550.491.076,37	825.680.738,12	16.135.869,85	708.674.468,40
2013	1.209.868.087,24	315.887.189,55	200.200.378,70	693.780.518,99
2012	58.564.245,74	15.312.614,50	720.306,40	42.531.324,84
2011	1.160.740,45	43.200,00	43.690,45	1.073.850,00
2010	64.470.905,75	10.127.951,22	170.625,00	54.172.329,53
2009	62.270.984,37	9.391.200,88	967.963,02	51.911.820,47
2008	839.698,36	55.571,42		784.126,94
2007	56.000,00			56.000,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015

2014	15.705.480,05	15.518.309,57		187.170,48
2013	10.925.651,45	1.853.794,77	153.681,51	8.918.175,17
2012	272.417.685,44	86.269.566,10	997.500,00	185.150.619,34
2011	159.402.300,10	44.021.384,62	618.850,00	114.762.065,48
2010	61.522.488,82	12.423.651,10	505.637,05	48.593.200,67
2009	33.639.892,04	8.249.389,99	4.720,00	25.385.782,05
2008	54.395.738,08	4.631.803,13		49.763.934,95
2007	14.666.177,83	3.010.750,00		11.655.427,83

Quadro 4.3.6 A – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - 180006

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.083.212.560,41	6.670.753,18	510.758.803,48	565.783.003,75
2013	1.138.063.738,56	199.588.967,75	286.109.004,82	652.365.765,99
2012	43.455.290,87	0,00	5.858.489,76	37.596.801,11
2011	1.072.500,00	0,00	0,00	1.072.500,00
2010	64.470.905,75	170.625,00	10.127.951,22	54.172.329,53
2009	63.516.435,54	967.963,02	9.534.460,63	53.014.011,89
2008	839.698,36	0,00	55.571,42	784.126,94
2007	56.000,00	0,00	0,00	56.000,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	0,00
2013	9.341.717,58	148.533,77	454.350,00	8.738.833,81
2012	272.205.556,37	997.500,00	86.072.303,71	185.135.752,66
2011	159.393.329,55	617.500,00	44.014.784,62	114.761.044,93
2010	62.863.619,57	487.500,00	12.422.918,90	49.953.200,67
2009	34.695.422,03	0,00	8.449.389,99	26.246.032,04
2008	54.395.738,08	0,00	4.631.803,13	49.763.934,95
2007	14.666.177,83	0,00	3.010.750,00	11.655.427,83

Análise Crítica

• Secretaria Executiva

A partir dos valores de Restos a Pagar Processados e não Processados, inscritos para Pagamentos em 2015, no montante de 3.570 milhões, originados de empenhos de 2007 a 2014, observa-se que ao final do exercício, o Ministério do Esporte ainda possuía saldo a pagar de R\$ 1.997 milhões. No entanto, o limite financeiro (inclusive para pagamento de RP) autorizado pelo Decreto Nº 8.456 de 22/05/2015 e suas portarias de alteração, foi de R\$ 2.078 milhões, ou seja, insuficiente para pagamento das obrigações contraídas pelo Órgão, que deve considerar também o pagamento de despesas do orçamento do ano corrente. Assim, os Restos a Pagar acabam por concorrer com o pagamento das despesas do exercício em curso e, conseqüentemente, podem provocar frustração ou comprometimento de despesas planejadas para o ano nas ações.

Dessa forma, pode-se concluir que o pagamento de RP de exercícios anteriores impacta substancialmente a gestão financeira da UPC, em decorrência dos saldos insuficientes para

pagamento dos compromissos assumidos pelo Ministério do Esporte no exercício de suas atribuições, cujo desequilíbrio provocado pela formação do RP cresce a cada ano. Nesse tocante vale mencionar que, repetindo o ocorrido em 2014, o limite de pagamento no exercício de 2015, destinado ao pagamento do RP e das despesas do próprio exercício, representa valor bem menor (apenas 38%) em relação ao limite de movimentação e empenho estabelecido para a UPC somado ao montante de seus compromissos de Restos a Pagar. E se o limite financeiro fosse destinado somente ao atendimento das despesas do exercício, ou seja, para atender à execução do valor concedido de limite orçamentário, ainda sim estaria 5 % menor.

Ao se proceder à análise qualitativa da composição do RP em 2015, originado do período de 2007 a 2014, observa-se concentração nas despesas correspondentes à infraestrutura, particularmente as relativas à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, que por sua vez fundamentam, em grande medida, a existência de RP por mais de um exercício financeiro sem pagamento. Sua execução ocorre por meio de contratos de repasse firmados por intermédio da Caixa Econômica Federal (mandatária a União), para viabilizar projetos de considerável complexidade, em que freqüentemente na fase pós-contratação das operações, os contratados apresentam dificuldade em seguir o cronograma de execução inicialmente proposto, retardando assim sua execução e a vigência do contrato original. Isto leva a ação “5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer” a ser responsável por 49% da totalidade de RP inscrito, com 42% de inscrição de Restos a Pagar Não Processados, e 83% dos Restos a Pagar Processados, no âmbito da Administração Direta (UO 51101) ME, considerando-se os montantes no início de 2015.

Neste mesmo âmbito, os Restos a Pagar referentes às ações de infraestrutura dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016 (128X, 20SL, 14TQ) dominam o restante de RP inscrito em 2014 para 2015, com o percentual de 27% dos Restos Não Processados e 11% dos Restos a Pagar Processados, num total de 24% do montante em RP.

Nota-se que a partir de 2011, inicia-se um crescimento de inscrições em RP de despesas com ações de infraestrutura voltadas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; e em 2012, o início de inscrições de RP de maior montante na ação de apoio à realização da COPA 2014 e na ação de implantação dos Centros de Iniciação do Esporte – CIE, o que incrementou ainda mais a necessidade de um maior limite de pagamento para o Ministério do Esporte nos anos posteriores.

Demais informações, com mais aspectos referentes à execução das despesas das unidades com maior volume de inscrições em Restos a Pagar, serão tratados abaixo.

A Secretaria - SNEAR inscreveu aproximadamente 74% da dotação empenhada no exercício de 2015 em Restos a Pagar - RAP; o principal motivo para a inscrição deste percentual é a insuficiência de limite de financeiro disponibilizado ao Ministério do Esporte, o que vem provocando um desequilíbrio entre as despesas empenhadas e o seu efetivo pagamento, uma vez que os limites financeiros liberados a cada ano são utilizados para saldar os pagamentos de despesas do exercício corrente e dos exercícios anteriores.

Os Restos a Pagar que permanecem na execução do órgão sem efetivo pagamento referem-se aos projetos de obras que possuem um cronograma financeiro interligado à execução física da obra, e ainda existem alguns projetos plurianuais que estão em execução, por esse motivo não podem ser cancelados.

Destaca-se que os Restos a Pagar das ações de responsabilidade da SNEAR aglutinam-se 95% nas ações de infraestruturas (5450, 14TQ, 14TP, 20SL, 8767, 128X), deste percentual 87% está alocado

nas ações 5450 (53%) e 14TQ (34%), considerando que as mesmas possuem um cronograma mais prolongado de execução, visto que são obras, e ainda no caso da ação 5450 existe a maior quantidade de emendas do Ministério do Esporte, o que se torna uma agravante nas dificuldades da gerência dos Restos a Pagar. Os demais 5% referem-se às ações de Preparação de Atletas, Organização dos Jogos e concessão de bolsa a Atletas, que se justificam pelas restrições financeiras sofridas nos exercícios anteriores. Ressalta-se o fato de não existirem valores inscritos em RAP para projetos não vigentes.

O percentual dos Restos a Pagar - RP das ações não previstas na LOA representa apenas 1% de todo o RP da SNEAR e estão totalmente concentrados nas ações de infraestrutura.

O grande volume de Restos a Pagar se dá, em especial, em função da metodologia de pagamento das parcerias, qual seja: 2 (duas) parcelas, condicionando a liberação da 2ª parcela à confirmação da implementação dos procedimentos de estruturação e concessão de Ordem de Início.

Portanto, antes da liberação da 2ª parcela, as entidades parceiras têm uma série de providências a adotar, como medida prévia ao recebimento da autorização para iniciar as atividades, denominada de Ordem de Início. Outra motivação para os Restos à Pagar se dá em função do volume de parcerias formalizadas no final do exercício que, por indisponibilidade de limite financeiro, ficam com o pagamento para o ano seguinte.

Vale registrar que do valor total em RP da SNEARIS estão contidos valores referentes à emendas parlamentares, compostos desta forma: nos “Restos à Pagar não Processados – Montante em 01/01/2015” há o valor de R\$ 13.793.000,00, no item “Restos à Pagar não Processados – Pagamentos” o valor de R\$ 9.364.000,00 e no “Restos à Pagar não Processados – Cancelados” o valor de R\$ 4.429.000,00.

Houve avanços na execução de Restos a Pagar de exercícios anteriores, fato ocorrido em função da decisão da gestão em estabelecer um prazo máximo para que os convênios garantissem o início do atendimento à população, e nos casos em que o atendimento não fosse confirmado, haver a rescisão dos convênios. Essa medida demandou uma atenção maior das entidades para a confirmação do início do atendimento e com isso foi possível reprogramar o tempo para liberação de pagamento das 2ª parcelas pactuadas ainda em 2015.

Nesta Secretaria – SNEARIS ocorreu um volume de cancelamentos no exercício, em especial em Restos a Pagar Não Processados, em função de convênios que não receberam Ordem de Início, e por não terem iniciado o atendimento à população. Assim o repasse da 2ª parcela foi prorrogado e com isso, por medida de enfrentamento do contingenciamento orçamentário, foi deliberado o cancelamento dos empenhos dessas parcelas, o que levou a possibilidade de estabelecer novas parcerias, ampliando o número de pessoas beneficiadas.

Outro fator motivador para a liberação dos recursos foi o Decreto Presidencial nº 7.654/2012, que estabeleceu limites para utilização dos empenhos até dois anos posteriores, exceto para os casos em que as atividades tenham sido iniciadas nesse período, o que justificaria assim a manutenção dos referidos empenho.

• Caixa Econômica Federal

O quadro acima apresenta os saldos dos empenhos inscritos em Restos a Pagar ao longo dos exercícios financeiros de 2007 a 2014 relativos as ações de infraestrutura esportiva da SNEAR. O aumento significativo dos recursos empenhados até o exercício de 2013 encontra-se relacionado a

agregação da Ação Orçamentária 5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer – cuja gestão nos anos respectivos anos era de responsabilidade da Secretaria Executiva desta Pasta.

Sobre o cancelamento significativo de despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados no exercício de 2013, destaca-se que a ocorrência, de maneira expressiva, encontra-se relacionada a ausência de cumprimento de condição suspensiva por parte dos tomadores de recursos no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, bem como em relação ao não enquadramento do disposto no Decreto nº 8.407, de 24 de fevereiro de 2015, e edições posteriores.”

4.3.7 EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Quadro 4.3.7 A - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria Executiva do Ministério do Esporte					
CNPJ:	02.961.362/0001-74					
UG/GESTÃO:	180002/180077 - 00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	114	118	116	142.050.057,25	104.962.673,71	R\$ 229.077.681,18
Termo de Cooperação	68	82	59	216.750.822,49	303.455.025,83	R\$ 208.475.371,42
Termo de Compromisso/ TED	02			62.494.880,00		
Totais	184	200	175	421.295.759,74	408.417.699,54	R\$ 437.553.052,60

Fonte: DW Convênios – SICONV/SIAFI

Quadro 4.3.7 A - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Caixa Econômica Federal - CEF/ME					
CNPJ:	02.973.091/0002/58					
UG/GESTÃO:	180006 - 00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Contrato de Repasse	588	935	1602	410.581.783,93	235.781.595,34	262.975.701,29
Termo de Compromisso	0	273	6	713.751.884,98	575.940.001,94	4.889.256,79
Totais	588	1208	1608	1.124.333.668,91	811.721.597,28	267.864.958,08

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

Quadro 4.3.7 B – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente	
Nome:	Secretaria Executiva do Ministério do Esporte
UG/GESTÃO:	180002/00001

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	TEDs
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	207	9
		Montante Repassado	234.220.245,28	6.648.530,67
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	23	178
		Montante Repassado	5.318.831,26	709.377.429,35
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	69	202
		Montante Repassado	65.189.839,05	596.025.279,48

Fonte: DW SICONV - SIAFI

Quadro 4.3.7 B – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UPC na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente			
Nome: Caixa Econômica Federal - CEF/ME			
CNPJ: 02.973.091/0002/58		UG/GESTÃO: 180006 - 00001	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Contratos de Repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	664
		Montante Repassado	176.851.434,03
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	180
		Montante Repassado	59.304.424,70
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	79
		Montante Repassado	13.865.667,10

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

Quadro 4.3.7 C – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte			
UG/GESTÃO: 180002/00001			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	TEDs
Contas analisadas	Quantidade aprovada	9	8
	Quantidade reprovada	20	-
	Quantidade de TCE instauradas	0	-
	Montante repassado (R\$)	266.046.079,59	4.524.855,02
Contas NÃO analisadas	Quantidade	178	178
	Montante repassado (R\$)	198.605.481,54	709.377.429,35

Fonte: DW SICONV e SIAFI

Quadro 4.3.7 C – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Caixa Econômica Federal - CEF/ME		
UG/GESTÃO: 180006 - 00001		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos
		Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	445
	Quantidade reprovada	0
	Quantidade de TCE instauradas	1
	Montante repassado (R\$)	118.840.998,31
Contas analisadas NÃO	Quantidade	337
	Montante repassado (R\$)	97.606.627,09

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

Quadro 4.3.7 D – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte					
UG/GESTÃO: 180002/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					178
TEDs					9

Quadro 4.3.7 D – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Caixa Econômica Federal - CEF/ME					
UG/GESTÃO: 180006 - 00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas*				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Contratos de repasse	32	28	101	29	314

* Prestações de contas já analisadas e aprovadas na CAIXA, mas que ainda não tiveram registro no SIAFI. Atraso foi computado do dia de recebimento da prestação de contas até 31/12/2015. Foram computadas operações de exercícios anteriores, uma vez que o quadro não limita ao Exercício 2015.

Análise Crítica:

• Secretaria Executiva

Uma das formas mais utilizadas de execução dos recursos públicos consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA é por meio de transferências voluntárias estabelecidas pelos Órgãos Federais com os entes públicos e também com entidades privadas sem fins lucrativos.

As transferências voluntárias ocorrem neste ministério, principalmente mediante a instauração de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada (TEDs). Esses três instrumentos possibilitam ao Ministério do Esporte atuar no sentido de cumprir sua missão

institucional, implementando ações com a finalidade de garantir a inclusão social por meio do esporte, proporcionando à população brasileira a democratização do acesso à prática esportiva.

Assim, estes instrumentos permitem ao Ministério do Esporte alcançar diversas localidades brasileiras com suas políticas públicas por meio de seus programas e projetos. Essa possibilidade é tida como fundamental tendo em vista que este órgão federal não dispõe de número significativo de representações ou unidades administrativas espalhadas pelo Brasil, nem tampouco um quadro de servidores em número suficiente que permita a atuação *in loco* no vasto território nacional.

Os instrumentos, cada um com a natureza que os distingue, são importantes para a implementação de uma política nacional de esporte e, em síntese, eles possibilitam, principalmente:

- a) Convênios: estabelecimento de parcerias com diversos órgãos da administração pública para a implementação dos nossos programas sociais (PELC, PST, VS) e o estabelecimento de parcerias com entidades nacionais de administração do esporte para desenvolvimento do esporte de alto rendimento (participação de atletas em campeonatos internacionais, aquisição de equipamentos esportivos, etc.).
- b) Termos de Execução Descentralizada – TEDs: estabelecimento de parcerias com universidades federais para implementação do Programa Segundo Tempo Universitário e, sobretudo, para a produção de conhecimento técnico-científico na área do esporte (REDE CEDES).
- c) Contratos de Repasse: estabelecimento de parcerias com a administração pública para a ampliação da oferta de infraestrutura esportiva no país, de forma a incentivar a iniciação esportiva em áreas de vulnerabilidade social e possibilitar condições adequadas para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento (CIEs, REDE NACIONAL DE TREINAMENTO).

A experiência na gestão das transferências voluntárias, ano a ano, fez com que o Ministério do Esporte cada vez mais se preocupe com as obrigações advindas da formalização de novas parcerias, que geram invariavelmente a necessidade de acompanhamento, fiscalização e análises das prestações de contas, tanto no aspecto físico (cumprimento de objeto) quanto no financeiro.

Por sua natureza, a modalidade convênio é aquela que exige maior dedicação da capacidade de trabalho deste órgão, uma vez que compete ao concedente atuação minuciosa desde a formalização até a prestação de contas financeira. Há que se considerar ainda a necessidade de acompanhamento e fiscalização durante o período de execução, bem como a análise de cumprimento de objeto após o término da vigência das parcerias.

Ainda sobre os convênios, o aprimoramento no uso do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal – SICONV trouxe mudanças significativas – positivas – na gestão das parcerias firmadas pelo Ministério do Esporte. Mudanças que estão sendo cada vez mais assimiladas por esta UPC e pelas entidades parceiras desde 2008.

Importa frisar que antes da existência do SICONV as prestações de contas (análise de cumprimento de objeto e análise financeira) eram realizadas, geralmente, somente após o término da vigência dos instrumentos. Agora, com os avanços que o SICONV proporciona, o Ministério do Esporte realiza, para além destas análises de prestação de contas, um acompanhamento “passo a passo” à medida que os parceiros realizam as operações no SICONV.

Podemos destacar como avanços proporcionados a partir do uso do SICONV:

- i. Ações realizadas (ou não) pelas entidades parceiras são acompanhadas ainda durante a execução das parcerias, impedindo que irregularidades sejam perpetuadas durante toda a vigência do instrumento e, assim, sendo tratadas somente quando da análise da prestação de contas final. Isto possibilita: a) a execução correta da parceria (programas sociais, por exemplo); b) que a atual gestão da entidade parceira adote as medidas que forem necessárias para a boa execução dos instrumentos durante a sua vigência e c) que ao final das parcerias o trabalho de envio de prestação de contas seja simplificado e ágil.
- ii. As prestações de contas finais são mais facilmente realizadas, uma vez que a documentação já está registrada no SICONV, agilizando o processo. Isto vem ocasionando a diminuição do tempo gasto pelas entidades parceiras para apresentação da prestação de contas final.

Com relação às medidas adotadas em 2015, pode-se citar como exemplos: a) notificação das entidades para aplicação dos recursos financeiros dos convênios em poupança, quando as entidades não o faziam (exigência contida no artigo 54, inciso I, da Portaria Interministerial nº 507/2011); b) notificação das entidades para registro no SICONV no prazo de até 20 (vinte) dias dos procedimentos que eram realizados (conforme artigo 3º da P.507/2011 e comunicado nº 004/2010 expedido pela Comissão Gestora do SICONV; e c) suspensão da liberação de recursos de parcelas adicionais devido ao não registro dos procedimentos no SICONV, até que fosse sanada tal irregularidade. Além disto, existe a possibilidade de bloqueio da movimentação das contas dos convênios caso seja constatada a necessidade.

Realizar o acompanhamento das transferências voluntárias de forma sistemática, assim como a análise de todas as prestações de contas, continua a ser desafiador para o Ministério do Esporte, considerando, sobretudo, o baixo número de servidores do órgão. Faz-se necessário ter servidores em todas as Secretarias Finalísticas para a realização do acompanhamento “passo a passo” e para análises de cumprimento de objeto (prestação de contas física). Além disto, é imprescindível que haja número suficiente de servidores na Secretaria Executiva – responsável pela análise financeira das prestações de contas – geralmente realizada ao final das parcerias. Durante o exercício de 2015, a área responsável pela análise das prestações de contas no âmbito financeiro dispunha de, apenas, 08 (oito) servidores.

A carência de servidores neste ministério pode ser notada também nas Secretarias Finalísticas. Isso acarreta, por exemplo, na dificuldade da organização para definição dos fiscais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos convênios. O que se têm são áreas específicas, compostas por alguns servidores, dentro de cada secretaria, para esta finalidade.

Contribuindo para suprir esta carência, o ministério dispõe de parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com a Universidade Federal de Minas Gerais que possibilita o acompanhamento *in loco* (administrativo e pedagógico) de todas as parcerias envolvendo nossos programas sociais (PELC, PST, Vida Saudável). Assim, sempre que são identificados aspectos que carecem de análise mais aprofundada, os servidores do Ministério do Esporte são acionados para realizar visitas e vistorias *in loco*.

O Ministério do Esporte tem atualmente um passivo de cerca de 2.800 (dois mil e oitocentos) processos carecendo da realização da análise de prestação de contas financeira, sendo parte referente a convênios e parte relacionada a projetos esportivos via renúncia fiscal (Lei de Incentivo ao Esporte).

Importa destacar que este passivo é oriundo, sobretudo, de processos administrativos instaurados, à época, pelo então Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP. Com a extinção

desta autarquia, restou ao Ministério do Esporte a assunção das prestações de contas de aproximadamente 2.100 (dois mil e cem) processos.

Assim, verifica-se que, de fato, desde a criação do Ministério do Esporte, ainda há um passivo de processos carentes de análise de prestações de contas financeiras. Os avanços obtidos nos últimos anos possibilitaram, ao menos, o não aumento exponencial do passivo. Para efeito de elucidação segue abaixo o número de Convênios e Termos de Compromisso (parcerias oriundas da Lei de Incentivo ao Esporte) celebrados por este ME desde 2008, uma **média anual de cerca de 392 (trezentos e noventa e dois) processos**:

Exercício	Quantidade de Convênios e Termos de Compromisso
2008	187
2009	344
2010	470
2011	453
2012	416
2013	399
2014	467
2015	404

Conforme quadro acima, a instituição já formalizou mais de 3.000 (três mil) parcerias desde 2008. Cada parceria requer análise de prestação de contas financeira. Ademais, cabe ainda ao Ministério do Esporte prover a análise dos processos administrativos oriundos da TIMEMANIA.

No intuito de criar uma solução viável frente ao problema e atendendo às recomendações do egrégio Tribunal de Contas da União - TCU, este Ministério pleiteou, junto ao Ministério do Planejamento, a realização de Concurso Público para a contratação de cargos temporários, visando à reestruturação do Órgão.

Tal medida ainda não foi atendida e continua causando dificuldades para a diminuição do passivo pendente de análise. Pode-se destacar como medidas alternativas a adoção de providências internas para facilitar as análises de Prestações de Contas, como a implementação de *checklist*, planilhas de análise financeira prévia e a orientação dos convenientes durante a execução dos projetos, visando ao aumento da produtividade, a detecção antecipada de possíveis irregularidades e a diminuição dos processos em estoque.

Já começa-se a colher os primeiros frutos oriundos destas ações. Conforme relatório realizado mediante DW em 28/03/2016 verificou-se que em 2015 encerraram-se 833 parcerias de transferências voluntárias do SICONV (convênios e contratos de repasse). Destas, 209 ainda não apresentaram as prestações de contas no sistema o que corresponde a 25%. Das 833, o ME já analisou ou já iniciou a análise de prestação de contas financeira de 487 parcerias, o que corresponde a 58%. Se considerarmos somente as entidades que já apresentaram a prestação de contas, cabe ressaltar que em 28/03/2016 - data da realização da consulta - já foram analisadas (completa ou parcialmente) as prestações de contas de 78% das parcerias que se encerraram em 2015. Ou seja, antes do término do primeiro trimestre do ano.

Não só pelas dificuldades operacionais do SICONV, observamos que diversos convenientes têm dificuldades em cumprir os prazos estabelecidos. Porém, observados os números de 2015 acima expostos (que consideram convênios e contratos de repasse), estamos notando que, gradativamente, as dificuldades do sistema estão diminuindo e, conseqüentemente, os prazos estão sendo cada vez

mais cumpridos. Certamente, se comparado com anos anteriores, o percentual de 25% (entidades que não apresentaram a prestação de contas final) é significativamente inferior.

Cientes de que as entidades dispõem, por efeito de normativo legal, do prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação da prestação de contas, quando do atraso, opta-se pela utilização da ferramenta administrativa da inadimplência da entidade, o que a impede de assinar novos convênios ou instrumentos congêneres com os Órgãos Federais, enquanto perdurar esta situação (atraso no envio da prestação de contas).

Após o registro de inadimplência, reitera-se ao conveniente providenciar o saneamento das demandas dirigidas a ele, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial e, assim, persistindo a não resolução das pendências, é procedido o encaminhamento da Tomada de Contas Especial à Egrégia Corte de Contas, no intuito de reaver os valores que possivelmente não tiveram boa e regular aplicação pelo conveniente.

Em síntese, o grande desafio tem sido diminuir o passivo existente de análise de prestações de contas financeiras. Entretanto, além da dificuldade de contratação de novos servidores, observa-se também que a formação de novos quadros para atuação nessa finalidade requer um considerável grau de especialização. Tendo em vista somente os regramentos existentes, o servidor deve se apropriar dos seguintes instrumentos para verificação de conformidade:

- a) Acórdãos e Súmulas do Tribunal de Contas da União (TCU);
- b) Recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU);
- c) Portaria ME nº 120/2009, 03 de julho de 2009 (Prestação de contas - Lei de Incentivo ao Esporte);
- d) Instrução Normativa STN nº 1, de 15/1/1997 (CONVÊNIOS);
- e) Portaria Interministerial nº 127, de 29/5/2008 (CONVÊNIOS);
- f) Decreto nº 6.170, de 25/7/2007 (CONVÊNIOS);
- g) Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 24/11/2011 (CONVÊNIOS);
- h) Lei nº 8.666, de 21/06/1993 (LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS);
- i) Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Decreto nº 3.555, de 8/8/2000, e Decreto nº 5.450, de 31/5/2005 (PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO);
- j) Lei nº 9.784, de 29/1/1999 (LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO);
- k) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- l) Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 (LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL);
- m) Lei nº 11.438, de 29/12/2006, Decreto nº 6.180, de 3/8/2007, e Portaria nº 120, 3/7/2009 (INCENTIVOS E BENEFÍCIOS PARA FORMENTAR AS ATIVIDADES DE CARÁTER DESPORTIVO);
- n) Lei nº 11.345, de 14/9/2006 e Decreto nº 6.187, 14/8/2007 (INSTITUIÇÃO DE CONCURSO DE PROGNÓSTICO DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA DESPORTIVA TIMEMANIA);
- o) Instrução Normativa TCU nº 71, de 28/11/2012 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL);
- p) Lei nº 9.790, de 23/3/1999 (ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO); e
- q) Atas de Reuniões da Comissão Gestora do SICONV.

O perfil técnico do analista de prestação de contas financeira exige ainda o conhecimento dos sistemas SIAFI, SIAFI GERENCIAL, SICONV, DW e Sistema de Débito do TCU. Assim, faz-se

necessária a existência de servidores exclusivamente dedicados ao trabalho de análise de prestação de contas financeira.

A despeito do extenso rol de atividades e instrumentos que fundamentam a análise de prestação de contas no Ministério do Esporte, não se pode dizer que há excesso de zelo no procedimento. Trata-se da aplicação de recursos públicos por outras entidades que não do Executivo Federal, de modo que o rigor deve ser absoluto. Esse entendimento é baseado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (em especial o Acórdão 2261/2005 – Plenário), bem como na experiência com demandas de órgãos de controle à época em que o procedimento não era zeloso como o atual. Hoje, são raríssimas as demandas de órgãos de controle a respeito de processos que já foram analisados pelo Ministério do Esporte, fato que indica o acerto na opção pela análise minuciosa das prestações de contas. Esse cuidado também é importante para salvaguardar os dirigentes da Pasta, que em tempos anteriores já foram responsabilizados pela falta dele, e inclusive punidos com multas.

Considerações Finais

O Ministério do Esporte por meio de ações diretas e por devoluções voluntárias, apenas em 2015, restituiu aos cofres da União R\$ 89.734.104,28 (oitenta e nove milhões, setecentos e trinta e quatro mil, cento e quatro reais e vinte e oito centavos), valor este de saldos de recursos não utilizados e glosas de despesas efetuadas de forma irregular.

Embora ainda não tenha solucionado a questão envolvendo o passivo de processos carentes de serem analisados, o Ministério do Esporte continua a tomar medidas no intuito de solucionar a questão. Ao menos, entende-se válido o fato de o Ministério não economizar esforços para amenizar a situação ou, ao menos, não agravá-la.

Entende-se que o melhor caminho para solucionarmos a questão dos passivos é mediante a contratação de novos servidores, algo que já nos mobilizamos para que aconteça. Contudo, muito embora limitados naquilo que tange o quantitativo de profissionais, entende-se que o trabalho realizado frente às transferências voluntárias está gradativamente sendo qualificado, possibilitando que as Secretarias Finalísticas acompanhem e fiscalizem as parcerias durante a vigência dos instrumentos e a Secretaria Executiva realize uma análise financeira minuciosa quando da prestação de contas final.

- **Caixa Econômica Federal**

Visão geral dos instrumentos de transferências e dos montantes transferidos

Observa-se que nos últimos três anos houve um decréscimo significativo no número de contratos celebrados, no qual em 2015 foi celebrado apenas um terço dos contratos celebrados em 2013. No entanto, considerando-se os totais dos montantes repassados em cada exercício (contrato de repasse e termo de compromisso), verifica-se que do ano de 2015 houve crescimento em relação aos demais (2014 e 2013), sendo constatada uma evolução de 38,51 % entre 2015 e 2014 e de 319,74 % entre o período de 2015 a 2013. Por outro lado, a maior concentração de recursos de 2015 se deu na modalidade Termo de Compromisso, decorrente das contratações referente as obras olímpicas e os Centro de Iniciação ao Esporte.

Verifica-se que no ano de 2015 não ocorreu celebração de Termos de Compromisso, porém o montante empenhado neste ano refere se ao grande numero inscritos em restos a pagar de termos

celebrados no ano de 2014. Esse alto número de termo de compromisso celebrado em 2014 está relacionado, em sua grande maioria, ao PAC CIE e ao PAC Olimpíadas.

Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Ao analisar o quadro resumo que trata das prestações de contas referente ao exercício de 2015, constata-se que do total de 844 contratos de repasse possíveis de se prestar contas, 664 ocorreram a prestação de contas, representando 78,67 % dos contratos de repasse possíveis de serem prestados contados, restando, portanto, um total de 180 contratos de repasse a serem prestados contados, que adicionados aos dos exercícios anteriores totalizaram 259 contratos de repasse que não foram prestados contados.

Visão geral da análise de contas prestadas

Ao analisar o quadro que retrata a situação da análise de contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão, exercício de 2015, constata-se a existência de 782 contas nesta situação, sendo que deste total, 446 contratos tiveram suas contas analisadas, sendo deste total 445 aprovadas e 01 delas instaurada Tomada de Contas Especial. Por outro lado 337 contratos de repasse não foram analisados.

4.3.7.2 SITUAÇÃO DAS OBRAS REALIZADAS EM PARCERIA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O Ministério do Esporte tem estabelecido um planejamento para uma atuação efetiva quanto ao cumprimento de suas obrigações em atendimento às legislações pertinentes, de forma a se obter um monitoramento de todos os contratos sob sua responsabilidade, e, em especial, aqueles tendo como mandatária da União a CAIXA.

O diagnóstico construído teve por base a análise da situação das obras apontadas como paralisadas e/ou atrasadas, verificando os motivos geradores para tais situações e identificando por meio da mandatária cada situação específica para gerar as ações necessárias correspondentes para normalizar o andamento das obras.

Assim, o diagnóstico apontou a seguinte situação de obras paralisadas e/ou atrasadas, distribuídos por estado da Federação:

Situação das obras atrasadas

UF	Total por UF	% UF	Valor de Repasse UF	% Repasse UF
AC	17	2,0%	R\$ 12.051.787,50	0,6%
AL	19	2,3%	R\$ 8.026.544,80	0,4%
AM	10	1,2%	R\$ 15.410.000,00	0,8%
BA	20	2,4%	R\$ 8.192.375,00	0,4%
CE	23	2,8%	R\$ 14.133.320,10	0,8%
ES	9	1,1%	R\$ 2.769.000,00	0,1%
GO	20	2,4%	R\$ 8.529.958,02	0,5%
MA	19	2,3%	R\$ 22.029.500,00	1,2%
MG	89	10,7%	R\$ 51.999.715,06	2,8%
MS	27	3,2%	R\$ 20.059.362,04	1,1%
PA	11	1,3%	R\$ 10.894.386,08	0,6%

PB	13	1,6%	R\$	3.760.000,00	0,2%
PE	17	2,0%	R\$	10.697.250,00	0,6%
PI	14	1,7%	R\$	19.207.901,28	1,0%
PR	69	8,3%	R\$	70.666.412,83	3,8%
RJ	37	4,4%	R\$	1.292.490.119,43	69,0%
RN	115	13,8%	R\$	32.549.597,45	1,7%
RO	23	2,8%	R\$	7.510.538,75	0,4%
RR	5	0,6%	R\$	46.110.155,68	2,5%
RS	82	9,8%	R\$	31.848.966,03	1,7%
SC	16	1,9%	R\$	3.760.000,00	0,2%
SE	25	3,0%	R\$	18.094.400,67	1,0%
SP	131	15,7%	R\$	151.142.172,46	8,1%
TO	22	2,6%	R\$	12.245.750,00	0,7%
Total geral	833	100%	R\$	1.874.179.213,18	100,0%

Com relação às obras atrasadas (data base de 31/12/2015), constata-se um total de 833 contratos, cujo montante representa R\$ 1.874.179.213,18 (Um bilhão, oitocentos e setenta e quatro milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e treze reais e dezoito centavos). Deste total temos o Estado de São Paulo com a maior quantidade de obras atrasadas (15,7%), seguidos do Rio Grande do Norte (13,8%) e Minas Gerais (10,7%).

Situação das obras paralisadas

Rótulos de Linha	Total por UF	% UF	Valor de Repasse UF	% Repasse UF
AC	11	0,8%	R\$ 12.322.500,00	1,0%
AL	27	2,0%	R\$ 31.826.934,48	2,6%
AM	31	2,3%	R\$ 25.805.884,35	2,1%
AP	8	0,6%	R\$ 6.882.500,00	0,6%
BA	106	7,9%	R\$ 75.696.655,51	6,2%
CE	104	7,7%	R\$ 271.688.680,62	22,4%
DF	3	0,2%	R\$ 13.526.357,83	1,1%
ES	20	1,5%	R\$ 10.779.272,60	0,9%
GO	67	5,0%	R\$ 54.901.327,25	4,5%
MA	29	2,2%	R\$ 19.273.357,68	1,6%
MG	128	9,5%	R\$ 73.241.408,76	6,0%
MS	15	1,1%	R\$ 7.649.250,00	0,6%
MT	16	1,2%	R\$ 16.482.720,13	1,4%
PA	39	2,9%	R\$ 40.914.058,20	3,4%
PB	32	2,4%	R\$ 15.102.891,32	1,2%
PE	17	1,3%	R\$ 33.644.128,78	2,8%
PI	63	4,7%	R\$ 49.004.734,40	4,0%
PR	62	4,6%	R\$ 37.116.239,12	3,1%
RJ	66	4,9%	R\$ 49.706.892,88	4,1%
RN	58	4,3%	R\$ 16.770.000,00	1,4%
RO	4	0,3%	R\$ 1.713.750,00	0,1%
RR	5	0,4%	R\$ 6.366.616,44	0,5%
RS	136	10,1%	R\$ 43.396.001,12	3,6%

SC	33	2,5%	R\$	31.161.433,82	2,6%
SE	23	2%	R\$	12.239.750,00	1,0%
SP	218	16,2%	R\$	237.493.116,20	19,6%
TO	23	1,7%	R\$	19.255.877,58	1,6%
Total geral	1344	100,0%	R\$	1.213.962.339,07	100,0%

As obras paralisadas, com situação em 31/12/2015 representam um total de 1.344 empreendimentos cujo montante de repasse corresponde a R\$ 1.213.962.339,07 (Um bilhão, duzentos e treze milhões, novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e nove reais e sete centavos). Deste total, temos o Estado de São Paulo (16,20 %) com a maior quantidade de obras atrasadas, seguido do Rio Grande do Sul (10,11%) e Minas Gerais (9,50%).

Historicamente, observamos que essas situações se devem a uma série de fatores, como, por exemplo:

- Dificuldades/imprevistos na implantação dos projetos;
- Demora dos tomadores na obtenção e encaminhamento de documentos – projetos, licenças, registros, boletins de medição;
- Baixa capacidade de gestão / equipes técnicas insuficientes / descontinuidade administrativa dos Tomadores;
- Dificuldades para realizar a contrapartida;
- Adversidades climáticas;
- Atraso / ausência de repasse.

A CAIXA por meio de suas regionais está sempre oficiando e contatando os Tomadores no intuito de resolver impasses para que a execução das operações seja normalizada.

4.3.7.3 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PREVISTAS NOS CONTRATOS DE OBRAS

As necessidades de implantação de uma atuação voltada ao acompanhamento e monitoramento dos diversos contratos estabelecidos com vários entes tomadores por meio da Mandatária da União – CAIXA, sempre foi uma preocupação do Ministério do Esporte, que vem ao atendimento do que estabelece a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 - DOU de 28/11/2011, cujo Art. 5º, descreve que cabe à concedente promover a gestão dos programas, projetos e atividades, bem como promover a operacionalização da execução dos programas, projetos e atividades. Podendo delegar tais atribuições à instituição financeira oficial mediante celebração de contrato de prestação de serviços.

O Ministério do Esporte tem se preocupado com as recomendações dos órgãos de controle de que se programem ações efetivas para os acompanhamentos dos contratos das obras e, nesse sentido, vem estabelecendo ações junto à CAIXA para que a implantação do processo de monitoramento e avaliação ocorra satisfatoriamente.

Atendendo a tais anseios, em 2015 estabeleceram-se um conjunto de ações estruturantes para atendimento das recomendações definidas pelos órgãos de controle. Para tanto, foram realizadas tratativas efetivas por meio de várias reuniões com a CAIXA. O objetivo inicial foi o aprimoramento das atividades de monitoramento. Nesse sentido, discutiu-se a necessidade de implantação de informações com maior grau de confiabilidade, a implantação do

georreferenciamento de todas as instalações esportivas cujos contratos ocorreram por meio da CAIXA, a estruturação de planos de ação com a definição de providências e o escopo do que se deseja acompanhar.

A principal ação estruturante para o ano de 2015 foi a elaboração e implantação do “Projeto para monitoramento e avaliação dos contratos referente à implantação da infraestrutura esportiva do Ministério do Esporte”, cujo objetivo consiste na sistematização de um conjunto de ações para possibilitar o acompanhamento e monitoramento, por meio da implantação de ações efetivas.

A estrutura desse projeto contemplou:

- identificação de empreendimentos problemáticos;
- adoção da organização das bases de informações disponibilizadas pela mandatária da União (CAIXA) de forma a se ter um mapeamento das realidades observadas, com atualização mensal;
- análise do banco de dados recebido pela CAIXA e identificação das possíveis inconsistências dos dados, com posterior encaminhamento à mandatária de relatórios solicitando as devidas correções;
- sistematização das informações disponibilizadas pela CAIXA, para posterior mapeamento e definição de propostas de atuação;
- análise criteriosa das situações encontradas para cada contrato, agregando as informações de forma a gerar conhecimentos específicos sobre a realidade encontrada;
- contratação de uma empresa para desenvolver aplicativo que possibilite a mandatária (CAIXA) georreferenciar todas as obras de infraestrutura esportiva;
- contratação de uma empresa para sistematização das informações no âmbito do Ministério do Esporte, de forma a agrupar todas as etapas dos contratos e com isso possibilitar um monitoramento adequado, conhecendo a realidade de cada empreendimento.

Com o resultado do projeto, percebe-se que as atividades de monitoramento passam a acontecer com maior fluidez, pois permite:

- Acompanhar os contratos voltados à implantação de obras de infraestrutura esportiva;
- Estabelecer rotinas de avaliação sobre os apontamentos observados durante o monitoramento;
- Ampliar e estreitar o relacionamento com a mandatária (CAIXA);
- Criar um canal com os proponentes para identificar suas necessidades e dificuldades com relação aos processos;
- Estabelecer “Planos de Ação” voltados para a melhoria do acompanhamento da evolução do desempenho de cada contrato, unificando o tratamento das situações similares.

Complementando as ações estabelecidas no projeto citado, o Ministério do Esporte atuou no atendimento de várias demandas de órgãos de controle. Essas demandas totalizaram em 2015 422 solicitações, sendo que a sua grande maioria resultou nas demandas da Controladoria Geral da União (35,54%), seguido do Ministério Público (23,45%). Tais ações de monitoramento constituíram-se num acompanhamento efetivo junto aos tomadores, objetivando a solução dos problemas detectados.

ATENDIMENTO AS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	58,00
MINISTÉRIO PÚBLICO	99,00
POLÍCIA FEDERAL	27,00
JUSTIÇA FEDERAL	6,00
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	7,00
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	2,00
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO-TCU	41,00
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO-CGU	150,00
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	4,00
DEMAIS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO	14,00
DENUNCIA	14,00
TOTAIS	422,00

Ainda com relação a 2015, várias ações relacionadas ao monitoramento dos empreendimentos esportivos no país decorreram de atendimento personalizado aos tomadores de recursos federais que buscaram informações junto ao ME a respeito das contratações. Tais atendimentos ocorreram por meio da Assessoria Parlamentar, que realizou 6.227 atendimentos, sendo deste total, 3.401 atendimentos a parlamentares e 2.826 referente aos atendimentos federativos.

Outro exemplo de monitoramento realizado diz respeito à participação do Ministério do Esporte no evento “III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável”, no período de 7 a 9 de abril de 2015, em Brasília, com atendimentos pontuais e efetivos para suprir aos anseios e às necessidades dos diversos tomadores.

4.3.7.8 INFORMAÇÕES SOBRE A DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA O ATENDIMENTO DAS AÇÕES PREPARATÓRIAS DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016

A Olimpíada e a Paraolimpíada Rio 2016 estão sendo organizadas, no âmbito do Ministério do Esporte, através de duas ações orçamentárias, sendo uma voltada à preparação e organização dos jogos (20D8) e a outra à implantação da infraestrutura olímpica (14TQ).

Os recursos alocados na ação 20D8 (Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016) têm como objetivo a contratação de Consultorias, apoio à Preparação de Seleção para os Jogos, apoio a ciência e tecnologia e equipes multidisciplinares de apoio à preparação de Seleções, apoio aos atletas do programa Plano Brasil Medalha e infraestrutura tecnológica para suporte às Olimpíadas. Foram formalizados/suplementados 35 projetos, voltados ao apoio dos atletas Olímpicos, às Confederações, e projetos de Tecnologia e consultorias.

Os recursos alocados na ação 14TQ visam construir e reformar as infraestruturas necessárias à realização dos jogos, que estão sendo executadas através das parcerias firmadas entre o Ministério do Esporte e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Ministério da Defesa, Governo do Estado de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Pinhais/PR, entre outros.

Quadro 4.3.7.8 A - Execução das ações olímpicas

ENTIDADE	OBJETO	VALOR REPASSADO (R\$)	Situação da prestação de contas dos recursos descentralizados (se for cabível)
20D8 - PREPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016		180.952.168	
Fundação Ezute	Serviços técnicos especializados de apoio às ações do Governo Federal referentes às instalações permanentes, temporárias, equipamentos e materiais para os Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos Rio 2016	26.803.542	PROJETO VIGENTE
Caixa Econômica Federal*	Despesas com a prestação de serviços de gerenciamento de ações deste ministério nos jogos Olímpicos Rio-2016.	20.000.000	PROJETO VIGENTE
Fundação Getúlio Vargas	Prestação de serviços de consultoria em manutenção e ampliação de preços e composição de estimativa de preços para os Jogos.	25.046.000	PROJETO VIGENTE
Caixa Econômica Federal *	Operacionalização dos termos de compromisso (PAC - CIES) vinculados aos Jogos Olímpicos e o respectivo legado.	294.000	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pesquisa de controle de dopagem no suporte da preparação, acreditação e operação do novo laboratório brasileiro de controle de dopagem - LADETEC.	5.000.000	PROJETO VIGENTE
FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda.	Produção de conteúdo de comunicação do ME para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	13.140.000	PROJETO VIGENTE
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO	Estruturar no Ministério do Esporte instrumentos de gestão do conhecimento no esporte do Brasil e alinhar práticas nacionais no campo do esporte a padrões internacionais.	10.403.284	PROJETO VIGENTE
Secretaria Nacional de Estado Esporte e Lazer do Espírito Santo	Instalação do núcleo de esporte de base de alto rendimento e desenvolvimento do esporte de alto rendimento visando os jogos Olímpico e Paraolímpicos de 2016.	3.226.315	PROJETO VIGENTE
Comissão Desportiva do Brasil - CDMB	Participação de atletas de alto rendimento da Delegação Brasileira para os 6º Jogos Mundiais Militares, em 2015, realizados na República da Coreia.	7.117.723	PROJETO VIGENTE
Comitê Paraolímpico Brasileiro	Preparação específica e de alto nível as seleções permanentes e aos jovens atletas visando os Jogos Paralímpicos do Rio 2016.	6.458.871	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa	Preparação de atletas paraolímpicos de Tênis de Mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Paraolímpicos Rio 2016	2.206.431	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Basketball	Preparação da Seleção Brasileira Adulta Masculina 2015/2016	7.027.989	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa	Preparação de atletas Olímpicos de Tênis de Mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016	1.212.400	PROJETO VIGENTE

Confederação Brasileira de Atletismo	Implementar os centros nacionais de treinamento de Atletismo de alto nível de Uberlândia, São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza	2.558.400	PROJETO VIGENTE
Ministério das Relações Exteriores (Realização do Brazil Day 2015 em Londres)	Viabilizar as ações de promoção dos jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016 na cidade de Londres - Brazil Day 2015	511.414	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Tiro com Arco	Preparação de atletas para a Olimpíada de 2016.	2.153.695	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Ginástica	Participação das Seleções Brasileiras de Ginástica em Aclimações e Campeonatos Mundiais como Preparação Técnica.	676.987	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Hipismo	Preparação e estruturação das Seleções Brasileiras Permanentes de Adestramento, Concurso Completo de Equitação (CCE) e Salto.	5.886.545	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Judô	Dar continuidade à contratação de comissão técnica multidisciplinar da seleção Olímpica permanente de Judô masculina e feminina, contemplados no convênio em pauta, de forma a ampliar as metas inicialmente estabelecidas, otimizando a preparação dos atletas olímpicos de judô, com foco nos Jogos olímpicos Rio 2016	1.708.332	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Rugby	Execução de um programa de alto rendimento para as Seleções Olímpicas Feminina e Masculina de Rugby visando os Jogos os Olímpicos Rio 2016.	3.710.201	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Basketball	Preparação de atletas da equipe feminina da Seleção Brasileira de Desenvolvimento de Basquetebol Adulta	3.353.306	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa	Participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira paraolímpica de tênis de mesa visando participação nos jogos paraolímpicos rio 2016	1.116.306	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Handebol	Preparação da seleção olímpica feminina permanente de handebol para os jogos Olímpicos Rio 2016	2.628.782	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Tênis de Mesa	Participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira olímpica de tênis de mesa visando participação nos jogos olímpicos rio 2016	1.241.827	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Exército Brasileiro	Recursos para custeio das despesas de água, energia elétrica, fornecimento de gás, aquisição de cloro e demais insumos - Complexo Esportivo Deodoro.	2.247.192	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Realização do projeto "referências para o desenvolvimento do plano nacional de esporte de alto rendimento no Brasil".	3.230.799	PROJETO VIGENTE
EMBRATUR	Material promocional	1.700.000	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal do Paraná - UFPR	Implementação do Projeto Inteligência Esportiva no esporte de alto rendimento no Brasil.	3.065.846	PROJETO VIGENTE
Comitê Paralímpico Brasileiro	Apoiar os atletas beneficiados pelo Plano Brasil Medalha 2016 / Programa Bolsa Pódio com a contratação de Profissionais para equipes multidisciplinares das 12 modalidades contemplados.	4.415.164	PROJETO VIGENTE

Confederação Brasileira de Voleibol - CBV	Preparação dos Atletas Brasileiros do Voleibol de praia contemplados no Plano Brasil Medalhas.	2.000.000	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos	Apoiar os atletas da modalidade de saltos ornamentais beneficiados pelo Plano Brasil Medalhas 2016/Programa Bolsa Pódio, por meio de equipe multidisciplinar, participação em competições e treinamentos.	829.668	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Tiro Esportivo	Proporcionar uma infraestrutura técnica adequada para melhoria das condições de preparação do atleta de tiro esportivo, Cássio Cesar de Mello Rippel.	570.599	PROJETO VIGENTE
Confederação Brasileira de Tiro com Arco	Possibilitar melhor preparação técnica e infraestrutura para o atleta de tiro com arco Marcos Vinícius de Almeida	642.569	PROJETO VIGENTE
NTC - Núcleo de Tecnologia de Conhecimento	Despesas com aquisição de solução Integrada de infraestrutura tecnológica	6.300.000	PROJETO VIGENTE
RT - Serviços Especializados LTDA***	Combate fraudes na internet por meio de ações técnicas-administrativas de remoção/correção de conteúdos indevidos	2.027.200	PROJETO VIGENTE
14TQ - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA OS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016		882.047.661	
Ministério de Minas e Energia	Implantação de infraestrutura necessária para a realização das Olimpíadas Rio 2016. “Energia para o Parque Olímpico da Barra da Tijuca”.	14.252.259	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Laboratório de Controle de Dopagem - LADETEC	Continuidade do reforço à capacidade de análise e auxílio à sustentabilidade do laboratório de controle de dopagem LBCD - LADETEC/IQ – UFRJ - ETAPA 2015	1.500.000	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Laboratório de Controle de Dopagem - LADETEC - Equipamentos	Esforço Olímpico - Preparação e realização de análises laboratoriais para controle de dopagem nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.	13.000.000	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Laboratório de Controle de Dopagem - LADETEC - Equipamentos	Aparelhamento e Implementação de equipamentos para a instrumentação do laboratório brasileiro de controle de dopagem - LBCD - LADETEC - IQ - UFRJ	3.288.627	PROJETO VIGENTE
MARINHA - Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN)	Criação de infra-estrutura para o treinamento das equipes olímpicas de futebol, voleibol, saltos ornamentais, pólo aquático e levantamento de peso para os jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016.	20.714.185	PROJETO VIGENTE
Prefeitura Municipal de Pinhais/PR **	Transferência, remontagem e construção do velódromo do Rio de Janeiro/RJ.	6.216.410	PROJETO VIGENTE
AERONÁUTICA - Universidade da Força Aérea (UNIFA)	Descentralização de crédito visando as obras do complexo desportivo da UNIFA, para atender atividades relativas ao treinamento de atletas-TED 44/2014	24.801.837	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Escola NAVAL	Aquisição de equipamentos para o Laboratório de Psiconeurofisiologia do Esporte.	772.861	PROJETO VIGENTE

Clube da Aeronáutica - UNIFA-CAER	Obras do complexo desportivo do clube da aeronáutica, localizadas no cluster da barra para atender atividades relativas ao treinamento de atletas de alto rendimento para os jogos Olímpicos e Paraolímpicos rio 2 016	13.438.411	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Complexo Esportivo do CT da UFRJ contemplando a construção das instalações de Treinamento na EEFD com 02 campos de Hóquei, 01 campo de Rugby e reformas, dentre elas, a da piscina olímpica para treinamento do Nado Sincronizado.	50.000.000	PROJETO VIGENTE
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Centro olímpico da barra - handebol dos jogos olímpicos e Paraolímpicos e competições do goalball dos jogos.	23.868.973	PROJETO VIGENTE
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Centro olímpico da barra - centro olímpico de tênis.	65.641.518	PROJETO VIGENTE
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Centro olímpico da barra - centro aquático.	53.302.008	PROJETO VIGENTE
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Centro olímpico da barra - velódromo olímpico.	25.613.604	PROJETO VIGENTE
Universidade Federal de Minas Gerais	Controle sanitário de vetores e recuperação e adequação da área de com petição do cross country no centro nacional de hipismo.	3.775.705	PROJETO VIGENTE
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Área Sul	Construção das instalações esportivas de Deodoro (área sul) para receber as competições de Hipismo para os jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com operação e conservação das instalações entre a finalização das obras civis e os jogos Olímpicos e Paraolímpicos, toda a infraestrutura para as instalações temporárias e posterior desmontagem e adaptação dos equipamentos para o legado da cidade do Rio de Janeiro.	95.326.625	PROJETO VIGENTE
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Área Norte	Centro Olímpico de Deodoro - Centro Nacional de Tiro	313.125.447	PROJETO VIGENTE
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	Obras de revitalização e Urbanização nas áreas de Domínio Comum do Complexo Esportivo de Deodoro para as Olimpíadas Rio 2016	28.567.065	PROJETO VIGENTE
Governo do Estado de São Paulo	Projeto de implementação e construção do centro paraolímpico brasileiro.	20.417.941	PROJETO VIGENTE
Prefeitura do Rio de Janeiro	Instalação e manutenção de ar condicionado no Centro Olímpico de treinamento da Barra. (AR CONDICIONADO - INSTALACAO E MONTAGEM/ PAREDE / SISTEMAS) . Prestação de serviço técnico especializado de engenharia visando o fornecimento, instalação, operação e manutenção dos sistemas de ar Condicionado, ventilação mecânica e pressurização de escadas do Centro Olímpico de Treinamento (COT), Halls 1, 2 e 3, localizados no Parque Olímpico do Rio, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ.)	58.550.000	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB	Obras de instalação de Pista de Atletismo do Clube da Aeronáutica, no Cluster Barra da Tijuca.	11.943.625	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Comissão Desportiva	Aquisição de equipamentos/materiais de Taekwondo.	1.414.061	PROJETO VIGENTE

Militar do Brasil - CDMB - CEFAN			
Ministério da Defesa - Comissão Desportos da marinha - Capitania dos Desportos do Rio de Janeiro (CPRJ)	Aquisição de Barcos de Apoio, necessários a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e posterior legado.	7.262.000	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB - CEFAN	Aquisição de Barcos de Apoio, necessários a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e posterior legado.	5.384.000	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Comissão Desportos da Marinha - Comando do Material de Fuzileiros Navais (CMAT)	Aquisição de Barcos de Apoio, necessários a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e posterior legado.	1.530.000	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB - Centro de adestramento da ilha de Marambaia - CADIM	Aquisição de Embarcações de Apoio, necessários a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, e posterior legado – CADIM	7.848.000	PROJETO VIGENTE
Ministério da Defesa - Comissão Desportiva Militar do Brasil - CDMB - Centro de Instrução Almirante Silvio Camargo - CIASC	Aquisição de Embarcações de Apoio, necessários a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, e posterior legado – CIASC.	2.492.500	PROJETO VIGENTE
Secretaria do Esporte do Estado do Ceará - Secretaria Especial da Copa 2014	Suplementação para implantação do Centro de Formação Olímpica do Ceará	8.000.000	PROJETO VIGENTE

Fonte: SNEAR

*O contrato com a CEF no valor de R\$ 20.000.000 é para operacionalização dos contratos vinculados aos Jogos Olímpicos e o contrato com a CEF no valor de R\$ 294.000 é para operacionalização do respectivo legado PAC dos Jogos Olímpicos.

**Trata-se da desmontagem do velódromo antigo e construção de um novo velódromo. Uma vez que aquele não atendia aos requisitos olímpicos, logo foi desmontado e transferido para a cidade de Pinhais, considerando que a cidade do Rio de Janeiro não comporta dois velódromos.

***Defesa cibernética demandada pelos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, evento de grande visibilidade mundial e sujeito a ataques e clonagens que podem atentar contra a imagem do Ministério do Esporte e do País.

4.3.9 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Quadro 4.3.9 A - Despesas por modalidade de contratação

Unidade Orçamentária: Ministério do Esporte		Código UO: 51101		
Despesas por Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1 . Modalidade de Licitação (a + b + c + d + e + f + g)	178.006.836,61	102.567.437,22	172.319.186,69	91.741.523,02
a) Convite	3.283.907,67	97.129,64	3.283.907,67	97.129,64
b) Tomada de Preços	1.092.361,27	375.885,36	1.092.361,27	143.888,36
c) Concorrência	41.196.384,82	49.032.849,98	37.702.486,16	48.812.358,27
d) Pregão	53.924.226,07	53.044.172,24	52.982.980,07	42.670.746,75
e) Concurso	24.623,28	17.400,00	24.563,28	17.400,00
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	78.485.333,50		77.232.888,24	
2. Contratações Diretas (h + i)	100.354.881,69	198.404.002,90	98.147.496,88	196.943.749,31
h) Dispensa	81.791.125,17	177.337.706,83	81.240.646,32	176.908.514,48
i) Inexigibilidade	18.563.756,52	21.066.296,07	16.906.850,56	20.035.234,83
3. Regime de Execução Especial	75.354,45	7.728,70	75.354,45	7.728,70
j) Suprimento de Fundos	75.354,45	7.728,70	75.354,45	7.728,70
4. Pagamento de Pessoal (k + l)	42.168.968,89	37.038.962,28	42.152.572,90	36.806.712,42
k) Pagamento em Folha	34.691.701,98	33.920.972,55	34.691.701,98	33.744.973,34
l) Diárias	7.477.266,91	3.117.989,73	7.460.870,92	3.061.739,08
5 . Outros	354.259.351,63	555.182.273,51	350.342.946,32	551.819.211,90
6. Total (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	674.865.393,27	893.200.404,61	663.037.557,24	877.318.925,35

FONTE: SIAFI

Quadro 4.3.9 B - Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte						Código UO: 51101		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal	34.872.057,53	34.413.049,57	34.691.701,98	33.920.972,55	180.355,55	492.077,02	34.691.701,98	33.744.973,34
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.244.961,61	23.712.939,80	25.244.961,61	23.712.939,80			25.244.961,61	23.712.939,80
13-OBRIÇACOES PATRONAIS	4.385.319,08	4.015.701,43	4.385.319,08	4.015.701,43			4.385.319,08	4.015.701,43
Demais elementos do grupo	5.241.776,84	6.684.408,34	5.061.421,29	6.192.331,32	180.355,55	492.077,02	5.061.421,29	6.016.332,11
3. Outras Despesas Correntes	704.781.850,10	663.249.527,68	371.137.609,46	395.168.167,67	333.644.240,64	268.081.360,01	368.099.920,91	390.959.510,31
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORÇ.	261.124.847,37	154.411.541,91	167.853.771,14	105.936.590,79	93.271.076,23	48.474.951,12	165.704.571,23	104.313.265,57
41-CONTRIBUICOES	194.626.607,81	215.377.193,06	50.167.225,35	74.969.948,30	144.459.382,46	140.407.244,76	50.167.225,35	74.969.948,30
48-OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	133.473.961,00	181.269.546,00	71.873.506,00	123.123.655,00	61.600.455,00	58.145.891,00	71.873.506,00	123.123.655,00
Demais elementos do grupo	115.556.433,92	112.191.246,71	81.243.106,97	91.137.973,58	34.313.326,95	21.053.273,13	80.354.618,33	88.552.641,44
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	1.310.103.633,29	1.711.337.476,29	269.036.081,83	430.190.291,85	1.041.067.551,46	1.281.147.184,44	260.245.934,35	418.869.468,36
42-AUXILIOS	1.028.154.738,15	1.368.716.305,48	147.044.212,54	284.756.586,73	881.110.525,61	1.083.959.718,75	143.161.260,38	281.756.586,73
Demais elementos do grupo	281.948.895,14	342.621.170,81	121.991.869,29	145.433.705,12	159.957.025,85	197.187.465,69	117.084.673,97	137.112.881,63

Fonte SIAFI

Análise crítica da realização da despesa

O Ministério do Esporte - ME teve uma dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2015, somada aos créditos adicionais e emendas parlamentares, no montante de R\$ 3,221 bilhões (excluindo Pessoal, Transferências Obrigatórias por Legislação e Créditos Extraordinários), para a qual foi concedido um Limite de Execução Orçamentária de 1,967 bilhão, o que possibilitou uma realização de despesa total em empenhos no montante de R\$ 1,962 bilhão, ou seja, 99,74 % do referido Limite

As descentralizações externas do Ministério, em 2015, chegaram ao montante de R\$ 248 milhões para outros Órgãos Federais, na maioria Universidades, enquanto as provisões, na maior parte foram para a Caixa Econômica Federal, destinadas à execução de obras de infraestrutura esportiva de apoio educacional, recreativo, lazer, e também de apoio aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

O Limite de Execução Orçamentária e Financeira foi estabelecido pelo Decreto Nº 8.456 de 22/05/2015, e suas alterações por Decretos posteriores, e Portarias dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, fixando um contingenciamento orçamentário de R\$ 1,25 bilhão, ou seja, 39% da dotação orçamentária autorizada na LOA 2015 até o fim do exercício, para as despesas discricionárias do Ministério do Esporte.

Devido a essa limitação orçamentária, a realização da despesa no Ministério do Esporte, por empenho, foi o correspondente a 61% da LOA Final de 2015 com as emendas, excluindo despesas obrigatórias e créditos extraordinários.

Analisando-se a execução dentro de um cenário em que sejam consideradas somente as dotações de PAC e da Programação ME, sem emendas e despesas obrigatórias, o empenhado atinge 70% da dotação final de 2015.

A diferença existente entre empenhos emitidos e valores pagos, em torno de R\$ 1,392 bilhão, deve-se ao baixo limite de pagamento de R\$ 2,077 bilhões concedido para o exercício em relação às demandas de pagamento do exercício somadas as demandas de RP a pagar, e também tem, como causas, a situação diferenciada que ocorre com o empenho de dotações das ações de implantação e modernização de infraestrutura esportiva, cujos pagamentos ocorrem em função do andamento da execução física das operações contratadas, e o grande número de convênios e contratos de repasse para desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte educacional e de esporte e lazer, cujo impacto financeiro, se dá em função do cronograma estabelecido nos referidos instrumentos de repasse.

A liberação de novos limites orçamentários, nos últimos dias do ano, também gera grandes dificuldades na execução, pois a elaboração e a tramitação dos processos até a efetiva celebração das parcerias e execução do orçamento muitas vezes não se confirma em função de falta de tempo hábil.

Outro fator a se considerar é o crescimento do RAP pela insuficiência de limite de pagamento disponibilizado ao Ministério, o que vem provocando um desequilíbrio entre valores empenhados e sua efetiva liquidação, tendo vista que os limites liberados a cada ano também são utilizados para pagamento de despesas de compromissos de exercício anteriores.

No que se refere à execução das despesas, relativa ao montante empenhado no exercício, o Ministério do Esporte teve, no GND 3-Outras Despesas Correntes, maior concentração nos

respectivos elementos de despesa: a) 39 -Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, destinados aos serviços de administração e manutenção da Unidade, além de despesas com publicidade de utilidade pública, com jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016 b) 41 -Contribuições -resultado da execução descentralizada dos Programas finalísticos do Ministério, realizados por meio da celebração de convênios e contratos de repasses, com maior magnitude na preparação e organização dos jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016, no desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte, educação, lazer e inclusão social, e na realização e apoio a eventos e competições de esporte participativo e de esporte escolar; e c) 48 -Outros auxílios financeiros à pessoa física – despesas para a concessão de bolsas a atletas.

Nota-se uma elevação acentuada nos valores de empenho nas despesas em “39 -Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica” (69%) em relação ao ano anterior, com grande participação da ação “20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social (29%), e das despesas nas ações voltadas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (20D8/14TQ – 28%), o que demonstra que a proximidade da realização do mega evento esportivo teve grande influência nesta variação.

Quanto à rubrica GND 4, o valor mais expressivo na execução das despesas verificou-se no elemento 42 – auxílios, correspondente aos contratos de repasse conduzidos pela CAIXA visando à implantação e modernização de infraestrutura esportivas – lazer, educacional e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Relativamente à rubrica GND 1 – despesa de pessoal, no que se refere às despesas relacionadas à força de trabalho do Ministério do Esporte em 2014, houve variação positiva de 1,33%, em consonância com as atribuições do Órgão, com os mega eventos e com a agenda internacional.

Nas modalidades de contratação, houve variações relevantes de crescimento da liquidação, com relação ao exercício 2014, nas seguintes modalidades: a) Convite, com destaque para participação da ação olímpica de infraestrutura “14TQ”; b) Tomada de Preço, com participação acentuada da ação “20YA - Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento”; c) Suprimento de Fundos, principalmente na ação 2000 – Administração da Unidade; d) Diárias, com grande participação da ação 20D8 - Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e Gestão do Legado Esportivo.

Registre-se que houve queda acentuada, em relação a 2014, em dispensa e Inexigibilidade, chegando a uma redução, no total de contratação direta, no percentual de 49,42%.

Sob ponto de vista da execução, os destaques feitos a outros órgãos federais passaram a ser monitorados para que fossem confirmados os empenhos, liquidações e pagamentos conforme pactuado, tendo sido encaminhadas diligências às entidades, sempre que necessário, para evitar devoluções dos destaques repassados ou mesmo as reinscrições em Restos a Pagar para o exercício subsequente.

Tal monitoramento proporciona na gestão orientar as entidades parceira sobre a execução conforme pactuado, ao tempo em que cada demanda de ajustes apresentada na forma da execução, no que diz respeito aos elementos de despesas para melhor execução das atividades necessárias ao atendimento da população, sendo devidamente analisadas e, na medida do possível, autorizadas pela área técnica.

Demais informações, com mais aspectos referentes à execução das despesas das unidades com maior volume orçamentário, serão tratados abaixo.

Na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR, as despesas referentes ao custeio concentraram-se nos elementos 41 (Contribuições) e 48 (Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física), isto se justifica porque as despesas do elemento 41 são oriundas de parcerias visando à execução dos Programas Finalísticos da SNEAR, e o elemento 48 são as despesas para a concessão de bolsas a atletas.

As despesas de investimentos foram expressivas em: elementos 41 – Contribuições - resultado da celebração de convênios, contratos de repasse, descentralizações, visando a execução dos Programas finalísticos da SNEAR, tendo em vista a formação de atletas olímpicos e paraolímpico; elemento 51 - Obras e Instalações e 52 - Equipamentos e Material Permanente, os dois últimos voltados à preparação de atletas e à implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos de 2016.

Na Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, os destaques feitos a outros órgãos federais, passaram a ser monitorados para que fossem confirmados os empenhos, liquidações e pagamentos conforme pactuado, tendo sido encaminhadas diligências às entidades, sempre que necessário, para evitar devoluções dos destaques repassados ou mesmo as reinscrições em Restos a Pagar para o exercício subsequente.

Tal monitoramento proporciona, na gestão, orientar as entidades parceiras sobre a execução conforme o pactuado, ao tempo em que cada demanda de ajuste é apresentada na forma da execução, no que diz respeito aos elementos de despesas, para melhor execução das atividades necessárias ao atendimento da população, sendo devidamente analisadas e, na medida do possível, autorizadas pela área técnica.

Foi efetivada uma metodologia de comunicação e monitoramento com o Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva, para controle na execução do orçamento previsto em cada ação sobre responsabilidade da SNEAR. Nesse sentido, foram promovidas, sempre que houve necessidade, solicitações de ajustes entre os valores previstos; com isso, foi possível executar a estratégia em curso de retomada da execução orçamentária e financeira, ampliando a abrangência das parcerias firmadas junto aos Programas da SNEAR.

Houve crescimento tanto na execução orçamentária como na execução financeira, contudo não na mesma proporção, pois com as celebrações confirmadas ao fim do ano, muitos empenhos foram inscritos em Restos à Pagar para 2016 e por isso a execução financeira foi inferior à execução orçamentária.

Os Restos a Pagar inscritos de anos anteriores entre - processados e não processados - foram enfrentados de forma significativa, tendo sido providenciados os cancelamentos necessários, no decorrer do ano de 2015. Bem como os convênios que o foram pagos em 2015, havendo melhoria na execução financeira do ano de 2015 em relação a 2014.

Num comparativo, entre exercícios, dos valores empenhados nos itens “Outros Serviços de Terceiros – PJ” e “Contribuições” foi verificado o total de R\$ 163.855.836,08 para o exercício de 2015 e o total de 172.560.699,42 para 2014, havendo uma redução de 6% no total empenhado, proporcionalmente a dotação atualizada dos respectivos exercícios.

O elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – PJ tem um total de despesa empenhada de R\$ 77.912.752,64, assim distribuído:

Para a ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social – aproximadamente R\$ 76.000.000,00 referem-se a descentralizações/destaques, formalização de Termo de Execução Descentralizada – TED no plano orçamentário abaixo identificado:

PO 20JP-0001 – Esporte e Educação: Aproximadamente R\$ 22.116.000,00 em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (aprimoramento e acompanhamento gerencial e pedagógico do PST 2013/2016) e com o Ministério da Defesa – MD (PROFESP – Programa Força no Esporte) para atender a Portaria Normativa Interministerial nº 2.203/2013 (Parceria MD/ME);

PO 20JP-0002 – Esporte e Lazer: Aproximadamente R\$ 7.300.000,00 em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (ampliar a execução do Termo de Cooperação nº 209/2012, de forma a propiciar a continuidade da realização da formação de agentes sociais do Programa PELC/VS);

PO 20JP-0007 - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos para População Indígena: Aproximadamente R\$ 46.714.000,00 em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (atender Portaria Interministerial nº 112/2015 – execução dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas) e com a Universidade Federal do Mato Grosso – MT (Projeto Políticas Públicas de Esporte e Lazer para os Povos Indígenas).

Para a ação 20JQ – Realização e Apoio a Eventos, Lazer e Inclusão Social – aproximadamente R\$ 1.700.000,00 referem-se a descentralizações /destaques, formalização de Termo de Execução Descentralizada – TED no plano orçamentário abaixo identificado:

PO 20JQ-0001 – Eventos e Competições Educacionais: Aproximadamente R\$ 44.000,00 em parceria, para apoio a realização de eventos, com Ministério da Defesa – MD (Olimpíadas Força no Esporte, Olimpíadas dos Colégios Militares);

PO 20JQ-0002 – Eventos e Competições de Participação: Aproximadamente R\$ 140.000,00 em parcerias, para apoio a realização de eventos, com o Ministério da Defesa – MD (I Copa Sprint e II Copa de Inclusão Social), Universidade Federal do Pernambuco – UFPE (I Olimpíada da Juventude Rural do Estado/PE) e com a Universidade de Brasília – UNB (Pesquisa Extensão sobre Artes Marciais Tradicionais: “Karatê Kyokushin”);

PO 20JQ-0003 – Eventos Científicos Acadêmicos e de Gestão e Fomento a Pesquisas: Aproximadamente R\$ 1.590.000,00 em parcerias com a Universidade Federal do Goiás – UFG (II Seminário de Esporte da UFG), Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (Publicação do Livro “Políticas Públicas de Esporte e Lazer”), Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (XIX Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte – CONBRACE e VI Congresso Internacional de Ciência do Esporte - CONICE) e com a Universidade de Brasília – UNB (27º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL).

Já no elemento de despesa “Contribuições” tendo um total de despesa empenhada de R\$ 85.943.083,44, assim distribuído:

Para a ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer, Inclusão Social e Legado Social – aproximadamente R\$ 53.900.000,00 referem-se a Convênios, conforme plano orçamentário abaixo identificado:

PO 20JP-0001 – Esporte e Educação: aproximadamente R\$ 16.200.000,00 é referente à 2ª parcela de convênios PST;

PO 20JP-0002 – Esporte e Lazer: Aproximadamente R\$ 36.900.000,00, sendo R\$ 10.000.000,00 para 2ª parcela dos convênios PELC/VS e R\$ 26.900.000,00 para 1ª Parcela dos novos convênios Edital PELC 2013;

PO 20JP-0007 - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos para População Indígena: Aproximadamente R\$ 846.500,00 em convênios com a Secretaria de Estado Cultura, Esporte e Lazer do Mato Grosso (Eventos Comunidades e Povos Indígenas) e Prefeitura Municipal Benjamin Constant/AM (Jogos Tradicionais Intercambio Cultural da I Copa Indígena do Alto Solimões).

Para a ação 20JQ – Realização e Apoio a Eventos, Lazer e Inclusão Social – aproximadamente R\$ 13.500.000,00 referem-se a Convênios conforme plano orçamentário abaixo identificado:

PO 20JQ-0001 – Eventos e Competições Educacionais: Aproximadamente R\$ 11.350.000,00 para apoio a realização de eventos, convênios com Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU, Prefeitura Municipal de Petrolina/PE, Prefeitura Municipal de Serra Talhada/PE e Prefeitura Municipal de Moreno/PE, sendo que o evento Realização do Festival Náutico no Município de Petrolina/PE não foi formalizado (Publicado);

PO 20JQ- 0002 – Eventos e Competições de Participação: Aproximadamente R\$ 2.000.000,00 de convênio com a Prefeitura de Botucatu/SP (Realização do Evento Festival Brasil Ride de Botucatu/SP);

PO 20JQ-0003 – Eventos Científicos Acadêmicos e de Gestão e Fomento a Pesquisas: Aproximadamente R\$ 130.000,00 convênios com Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT, ambos em atendimento ao edital Rede CEDES.

Vale destacar que em relação à despesa empenhada no elemento de despesa “Outros Serviços de Terceiros – PJ”, 2015/2014, houve um aumento significativo em razão de convênio firmado com o PNUD (3.3.80.39 – Registra os valores das transferências ao exterior a título de outros serviços de terceiros – PJ), proporcionalmente ao elemento de despesa Contribuições (houve uma diminuição).

Registre-se que dentro do valor global dos Quadros de Execução (Modalidade/Elemento) há valores de emendas parlamentares, sendo que, no quadro Despesas por Modalidade de Contratação, no item “5 – Outros”, na coluna “Despesas Liquidadas/Pagas” existe valor de R\$ 299.090,00. Já no quadro Despesas por Grupo e Elemento de Despesa está contido no item “Outras Despesas correntes/contribuições”, na coluna “Despesas Empenhadas”, o valor de emendas no montante de R\$ 18.372.438,00, na coluna “Liquidada Paga” valor de R\$ 299.090,00, na coluna “Despesas Inscritas em RP Não Processados” o valor de R\$ 18.073.348,00, e na coluna “Despesas Pagas” o valor de R\$ 299.090,00. Em “Despesas de Capital” no item “contribuições” na coluna “Despesas Empenhadas” o valor de R\$ 50.000,00, e na coluna “Despesas Inscritas em RP Não Processados” o valor de R\$ 50.000,00.

No que se refere à Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor – SNFDT, sem prejuízo na execução e cumprimento das metas de cada Plano Orçamentário, esta Secretaria promoveu alterações nas dotações para atendimento das demandas financeiras, obtendo maior concentração e repasse no Plano Orçamentário de desenvolvimento do futebol masculino e feminino.

Vale o registro de que a Secretaria Nacional do Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor não promoveu nenhum projeto ou ação via dispensa e inexigibilidade, salvo cooperação acadêmica com instituições federais através do Termo de Execução Descentralizada – que se assemelha àquela, para cumprimento de metas e objetivos estratégicos, utilizando recursos de restos a pagar de exercícios anteriores.

A SNFDT/ME atuou com esmero extremo e, mesmo com parecer favorável da Consultoria Jurídica para prosseguir com dispensa e inexigibilidade em alguns casos específicos, procedeu com editais de chamamento público, democratizando o recurso público e garantindo a concorrência.

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2015 o Desempenho organizacional do ME foi mensurado através de instrumentos diversificados, tais como: o acompanhamento orçamentário das ações da LOA, o monitoramento dos objetivos, metas e indicadores do PPA, a avaliação do PPA 2012-2015. Outro instrumento que apresenta uma síntese dos resultados da atuação do ME é a Mensagem ao Congresso Nacional 2016, onde consta um balanço das principais realizações da instituição em 2015.

Esse conjunto de informações que demonstram os resultados do desempenho operacional do ME de maneira detalhada estão organizadas da seguinte maneira nesse relatório:

- Resultados obtidos pela UPC na condução dos objetivos definidos no plano estratégico: item 4.1 – Planejamento Organizacional;
- Resultados obtidos pela UPC na condução dos objetivos do PPA 2012-2015: item 4.3.1 - Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados;
- Análise do conjunto de indicadores de desempenho: item 4.14 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho.

Pode-se observar no detalhamento dos itens citados acima que o ME avançou significativamente rumo aos elementos centrais para o acompanhamento do desempenho de sua gestão. Além disso, a definição do seu Mapa Estratégico, com a atualização de sua Missão, Visão, a assunção de objetivos estratégicos claros e identificados com as atribuições do órgão, bem como o conjunto de indicadores dedicados à aferição do alcance dos objetivos, permitirão acompanhar a performance do conjunto de esforços da instituição de maneira ainda mais clara e objetiva.

As dificuldades enfrentadas pelo ME na consecução de seus objetivos e análise crítica

Além dos registros contidos nas análises relativas ao desempenho das ações (item 4.3.2), dentre as dificuldades enfrentadas pelo ME, a mais significativa reside em seu componente recursos humanos. A limitação do quadro de pessoal é um problema que tem impedido a organização de avançar ainda mais significativamente rumo a melhores resultados. Em verdade, o ME só teve um concurso para provimento do seu pessoal efetivo. Já foram feitas solicitações ao Ministério do Planejamento para autorização de realização de novos concursos, bem como autorização para contratação de servidores com vínculo temporário. De maneira alternativa, também foi solicitada uma expansão quantitativa no quadro de cargos em comissão. Todas as tentativas descritas foram frustradas e o ME continua convivendo com um baixo quadro de funcionários frente aos seus desafios, além de uma alternância significativa na composição de suas equipes. A fragilidade no que tange aos recursos humanos ainda deverá ser acentuada, tendo em vista a reestruturação capitaneada pelo Ministério do Planejamento, que promoverá um decréscimo do número de cargos dedicados ao

ME. Ainda aguarda-se uma intervenção superior para correção da problemática que vem afetando de maneira substancial o desempenho da unidade.

4.7 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS RELACIONADAS AOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DE 2016

O projeto de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos Rio 2016 envolve um ambiente altamente complexo, do ponto de vista institucional, técnico e financeiro, e alcança dimensões que vão além das atividades típicas do Governo Federal e do Ministério do Esporte.

Desde 2008, após o anúncio pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) de que a Cidade do Rio de Janeiro seria uma das quatro finalistas para a disputa da cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, iniciou-se a articulação dos três níveis de governo (União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro) e diversas entidades, públicas e privadas, através de comitês temáticos, para a elaboração do Dossiê de Candidatura. Escolhida a Cidade do Rio de Janeiro e assinado o Contrato da Cidade-Sede dos Jogos da XXXI Olimpíada no ano 2016 (Host City Contract), em que o Município do Rio de Janeiro e o Comitê Olímpico Brasileiro receberam a delegação para organizar os Jogos, em todas as suas frentes, de acordo com as normas e determinações do COI e com a legislação nacional, tratou-se de implementar arranjos de cooperação e modelos institucionais que permitissem a adequada preparação do megaevento esportivo.

Comente-se que o procedimento do Comitê Olímpico Internacional é celebrar o Contrato com a cidade-sede, não com o Governo do país, e com o Comitê Olímpico nacional. As responsabilidades e obrigações da União decorrem das leis nacionais, em especial a Lei nº 12.035/09 e 12.396/11.

O primeiro resultado legislativo exclusivamente dedicado ao assunto dos Jogos foi a edição da Lei nº 12.035, de 01/10/2009, que Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e de estabelecer regras especiais para a sua realização, condicionada à aplicação desta Lei à confirmação da escolha da referida cidade pelo Comitê Olímpico Internacional.

A partir de outubro de 2009, o Ministério promoveu a iniciativa de realizar as reuniões com o Governo do Estado e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para as primeiras tratativas de criação da Autoridade Pública Olímpica. Em 12 de maio de 2010, foi realizada a subscrição do Protocolo de Intenções em sua primeira versão (posteriormente tornada sem efeito) e da Medida Provisória 489/2010. Em 21 de julho de 2010, ocorreu a aprovação do Crédito Orçamentário e, finalmente, em 21 de março de 2011, foi sancionada a Lei 12.396, que ratificou o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público interfederativo, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.

No início de 2012, decidiu-se fazer a execução indireta das obras do Parque Olímpico, por meio de acordo de cooperação técnica celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte, o Município do Rio de Janeiro e a Autoridade Pública Olímpica, tendo por objeto a conjugação de esforços visando estabelecer as diretrizes e responsabilidades para a elaboração dos projetos e para a execução das obras de infraestrutura e instalação dos equipamentos que compõem o Parque Olímpico, visando à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. No referido acordo de cooperação, a União comprometeu-se a oferecer apoio institucional, técnico e financeiro referente aos projetos e obras relacionados com o Parque Olímpico.

De outro turno, a construção e reforma das instalações esportivas e não esportivas ficou sob responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro. Estabeleceu-se que a carga do município ficaria o apoio institucional e técnico, bem como o planejamento, a licitação, a contratação e a execução dos projetos e das obras relacionadas com o Parque Olímpico.

Observa-se, portanto, que houve uma distribuição de responsabilidades, ficando a cargo do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte, a garantia da adequada aplicação dos recursos federais, bem como a segurança de que as ações necessárias sejam adotadas em conformidade com o cronograma estabelecido e com os requisitos e padrões olímpicos e paralímpicos exigidos pelas federações esportivas internacionais e pelos demais órgãos legitimados para tais exigências.

Dentro do Ministério do Esporte, coube especificamente à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - SNEAR promover o acompanhamento dos processos com vistas à garantia da qualidade, do controle rígido dos custos envolvidos, da geração e guarda dos legados de conhecimento e do uso pós-jogos para projetos e obras, por meio de convênios e contratos de repasse.

No âmbito do Governo Federal, decidiu-se utilizar recursos vinculados ao PAC para os empreendimentos de infraestrutura esportiva, utilizando-se o modelo de transferência por meio de termos de compromisso, à época já em funcionamento.

Tal cenário ensejou na elaboração de um manual normativo específico para regular as relações entre todos os envolvidos. Criou-se, assim, o Manual de Instruções para a Aprovação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Esporte inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, visando a implantação de infraestruturas necessárias à realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos Rio 2016 (Manual), publicado pela Portaria nº 84, de 24/04/2013, do Ministro de Estado do Esporte. Além das leis específicas do PAC – Lei nº 11.578, de 26/11/07 e o Decreto nº 6.025, de 22/01/2007, o Manual é a norma vigente mais completa sobre o tema, em especial no que tange às relações e obrigações institucionais, pois foi elaborada especificamente para a realização dos Jogos Olímpicos, considerando-se as peculiaridades do megaevento.

Em seguida, a União, por intermédio do Ministério do Esporte, contratou a Caixa Econômica Federal para a prestação de serviços, na qualidade de mandatária da União, para execução das ações geridas pelo Ministério do Esporte nos Jogos Rio 2016, lastreadas com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferência obrigatória, no âmbito do PAC, na forma disposta no Manual (cláusula primeira do Contrato nº 08/2013). Novamente, houve um rearranjo de responsabilidades.

Disso se observa que se está diante de um cenário nunca experimentado no país, com multiplicidade de atores e nível de exposição nacional e internacional únicos, além do desafio de atingir a qualidade técnica essencial à realização do evento.

As instalações a serem executadas, em particular, têm características peculiares: são tecnicamente complexas, uma vez que devem atender aos padrões e requisitos olímpicos e paralímpicos definidos pelo COI, IPC, COJO e Federações Internacionais; são custeadas, em sua maioria, com recursos da União/Ministério do Esporte, vinculados ao PAC, mas são executadas, em geral, pelo Município do Rio de Janeiro, ente responsável pela efetiva fiscalização dos contratos; os repasses são gerenciados pela Caixa; são obras de natureza pública, sujeitas a regime jurídico específico. Consequentemente, tais instalações demandam diferentes níveis de monitoramento e fiscalização pelas diversas figuras envolvidas no processo de transferência de recursos e legalmente designadas para tais fins.

Em outras palavras, uma única instalação olímpica poderá ser objeto de monitoramento: i) do próprio Ministério do Esporte, no que tange ao acompanhamento do atendimento aos requisitos olímpicos e ao acompanhamento da realização dos Planos de Trabalho, notadamente zelando pelos recursos federais; ii) da Caixa, que só permitirá o saque dos recursos após a vistoria de medição in loco; iii) da Empresa Municipal de Urbanização do Rio de Janeiro - RioUrbe, que é a responsável legal pela fiscalização de todas as obras públicas executadas no Município do Rio de Janeiro; iv) da Empresa Olímpica Municipal - EOM, que foi constituída para o fim de monitorar a aplicação de recursos nas obras dos Jogos, v) do Tribunal de Contas da União, uma vez que as obras são custeadas com recursos federais; vi) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, por se tratarem de obras executadas pelo Município e pela RioUrbe; vii) da Autoridade Pública Olímpica, no que tange ao monitoramento da execução das obras e serviços referentes aos Projetos Olímpicos; viii) do Comitê Organizador dos Jogos (Rio 2016), no que se refere à promoção, organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, seguindo as diretrizes do Contrato da Cidade-Sede, do Comitê Olímpico Internacional, do Comitê Paraolímpico Internacional e da Agência Mundial Antidoping, e, respeitando a legislação brasileira, a Carta Olímpica e o Manual de Regras do COI e IPC.

Além disso, indispensável ressaltar que o desbloqueio de recursos ocorre na medida em que as obras relativas a cada Termo de Compromisso forem sendo executadas, conforme será assinalado em seguida. Isto porque, na verdade, o saque dos recursos da conta vinculada depende das vistorias de medição a serem realizadas pela Caixa. Assim, caso a Caixa constate alguma irregularidade e/ou incompatibilidade na execução do Cronograma Físico-Financeiro, não poderá desbloquear as parcelas seguintes, conforme previsto no Cronograma de Aplicação. A consequência prática disso é que pode ocorrer descompasso entre a execução física da obra medida pela Prefeitura, Contratante propriamente dita, e a Caixa, mandatária da União.

No que diz respeito especificamente à execução das obras, pode-se apontar uma fiscalização relativa ao desbloqueio de recursos, de atribuição da Caixa, que consiste em realização de vistorias e medições in loco para aferir o andamento da execução Plano de Trabalho com vistas à transferência de recursos para o Compromissário (Prefeitura).

Por outro lado, a Lei nº 8.666/93 exige a designação de um representante da Administração com função específica: a de fiscalizar a execução do contrato. No Município do Rio Janeiro, esse papel é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços-SMO e da Empresa Municipal de Urbanização – RioUrbe.

No caso específico das instalações olímpicas, foi criada a Empresa Olímpica Municipal – EOM, figura responsável pela elaboração do macro planejamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – PCRJ, bem como pelo monitoramento da aplicação dos recursos. Na prática, a EOM tem atuado juntamente com a RioUrbe.

A análise das disposições transcritas permite observar que o Manual disciplinou as obrigações de cada ente em respeito à autonomia federativa assegurada pela Constituição Federal. Sendo a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a Contratante propriamente dita, não cabe ao Ministério do Esporte a ingerência sobre seus atos de ofício, o que, por outro lado, não o isenta do dever de monitoramento. A questão é que este monitoramento deve ocorrer de acordo com a legislação aplicável. Sem dúvida, o Ministério do Esporte, sendo órgão da União, está vinculado ao princípio da legalidade e, nesse sentido, só pode atuar dentro da sua esfera de competência, desempenhando esforços para realizar o monitoramento em consonância com a legislação e sempre buscando encontrar soluções para eventuais impasses institucionais que decorram do arranjo *sui generis* no

projeto olímpico. Os tópicos seguintes se prestam a demonstrar que o Ministério do Esporte tem controle integral da gestão dos Termos de Compromisso e tem realizado o monitoramento a contento.

Objetivando reforçar as atividades de monitoramento, fruto de esforços e ações do Ministério do Esporte, em 2013, o Ministério do Esporte e a Caixa celebraram acordo de cooperação técnica para cessão de empregados daquela instituição, onde a equipe de empregados da Caixa cedidos ao Ministério do Esporte atua em diversas frentes de trabalho. Dentre suas atividades estão o acompanhamento dos contratos e obras, que resultam num suporte que tem atingido resultados concretos de monitoramento.

Visando o desenvolvimento institucional no escopo do Controle Integrado e com vistas a dar suporte no gerenciamento deste Ministério e na gestão de informações, foi contratada uma ferramenta tecnológica denominada Plataforma de Gestão Integrada, que tem como foco principal acompanhar cada instalação e todo o seu ciclo de desenvolvimento. Ela possui mecanismos para gestão de pontos críticos, cronogramas, requisitos e também painéis estratégicos – apresentando-se como um instrumento para o apoio à tomada de decisão. Esse sistema também atua como repositório, catalogado e indexado, de toda a documentação sobre cada uma das instalações de responsabilidade do ME, o que inclusive viabilizará o atendimento de eventuais futuras exigências dos órgãos de controle externo e interno, cujas deliberações, jurisprudência e comunicações processuais também são sistematicamente armazenadas na Plataforma, para fins de consulta dos técnicos que atuam no monitoramento das instalações.

Ressalte-se que o Ministério do Esporte tem monitorado e acompanhado todas as instalações que contam, no todo ou em parte, com recursos financeiros federais. Tal monitoramento tem ocorrido no escopo de sua competência, sem invasão das competências legais e constitucionais do Município do Rio de Janeiro (ente contratante responsável pela fiscalização dos contratos).

Esta Pasta Ministerial também tem se valido do apoio de diversos agentes contratados para tanto. Dada a complexidade do Projeto Olímpico e a interface de responsabilidades dos envolvidos (Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, Prefeitura do Rio de Janeiro e seus órgãos e contratados – EOM, Rio-Urbe e gerenciadora contratada, Caixa Econômica Federal, Geo-Olimpíadas e a Autoridade Pública Olímpica - APO), o monitoramento de competência do Ministério do Esporte é realizado em diversas frentes de trabalho: em nível estratégico, através de reuniões e diálogo constante entre os principais gestores de todos os envolvidos no projeto Olímpico (Ministério do Esporte, Caixa, Prefeitura do Município do Rio de Janeiro e seus contratados, Autoridade Pública Olímpica – APO, Rio 2016); e em nível técnico-operacional, tanto por meio da equipe técnica de servidores do Ministério do Esporte, que participa regularmente de reuniões técnicas no Rio de Janeiro, emitindo relatórios de acompanhamento e notas técnicas, como por meio de suas consultorias especializadas, que, além de acompanharem o Ministério do Esporte nas reuniões, apreciam e analisam demandas específicas.

Desta forma, fica, portanto, evidente, que o Ministério tem se valido de diversas ferramentas e parcerias para a gestão e monitoramento eficazes e efetivos do projeto olímpico, no âmbito de suas competências.

• Parque Olímpico da Barra da Tijuca

Das arenas esportivas que compõem o Parque Olímpico da Barra da Tijuca, quatro estão sendo executadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro (Centro Olímpico de Tênis, Velódromo Olímpico, Centro Olímpico de Handebol e Centro Olímpico de Esportes Aquáticos) com aporte de recursos do Governo Federal, tendo sido para cada uma delas firmado Termo de Compromisso entre a

Prefeitura e a União. São retratados a seguir os dados relativos à percentual de evolução de cada uma das obras, contrapostos ao originalmente planejado (linha de base) e à última reprogramação do cronograma, bem como o valor vigente do respectivo Termo de Compromisso (com base na última versão assinada do Plano de Trabalho) e do contrato firmado para a obra/operação. Em adição, como é parte integrante do citado Plano de Trabalho, escopo para contratação de assentos temporários para o Velódromo e Centro Olímpico de Handebol, que está sendo executado por meio de contrato distinto, o valor contratual está sendo indicado separadamente.

	EVOLUÇÃO FÍSICA				VALORES VIGENTES		
	Executado (em %)	Reprogramação (em %)	Linha de base (em %)	Data de referência	Valor do Termo de Compromisso em 31/12/2015 (em R\$)	Valor do contrato em 31/12/2015 (em R\$)	Contrato de assentos em 31/12/2015 (em R\$)
Velódromo	78,51	84,27	100	12/2015	142.754.842,75	151.554.842,74	NH
Handebol	100	100	100	12/2015	148.539.507,93	140.134.011,50	1.619.977,91
Aquático	96,07	NH	99,70	12/2015	206.991.893,60	235.807.058,40	2.318.715,94
Tênis	79,49	94,05	100	12/2015	209.719.149,12	211.801.155,03	NH

Em adição ao aporte destinado à construção destas quatro arenas, no Parque Olímpico da Barra, o Governo Federal está provendo os recursos necessários para a implantação do sistema de Ar-Condicionado e Ventilação Mecânica Centro Olímpico de Treinamento (Halls 1, 2 e 3). Neste caso, foi realizada contratação pelo próprio Ministério do Esporte, sem cooperação com a Prefeitura do Rio de Janeiro, não existindo Termo de Compromisso vinculado ao empreendimento.

	EVOLUÇÃO FÍSICA				VALORES VIGENTES	
	Executado (em %)	Reprogramação (em %)	Linha de base (em %)	Data de referência	Valor do Termo de Compromisso em 31/12/2015 (em R\$)	Valor do contrato em 31/12/2015 (em R\$)
Sistema de Ar-Condicionado e Ventilação Mecânica Centro Olímpico de Treinamento (Halls 1, 2 e 3)	86,0	NH	100	12/2015	NH	58.550.000,00

• Complexo Esportivo de Deodoro

No Complexo Esportivo de Deodoro, todas as obras de construção e adequação das instalações que serão para os Jogos estão sendo realizadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal. Neste caso, foram firmados três Termos de Compromisso entre a União e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: um para as intervenções dentro daquele perímetro denominado “Área Norte”, o segundo para a “Área Sul” e o terceiro para viabilizar as obras em vias urbanas no entorno, que formam o “Domínio Urbano” de Deodoro.

Os dados de evolução física dos empreendimentos e valores vigentes em 31/12/2015 seguem abaixo. Vale destacar que nos casos das Áreas Norte e Sul estão incorporados ao escopo vigente do Termo de Compromisso a execução de assentos temporários, objeto de contratação distinta ao relativo às obras civis e operação. Até a data de 31/12/2015, este contrato não havia sido firmado, tendo sido usado como referência o valor lançado na licitação, por parte da Prefeitura do Rio de

Janeiro, não sendo possível até esta data discriminar o valor correspondente à Área Norte e à Área Sul. O Ministério já solicitou informações completas à Prefeitura do Rio de Janeiro. Assim, na tabela abaixo foi lançado o valor total da licitação para contratação dos assentos temporários, que contempla as duas Áreas.

	EVOLUÇÃO FÍSICA				VALORES VIGENTES		
	Executado (em %)	Reprogramação (em %)	Linha de base (em %)	Data de referência	Valor do Termo de Compromisso em 31/12/2015 (em R\$)	Valor do contrato em 31/12/2015 (em R\$)	Licitação de assentos <i>certame em curso em 31/12/2015</i> (em R\$)
Área Norte Geral	100	91,41	87,10	12/2015	738.040.618,20*	643.707.225,70	80.679.792,00
Slalom	100	100,00	100,00	12/2015			
Arena da Juventude	100	86,83	80,40	12/2015			
Centro Aquático	100	72,29	67,02	12/2015			
Tiro	100	71,02	70,79	12/2015			
BMX	100	100,00	100,00	12/2015			
Hóquei	100	91,75	91,75	12/2015			
Mountain Bike	100	100,00	100,00	12/2015			
Dom. Com. Pq Radical	100	95,70	92,93	12/2015			
Dom. Com. Pentatlo	100	81,24	54,17	12/2015			
Rúgbi	100	75,99	71,15	12/2015			
Área Sul Geral	48,02	67,33	99,83	12/2015	184.034.170,87	157.132.193,92	
Centro Nacional de Hipismo	52,52	71,04	100,00	12/2015			
Vila de Tratadores	34,28	56,05	99,33	12/2015			
Domínio Urbano de Deodoro	92,13	80,40	100,00	12/2015	51.889.976,43	51.889.976,43	NH

*

As reformas do o Centro de Instrução de Gericinó (CIG), o 31º Grupo de Artilharia de Campanha (31º GAC) passaram a compor o Termo de Compromisso da Área Norte de Deodoro entre a União e a Prefeitura do Rio de Janeiro. O valor especificado no Plano de Trabalho para estas instalações, somadas à “Iluminação do Rugby” totaliza R\$ 16.350.000,00.

• Instalações de Treinamento

Além de destinar recursos financeiros para as instalações do Parque Olímpico da Barra e Complexo Esportivo de Deodoro, o Governo Federal tem assegurado o investimento necessário às obras para adequação de instalações esportivas que serão dedicadas ao treinamento dos atletas de diversas modalidades durante o período dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Estão neste grupo de instalações: a Universidade da Força Aérea (UNIFA), o Clube da Aeronáutica (CAer), o Centro Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan), a Escola Naval, o Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), o Centro de Instrução de Gericinó (CIG), o 31º Grupo de Artilharia de Campanha (31º GAC) e a infraestrutura da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD-UFRJ). Para as instalações das Forças Armadas, foram feitas descentralizações de crédito aos entes responsáveis pelas instalações, para que realizassem as contratações (termos de execução descentralizadas).

Na EEFD-UFRJ o Ministério do Esporte foi o responsável pela contratação direta das obras e

manutenção. Segue abaixo o estágio de evolução física e valores vigentes das contratações.

	EVOLUÇÃO FÍSICA		VALORES VIGENTES	
	Executado (em %)	Data de referência (últimos dados disponibilizados pelos entes)	Valor Descentralização de Crédito 31/12/2015 (em R\$)	Valor do(s) contrato(s) firmado(s) até 31/12/2015 * (em R\$)
UNIFA	38,00	12/2015	58.268.679,38	58.215.797,47
CAer	6,85	12/2015	19.771.262,00 **	13.561.516,13 **
CEFAN	11,10	12/2015	19.036.220,87	17.883.388,38
Escola Naval	51,00	11/2015	4.994.439,38	2.543.358,46
CCFEx	94,00	09/2015	20.464.000,00	19.264.157,94
EEFD - UFRJ	77,91	09/2015	NH	61.390.000,00

*

Excentuando-se o caso da EEFD – UFRJ, em todas as outras instalações, no âmbito do escopo definido no Plano de Trabalho elaborado pelos entes solicitantes, estão sendo realizadas mais de uma contratação para atendimento das necessidades.

*** Os valores vigentes das obras do CAer não contemplam os recursos destinados os recursos referentes ao piso da pista de atletismo, uma vez que este está sendo considerado como parte integrante da lista de materiais e equipamentos, objeto de plano de trabalho e Termo de Execução Descentralizada distintos.*

• Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD/Ladetec)

As obras para construção do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD/Ladetec) foram divididas em etapas distintas, estabelecidas até dezembro de 2015: Etapa 1 (Canteiro de Obra), 2 (Terraplanagem, Fundação e Estrutura), Etapa 3 (Arquitetura, Instalações e Comunicação Visual), Etapa 4.1 (Instalações de Lógica e Telefonia) e Etapa 4.2 (Subestação). A Etapa 1 foi custeada com recursos da própria Universidade e as etapas seguintes foram executadas com aporte conjunto do Ministério do Esporte (ME) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), na proporção 80% e 20%, respectivamente. No cômputo consolidado das Etapas 2, 3, 4.1 e 4.2., tem-se a realidade retratada no quadro abaixo, até dezembro de 2015.

	EVOLUÇÃO FÍSICA		VALORES VIGENTES
	Executado (em %)	Data de referência (últimos dados disponibilizados pelos entes)	Valor dos contratos em 31/12/2015 (em R\$)
LBCD/Ladetec Etapa 2; 3 ; 4.1; 4.2	94,1	12/2015	122.850.694,12

A atuação efetiva de monitoramento por parte do Ministério do Esporte fica evidenciada na tabela acima, quando analisado onde os percentuais de obras executadas em relação aos reprogramados, pois apesar de existir percentuais variados, com situações de percentuais inferiores aos reprogramados, os percentuais de obras executados, não sinalizam o descumprimento de que as obras serão entregues em tempo hábil para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos – Rio 2016.

4.14 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Considerando o exercício 2015, podemos destacar os seguintes indicadores provenientes do PPA 2012-2015 para apuração do desempenho da unidade no ano de referência do relatório. São eles:

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45
Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,20	31/12/2009	11,20	31/12/2009	11,20	31/12/2009	11,20	31/12/2009	11,20
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2012	85,4	31/12/2013	54,08	31/12/2014	45,76	31/12/2015	35,43
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R\$ milhão	31/12/2010	193,22	31/12/2012	211,92	31/12/2013	229,156	31/12/2014	246,48	31/12/2016	247,6225

Dos 6 indicadores listados no PPA 2012-2015, apenas os 2 últimos puderam ter seus índices mensurados até o ano de 2015: Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC; e Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte – LIE.

Os quatro outros tiveram problemas relacionados à fonte das informações, o que prejudicou a aferição dos mesmos.

Os 2 indicadores apurados refletem de modo específico aspectos fundamentais relacionados à gestão de 2015.

O indicador “Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC” aborda a temática dos programas sociais de políticas de inclusão de esporte e lazer, importante atuação do ME. O acesso ao esporte nas escolas públicas é um exemplo da transversalidade da temática esportiva. Embora o indicador tenha apresentado queda a partir do ano 2013, a parceria institucional com o MEC nas escolas de educação básica participantes do Programa Mais Educação continua considerada fundamental, chegando a alcançar 85% das escolas participantes em 2012. A queda no volume orçamentário disponível e também o menor número de adesões de novas escolas, assim como a inadimplência de escolas participantes do programa, explicam a queda da taxa observada em 2015 - 35,43%.

Em que pese o significativo salto compreendido entre 2010 e 2012, há de se destacar a contínua diminuição nos recursos disponíveis para o PME, que ocorreu a partir de 2013, denotando, não obstante os fatores exógenos, tais como o ajuste fiscal, uma restrição nas diretrizes de fomento e financiamento esboçadas para o Programa. Segundo dados do MEC, a dotação orçamentária autorizada para o ano de 2015 foi de R\$ 630,5 milhões, quantia bastante inferior ao desembolsado em 2013 e 2014.

Com relação ao indicador “Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte – LIE”, que permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo ME, observa-se o desempenho de um importante mecanismo para a diversificação dos recursos em prol do fomento ao esporte no país. A análise dos números alcançados demonstra que as captações têm aumentado gradativamente, com um volume apurado de R\$ 211,9 milhões em 2012 chegando a alcançar o patamar de R\$ 247,6 em 2015. No período de 2007 a 2014, a LIE possibilitou a captação de aproximadamente R\$1,5 bilhão e beneficiou diretamente cerca de 2,3 milhões de pessoas.

Importante destacar que esses 2 indicadores são essenciais para retratar o desempenho do ME, pois permitem acompanhar o alcance das metas de políticas prioritárias da instituição. Nesse sentido, o acompanhamento dos mesmos permite identificar avanços e melhoria de qualidade, a ocorrência de problemas, como necessidade de mudanças. Ao sinalizarem possíveis desvios de rota nos planos traçados, esses indicadores contribuem para a melhoria na eficiência da política traçada pelo Ministério.

Cabe ainda destacar que o Ministério do Esporte elaborou ao longo do 2º semestre de 2015 seu Planejamento Estratégico, sendo concluído em dezembro do mesmo ano, exercício de referência do relatório. Embora a conclusão do trabalho em dezembro tenha prejudicado a aferição dos indicadores provenientes do plano estratégico 2016-2019, os mesmos retratam as atuais prioridades institucionais e traduzem as estratégias de atuação da instituição para os próximos anos. Nesse sentido, destacamos abaixo o rol de indicadores de desempenho para o período 2016-2019.

Objetivo Estratégico	Indicadores	Fórmula de Cálculo	Periodicidade de	Fonte	Resp. pela coleta	METAS			
						2016	2017	2018	2019
Consolidar o Sistema Nacional do Esporte	Índice de Consolidação do SNE	(relação entre a pontuação obtidas nos critérios abaixo e o total de pontos possíveis) X 100:	ANUAL	Sistema Nacional de Avaliação	SE	10%	30%	50%	80%
		CRITÉRIO 1 – ATIVIDADES IMPLANTADAS:							
		Nota0: menos de 30% das atividades planejadas implantadas;							
		Nota1: de 31% a 50% das atividades planejadas implantadas;							
		Nota3: de 51% de 75% das atividades planejadas implantadas;							
		Nota5: acima de 75% das atividades planejadas implantadas;							
		CRITÉRIO 2 – ADESÃO DAS ENTIDADES:							
		Nota0: menos de 30% das entidades aderiram ao SNE;							
		Nota1: de 31% a 50% das entidades aderiram ao SNE;							
		Nota3: de 51% de 75% das entidades aderiram ao SNE;							
Nota5: acima de 75% das entidades aderiram ao SNE;									
Democratizar o acesso e promover os	Índice de Acesso ao Esporte Educacional e de	TOTAL DE BENEFICIADOS critério 1: Esporte Educacional (PST e Mais Educação) Critério 2: Esporte de	ANUAL	Sistema dos Programas do ME – Lei de	SNELIS	Critério 1: 4.500.000	Critério 1: 5.000.000	Critério 1: 5.500.000	Critério 1: 6.000.000

valores do esporte	Participação	Participação (PELC e Vida Saudável)		Incentivo		Critério 2: 400.000	Critério 2: 440.000	Critério 2: 480.000	Critério 2: 520.000
Fortalecer o esporte de alto rendimento e o apoio aos atletas	Centros de Formação de Atletas	Somatório de centros de formação de atletas construídos e/ou modernizado	ANUAL	SIAPF	SNEAR (DIE)	A definir	A definir	A definir	A definir
	Índice de Apoio a Modalidades dos Programas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos	(número de modalidades esportivas apoiadas por meio de parcerias com entidades públicas ou privadas / modalidades esportivas dos programas dos jogos olímpicos e paralímpicos) X 100	ANUAL	SNEAR + SNFDT + DIFE	SNEAR	100%	100%	100%	100%
	Índice Atendimento Bolsa Atleta	Quantidade de bolsas atletas contemplados / quantidade de candidatos que preenchem os requisitos X 100	ANUAL	Sistema Bolsa Atleta	SNEAR	100%	100%	100%	100%
Qualificar a infraestrutura esportiva	Índice de Obras Entregues pelo ME	Relação entre as obras concluída dividido pela quantidade de obras contratadas multiplicado por 100	ANUAL	SIAPF	SNEAR/DIE	71%	72%	73%	74%
	Índice Do Orçamento Destinado à Infraestrutura Esportiva	100*SOMA[ações orçamentárias para infraestrutura] /(orçamento total do ME)	ANUAL	SIOP	SNEAR	70%	70%	70%	70%
Promover o aperfeiçoamento da gestão pública e das entidades esportivas	Índice de Aperfeiçoamento da Gestão das Entidades Esportivas Públicas	PÚBLICO Critério 1 - Quantidade de Parcerias Critério 2 - quantidade de parcerias que mantem o sistemas atualizados CRITÉRIO 3 - número de cursos de capacitação realizado	ANUAL	SISTEMAS DOS PROGRAMAS DO ME	SNELIS	A definir	A definir	A definir	A definir
		CRITÉRIO 4 - quantidade de recomendações atendidas pelas parceiras							
	Índice de Aperfeiçoamento da Gestão das	PRIVADO nota atribuída pela ferramenta de avaliação	ANUAL	FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO	SNEAR	A definir	A definir	A definir	A definir

	Entidades Esportivas Privadas								
Fomentar a qualificação dos recursos humanos do esporte	Índice de Qualificação de Recursos Humanos do Esporte	(total de recursos humanos qualificados/total de recursos humanos passíveis de qualificação)X100 *considerar os convênios vigentes por ano	ANUAL	SISTEMAS DOS PROGRAMAS DO ME	SNELIS	100%	100%	100%	100%
Potencializar a captação e realização de grandes eventos esportivos	Índice de Captação de Grandes Eventos	Quantidade de grande eventos prospectados / quantidade de eventos captados X 100	ANUAL		ASSESSORIA DE GRANDES EVENTOS SE	A definir	A definir	A definir	A definir
Contribuir para a modernização da gestão e a responsabilidade de fiscal do futebol brasileiro	Número de Clubes Participantes do PROFUT	Somatório dos clubes que aderiram ao PROFUT	ANUAL		SNFDT	A definir	A definir	A definir	A definir
Fortalecer a gestão do conhecimento no esporte	Informações Estratégicas sobre o Esporte	Quantidade de estudos estratégicos e/ou dimensões atualizados	ANUAL		SE	A definir	A definir	A definir	A definir
	Novos Estudos	Quantidade de novos estudos ou dimensões	ANUAL			A definir	A definir	A definir	A definir
Ampliar a comunicação com cidadão	Efetividade dos Canais de Comunicação com Público Externo	Avaliação de satisfação dos usuários quanto aos canais existentes	ANUAL		ASCOM	70%	71%	72%	73%
	Eficácia dos Termos de Cooperações	Quantidade de tc assinados/quantidade de tc em execução X 100 * instrumentos para formalizar a parceria (CONVÊNIO, TED, TC, TERMO DE PARCERIA E AFINS).	ANUAL		SE	A definir	A definir	A definir	A definir

	Acesso aos Canais de Comunicação (site, rede social)	Critério 1: quantidade de acesso ao site www.esporte.gov.br	ANUAL		ASCOM	995mil sessões (2015+15 %)	1.044 milhão de sessões (2015+5 %)	1096 milhão de sessões (2015+5 %)	1150 milhão de sessões (2015+5 %)
		Critério 2: quantidade de acesso ao Facebook	ANUAL		ASCOM	9,00%	9,30%	9,60%	10,00%
		critério 3: quantidade de acesso ao Instragram	ANUAL		ASCOM	21,8 mil seguidores (2015+15 %)	22,8 mil seguidores (2016+5 %)	23,9 mil seguidores (2017+5 %)	25 mil seguidores (2018+5 %)
		critério 4: quantidade de acesso ao Twitter	ANUAL		ASCOM	76.875 mil seguidores (2015+15 %)	80.718 mil seguidores (2016+5 %)	84.753 mil seguidores (2017+5 %)	88.990 mil seguidores (2018+5 %)
	Nível de Satisfação dos Beneficiados pelos Programas	Pesquisa de satisfação (PST E BOLSA ATLETA)	ANUAL		SNEAR E SNELIS	70%	71%	72%	73%
Promover atuação integrada e estratégica das Secretarias do ME	Atuação Integrada - (secretarias do ME)	Iniciativas com vistas a integração e cooperação executadas / iniciativas com vistas a integração e cooperação planejadas X 100	ANUAL		SE	100%	100%	100%	100%
Aperfeiçoar e padronizar os métodos e processos de trabalho	Índice de Processos Otimizados	(Nº DE PROCESSOS OTIMIZADOS/TOTAL DE PROCESSOS PRIORITÁRIOS)X100	ANUAL		GT SNELIS E SNEAR	3	3	3	3
Desenvolver modelo de governança com foco em	Cultura de Gestão Estratégica	Relação entre a pontuação obtidas nos critérios abaixo e o total de pontos possíveis) X 100:	ANUAL		SE	40%	70%	90%	100%

resultados e indicadores		CRITÉRIO 1 – PROJETOS ESTRATÉGICOS, FAIXA DE AVALIAÇÃO:							
		Nota0: não existe um portfólio de projetos estratégicos;							
		Nota1: menos de 30% dos projetos estratégicos utilizam algum método de gestão de projetos;							
		Nota2: acima de 30% dos projetos estratégicos utilizam algum método de gestão de projetos.							
		CRITÉRIO 2 – MENSURAÇÃO DOS INDICADORES, FAIXA DE AVALIAÇÃO:							
		Nota0: ainda não foram medidos os indicadores estratégicos;							
		Nota1: menos de 50% dos indicadores estratégicos foram mensurados;							
		Nota3: acima de 50% dos indicadores estratégicos foram mensurados.							
		CRITÉRIO 3 – REUNIÕES DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA, FAIXA DE AVALIAÇÃO:							
		Nota 0: foram realizadas até 50% das reuniões previstas;							
		Nota 1: foram realizadas até 75% das reuniões previstas;							
		Nota 3: foram realizadas acima de 75% das reuniões previstas.							
		CRITÉRIO 4 – COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS, FAIXA DE AVALIAÇÃO:							

		Nota0: não são divulgados formalmente os resultados dos projetos ou dos indicadores;							
		Nota2: anualmente são divulgados formalmente os resultados dos projetos e dos indicadores.							
Aprimorar os mecanismos de gestão de pessoas	Taxa de Implementação do Plano de Gestão de Pessoas	AÇÕES REALIZADAS / AÇÕES PLANEJADAS X 100	ANUAL		DGI / SE	100%	100%	100%	100%
Prover recursos humanos adequados à estratégia do ME	Disponibilidade de Pessoal	[(somatório das notas obtidas em cada Unidade/ Total de Unidades (3))	ANUAL		DGI / SE	100%	100%	100%	100%
		Média da nota atribuída a cada unidade no seguinte critério:							
		Disponibilidade de pessoal, faixa de avaliação:							
		Nota0: quantidade de servidores disponíveis inviabiliza a unidade de exercer suas atribuições;							
		Nota1: quantidade de servidores disponíveis na unidade está inadequada para o cumprimento de suas atribuições;							
Nota3: quantidade de servidores disponíveis na unidade está adequada para o cumprimento de suas atribuições;									
Dotar o ME de sistemas e infraestrutura adequados	Execução do PDTI	Relação entre o número de ações executadas e o número de ações estabelecidas em PDTI.	ANUAL		CGTI	30%	50%	70%	100%

Ampliar e diversificar o financiamento do esporte com otimização da gestão de recursos	Taxa de Recursos Adicionais	Volume de recursos captados (PATROCÍNIO DE ESTATAIS, LEI DE INCENTIVO, LOTERIAS, EMENDAS PARLAMENTARES) / VOLUME TOTAL DE RECURSOS DA LOA	ANUAL	SIOP e Sistema da Lei de incentivo (SLIE)	DPGE	A definir	A definir	A definir	A definir
	Taxa de Evolução da Execução Orçamentária	TOTAL DE RECURSOS EMPENHADOS / LIMITE DISPONÍVEL X 100	ANUAL	SIOP	CGOF	100%	100%	100%	100%

5. GOVERNANÇA

5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O sistema de governança de um órgão público reflete a maneira como diversos gestores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança.

A Estrutura Regimental do Ministério do Esporte está definida no Decreto nº 7.784, de 07 de agosto de 2012. Apresentamos abaixo a competência de cada setor vinculado à Unidade Prestadora de Contas:

À Secretaria-Executiva:

- Assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas pelas unidades do Ministério;
- Supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Organização e Inovação Institucional, de Contabilidade, de Custos, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;
- Supervisionar e coordenar ações voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos relativos ao desenvolvimento do esporte;
- Auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações;
- Supervisionar e coordenar as ações relacionadas a programas interministeriais ou àqueles que transcendam o âmbito dos órgãos específicos singulares do Ministério;
- Implementar a política de desenvolvimento do esporte pelas ações de planejamento, avaliação e controle dos programas, projetos e atividades;
- Garantir o cumprimento dos objetivos setoriais do esporte, de acordo com as orientações estratégicas do Governo Federal;
- Planejar, coordenar, monitorar e avaliar os programas e projetos relacionados aos grandes eventos esportivos;
- Prestar apoio administrativo e solicitar subsídios técnicos às demais unidades do Ministério com vistas à atuação do Conselho Nacional do Esporte - CNE; e
- Exercer o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, de Administração de Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, dentre outros, por intermédio dos Departamentos de Planejamento e Gestão Estratégica e de Gestão Interna a ela subordinada.

À Assessoria Extraordinária de Coordenação dos Grandes Eventos Esportivos:

- Assessorar e apoiar o Secretário-Executivo no planejamento e coordenação dos grandes eventos esportivos;
- assessorar a Secretaria-Executiva na realização dos projetos relacionados à organização dos grandes eventos esportivos;
- auxiliar na integração entre órgãos públicos e privados em todas as esferas governamentais envolvidos com os grandes eventos esportivos;
- estruturar e coordenar o funcionamento de grupos temáticos relacionados à realização dos grandes eventos esportivos;

- propor e fomentar estudos, pesquisas e inovações voltados para a realização dos grandes eventos esportivos;
- estimular a realização de eventos nacionais e internacionais, ligados ao esporte;
- estimular setores da indústria, comércio e serviços voltados aos grandes eventos esportivos;
- estimular parcerias entre entidades governamentais e agentes privados buscando garantir legados esportivos; e
- contribuir para assegurar a conformidade das ações às normas governamentais brasileiras e às exigências das organizações esportivas supervisoras dos eventos.

Ao Departamento de Gestão Interna:

- Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;
- desenvolver atividades de execução orçamentária e financeira;
- articular-se com os órgãos centrais dos Sistemas Federais, referidos no inciso I do caput, e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- promover e coordenar a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência, submetendo-os à decisão superior;
- acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades; e desenvolver atividades relativas à prestação de contas.

Ao Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica:

- Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Organização e Inovação Institucional, de Contabilidade, de Custos, de Administração Financeira e com a gestão do conhecimento, no âmbito do Ministério;
- realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário;
- promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no inciso I do **caput**, e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
- promover e coordenar a elaboração e consolidação dos planos, projetos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;
- orientar e supervisionar o planejamento e a promoção de ações intersetoriais de esporte e lazer desenvolvidas pelo Ministério do Esporte e por outros organismos da sociedade civil organizada.

Ao Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte:

- Acompanhar e monitorar os resultados obtidos nos projetos esportivos e paraesportivos financiados mediante incentivos fiscais previstos na Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 - Lei de Incentivo ao Esporte;
- apreciar a documentação apresentada nos projetos esportivos e paraesportivos financiados mediante incentivos fiscais previstos na Lei de Incentivo ao Esporte;
- submeter os projetos previamente cadastrados a avaliação e aprovação da Comissão Técnica de que trata o art. 4º da Lei de Incentivo ao Esporte;

- estimular confederações, federações e outras entidades de caráter esportivo no aproveitamento dos incentivos fiscais ao esporte;
- elaborar estudos e pesquisas sobre fomento e incentivo ao esporte;
- zelar pelo cumprimento da legislação esportiva;
- executar os procedimentos técnicos e administrativos necessários ao cumprimento do disposto na Lei de Incentivo ao Esporte; e
- prestar suporte técnico e administrativo à Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte.

À **Ouvidoria** compete receber, examinar e dar encaminhamento a reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes e órgãos.

Às **Representações Estaduais no Rio de Janeiro e em São Paulo** compete desenvolver atividades técnico-administrativas de apoio às ações do Ministério, articulando-as com as demais esferas de governo.

Além das Unidades acima descritas, integra a estrutura de governança do Ministério do Esporte:

Conselho Nacional do Esporte – CNE: é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto.

Criado pelo Decreto 4.201, de 18 de abril de 2002, o CNE tem por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a prática intensiva e planejada da atividade física para toda a população, além da melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do setor.

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC – o Comitê tem como objetivo:

- Definir as estratégias da política de tecnologia da informação e comunicação;
- elaborar plano integrado de ações;
- definir prazos e prioridades na formulação de planos e projetos relacionados à tecnologia da informação e comunicação;
- acompanhar os montantes destinados no orçamento para o conjunto das ações relacionadas à tecnologia da informação e comunicação;
- avaliar os sistemas de informação e comunicação;
- definir padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da intranet e da internet; estabelecer mecanismos de coleta, organização e disseminação de novas tecnologias pertinentes à informação e comunicação;
- apoiar e promover a formação e capacitação de recursos humanos;
- propor a criação de grupos de trabalho e câmaras técnicas, para encontrar soluções próprias diante de exigências suscitadas pelo Ministério do Esporte ou pelo Governo Federal;
- avaliar e propor alterações que racionalizem processos e fluxos de informações que contribuam para aumentar a produtividade e o uso mais eficiente dos recursos tecnológicos; e
- acompanhar e apoiar ações do Ministério do Esporte, no âmbito da tecnologia, em eventos esportivos, de forma a permitir a criação de base de conhecimento e capacitação dos servidores.

O CETIC/ME poderá ser um foro para debates entre as instituições que desenvolvem projetos de pesquisa ou estudos de informática e telecomunicação, bem como difusor das atividades de informatização.

Comitê Gestor de Internet/Intranet – COGIN – Consoante com a Portaria nº 28, de 14 de março de 2007, é presidido pelo o Representante da Assessoria de Comunicação, e tem por finalidade:

- orientar a formulação, reestruturação e administração dos sites do Ministério, determinando a sua adequação às necessidades dos usuários dos serviços e programas, com vistas à qualidade dos serviços prestados;
- recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da Internet e Intranet, além de coletar, organizar e disseminar informações sobre os serviços e das novas tecnologias existentes no mercado;
- planejar a oferta de serviços e de informações por meio eletrônico;
- coordenar, acompanhar e avaliar a implantação de programas e projetos do e-gov, bem como formular o plano anual de tecnologia da informação e comunicações, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico;
- criar grupos de trabalho e câmaras técnicas para encontrar soluções próprias diante de determinadas exigências suscitadas pela política do Ministério e ou do Governo Federal no enfrentamento das questões relacionadas ao esporte; e
- adotar outras medidas que visem a implementação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das ações necessárias ao funcionamento eficiente e eficaz da Internet/Intranet e do Governo Eletrônico, no âmbito do Ministério do Esporte.

O Comitê Gestor da Internet/Intranet e do Governo Eletrônico - COGIN, além de suas funções, poderá promover um foro de debates tecnológicos entre as instituições que desenvolvem projetos de pesquisa e/ou estudos.

Por fim, há que se considerar na estrutura do Ministério do Esporte a Assessoria Especial de Controle Interno e Consultoria Jurídica, em consonância com os normativos que regulam as suas ações.

A **Assessoria Especial de Controle Interno** atua como setorial de Controle Interno e tem na prática de suas principais atividades a orientação e a revisão de atos administrativos de controle, bem como a promoção da interlocução entre as Unidades Administrativas e os órgãos de controles interno – Controladoria Geral da União – CGU, externo - Tribunal de Contas da União – TCU e com as estâncias judiciárias.

E a **Consultoria Jurídica**, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, consoante Decreto nº 7.784, de 07 de agosto de 2012, compete:

- prestar assessoria e consultoria jurídica;
- fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;
- atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;
- realizar revisão final de técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

- assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e
- examinar, prévia e conclusivamente:
 - a) os textos de edital de licitação e os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e
 - b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade, ou se decida a dispensa de licitação.

5.8 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

No âmbito do Ministério do Esporte, a atividade correcional concentra-se atualmente no Gabinete da Secretaria Executiva e é acompanhada pela Corregedoria Setorial das Áreas de Cultura e Esporte da Controladoria-Geral da União – CGU.

A sistemática de apuração de indícios de infrações disciplinares cometidas por servidores da unidade é regulamentada pela Portaria SE nº 120/2015, de 17/11/2015. O fluxo da apuração inicia-se a partir de notícias de irregularidades recebidas principalmente por canais como ouvidoria, órgãos de controle e representações. Após análise de admissibilidade da Assessoria Técnica da Secretaria Executiva, as denúncias são encaminhadas ao Secretário Executivo, na qualidade de autoridade instauradora, com indicação do procedimento de apuração indicado para cada denúncia, se verificada a admissibilidade.

O Gabinete da Secretaria Executiva acompanha o andamento das comissões, respeitado o sigilo legal, com vistas a fornecer apoio administrativo e orientações aos membros.

Além disto, a instauração e o andamento das comissões é registrado no Sistema CGU-PAD, que tem seus fluxos e rotinas regulamentados pela Portaria SE nº 117, de 17 de novembro de 2015.

As apurações concentram-se fundamentalmente em potenciais irregularidades cometidas em formalização e execução de contratos administrativos. A Secretaria Executiva vem envidando esforços para além da atividade corretiva, no sentido de promover capacitação de seus servidores, como forma de evitar a reincidência da ocorrência de tais irregularidades disciplinares.

As informações acerca dos procedimentos instaurados, a partir dos registros constantes do CGU-PAD, estão registradas na seção Relatório de Instância ou Área de Correição, integrante do menu Relatórios, Pareceres e Declarações do sistema E-Contas.

5.9 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em uma das oficinas do Planejamento Estratégico elaborado no ano de 2015 foi definido pelo Grupo executivo, composto por Secretários e Diretores, um modelo de Gestão para a Gestão Estratégica do Ministério do Esporte. Foram definidos as instâncias de governança da estratégia e o processo de governança.

A estrutura de governança do ME para a gestão da estratégia reúne um conjunto de instâncias que operacionalizam e dão ritmo à execução da estratégia. Dessa forma, o controle e acompanhamento dos riscos à consecução dos objetivos estratégicos institucionais são realizados em diferentes níveis hierárquicos, como será demonstrado a seguir.

Em nível estratégico, o Comitê de Gestão da Estratégia do ME avalia a estratégia, com poder de decisão sobre o mapa estratégico, indicadores e projetos do Ministério nas RAEs. A RAE – Reunião de Avaliação da Estratégia é a instância que materializa o nível mais alto de decisão sobre os riscos que afetam o alcance dos objetivos. O Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica - DPGE coordena o acompanhamento da estratégia, conduzindo o processo de monitoramento e avaliação e secretariando a RAE. Subordinado ao DPGE, o Escritório de Projetos – EP é responsável pelo gerenciamento do portfólio de projetos, monitorando a execução dos mesmos. Os líderes de projetos gerenciam e avaliam o desempenho de seus projetos, mas não deliberam sobre a estratégia do Ministério. Os responsáveis pelos indicadores estratégicos são especialistas nos índices, cabendo a eles o monitoramento e análise dos dados, conforme sua frequência de mensuração.

A matriz de governança organiza os principais elementos da estrutura de decisão, seus atores, atividades e escopo de decisão, definidos no âmbito do modelo de gestão do ME, conforme demonstrado abaixo.

ESTRUTURA	ATORES	ATIVIDADES	ESCOPO DE DECISÃO
MINISTRO	Ministro do Esporte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovar os encaminhamentos da RAE* 	Aprova os encaminhamentos do Comitê de Gestão Estratégica.
COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Secretário Executivo ▪ Secretários Nacionais do ME / representantes ▪ Diretores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar a estratégia (RAE) 	Avalia o desempenho da estratégia, deliberando sobre: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapa Estratégico ▪ Indicadores e metas ▪ Inclusão ou exclusão de projetos ▪ Ajustes no portfólio / projetos
DPGE	Servidores / colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar o desempenho da estratégia ▪ Propor alternativas de soluções ▪ Secretariar a RAE ▪ Sistematizar os resultados da RAE ▪ Elaborar e gerenciar o Plano de Ação ▪ Elaborar o Boletim de Gestão da Estratégia do ME ▪ Encaminhar resultados para as partes interessadas 	Apoia o processo de monitoramento e avaliação da estratégia do ME. Não tem função deliberativa.
ESCRITÓRIO DE PROJETOS	Servidores / colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerenciar o portfólio de projetos 	Monitora a execução do portfólio de projetos do ME. Não tem autonomia sobre a decisão da estratégia do ME.
LÍDER DO PROJETO	Servidores / colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerenciar o projeto ▪ Avaliar o desempenho do projeto 	Responsáveis pela execução dos projetos estratégicos conforme o planejado, garantindo prazo e escopo. Não tem autonomia sobre a decisão da estratégia do ME.
RESPONSÁVEL DO INDICADOR	Unidade / responsável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorar o indicador estratégico ▪ Elaborar análise do indicador 	Monitora e analisa o desempenho dos indicadores estratégicos. Não tem autonomia sobre a decisão da estratégia do ME.

Ainda com relação ao acompanhamento dos riscos, os projetos estratégicos, aqueles com maior potencial de impacto nos objetivos estratégicos do ME, tiveram seus riscos identificados, com a apuração da matriz GUT (gravidade, tendência, urgência), segundo os seguintes critérios:

NOTA	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
5	EXTREMAMENTE GRAVE	PRECISA DE AÇÃO IMEDIATA	IRÁ PIORAR RAPIDAMENTE
4	MUITO GRAVE	É URGENTE	IRÁ PIORAR EM POUCO TEMPO
3	GRAVE	O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL	IRÁ PIORAR
2	POUCO GRAVE	POUCO URGENTE	IRÁ PIORAR A LONGO PRAZO
1	SEM GRAVIDADE	PODE ESPERAR	NÃO IRÁ MUDAR

Como exemplo destaca-se o Projeto: “Política Nacional de Infraestrutura – Utilização e Integração dos equipamentos esportivos” avaliados segundo a Matriz GUT como:

GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
GRAVE	PRECISA DE AÇÃO IMEDIATA	IRÁ PIORAR RAPIDAMENTE

A Gravidade representa o impacto do problema na organização. Pode estar ligada a questões legais, recursos ou mesmo à atividade fim. A urgência relaciona-se ao tempo de resposta ao problema. Ou seja, projetos urgentes requerem ação e decisão imediata e têm maior prioridade do que projetos não urgentes. Tendência avalia o nível de agravamento ou não do problema com o passar do tempo. Ou seja, se nada for feito a tendência é de crescimento ou permanência do problema.

Ainda com relação aos controles e acompanhamento dos riscos, o Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica – DPGE realiza reuniões semanais com os representantes das unidades e, quando necessário, com os dirigentes máximos, visando o controle e acompanhamento dos riscos que possam afetar o alcance dos objetivos institucionais do ME.

No ano de 2015 esse acompanhamento foi realizado por planilhas de dados e as informações eram repassadas para o Secretário-Executivo para tomada de decisões.

A Gestão de Riscos no ME está em processo de desenvolvimento e consiste em estratégias de modernização da gestão que permitirão ao Ministério adequar a sua atuação aos novos padrões de eficiência, com formulação de modelo de Gestão de Riscos, Sistema de Indicadores e melhoria na Governança Institucional.

Esse projeto “Gestão de Riscos” visa fortalecer os controles internos permitindo orientar os gestores no controle de ações com foco nos resultados e na efetivação do princípio da eficiência administrativa.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério do Esporte (ME) tem por escopo a difusão dos conhecimentos, das diretrizes estabelecidas para os programas sociais do esporte e a intermediação na solução das demandas decorrentes, visando à correta orientação sobre aplicação das disponibilidades financeiras destinadas a entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas (administração estadual, distrital, municipal) ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam as transferências de recursos financeiros oriundos do Orçamento Federal.

O SIC foi criado diante da necessidade de propiciar um estreitamento nas relações com seu público-alvo, proporcionando ao cidadão excelência na concretude das ações esportivas de sua competência, como a transparência e o rigor na aferição da prestação de contas, a que está sujeito todos aqueles que recebem recursos públicos.

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) está disponível para atendimento ao público e pode ser realizado pelo cidadão por quatro (04) vias: sistema e-SIC, através do endereço eletrônico: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>, presencialmente, por telefone ou por formulários, que, após o preenchimento, deverá ser encaminhado via correio ao Ministério do Esporte.

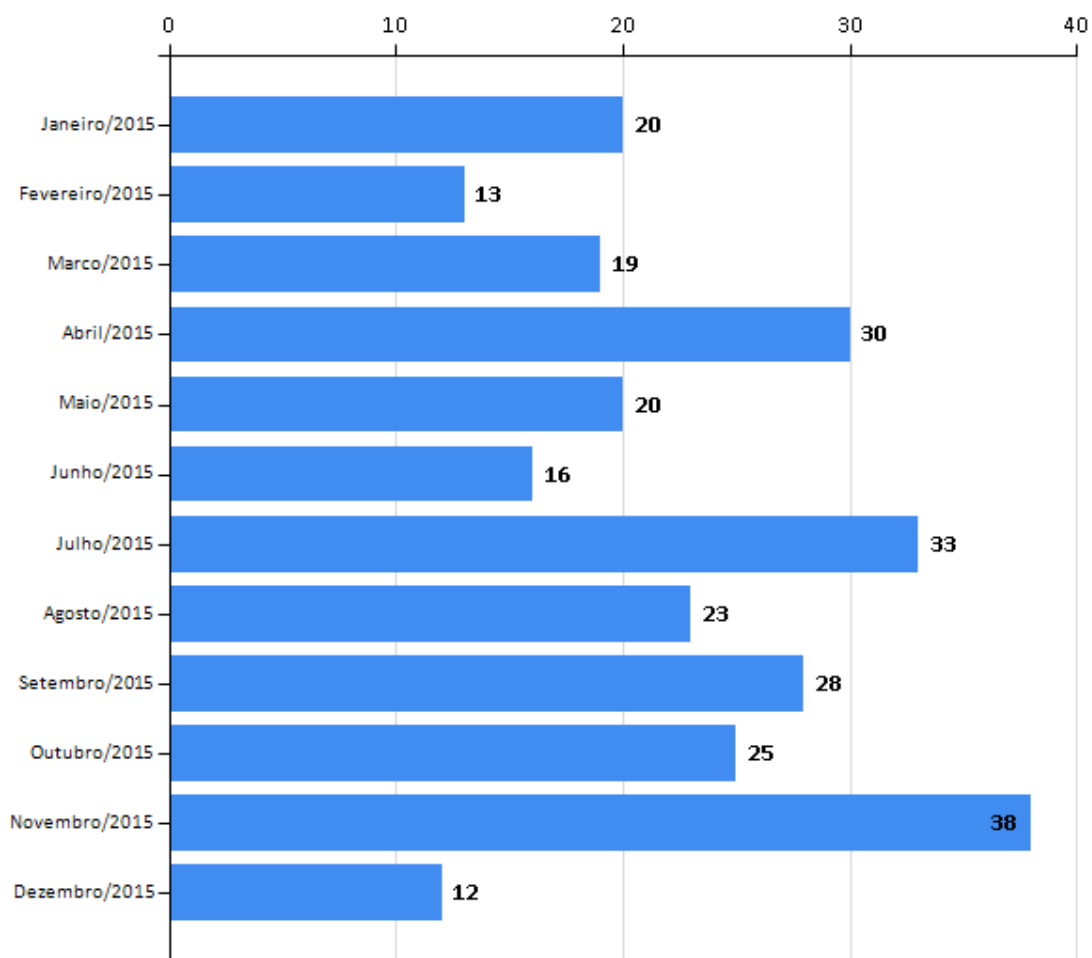
e-SIC (Decreto no 7.724/2012);

O Ministério do Esporte, comprometido com a transparência pública e o acesso do cidadão à informação, por meio do sistema e-SIC, delegou a este Atendimento a responsabilidade pela consolidação das respostas das demandas fornecidas pelas áreas técnicas captadas via sistema, assegurando a implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à Informação) e, administrando sua tramitação junto aos setores responsáveis pela resposta.

O Órgão conta com dois atendentes e um coordenador responsável por receber as demandas, enviar para os setores correspondentes, controlar prazos, enviar respostas por meio do sistema e emitir relatórios para controle interno.

Abaixo os gráficos dos registros de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações de informações, juntamente com tempo de respostas do Órgão, referente ao exercício de 2015.

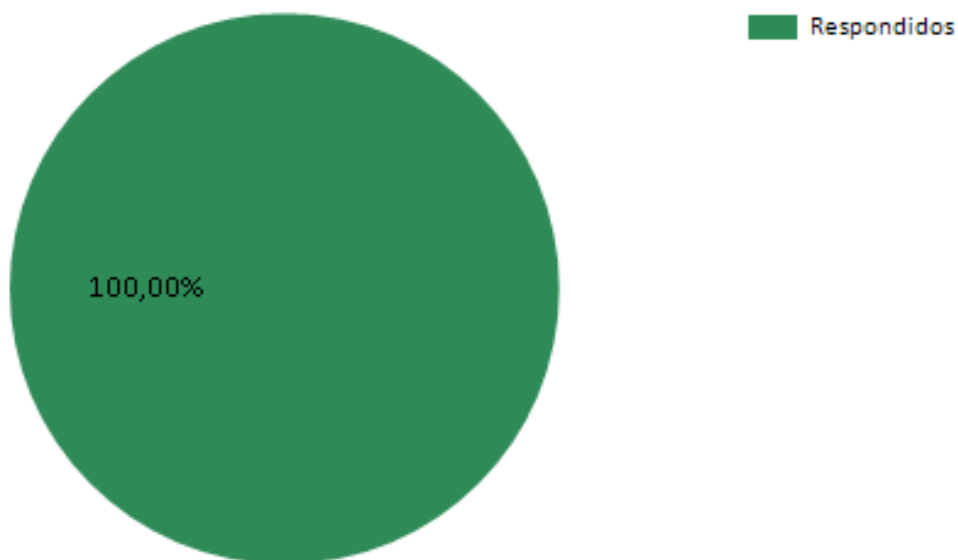
Quantidade de pedidos de acesso à informação



Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	277

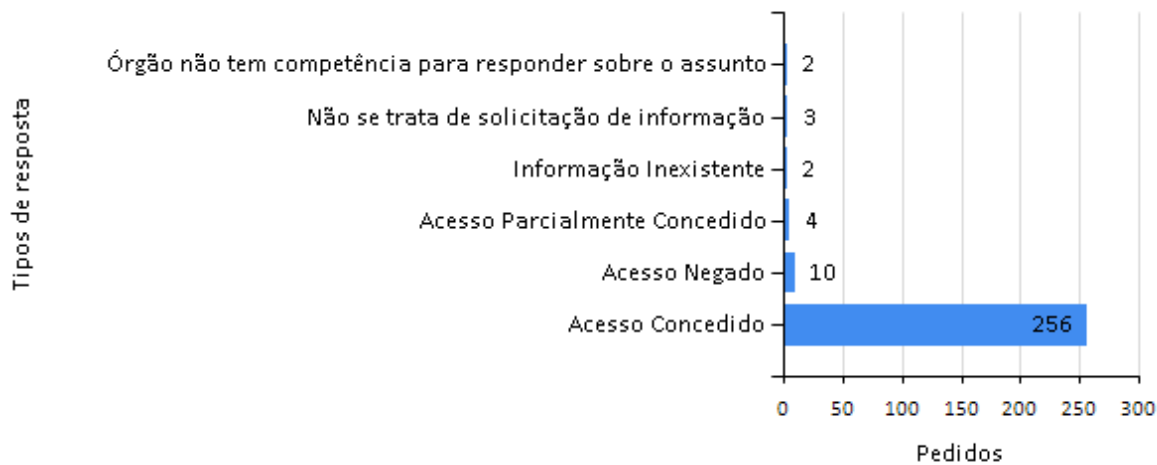
Situação dos pedidos de acesso à informação



Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta:	22,16	dias
Prorrogações:	Quantidade	% dos pedidos
	104	37,55%

Pedidos por tipo de resposta



O Ministério do Esporte conta ainda com a Ouvidoria, outro canal de relacionamento com o cidadão, destinado a receber reclamações, sugestões, denúncias e elogios referentes aos programas, iniciativas e ações orçamentárias executados pelo mesmo. Isso poderá ocorrer por meio do sítio eletrônico do Ministério do Esporte; <https://sistema.ouvidorias.gov.br> ; do telefone (61) 3217-1873; correspondência, e; ainda, pessoalmente no endereço SIG – Setor Industrias Gráficas, Q. 4, Bloco “C”, Lote 83, centro Empresarial Capital Financial Center, 2º andar, Sala 119, Brasília/DF.

A Ouvidoria do Ministério do Esporte recebeu, de 01/01/2012 a 31/12/2012, o quantitativo de 6.280 (seis mil duzentos e oitenta) mensagens de participação do cidadão a respeito das diversas ações desenvolvidas por este Órgão. Desse total, 4879 (quatro mil oitocentos e setenta e nove) foram respondidas diretamente pela Ouvidoria, sem a necessidade de serem encaminhadas para área específica. O restante das mensagens foi destinado para resposta nas demais unidades administrativas. O qualitativo desta Ouvidoria divide-se em tipologias definidas para as mensagens recebidas como: elogios, reclamações, denúncias e solicitações.

O quantitativo total de mensagens por tipologias definidas foi o seguinte: 5355 (cinco mil trezentos e cinquenta e cinco) solicitações; 187 (cento e oitenta e sete) reclamações; 49 (quarenta e nove) sugestões; 15 (quinze) denúncias; 5 (cinco) elogios; 416 (quatrocentos e dezesseis) mensagens de futebol; 119 (cento e dezenove) mensagens descartadas sem classificação; e 134 (cento e trinta e quatro) mensagens sem classificação.

Em 2013 foi recebido, de 01/01/2013 a 31/12/2013, o quantitativo de 8.067 (oito mil e sessenta e sete) mensagens de participação do cidadão a respeito das diversas ações desenvolvidas por este Órgão. Desse total, 7.837 (sete mil oitocentos e setenta e sete) foram respondidas diretamente pela Ouvidoria, sem a necessidade de serem encaminhadas para área específica. O restante das mensagens foi destinado para resposta nas demais unidades administrativas. O qualitativo desta Ouvidoria divide-se em tipologias definidas para as mensagens recebidas como: elogios, reclamações, denúncias e solicitações.

O quantitativo total de mensagens por tipologias definidas foi o seguinte: 7020 (sete mil e vinte) solicitações; 321 (trezentos e vinte e uma) reclamações; 48 (quarenta e oito) sugestões; 15 (quinze) denúncias; 13 (treze) elogios; 106 (cento e seis) mensagens de futebol; 200 (duzentas) mensagens descartadas sem classificação; e 153 (cento e cinquenta e três) mensagens sem classificação.

Já em 2014, de 01/01/2014 a 31/12/2014, o quantitativo recebido foi de 2.917 (duas mil e novecentos e dezessete) mensagens de participação do cidadão a respeito das diversas ações desenvolvidas por este Órgão. Desse total, 2.719 (duas mil setecentos e dezenove) foram respondidas diretamente pela Ouvidoria, sem a necessidade de serem encaminhadas para área específica. O restante das mensagens foi destinado para resposta nas demais unidades administrativas. E 198 (cento e noventa e oito) foram descartadas por duplicidade do sistema ouvidor.

O quantitativo total de mensagens por tipologias definidas foi o seguinte: 1966 (mil novecentos e sessenta e seis) solicitações; 59 (cinquenta e nove) reclamações; 109 (cento e nove) sugestões; 18 (dezoito) denúncias; 35 (trinta e cinco) elogios; 498 (quatrocentos e noventa e oito) mensagens de futebol; 198 (cento e noventa e oito) mensagens descartadas sem classificação; e 34 (trinta e quatro) mensagens sem classificação.

A alteração que tivemos nos meados de Maio de 2015 aconteceu com migração do Sistema Interno de Ouvidoria para o Sistema de Ouvidoria - <https://sistema.ouvidorias.gov.br> - unificado com a

Controladoria Geral da União – CGU. Dando uma maior transparência ao cidadão sobre as solicitações, reclamações e denúncias enviadas.

No sistema ouvidor houve a recepção de 3.134 (três mil, cento e trinta e quatro) mensagens registradas. Desse total, 3.065 (três mil, setenta e cinco) foram respondidas aos solicitantes. Portanto, dadas como solucionadas no sistema, conforme tabela.

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

Descrição	Quantidade
Arquivada	17
Resposta Conclusiva	3075
Resposta Intermediária	42
Total	3134

Procedimentos a serem implantados:

- Memorando informativos para interlocutores de cada Unidade Administrativa, visando da maior celeridade as resposta do Sistema E-OUV e;
- Solicitar as Unidades Administrativas responsáveis, por denúncias, expor minuciosamente a análise de cada caso, com a maior riqueza de detalhes e explicações.

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Para formulação de sua Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto Presidencial nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, o Ministério do Esporte instituiu Grupo de Trabalho por intermédio da Portaria SE nº 66, de 08 de dezembro de 2014. Durante o exercício de 2015 o Grupo abordou aspectos conceituais e normativos aplicáveis à carta de serviços e em cumprimento ao cronograma de trabalho, contou com a colaboração da Coordenação Geral de Aperfeiçoamento de Modelos e Referenciais de Gestão Pública, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Durante o andamento dos trabalhos foi verificado que, para obtenção de um documento dotado de efetividade seria oportuno aguardar a conclusão do Planejamento Estratégico do órgão, que estava em fase de elaboração. Isso posto, aguarda-se a finalização dos trabalhos de implementação do Planejamento Estratégico para reinício das atividades relacionadas à elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão.

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

O mecanismo de avaliação do grau de satisfação do cidadão é feito através do sistema da e-SIC, gerenciado pela CGU, onde são coletadas as informações através de relatório de pesquisa de satisfação por Órgão, disponível no endereço eletrônico: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/PesquisaSatisfacao/ConsultarRelatorioPesquisaSatisfacao.aspx>

Como pode ser observado no gráfico abaixo, o grau de satisfação do cidadão no exercício de 2015 foi de 34% Muito satisfeito, 42% Muito insatisfeito, 5% Insatisfeito, 11% Indiferente e 8% Satisfeito.

Gráfico de Satisfação 2015



6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Conforme determina o Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, em seu Art. 7º :

“É dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão implementar em seus sítios na Internet seção específica para a divulgação das informações de que trata o caput”.

O Ministério do Esporte em atendimento ao que determina o referido Decreto, publica as informações referentes à sua atuação, consideradas úteis e relevantes à sociedade, tais como Relatório de Gestão e informações gerais das ações e programas executados por este Órgão nos endereços eletrônicos:

<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/aceso-a-informacao/auditorias/processos-de-contas-anuais;>

<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>

6.7 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O Edifício do Bloco A, que este Ministério ocupou em todo o ano de 2015, atendia apenas alguns requisitos previsto nas Normas da ABNT 905. Desta forma, e visando garantir o acesso fácil tanto em relação aos seus serviços, produtos, e instalações para cidadãos portadores de alguma deficiência, este Ministério locou um edifício (Setor de Indústrias Gráficas - SIG) considerando a necessidade de adequação às normas descritas na ABNT. Atualmente, contamos com vagas para portadores de necessidade especiais, rampas de acesso, elevadores para todos os andares, banheiros adaptados, cumprindo assim todas as determinações previstas em lei.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A aplicação das NBC T 16.9 e NBC T 16.10 não foi possível em virtude de, até a presente data, o Ministério do Esporte não possuir sistema de controle patrimonial. Cabe ressaltar que em 2014 as referidas normas foram aplicadas, todavia, os cálculos foram efetuados manualmente com base apenas em informações contidas nos processos de liquidação ou no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Entretanto, manter esta metodologia de cálculo da depreciação sem o apoio de um sistema patrimonial, tornou-se inviável e incerto em 2015.

Os demais itens não se aplicam em virtude da não aplicação das NBC T 16.9 e 16.10.

7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

A Setorial de Custos no âmbito do Ministério do Esporte foi criada pela Portaria nº 132, de 11 de junho de 2012, posteriormente alterada pela Portaria nº 201, de 7 de julho de 2015. Desde então a setorial está vinculada à Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, integrante da estrutura do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica/SE.

Atualmente, o Ministério do Esporte não adota práticas de tratamento e alocação dos custos e ainda não utiliza os relatórios gerados no SIC para o auxílio de tomada de decisão, mas o método de custeio proposto por esta Setorial está em período de análise pelas instâncias superiores para a devida implementação.

7.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Este item consta da seção ANEXOS E APÊNDICES.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP objetiva estimular e criar condições de desenvolvimento das pessoas e da organização, definindo a capacidade para assumir atribuições e responsabilidades em níveis crescentes de complexidade do profissional.

A área de Gestão de Pessoas possibilita a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de quadros profissionais, a partir da definição das competências institucionais, direcionando esforços de maneira mais eficiente e produtiva nas tomadas de decisão e na antecipação e/ou prevenção de problemas. Com isso, proporciona um ambiente propício à aprendizagem dos servidores, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados, aos setores internos, observando as particularidades de cada área de atuação. E estes servidores quando capacitados tendem a apresentarem mais produtividade e melhor qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Os objetivos desta CGGP são: incentivar a capacitação permanente (continuada) de servidores em atividade, assegurar a satisfação bem como a qualidade no desenvolvimento de todas as ações administrativas e técnicas relacionadas às políticas de Gestão de Pessoas.

8.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Quadro 8.1.1 A – Força de Trabalho da UPC – Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	246	190	02	02
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	02	02
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	190	11	29
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	111*	Não há	04
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	24	05	05
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	55**	06	20
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	Não há	Não há	Não há
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	169	87	70
4. Total de Servidores (1+2+3)	246	359	100	101

*Lotação efetiva 111 sendo: 23 cedidos, um afastamento para participação em Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu (doutorado) no País, um afastamento para participar de Mestrado fora do País, duas licenças sem remuneração.

** 23 servidores em exercício temporário pertencente ao quadro de pessoal da Caixa Econômica Federal, conforme Portaria n. 82/2013 Fonte: SIAPE

Quadro 8.1.1 B – Quadro Distribuição da Lotação Efetiva – Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	119	44
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	119	44
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	63	21
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	19	5
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	37	18
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	110	59
4. Total de Servidores (1+2+3)	229	103

Quadro 8.1.1 C – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC - Situação apurada em 31/12/2015

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	244	227	87	69
1.1. Cargos Natureza Especial	2	2	2	2
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	242	225	87	69
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	19	2	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	14	6	5
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	23	6	20
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	164	87	69
1.2.5. Aposentados	Não há	5	Não há	2
2. Funções Gratificadas	30	26	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	21	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	5	Não há	Não há
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	274	251	88	103

Análise Crítica

A quantidade de servidores efetivos do Ministério do Esporte não cresceu na mesma proporção que a demanda da Política Nacional de Esporte, tendo em vista que em 2003 o Órgão começou seu quadro com 82 servidores efetivos e em 2015 conta com 111 servidores. Desses, 23 estão cedidos, dois de licença sem remuneração, um afastamento para participação em Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu (doutorado) no País, um afastamento para participar de Mestrado fora do País. Ou seja, efetivamente há 84 servidores efetivos em exercício. É sabido que houve um aumento orçamentário e investimentos em programas e ações, Olimpíadas 2016, APFUT, etc. Porém não ocorreu proporcionalmente a evolução do quadro de servidores para reponder a esse aumento de demanda.

Em razão desse déficit de pessoal, bem como o aumento das ações desenvolvidas por este Órgão, alguns setores estão em situação de extrema dificuldade para atingir seus objetivos. Não houve autorização para reposição do quadro de pessoal, por meio de concurso público para cargos efetivos

em 2014 e 2015 e para tentar minimizar esta deficiência de pessoal uma das soluções utilizadas foi a requisições de servidores (79) e nomeações de servidores sem vínculo (169).

A distribuição da força de trabalho (quem está efetivamente executando as atividades) entre a área meio e a área fim é de 69% e 45%, respectivamente. Isso se deve a demandas específicas de algumas áreas. Quanto ao número de servidores em cargos comissionados frente aos não comissionados a proporção é da ordem de 67% da força de trabalho.

A força de trabalho deste Ministério do Esporte é composta por 359 servidores, a saber: 169 são servidores em cargo comissionado sem vínculo, 55 servidores requisitados, 24 servidores em exercício descentralizados e 111 servidores do quadro efetivo do Órgão.

Em relação à qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade dos servidores do quadro que compõem a força de trabalho do ME: há 111 servidores – desses, 63 tem nível superior, 24 nível médio e sete o primeiro grau. E dentre os servidores que possuem nível superior, 16 são pós-graduados, assim distribuídos: 11 especialistas; quatro mestres e um doutor.

Cabe salientar que, na distribuição do quadro do Ministério, há 64 mulheres e 46 homens.

As principais dificuldades enfrentadas para a realização completa dos objetivos do ME estão relacionadas ao quadro de pessoal. Em pouco tempo enfrentar-se-á uma defasagem, haja vista o número de aposentadorias previstas para breve: considerando que há 24 servidores com mais de 30 anos de trabalho e desses 16 já estão com abono de permanência - logo aptos para aposentar. Além disso, pode-se observar que aproximadamente 40% dos servidores do quadro deste Órgão estão com idade entre 50 a 70 anos. Assim, no que tange aos recursos humanos, é necessária a realização de concurso público para repor o quadro do ME e minimizar a situação de defasagem atual.

8.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Quadro 8.1.2 A – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2015	0,00	160.999,00	15.480,00	0,00	95.129,00	0,00	9.532,00	0,00	0,00	281.140,00
	2014	0,00	104.086,00	7.960,00	2.654,00	79.832,00	0,00	23.040,00	0,00	0,00	217.572,00
Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	2.400.954,00	555.238,00	548.155,00	213.827,00	665.367,00	202.000,00	3.832.532,00	0,00	3.317,00	8.421.390,00
	2014	2.482.297,00	632.608,00	540.303,00	179.194,00	685.377,00	207.229,00	3.458.647,00	0,00	3.317,00	8.188.972,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	0,00	2.256.715,00	214.417,00	75.972,00	841.746,00	18.786,00	641.565,00	0,00	0,00	4.049.201,00
	2014	0,00	3.167.133,00	299.177,00	108.132,00	580.055,00	28.304,00	443.080,00	0,00	0,00	4.625.881,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	11.353.519,00	844.000,00	189.090,00	1.830.352,00	163.051,00	641.565,00	0,00	0,00	15.021.577,00
	2014	0,00	9.213.621,00	715.770,00	259.332,00	1.657.816,00	159.443,00	360.700,00	0,00	0,00	12.366.682,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	26.339,00	0,00	0,00	0,00	3.708,00	725,00	0,00	0,00	0,00	30.772,00
	2014	188.052,00	0,00	16.025,00	4.070,00	23.359,00	6.267,00	0,00	0,00	0,00	237.773,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8.1.3 INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

O controle, com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos, nesta Coordenação é dada da seguinte forma:

- No momento da posse, o servidor preenche e assina um formulário declarando que não acumula cargos, empregos e funções em Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista da União, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- Para os servidores requisitados, oriundo de órgão não SIAPE, há necessidade do preenchimento e assinatura do termo de Responsabilidade e do Formulário para Cadastramento de vínculos/remunerações extra-SIAPE dos servidores Cedidos ou Requisitados, Aposentados e Beneficiários de Pensão Civil;
- Há, ainda, a obrigação de preencher uma declaração de que não é beneficiário do seguro-desemprego, conforme previsto no artigo 24 da lei 7.998/1990.

Assim o controle é feito no momento em que o servidor é empossado. Uma vez preenchidos e assinados os formulários e declarações estes são tidos como documentos para controle interno e não há revisão. Neste contexto, a propriedade de controle utilizada tem se apresentado adequado e efetivo, pois não foi verificado multiplicidade de vínculo de servidores no Ministério do Esporte.

Riscos identificados na gestão de pessoas

Gerenciamento do risco é fundamental para o sucesso do trabalho, pois asseguram que todos os riscos identificados sejam documentados, analisados, e que respostas às exposições de risco sejam encontradas, de maneira consistente para alcançar os objetivos do trabalho. Considerando a escassez de pessoal é quase impossível executar o que é planejado e principalmente cumprir prazos, o gerenciamento de risco é proativo, no entanto a falta de pessoal dificulta o trabalho neste aspecto.

Impedindo muitas vezes de planejar e evitar possíveis impactos negativos com a perda de mão de obra qualificada.

Quadro 8.1.3 A - Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

Indicadores	2014	2015
¹ Absenteísmo	33,12%	38,65%
² Acidente de trabalho e Doenças Ocupacionais	4,90%	12,64%
³ Rotatividade (<i>turnover</i>)	45,91%	56,30%
⁴ Educação Continuada *	57,4%	26,80%
Disciplina	-	-
Aposentadoria Versus Reposição do Quadro	-	-

* Educação Continuada - incluído o curso de idiomas

1. Para os cálculos foram utilizados o número de servidores afastados (por licença para tratamentos da própria saúde/para acompanhar pessoa da família etc.) pela força de trabalho em percentagem.
2. Para os cálculos foram utilizados o número de servidores de carreira vinculada ao órgão afastados (acidente de trabalho/Doenças ocupacionais) pelo total de servidores de carreira vinculadas ao órgão em percentagem.
3. Para os cálculos foram utilizados o número de servidores exonerados e nomeados sobre o número sobre de servidores (lotação efetiva).

4. Para os cálculos foram utilizados o números de servidores (capacitados em curso de idiomas somado aos cursos de especialização/mestrado/doutorado) sobre o total de servidores (lotação efetiva)

8.1.10 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular).

Quadro 8.1.10 A – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Secretaria Executiva do Ministério do Esporte						
UG/Gestão: (180002/00001)						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2011	Copeiragem (DNIT)	APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA 00.087.163/0001-53	20/10/2015	20/10/2016	fundamental	P
2011	Serviços de limpeza, conservação e asseio, bloco a	APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA 00.087.163/0001-53	20/12/2015	19/12/2016	fundamental	P
2011	Suporte técnico da rede corporativa de computadores.	HEPTA TECNOLOGIA E FORMÁTICA LTDA 37.057.387/0001-22	30/12/2015	30/12/2016	médio/superior	P
2012	Estagiários	IEL/DF 00.366.849/0001-83	02/04/2015	02/04/2016	médio	P
2012	Serviço operacional de técnico em telecomunicações	NOVA PLANALTO SERVIÇOS GERAIS LTDA.-ME 08.878.823/0001-26	21/05/2015	21/05/2016	médio/técnico	P
2012	Limpeza, conservação e asseio – DNIT	EXACT CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 11.818.593/0001-14	20/08/2015	20/08/2016	fundamental	P
2012	Condução de elevadores, para atender as unidades condominiais do bloco “a”.	EXACT CLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA 11.818.593/0001-14	06/01/2015	06/01/2017	fundamental	P
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, a serem executadas nas dependências do ministério do esporte, localizadas no Rio de Janeiro	VISOR CONSULTORIA E ASSESSORIA DE RECURSOS HUMANOS LTDA 32.301.921/0001-80	09/04/2015	08/04/2016	fundamental	P
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância desarmada, para atender as necessidades do ministério do esporte em suas instalações localizadas no Rio de Janeiro	SEGIL – VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA 40.170.029/0001-36	23/04/2015	23/04/2016	médio/técnico	P
2013	Serviços de copeiragem para atendimento das necessidades do ministério	APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA 00.087.163/0001-53	03/07/2015	03/07/2016	fundamental	P

	do esporte em suas instalações localizadas no bloco A da esplanada dos ministérios – Brasília - DF,					
2013	Serviços de vigilância armada, para atender às necessidades do ministério do esporte em suas instalações localizadas à quadra 511 n, bloco “a”, edifício Bittar ii, asa norte, Brasília – DF	BRASFORT VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA 03.497.401/0001-97	20/11/2014	20/11/2016	médio/técnico	P
2014	Contratação de serviços de copeiragem com fornecimento de materiais e equipamentos, a serem executados de forma contínua no âmbito do ministério do esporte nas instalações da representação do rio de janeiro, localizado na rua Lauro Muller nº 116 cobertura – torre rio sul – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22.290-160	LÍDER FORTE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA 11.758.292/0001-42	30/12/2014	30/12/2016	fundamental	P
2015	Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de área e à prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao patrimônio por meio de bombeiro civil (brigada de incêndio), a serem executados de forma contínua nas dependências do bloco “a”, localizado na esplanada dos ministérios – Brasília/DF, conforme condições estabelecidas neste termo de referência, totalizando 14 (quatorze) profissionais	CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA. 37.077.716/0001-05	04/05/2015	03/05/2016	médio/técnico	A
2015	Prestação de serviço continuado de telefonista, sem emprego de material, para atendimento das demandas nas dependências do me em Brasília	ONIX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA 10.392.669/0001-20	07/05/2015	06/05/2016	médio	A
2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados na categoria de suporte técnico e administrativo - analista administrativo e auxiliar de administração, sob a forma de execução indireta, para atender as unidades administrativas do ministério do esporte	BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA 36.770.857/0001-38	04/09/2015	04/09/2016	médio/superior	A

2011	Copeiragem (DNIT)	APECÊ - SERVIÇOS GERAIS LTDA 00.087.163/0001-53	20/10/2015	20/10/2016	fundamental	P
2011	Serviços de limpeza, conservação e asseio, bloco a	APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA 00.087.163/0001-53	20/12/2015	19/12/2016	fundamental	P

Fonte: COGEC/CGLOG/DGI

Contratação de Estagiários

O quadro abaixo informa as despesas com as contratações, a evolução das quantidades na área meio e na área fim, as despesas com o IEL nos últimos anos:

Ano	Superior		Ensino Médio		Educação Profissional		Total Gasto no Exercício	Despesas com IEL
	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio	Área Fim	Área Meio		
2014	28	4	8	6	0	0	R\$ 345.424,78	R\$ 5.842,60
2015	32	3	4	3	2	0	R\$ 301.050,26	R\$ 4.629,48
TOTAL GERAL	60	7	12	9	2	0	R\$ 646.475,04	R\$ 10.472,08

O Programa de Estágio executado por meio do Contrato 12/2012 com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL, Agente de Integração, é responsável por promover a articulação entre instituições de ensino com a finalidade de oferecer oportunidades de estágio.

O Ministério do Esporte - ME, não dispõe de normativa interna, segue os procedimentos estabelecidos pela Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e Orientação Normativa n. 4, de 4 de julho de 2014, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O processo seletivo para contratação de estagiário ocorre a partir da indicação do IEL, de estudantes que preencham o perfil e os requisitos solicitados pelas Unidades Administrativas do ME, conforme suas necessidades, abrangendo os níveis de escolaridade superior, médio e educação profissional. Após a análise curricular, seguida de uma entrevista com o estudante que se mostrar apto à vaga, procede-se com a contratação solidária entre o IEL, Ministério do Esporte, estudante e instituição de ensino.

Estará o estudante impedido de estagiar, caso: não esteja regulamente matriculado na instituição de ensino, as atividades a serem desenvolvidas não tenham relação com o curso, e/ou o estudante já esteja estagiando no Órgão por 2 anos.

Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

O programa de capacitação dos servidores no Ministério do Esporte – ME, é regulamentado pela Norma SE/ME nº 01 de 05 de setembro de 2005, e tem por objetivo investir no desenvolvimento permanente do servidor público, por meio de ações de capacitação que visam a melhoria e efetividade da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

As ações de capacitação nos diferentes níveis são realizadas a partir de cursos presenciais ou à distância de curta ou longa duração. Contempla-se também, a participação dos servidores em

eventos, seminários, fóruns e cursos no exterior. A participação de servidores em cursos realizados no exterior e de longa duração ficam condicionados à autorização do Ministro de Estado do Esporte.

Os cursos de pós-graduação, que se dividem em lato-sensu e stricto sensu, objetivam a ampliação do conhecimento e o aprimoramento do desempenho do servidor, em áreas de interesse do Ministério, por intermédio da participação em eventos de longa duração, ministrados por instituições de ensino superior, reconhecidas pelo Ministério da Educação ou por entidades renomadas em determinados domínios do conhecimento.

Anualmente, é solicitado aos servidores o preenchimento do formulário de “Levantamento de Necessidades de Capacitação- LNC” e, posteriormente, é elaborado o Plano Anual de Capacitação. Com o objetivo de estimular o interesse dos servidores a participarem de cursos, foram divulgadas na intranet do Ministério do Esporte, algumas das ações de capacitação a serem realizadas no ano de 2015.

No referido exercício, 113 servidores foram capacitados, porém considerando que um mesmo servidor tenha se capacitado em mais de uma ação, constatou-se 137 (cento e trinta e sete) eventos promovidos por instituições públicas e privadas.

No que diz respeito às ações de curta duração, verificou-se a participação de 38 servidores. Destes, por meio de formulário de “Avaliação de Eficácia de Participação em Evento”, observou-se que, após o treinamento, a maioria tem realizado suas atividades de forma mais eficaz.

Vale salientar que a avaliação acima mencionada não foi realizada para mensurar os cursos de idiomas e de longa duração (pós graduação), visto que grande parte dos participantes ainda não os concluiu.

Em 2016, estima-se ampliar o contingente de servidores capacitados, principalmente em ações de curta duração, por meio de abertura de turmas fechadas; e divulgações na intranet e no e-mail dos servidores, para que um maior número de pessoas possa participar.

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

8.2.3 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

No tocante ao item em comento, informamos:

- a) O controle de Gestão do Patrimônio no âmbito desta UPC continua sendo todo realizado por meio do sistema SPIUnet, conforme é sugerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.
- b) A localização geográfica do imóvel da união ocupado em 2015 está localizado no Bloco A da Esplanada dos Ministérios.
- c) Nesse ponto, cabe informar que todas as informações solicitadas para o preenchimento dos dados relativo aos imóveis foram devidamente informados no SPIUnet.
- d) Não alienamos nenhum imóvel para terceiros.

- e) No instante em que é feito o cadastramento do imóvel no sistema SPIUnet, todos os dados são automaticamente registrado no SIAFI.
- f) Esta gestão está fazendo todo o esforço para controlar qualquer risco ao imóvel.

8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

8.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PDTI

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

R: O Ministério do Esporte não possui Plano Estratégico Institucional - PEI. Considerando essa ausência, e seguindo orientação da Instrução Normativa nº 04/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a área de Tecnologia da Informação realizou o seu Planejamento Estratégico de TI (PETI) alinhado ao Plano Plurianual (PPA) do período e foram citados os potenciais objetivos do Governo Federal aos quais a CGTI deve apoiar o Ministério do Esporte em seu alcance. Tais objetivos são:

1. OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida;
2. OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica;
3. OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.
4. OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

O órgão dispunha de um Plano Diretor do TI (PDTI) que estava em vigor de 2013 até 2015 e estava condizendo com o PETI. Neste documento, em harmonia com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, constam os princípios, diretrizes e referencial estratégico de TI, a avaliação do resultado do PDTI 2010-2012, bem como o inventário de necessidades, alinhado à estratégia do Ministério, que seriam realizadas no triênio 2013-2015 e o planejamento para atendimento dessas necessidades, além de apresentar oportunidades de melhorias no âmbito da governança de TI.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

R: O órgão dispõe de um Comitê Gestor de TI, criado pela portaria 207, de 11 de junho de 2009, mas até o momento este Comitê não entrou em ação de fato. Atualmente existe um processo de revisão das atribuições deste Comitê Gestor de TI junto à alta direção do órgão, visando definir um novo regimento interno bem como a composição e funcionamento deste Comitê.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

- Portal da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD)
 - **Objetivo:** Sistema de publicação, para os atletas, de assuntos relacionados ao esporte e/ou programas mantidos pelo Ministério.
 - **Principais Funcionalidades:** Visa captar dados estatísticos de assuntos relativos aos malefícios da dopagem para o atleta e para o esporte brasileiro.
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Joyce Gomes Alves de Oliveira
 - **Criticidade para a Unidade:** ALTA

- AUT – Sistema de Autorização de Uso Terapêutico
 - **Objetivo:** Sistema de recebimento e tratativa de pedidos de Autorização de Uso Terapêutico de medicamentos via Portal da ABCD.
 - **Principais Funcionalidades:** *Upload, download* e armazenamento de documentos.
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Tyana Gris
 - **Criticidade para a Unidade:** MÉDIA

- SCPD – SISTEMA DE CONTROLE DO PROCESSO DE DOPAGEM
 - **Objetivo:** Sistema de comunicação para recebimento de notificações e avisos dos Tribunais de Justiça Desportiva, STJD e TJD de cada modalidade, bem como das Procuradorias que atuam perante estes órgãos e das Entidades de Administração Esportiva em procedimentos relacionados a casos de dopagem.
 - **Principais Funcionalidades:** *Canal de comunicação entre o Ministério e os Tribunais de Justiça Desportiva, STJD e TJD de cada modalidade e armazenamento dos processos de dopagem*
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Tyana Gris
 - **Criticidade para a Unidade:** MÉDIA

- SCABCD – Sistema de Certificação da ABCD
 - **Objetivo:** Automatizar a aplicação de provas de conhecimento do curso de formação de Oficiais de Controle de Dopagem.
 - **Principais Funcionalidades:** Automatizar a aplicação de provas de conhecimento do curso de formação de Oficiais de Controle de Dopagem
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Carlos Alberto Vieira Filho
 - **Criticidade para a Unidade:** MÉDIA

- SRRP – SISTEMA DE REPASSE DE RECURSOS DOS PROGNÓSTICOS
 - **Objetivo:** Sistema que automatiza o processo de repasse de recursos dos

prognósticos, através da importação de dados dos prognósticos encaminhados pela Caixa Econômica Federal para uma nova base de dados, e a compilação e divulgação de qual valor será repassado para cada estado da federação e para a Confederação Brasileira de Clubes (CBC).

- **Principais Funcionalidades: Automatizar o processo de repasse de recursos dos prognósticos. Importação de dados dos prognósticos encaminhados pela Caixa Econômica para base de dados do Ministério e a compilação e divulgação de qual valor será repassado para cada estado da federação e para a Confederação Brasileira de Clubes CBC.**
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - Responsável da Área de Negócio: Odete Yukari Hirata Emura
 - Criticidade para a Unidade: BAIXA
- BA – Bolsa Atleta
 - **Objetivo:** Sistema de gestão das fichas dos atletas que pretendem o patrocínio do Ministério.
 - **Principais Funcionalidades:** Gerencia a seleção de atletas, controle de pagamento junto a CAIXA, prestação de contas e comprovantes de rendimentos dos atletas para o IRPF.
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Mosiah Brentano Rodrigues
 - **Criticidade para a Unidade: ALTA**
- BM – Brasil Medalhas
 - **Objetivo:** Sistema de gestão das fichas dos 18 melhores atletas de cada modalidade que recebem o patrocínio do Ministério.
 - **Principais Funcionalidades:** O sistema gerencia a seleção dos atletas.
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Mosiah Brentano Rodrigues
 - **Criticidade para a Unidade: BAIXA**
- CIE – Centro de Iniciação ao Esporte
 - **Objetivo:** Sistema de monitoramento dos empreendimentos selecionados dos Centros de Iniciação ao Esporte.
 - **Principais Funcionalidades:** Permite a obtenção de informações atualizadas com o estabelecimento de um canal direto entre o Ministério e os tomadores de recursos públicos.
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Alexandre Ono
 - **Criticidade para a Unidade: BAIXA**
- LIE – Sistema Lei de Incentivo ao Esporte
 - **Objetivo:** Sistema que automatiza o cadastro de proponentes e seus projetos de incentivo ao esporte, assim como a avaliação e o controle de captação de recursos para tais projetos.
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** Cristina Sakay
 - **Criticidade para a Unidade: ALTA**
- Portal Internet
 - **Objetivo:** Sítio do Ministério

- **Principais Funcionalidades:** Constitui de vários sub-sítios referentes a sistemas institucionais e eventos realizados periodicamente, envolvendo:
 1. Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento;
 2. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;
 3. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.
 - ♦ **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - ♦ **Responsável da Área de Negócio:** **Fernanda Melazo Dias**
 - ♦ **Criticidade para a Unidade:** **ALTA**

- Portal Brasil 2016
 - **Objetivo:** Portal centralizador das principais informações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.
 - **Principais Funcionalidades:** informacional
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** **Antonio Augusto Brentano**
 - **Criticidade para a Unidade:** **ALTA**

- PST – Programa Segundo Tempo
 - **Objetivo:** Sistema de gestão dos Convênios do Programa Segundo Tempo, com recursos de análise e acompanhamento de pleitos, preservando o histórico dos convênios firmados.
 - **Principais Funcionalidades:** permitir ao Ministério fazer o controle eletrônico dos Convênios e disponibilizar às Entidades Parceiras o cadastramento e acompanhamento de propostas via Internet.
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** **Andrea Nascimento Eweton**
 - **Criticidade para a Unidade:** **BAIXA**

- TL – Torcida Legal
 - **Objetivo:** Sistema para cadastro nacional das torcidas organizadas, como medida de segurança e conforto dos torcedores frequentadores de estádios, visando atender às determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671/2003).
 - **Principais Funcionalidades:** **Cadastro de torcidas organizadas, sedes, responsáveis, etc.**
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** **Helvécio Eustáquio de Araujo**
 - **Criticidade para a Unidade:** **BAIXA**

- PEAE – Prêmio Empresário Amigo do Esporte
 - **Objetivo:** Sistema que automatiza o processo de premiação dos empresários doadores da Lei de Incentivo ao Esporte, que ocorre anualmente.
 - **Principais Funcionalidades:** **Automatizar o processo de premiação dos empresários doadores da Lei de Incentivo ao Esporte**
 - **Responsável Técnico:** Denis Marcelo de Oliveira
 - **Responsável da Área de Negócio:** **Cristina Sakay**
 - **Criticidade para a Unidade:** **BAIXA**

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

R: Não existe plano de capacitação do pessoal de TI do órgão. Apenas um plano de capacitação geral efetuado pela área de gestão de pessoas, onde são ofertados alguns cursos de forma geral. Cabe a área de TI efetuar o levantamento interno das demandas relativas a capacitação e repassá-las à área de gestão de pessoas, que decidirá pela continuidade ou não do processo, dependendo do orçamento disponível.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

R:

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	1
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	4
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	1
Terceirizados e estagiários.	24

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

R: O Ministério gerencia parte de seus serviços de TI de forma reativa, pois a área atualmente possui um “GAP” de demandas básicas relacionadas à infraestrutura de TI, como ausência de contratos de manutenção de infraestrutura de Rede de computadores, de gestão de Banco de Dados; indisponibilidade de serviços de impressão, visto que nova contratação ainda encontrar-se pendente no órgão; contrato de outsourcing de impressão que se encontra em fase de finalização, dentre outros. Alguns serviços, como o caso de suporte técnico e desenvolvimento de sistemas, o órgão já possui uma ação proativa a respeito.

Com relação ao serviço de suporte técnico, a metodologia utilizada é baseada no Itil V3, onde o usuário demandante efetua a abertura de um chamado via telefone ou email e este chamado é redirecionado conforme o seu tipo. (Por exemplo, caso o chamado seja de troca de tonner de impressora, já é efetuado um direcionamento para a equipe contratada responsável por este contrato). O Atendimento é iniciado num período curto de tempo e possui um nível de serviço mínimo a ser atendimento (levando em conta o tempo de atendimento e a sua complexidade). Caso a demanda apresente uma complexidade maior ou mesmo seja relativa a uma área específica, esta demanda é redirecionada conforme o caso. Como exemplo um ponto de rede que não apresenta funcionamento, este chamado é direcionado a área de infraestrutura de redes; Demandas relativas a problemas estruturais em sites oficiais do órgão, o chamado seria direcionado à área de desenvolvimento.

O processo de manutenção/desenvolvimento de sistemas é baseado no Rational Unified Process (RUP) e pode ser descrito da seguinte maneira:

1. Para os serviços de manutenção de sistemas: O usuário solicita a abertura de chamado, que é encaminhado pelo help desk à contratada. O defeito é resolvido, homologado pelo solicitante e disponibilizado em ambiente de produção.

2. Para os serviços de desenvolvimento de novos sistemas: O gestor envia Documento de Oficialização da Demanda (DOD) à CGTI, que solicita estimativas de custo e prazo à contratada e, com base em tais estimativas, emite a Ordem de Serviço. O serviço é executado e disponibilizado em ambiente de homologação ao gestor, que faz a validação do produto. A documentação produzida é, então, disponibilizada à CGTI no repositório e o sistema é implantado em ambiente de produção.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

R: Sistemas de informação implantados em ambiente de produção no período:

Projeto	Resultado Esperado	Alinhamento PEI	Alinhamento PETI	Valor Orçado (Em R\$)	Valor Despendido (Em R\$)	Prazo I: Início F: FIM
CIE	Sistema em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	40.144,49	49.464,90	I: 13/10/2014 F: 27/02/2015
SISRH Módulo I	Módulo em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	58.984,00	58.984,00	I: 22/12/2014 F: 24/04/2015
PEAE Módulo II	Módulo em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	36.764,00	130.290,00	I: 18/02/2014 F: 29/07/2015
SCPD	Sistema em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	196.643,25	211.644,90	I: 21/08/2014 F: 30/07/2015
SRRP	Sistema em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	92.442,60	81.900,90	I: 10/02/2015 F: 30/07/2015
TL Módulo IV	Módulo em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	11.595,87	18.285,79	I: 22/04/2015 F: 25/09/2015
Portal ABCD	Site em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	63.024,00	117.500,68	I: 17/06/2015 F: 24/12/2015
Agenda de Autoridades	Sistema em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	39.023,01	47.837,52	I: 19/11/2015 F: 24/12/2015
SCABCD	Sistema em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	364.499,55	440.725,30	I: 30/06/2015 F: 24/12/2015
Evolutiva BM	Melhoria em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	13.717,50	16.507,50	I: 07/05/2015 F: 29/10/2015
Evolutiva AUT	Melhoria em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	21.610,47	93.084,66	I: 30/03/2015 F: 23/12/2015
Evolutiva LIE	Melhoria em produção	N/A	Objetivo Estratégico 1*	50.468,75	128.327,87	I: 20/02/2014 F: 24/12/2015

* Conforme o PETI 2013-2015, item 6, página 12, o Objetivo Estratégico nº 1 é “sustentar os mecanismos de incremento da cidadania e do potencial esportivo brasileiro promovidos pelo Ministério do Esporte.”

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

R: De maneira geral, são previstos nos contratos de TI mecanismos de transferência de conhecimento. Em relação ao desenvolvimento de novos sistemas, são elaborados manuais de usuário e toda a documentação produzida é armazenada no repositório do Ministério. Em alguns casos, o repasse é feito via treinamento a alguns servidores, porém estes não são responsáveis por executar diretamente o serviço.

8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

8.4.1 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

O tema em análise é hoje, sem dúvida, um dos temas mais importantes, não só em nosso país, mas no mundo como um todo, e desta forma este Ministério tem se preocupado e procurado observar as normas estabelecidas no Decreto 7.746/2012.

Apesar de reconhecer que estamos longe do ideal, temos procurado avançar no que diz respeito à Gestão Ambiental e Sustentabilidade, tanto que hoje em todas as contratações realizadas no âmbito desta unidade gestora há cláusulas nos editais observando os parâmetros estabelecidos pelo supracitado decreto. Como exemplo, foi iniciada a contratação de uma empresa para gerir a eficácia energética deste Ministério a fim de colaborar com esse relevante tema.

Também, procuramos separar todos os resíduos e encaminhamos a associações e cooperativas de catadores, conforme disposto no Decreto 5.940/2006.

Como vimos, estamos avançando em busca do ideal, cumprindo estritamente o disposto na lei e nos comprometemos a cada dia a atender todas as determinações.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Secretaria Executiva - SE

No exercício de 2015, a Secretaria Executiva do Ministério do Esporte recebeu 17 determinações/recomendações do Tribunal de Contas da União.

Das 17 determinações/recomendações encaminhadas, em uma foi solicitado reexame do processo.

Quadro 9.1 A – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
58005.006352/2015-01 - Anexo ao Memo nº 839/2015-SE/ME	2835/2015-TCU-Plenário	9.3; 9.31,9.32	0951/2015-TCU/Seinfra Urbana	14/12/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério do Esporte				
Descrição da determinação/recomendação				
ACÓRDÃO 2835 9.3. recomendar ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avaliem a conveniência e a oportunidade de adotar os seguintes procedimentos: 9.3.1. desenvolver estudos para regulamentar os critérios de balizamento da análise de viabilidade dos empreendimentos de infraestrutura esportiva, adotando níveis diferenciados de exigência de comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira por parte dos tomadores de recursos, de acordo com o porte e a natureza do objeto, sem prejuízo de considerar outros critérios que julgarem pertinentes, com vistas ao aperfeiçoamento dos controles internos atualmente existentes e à mitigação dos riscos de recorrência das irregularidades identificadas no caso do Estádio Olímpico e da Vila Olímpica de Parnaíba-PI; 9.3.2. desenvolver estudos para regulamentar os critérios e os procedimentos diferenciados de acompanhamento, no âmbito do ministério, aplicáveis às transferências de recursos em que for verificado o maior risco ou a maior envergadura (impacto), a exemplo dos projetos do estádio olímpico de Parnaíba e da Vila Olímpica de Parnaíba, com vistas ao aperfeiçoamento dos controles internos atualmente existentes e à mitigação dos riscos de recorrência das irregularidades identificadas nos referidos empreendimentos;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Ministério do Esporte solicitou pedido de reexame e até o momento o Tribunal de Contas da União não se manifestou.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
	2340/2015 - Plenário	9.6	Ofício 2890/2015-TCU/SECEX-SP de 5/10/2015	14/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério do Esporte				

Descrição da determinação/recomendação
Determinar ao Ministério do Esporte que, no prazo de 60 (sessenta) dias, comprove o ressarcimento do débito identificado no Grand Champions Brasil 2011 relativo a pagamentos à empresa Dacio Campos – Promoções Esportivas, no valor de R\$ 100.200,00, atualizado monetariamente desde 27/1/2011, ou comprove a instauração da TCE.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Em atendimento a Determinação do TCU esta Coordenação-Geral de Prestação de Contas encaminhou o respectivo comprovante de restituição do citado valor.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
	2599/2015 – 2ª Câmara e 5116/2014 – 2ª Câmara	1.8.1.1	Ofício 0337/2015-TCU/SecexEducação, de 9/6/2015	09/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério do Esporte				
Descrição da determinação/recomendação				
No prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, realize as análises técnica e financeira do Convênio n. 1/2006 e envie as conclusões para este Tribunal, contendo, obrigatoriamente, a justificativa da Sra. Sônia Maria da Silva, Diretora Presidente da Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos com Formação e Educação Ambiental - 100 Dimensão/DF, para a entrega intempestiva da prestação de contas do Convênio n. 1/2006;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em 14 de agosto de 2015, por meio do Ofício 472/2015/CGPCO/DGI/SE/ME encaminhamos o Relatório de TCE Complementar nº. 010/2015, contendo a análise pleiteada pelo TCU.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
	7794/2014 2ª Câmara	9.1	Ofício 2772/2014-TCU/SECEX-BA, de 11/12/2014	19/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria Executiva do Ministério do Esporte				
Descrição da determinação/recomendação				
<p><i>9.1. determinar ao Ministério do Esporte que informe no próximo Relatório de Gestão a ser encaminhado ao TCU:</i></p> <p><i>9.1.1. o cronograma detalhado das atividades voltadas à:</i></p> <p><i>9.1.2. sobre o exame da prestação de contas do convênio nº 748392, 748403, 755725 e 755726 e o resultado das tomadas de contas especiais eventualmente instaurada em face desses ajustes.</i></p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Sobre as Análises das Prestações de Contas dos Convênios nº. **748392/2010; 748403/2010 e 755725/2011** informamos o que segue:

a) **Convênio nº 748392/2010** – a prestação de contas foi **reprovada quanto ao cumprimento da execução física**, conforme o Parecer Técnico de Avaliação do Cumprimento do Objeto nº 61/2014 e **aprovada parcialmente** quanto à execução financeira, conforme o Parecer Financeiro nº 013/2016/CPREC/CGPCO/DGI/SE/ME, cópias anexas. Após a conclusão dos trâmites administrativos necessários, caso persista as irregularidades, será instaurada a tomada de contas especial.

b) **Convênio nº 748403/2010** – a prestação de contas **foi aprovada parcialmente** quanto à execução física e cumprimento do objeto, conforme Parecer Técnico nº 51/2014. Sobre o aspecto financeiro esta CGPCO constatou as irregularidades abordadas na Nota Técnica nº 17/2015/CPREC/CGPCO/DGI/SE/ME enviada ao Convenente por meio Ofício nº 59/2015/CGPCO/DGI/SE/ME, para regularização no prazo de 30 (trinta) dias. A Associação, por intermédio do Ofício nº 002/201-GAB/ACJ, em 20/3/15, apresentou documentos complementares e solicitou a aprovação integral da prestação de contas. Em 15/5/15, a CGPCO retornou o processo de prestação de contas à Secretária Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/ME (SNELIS) para reavaliação do cumprimento do objeto proposto. O referido processo não retornou a esta CGPCO até a presente data.

c) **Convênio nº 755725/2011** – teve a prestação de contas **reprovada** quanto à execução física e cumprimento do objeto, Parecer Técnico de Avaliação do Cumprimento do Objeto nº 05/2014, e quanto ao aspecto financeiro, Parecer Financeiro nº 197/2014-CPREC/CGPCO/DGI/SE/ME. No entanto, o Convenente, ao tomar conhecimento da reprovação, apresentou documentação complementar e esclarecimentos/justificativas, solicitando a reanálise da decisão da área técnica no sentido de aprovar o cumprimento do objeto. Em 30/01/15, o processo foi retornado à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social/ME (SNELIS), onde se encontra até o presente momento aguardando a reanálise.

Convênio nº 755726/2011, informamos conforme segue:

A Prestação de Contas foi avaliada pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS/ME) em 23/01/2014, quanto ao cumprimento do objeto proposto, tendo sido reprovada levando em conta os agravos apontados pela CGU durante a execução do convênio, conforme Parecer Técnico de Avaliação do Cumprimento do Objeto nº. 06/2014.

Na seqüência, após a concessão de prazo para defesa e regularização das contas por parte do Convenente, sem o devido saneamento, a Coordenação Geral de Prestação de Contas do Ministério do Esporte emitiu o Parecer Financeiro nº 041/2014-CPREC/CGPCO/DGI/SE/ME, de **reprovação da prestação de contas do convênio**.

Em 28/3/2014, a Convenente por meio do Ofício nº 003/201-GAB/ACJ, cópia anexa, apresentou justificativas/esclarecimentos e documentos complementares, inclusive as declarações com firma reconhecidas, emitidas pelos representantes legais das empresas participantes dos processos de Cotações de Preços nºs. 09/2011; 010/2011; 011/2011 e 012/2011 citados no Relatório da CGU.

Ao finalizar a reavaliação dos referidos documentos complementares a SNELIS/ME editou o Parecer Técnico de Reanálise do Cumprimento do Objeto nº 04/2014, no qual concluiu pela **aprovação parcial** da execução física e atingimento dos objetivos.

Em 26/3/2015, esta Coordenação Geral de Prestação de Contas notificou o Convenente a regularizar as impropriedades elencadas na Nota Técnica nº 48/2015, no prazo de dez dias a contar do recebimento. A Convenente solicitou cinco prorrogações de prazo para atender ao solicitado alegando dificuldade de conseguir os extratos bancários junto à instituição bancária e, posteriormente, apresentou Boletim de Ocorrência relatando a subtração de computador no qual continha documentos da prestação de contas do convênio nº 755726/2011.

A fim de melhor instruir a análise financeira esta CGPCO, por meio dos Ofícios nºs 154; 155; 156; 157; 158; 159/2016-CGPCO/DGI/SE/ME, encaminhou cópia dos documentos fiscais (faturas e notas fiscais) as Secretarias Municipais de Fazenda e a Secretaria de Estado da Fazenda na Bahia solicitando informações sobre a legalidade das empresas e autenticidades dos referidos documentos fiscais (cópias anexas).

A CGPCO também enviou, à Superintendência da Polícia Federal - Regional na Bahia, cópias dos referidos documentos fiscais e das declarações com firma reconhecidas, no intuito de apurar a legalidade e autenticidade dos documentos de prestação de contas apresentados pela Associação Cultural Jacuipense/BA, conforme Ofício nº 166/2016-

CGPCO/DGI/SE/ME.

Acrescentamos ainda que, esta Coordenação informou o Ministério Público Federal na Bahia acerca dos procedimentos adotados por este Ministério relativo à prestação de contas do Convênio nº 755726/2011, conforme cópia anexa do Ofício nº 175/2016-CGPCO/DGI/SE/ME.

Esta Coordenação, em atendimento ao Relatório de Ação de Controle – Fiscalização nº 201118752 – CGU, também prestou todas essas informações (citadas acima) à Controladoria-Geral da União (CGU), conforme o Ofício nº 184/2016/CGPCO/DGI/SE/ME.

Considerando que esta Coordenação Geral de Prestação de Contas, depende das informações dos órgãos consultados, supramencionados, para concluir a análise financeira da referida prestação de contas e, com base no art. 3º da Instrução Normativa – TCU nº 71/2012:

“(...) antes da instauração da tomada de contas especial, adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos.”

Informamos que, ante o exposto, a prestação de contas em tela encontra-se sobrestada nesta Coordenação Geral de Prestação de Contas. A conclusão será informada a esse Tribunal de Contas da União na Bahia – TCU.

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS

No exercício de 2015, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS recebeu três determinações/recomendações do Tribunal de Contas da União.

Das três determinações/recomendações encaminhadas, todas foram atendidas.

Quadro 9.1 A – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS					116516
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 023.277/2013-0	6408/2013	-	RE	Ofício 1598/2013-TCU/SECEX-PE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E MINISTÉRIO DO ESPORTE					116516
Descrição da Deliberação					
- A deliberação proferida e constante no Acórdão propõe o encaminhamento ao Ministério para consideração quando da análise da prestação de contas do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Caruaru (nº 757611/2011).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
CGCON e CGPCO/SE/ME					116516

36995
<p>Justificativa para o seu não Cumprimento:</p> <p>- Preliminarmente, tendo em vista que a vigência do convênio se encerra em 26/12/2015, após prorrogação de vigência, a análise da prestação de contas ainda não pode ser realizada.</p> <p>- Contudo, considerando que a denúncia diz respeito a obras que foram iniciadas em Caruaru e não foram finalizadas (promessa de campanha do prefeito), não se vislumbra qualquer causalidade com o desenvolvimento do Programa Segundo Tempo, objeto do convênio em tela.</p>
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p> <p>- Embora ainda não seja possível a apreciação das contas do convênio em questão, há que se registrar que a execução das parcerias firmadas no âmbito do Programa Segundo Tempo são sistematicamente acompanhadas/avaliadas, de forma a permitir as intervenções cabíveis durante o curso do seu desenvolvimento.</p>

Caixa Econômica Federal

No exercício de 2015, a Caixa Econômica Federal - CEF recebeu nove determinações/recomendações do Tribunal de Contas da União.

Das nove determinações/recomendações encaminhadas, seis foram atendidas.

Quadro 9.1 A – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
019.153/2015-5	8654/2015–TCU–2ª CÂMARA	1.7.1	ATA Nº 34	29/09/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Trata-se de representação apresentada pelo município de Custódia/PE, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na execução do Contrato de Repasse 228055-79 – SIAFI 613183 firmado entre o município de Custódia/PE e o Ministério dos Esportes, através da Caixa Econômica Federal, que tinha como objeto a construção de uma quadra poliesportiva.				
Descrição da determinação				
“1.7.1 Envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao representante da Caixa Econômica Federal e ao Ministério dos Esportes, determinando à CAIXA que promova a devida apuração das falhas indicadas na presente representação e que no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, informe o TCU sobre os resultados das providências adotadas, até mesmo no âmbito da referida TCE.”				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>AÇÃO Nº 1 Encaminhado, pela GENEf, ao TCU o Ofício nº 0003/2016/SUAFI, a seguir transcrito.</p> <p>1. Em atendimento à solicitação contida no item 1.7.1 do Acórdão acima referenciado, por meio do qual essa Corte determina à CAIXA apresentar as providências adotadas relativas ao contrato de repasse nº 228.055-79/2007 (SIAFI 613183), firmado com o Município de Custódia/PE, informamos a instauração do processo de Tomada de Contas Especial - TCE em 21/10/2015 sob o nº 188/2015/GENEf/SUAFI/CAIXA.</p> <p>2. O motivo para instauração da TCE foi a não conclusão do objeto contratado, tendo como base os pareceres das áreas técnicas do concedente nas fases de fiscalização da execução do objeto, e de análise da prestação de contas, onde constatou-se que o objeto não apresentava funcionalidade, não atingindo o objetivo social proposto no plano de trabalho.</p> <p>3. O dano ao Erário apurado foi de R\$ 57.086,58, cujo valor atualizado pelo período de 25/08/2011 a 22/10/2015, sem a incidência de juros de mora, foi de R\$ R\$ 74.481,16, sob a responsabilidade do Sr. Nemias Gonçalves de Lima e do Sr. Luiz Carlos Gaudencio de Queiroz, ex-prefeito e atual prefeito do Município de Custódia/PE.</p> <p>4. Diante do exposto e com base nos documentos constantes no processo que enviamos em anexo (mídia), os autos da TCE foram arquivados nesta Caixa Econômica Federal, até a quitação do débito pelos agentes responsabilizados, uma vez que o valor atualizado do débito não atingiu o limite mínimo estabelecido para encaminhamento a esse Tribunal (R\$ 75.000,00), conforme determina Instrução Normativa nº 71/2012 do TCU.</p> <p>5. Por fim, informamos que os agentes responsáveis foram comunicados por meio dos Ofícios nº 1896/2015 e nº 1897/2015, em 04/11/2015, para solução das pendências, pagamento do débito ou apresentação de defesa. Ressaltamos que, caso não haja manifestação dos interessados, após vencido o prazo de 75 (setenta e cinco) dias contados a partir da data de ciência da notificação, os responsáveis serão inscritos no Cadastro Informativo dos débitos não quitados de</p>				

órgãos e entidades federais – CADIN.				
Síntese dos Resultados Obtidos: Instauração de TCE				
Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
003.714/2013-6	2987/2015–TCU–PLENÁRIO	9.6	ATA Nº46	18/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Trata-se de auditoria referente às obras de reforma e construção do Complexo Esportivo Canarinho, em Boa Vista/RR, realizada em cumprimento ao Acórdão 448/2013 – Plenário, no âmbito do Fiscobras 2013.				
Descrição da determinação				
“9.6. determinar à Caixa Econômica Federal que, nas futuras transferências de recursos efetuadas com base no Contrato de Repasse 3227.0348.435-05/2010, efetue a glosa do valor de R\$ 5.751.645,16 cinco milhões, setecentos e cinquenta e um reais, seiscentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) em relação às obrigações da União, correspondente ao sobrepreço identificado no Contrato 3/2012 e nos respectivos termos aditivos, celebrados pelo Estado de Roraima/RR com a empresa Coema Paisagismo, Urbanismo e Serviços Ltda., de modo que o somatório de todas as parcelas já repassadas e das que forem transferidas doravante até o final da execução contemplem a redução do montante do sobrepreço apontado na coluna “Sobrepreço (MLPG)” da Tabela constante da peça 283, pp. 35/37 e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência deste Acórdão, documentação comprobatória das providências adotadas;”				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>AÇÃO Nº 1 Encaminhado ofício 2259/2015/SN de Transferência de Recursos Públicos ao TCU, transcrito abaixo:</p> <p>1. Em atendimento ao ofício 920/15/SeinfraUrbana, que encaminha Acórdão 2987/15, acerca de possíveis irregularidades na Execução do CR 348435-05, de acordo com a Gerência de Governo em Boa Vista, corroboradas pela Gerência Nacional de Padronização e Normas Técnicas (GEPAD), informamos o que segue:</p> <p>1.1. Item 9.4: reiterar determinação à Caixa Econômica Federal no sentido de que incorpore os novos quantitativos da estrutura metálica aprovados por sua equipe técnica ao orçamento contratado e informe o Tribunal as providências levadas a efeito no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência deste Acórdão;</p> <p>1.1.1. Posição CAIXA: No Acórdão 565/2014-Plenário, determinou-se à CAIXA analisar o novo Projeto de Estrutura Metálica de forma a conferir os quantitativos e a adotar as providências de sua alçada, se fosse o caso, para que a nova confrontação da estrutura metálica fosse incorporada ao orçamento contratado. Na conferência do atendimento daquele comando, a SecobEdif apontou a pendência, agora reiterada em 9.4.</p> <p>1.1.2. Em observância às recomendações da Unidade Técnica dessa Corte de Contas, e atendendo à requisição desta Instituição, o Governo do Estado de Roraima providenciou ajustes no orçamento do Contrato Administrativo CTEF 03/2012 (CP 28/2011) (Governo de Roraima e Coema), que resultaram na planilha de 21 páginas, no valor total de R\$ 30.673.198,22, anexa, aceita pela CAIXA.</p> <p>1.2. Item 9.6: determinar à Caixa Econômica Federal que, nas futuras transferências de recursos efetuadas com base no Contrato de Repasse 3227.0348.435-05/2010, efetue a glosa do valor de R\$ 5.751.645,16 (cinco milhões, setecentos e cinquenta e um reais, seiscentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) em relação às obrigações da União, correspondente ao sobrepreço identificado no Contrato 3/2012 e nos respectivos termos aditivos, celebrados pelo Estado de Roraima/RR com a empresa Coema Paisagismo, Urbanismo e Serviços Ltda., de modo que o somatório de todas as parcelas já repassadas e das que forem transferidas doravante até o final da execução contemplem a redução do montante do sobrepreço apontado na coluna “Sobrepreço (MLPG)” da Tabela constante da peça 283, pp. 35/37 e encaminhe ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência deste Acórdão, documentação comprobatória das providências adotadas;</p> <p>1.2.1. Posição CAIXA: Após a aprovação pela CAIXA da reprogramação, o contrato passou a vigor com os seguintes valores expressos no quadro abaixo, na coluna “Valor Alterado”:</p> <p>Valores contratados CAIXA x Estado -% - Valor Alterado Contrapartida, Solicitação Tomador - %</p> <p>Repasse (R\$) --28.950.000,00 - 76,64 - 28.950.000,00 - 89,35</p> <p>Contrapartida (R\$) --8.824.604,52 - 23,36 - 3.450.670,65 - 10,65</p> <p>Total (R\$) --37.774.604,52 - 100,00 - 32.400.670,65 - 100,00</p> <p>1.2.2. Lembramos que, para a alteração supra, foi adotada a condição operacional normativa que admite reduzir o valor da contrapartida até o limite percentual mínimo estabelecido na LDO, nos casos em que a licitação da obra necessária ao alcance das metas do objeto da operação resultar em valor inferior ao estimado. Assim, no presente caso, após ajuste do valor do contrato administrativo, e considerada a contrapartida mínima na LDO de 10%, atendemos à solicitação do Governo do Estado, reduzindo a contrapartida para 10,65% em relação ao valor de investimento.</p> <p>1.2.3. Considerando os valores atuais vigentes dos contratos administrativos de execução de obra e gerenciamento de obra, respectivamente R\$ 30.673.198,22 e R\$ 754.000,00, que totalizam R\$ 31.427.198,22, após os ajustes recomendados por esse Egrégio Tribunal, o Contrato de Repasse – CR tem saldo atual de R\$ 973.472,43, assim demonstrado:</p>				

<p>Valor vigente no CR (R\$) - Valores licitados contratados (R\$)</p> <p>Repassse --28.950.000,00 - 27.976.527,57</p> <p>Contrapartida --3.450.670,65 - 3.450.670,65</p> <p>Total --32.400.670,65 - 31.427.198,22</p> <p>Saldo do contrato -- 973.472,43</p> <p>1.2.4. Conforme condição normativa operacional, o saldo dos recursos liberados pelo Ministério Gestor do Programa e os rendimentos de aplicação financeira podem ser utilizados, exclusivamente, no objeto pactuado, mediante proposta formulada pelo Tomador e desde que haja manifestação técnica favorável, visando ampliação de meta originalmente aprovada.</p> <p>1.2.5. Em 23/11/2015, o Governo do Estado encaminhou à CAIXA proposta de reprogramação do CR para utilização do saldo na ampliação de metas, com o fito de garantir a funcionalidade do objeto, pedido esse cujas justificativas estão em análise e compreendem, principalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • incluir pó de brita no entorno do campo para evitar crescimento de vegetação; • ampliar a quantidade de guarda-corpos; • substituir forro em placas de gesso, por gesso acartonado; • aplicar piso de grama sintética nas áreas junto ao banco dos reservas e nas laterais do campo de futebol; • instalar janelas em ambientes que antes não as previam; • remanejar tipo/espço entre cadeiras (assentos) para atender às normas de acessibilidade, principalmente pessoas obesas e com mobilidade reduzida. <p>1.2.6. Por fim, ressaltamos que na redução do valor do Contrato Administrativo 3/2012 do Estado de Roraima/RR com a empresa Coema Paisagismo, Urbanismo e Serviços Ltda, ao ser subtraído R\$ 5.751.645,16 desse acordo, este ato da administração estadual satisfaz a determinação da glosa explicitada no item 9.6, em apreço.</p> <p>Síntese dos Resultados Obtidos: Adequação dos orçamentos conforme determinação.</p>
--

Caracterização da determinação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da Ciência
013.638/2013-0	2835/2015–TCU–PLENÁRIO	9.2/ 9.2.1/ 9.2.2/ 9.2.2.1/ 9.2.2.2/ 9.3/ 9.3.1/ 9.3.2/ 9.5/ 9.5.1/ 9.5.2	ATA Nº 44/2015	04/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Trata-se de Auditoria realizada nas obras de construção da Vila Olímpica em Parnaíba/PI.				
Descrição da determinação				
<p>“9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram implementadas integralmente, pelo Ministério do Esporte e pela Caixa Econômica Federal, as medidas corretivas indicadas pelo TCU para sanear os indícios de irregularidades graves que se enquadram no disposto no inciso IV, do § 1º, do art. 112 da Lei 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (LDO 2015), relativos à ausência de adequados estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira, apontados no Contrato de Repasse 281.826-06/2008 (Siafi 645528), referente aos projetos do Estádio Olímpico de Parnaíba-PI, e no Contrato de Repasse 334.262-25/2010/ME/CAIXA (Siafi 743253), referente aos projetos e obras da Vila Olímpica de Parnaíba-PI, de modo que, assim, subsistem os indícios de IGP, salientando que o TCU reavaliará a recomendação de paralisação, caso o Ministério do Esporte, conjuntamente com a Caixa Econômica Federal, adote as seguintes medidas corretivas:</p> <p>9.2.1. relativamente ao Contrato de Repasse 281.826-06/2008/ME/CAIXA (Siafi 645528), que abarca os projetos do Estádio Olímpico: apresente documentação oficial que ateste a efetiva desconstituição do instrumento de transferência de recursos federais;</p> <p>9.2.2. relativamente ao Contrato de Repasse 334.262-25/2010/ME/CAIXA (Siafi 743253), que abarca os projetos e as obras da Vila Olímpica:</p> <p>9.2.2.1. apresente um plano de ação contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) as ações a serem adotadas para tratamento dos problemas identificados, desde a presente data até a entrada em funcionamento do empreendimento; (ii) os responsáveis pelas ações; e (iii) os prazos para implementação;</p> <p>9.2.2.2. manifeste-se sobre a viabilidade econômico-financeira do empreendimento, contemplando, expressamente, os pontos indicados no item 9.3 do Acórdão 2.394/2013-Plenário;</p> <p>9.3. recomendar ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avaliem a conveniência e a oportunidade de adotar os seguintes procedimentos:</p> <p>9.3.1. desenvolver estudos para regulamentar os critérios de balizamento da análise de viabilidade dos empreendimentos de infraestrutura esportiva, adotando níveis diferenciados de exigência de comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira por parte dos tomadores de recursos, de acordo com o porte e a natureza do objeto, sem prejuízo de considerar outros critérios que julgarem pertinentes, com vistas ao aperfeiçoamento dos controles internos atualmente existentes e à mitigação dos riscos de recorrência das irregularidades identificadas no caso do Estádio Olímpico e da Vila Olímpica de Parnaíba-PI;</p>				

9.3.2. desenvolver estudos para regulamentar os critérios e os procedimentos diferenciados de acompanhamento, no âmbito do ministério, aplicáveis às transferências de recursos em que for verificado o maior risco ou a maior envergadura (impacto), a exemplo dos projetos do estádio olímpico de Parnaíba e da Vila Olímpica de Parnaíba, com vistas ao aperfeiçoamento dos controles internos atualmente existentes e à mitigação dos riscos de recorrência das irregularidades identificadas nos referidos empreendimentos;

9.5. conceder ao Ministério do Esporte e à Caixa Econômica Federal, prazo adicional de 60 dias, contados da notificação, para que apresentem o devido plano de ação, em cumprimento ao item 1.8.1 do Acórdão 2.134/2014-Plenário, notificando-os, com fundamento no art. 179, § 6º, do Regimento Interno do TCU, de que esse plano deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações previstas na Resolução TCU 265, de 9 de dezembro de 2014:

9.5.1. ações a serem adotadas para o tratamento dos problemas identificados, desde a presente data até a entrada em funcionamento do empreendimento;

9.5.2. indicação dos prazos a serem cumpridos e dos gestores responsáveis pelo implemento das ações referidas no subitem anterior;”

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Providências a serem implementadas:

AÇÃO Nº 1 Encaminhado ao TCU ofício 152/16/SN de Transferência de Recursos, a seguir transcrito:

1. Em atendimento ao ofício 950/15/SeinfraUrbana, acerca da determinação contida no acórdão 2835/15, de acordo com a Gerencia de Governo em Teresina, anexamos o Plano de Ação elaborado pela Fundação do Esporte do Piauí – FUNDESPI.
 - 1.1 A FUNDESPI encaminhou a documentação constante no item 1 do Plano de Ação, na data prevista, 18/12/2015, no entanto, as peças enviadas não permitiram a análise conclusiva, portanto impossibilitando a autorização para nova licitação da primeira etapa de obra e licitação do restante dos equipamentos da Vila Olímpica de Parnaíba/PI.
 - 1.2 A CAIXA enviou, em 28/12/2015, o Ofício GIGOVTE Nº 2881/2015, anexo, com indicação de quais itens devem ser complementados, estando ainda no aguardo para a finalização da análise.
2. Colocamo-nos a disposição para outros esclarecimentos.

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Secretaria Executiva - SE

No Exercício de 2015, a Secretaria Executiva do Ministério do Esporte recebeu 70 recomendações da Controladoria–Geral da União.

Das 70 recomendações encaminhadas, uma, o documento 58005.006050/2015-25, ainda está no prazo de atendimento, por isso ainda não houve resposta para o assunto.

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR

No Exercício de 2015, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento – SNEAR recebeu 28 recomendações da Controladoria–Geral da União.

Sendo que, das 28 recomendações encaminhadas, quatro estão canceladas, duas estão atendidas, duas estão consolidadas e 20 em monitoramento.

Lembrando que a SNEAR possui carências relevantes relacionadas ao quantitativo de sua força de trabalho, insuficiente para fazer face às suas atribuições. Mas, que todas as recomendações emanadas pela CGU são devidamente tratadas e acolhidas.

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS

No Exercício de 2015, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNE LIS recebeu 17 recomendações da Controladoria–Geral da União que foram atendidas e 7 que ainda encontram-se pendentes de atendimento, conforme detalhamento abaixo.

Quadro 9.2 A – Deliberações da CGU que permanecem pendentes de cumprimento

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Demandas Externas nº 00202.000281/2011-95	3.1.1.3 e 3.1.1.4	Ofício 4049/2014/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
<p>3.1.1.3 CONSTATAÇÃO (contratação de profissionais com acumulação de carga horária (incluindo outros vínculos) acima de 60h semanais)</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 1 Recomenda-se ao Ministério do Esporte que inste o conveniente a comprovar a carga horária desenvolvida pelos profissionais contratados, em especial no intuito de embasar, caso se aplique, a devolução ao Erário de recursos que não tenham sido utilizados para a consecução dos objetivos propostos na avença, considerando os fatos descritos nos atos de aprovação da prestação de contas do ajuste.</p> <p>3.1.1.4 CONSTATAÇÃO (produtos alimentícios adquiridos e não distribuídos aos núcleos)</p> <p>RECOMENDAÇÃO : 1 Recomenda-se ao Ministério do Esporte que inste o conveniente a comprovar a distribuição dos gêneros alimentícios adquiridos, em especial no intuito de embasar, caso se aplique, a devolução ao Erário de recursos que não tenham sido utilizados para a consecução dos objetivos propostos na avença, considerando os fatos descritos nos atos de aprovação da prestação de contas do ajuste.</p>			
Providências Adotadas			
<p>Síntese da Providência Adotada</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 1 (CONSTATAÇÃO 3.1.1.3): numa análise preliminar e considerando que antes do recebimento do Relatório em tela, fora emitido o Parecer de Avaliação de Cumprimento do Objeto nº 2/2013, no qual restou comprovada a contratação de recursos humanos para a execução do Programa Segundo Tempo em conformidade com as diretrizes norteadoras do Programa. Contudo, a Controladoria Geral da União recomendou que a conveniente fosse diligenciada a fim de apresentar documentos comprobatórios das situações evidenciadas. Com efeito, a entidade foi diligenciada por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal/SICONV e por meio do Ofício nº 15/2014-CGFISCO foi concedido prazo para a entidade se manifestar. Todavia, em virtude da não manifestação da conveniente, tal diligência foi reiterada, estando, atualmente, em curso o novo prazo dado (encerrar-se-á no dia 22/12/2014).</p> <p>RECOMENDAÇÃO : 1 (CONSTATAÇÃO 3.1.1.4): De acordo com a documentação inserida no SICONV pela conveniente, a área técnica avaliou que a entidade adquiriu os alimentos pactuados de acordo com o cardápio, tendo os beneficiados recebido o reforço alimentar. Contudo, a Controladoria Geral da União recomendou que a conveniente fosse diligenciada a fim de apresentar documentos comprobatórios das situações evidenciadas. Com efeito, a entidade foi diligenciada por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal/SICONV e por meio do Ofício nº 15/2014-CGFISCO foi concedido prazo para a entidade se manifestar. Todavia, em virtude da não manifestação da conveniente, tal diligência foi reiterada, estando, atualmente, em curso o novo prazo dado (encerrar-se-á no dia 22/12/2014).</p>			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGFISCO			116516
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise e emissão de Parecer de Avaliação do Cumprimento do Objeto anterior ao surgimento das constatações. Entidade reiteradamente diligenciada a prestar as informações solicitadas, encontrando-se, por ora, no decurso do segundo prazo concedido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

2	Relatório de Auditoria nº 201109380	III - Conclusão	Ofício 8971/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
III – Conclusão (...) Conclui-se, dessa forma, pela necessidade de consideração, pelo Ministério do Esporte, dos apontamentos apresentados neste relatório, na ocasião da análise/reanálise das prestações de contas dos convênios em tela, assim como na avaliação dos controles internos relativos aos procedimentos inerentes à formalização, acompanhamento e aprovação de ajustes dessa natureza.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS e CGPCO/SE/ME			116516 36995
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O Relatório de Auditoria especificado determinou a análise/reanálise das contas de todos os convênios firmados entre o Ministério do Esporte e as seguintes entidades: ONG Bola pra Frente, FAMEPI e Instituto Contato. Remanescem para 2015 a análise do Aspecto Técnico da PCF dos convênios firmados com as entidades FAMEPI e Instituto Contato, de responsabilidade desta Secretaria. Cumpre informar que, em consequência disso, também não foi promovida a análise do Aspecto Financeiro (de competência da CGPCO/SE/ME), uma vez que realizada somente na sequência. Contudo, ressaltamos que a análise/reanálise quanto ao cumprimento do objeto da PCF dos referidos convênios já se encontram em andamento, exceto a do Convênio nº 702201/2008, firmado com o Instituto Contato, uma vez que a entidade, até o presente momento, não prestou contas da avença. Quanto ao convênio nº 725057/2009, firmado com a FAMEPI/PI, registre-se que fora encaminhado para a CGPCO para registro de inadimplência no SIAFI e consequente instauração de Tomada de Contas Especial, em virtude de a conveniente não ter atendido às diligências para complementação de informações imprescindíveis para análise e emissão de parecer técnico.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Embora esta unidade tenha empreendido esforços com vistas ao atendimento integral da determinação em tela, em virtude das dificuldades da área (pequeno quadro de pessoal para fazer frente ao grande volume de demandas), bem como a ausência de manifestação dos convenientes, restam para 2015 as análises/reanálises dos convênios firmados com as entidades FAMEPI e Instituto Contato. Ademais, há que se registrar que para tais análises se faz necessário um tempo maior, dada a complexidade em virtude dos indicativos de irregularidades apontados pela CGU e, ainda, do volume de documentos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	-----	3	Ofício nº 25945/2013/ DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
3. Dessa forma, considerando a responsabilidade ministerial pelo controle primário no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do Decreto-Lei nº 200/67, encaminho a Vossa Senhoria cópia anexa da mencionada denúncia, para que as situações apresentadas sejam consideradas por esse Ministério por ocasião da análise da prestação de contas dos ajustes, de forma a assegurar a regular aplicação dos recursos e cumprimento dos seus objetos e objetivos, mantendo-se os devidos registros.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS e CGPCO/SE/ME			116516 36995
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Registre-se que até a presente data a Prefeitura Municipal de Umarizal não apresentou sua prestação de contas do			

Convênio nº 739435/2010, em descumprimento do estabelecido na norma vigente (Art. 72, da PI nº 507/2011), razão pela qual restou pendente a respectiva apreciação da execução física sob a responsabilidade desta UPC e consideração de todos os apontamentos da denúncia.

Embora a CGPCO/SE/ME tenha procedido à inadimplência da entidade junto ao SIAFI, por omissão do dever de prestar contas, tal inadimplência foi “suspensa” em virtude de Ação de Ressarcimento impetrada contra o ex-gestor.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Em face da não apresentação da Prestação de Contas Final, não há como a unidade proceder à análise do aspecto técnico (a teor do disposto no Art. X da PI nº 507/2011).

Ademais, em face da Ação de Ressarcimento contra o ex-gestor e, por consequência, a suspensão da inadimplência, caberá agora à CGPCO/SE/ME proceder à notificação do ex-prefeito para regularizar a situação e, em caso de descumprimento, adotar as medidas cabíveis para a instauração da TCE.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	-----		Ofício nº 11443/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
Solicita que seja informada a situação atual da análise da prestação de contas do convênio 722279/2009, bem como os motivos para a não conclusão do ajuste, e que sejam encaminhadas cópias dos pareceres de análise da prestação de contas eventualmente produzidos, considerando os prazos assinalados na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127/2008 para a apresentação e para a análise da prestação de contas de convênios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS			116516
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Registre-se que a análise do cumprimento do objeto do referido convênio já foi iniciada. Contudo, computando-se os dados dos documentos encaminhados identificou-se a necessidade de complementação de informações. Desta forma, a conveniente foi diligenciada, conforme o Ofício nº 193/2015-CGFISCO/DEGEP/SNELIS/ME. A conveniente ainda não encaminhou as documentações pendentes. Em complementação.			
A Prestação de Contas do referido Convênio foi analisada e emitido o Parecer Técnico de Avaliação do Cumprimento do Objeto nº 64/2015. Na sequência, encaminhamos para a Coordenação Geral de Prestação de Contas para análise de parecer financeiro-cont			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em face não da apresentação das documentações complementares, não há como a unidade proceder à análise do aspecto técnico em tempo hábil.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	-----		Ofício nº 11437/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
Solicita que seja informada a situação atual da análise da prestação de contas do convênio 700393/2008, bem como os motivos para a não conclusão do ajuste, e que sejam encaminhadas cópias dos pareceres de análise da prestação de			

contas eventualmente produzidos, considerando os prazos assinalados na IN/STN nº 01/97 para a apresentação e para a análise da prestação de contas de convênios.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
CGCON/SNELIS	116516
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Registre-se que a análise do cumprimento do objeto do referido convênio já foi iniciada. Contudo, computando-se os dados dos documentos encaminhados identificou-se a necessidade de complementação de informações. Desta forma, a conveniente foi diligenciada, conforme o Ofício nº 193/2015-CGFISCO/DEGEP/SNELIS/ME. <i>Prestação de contas enviada para a análise.</i>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Apesar de a conveniente ter inserido a prestação de contas no SICONV, os autos do processo encontram-se na Coordenação Geral de Prestação de Contas – CGPCO, vinculado à Secretaria Executiva deste Ministério. Informamos então que assim que a prestação de contas do convênio acima mencionado seja encaminhada para esta Unidade Gestora, o mesmo será enviado para análise e apreciado em caráter prioritário.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	-----		Ofício nº 8637/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Descrição da Recomendação			
Solicita que seja informada a situação atual da análise da prestação de contas do convênio 284/2005, bem como os motivos para a não conclusão do ajuste, e que sejam encaminhadas cópias dos pareceres de análise da prestação de contas eventualmente produzidos, considerando os prazos assinalados na IN/STN nº 01/97 para a apresentação e para a análise da prestação de contas de convênios.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGCON/SNELIS			116516
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Registre-se que a análise do cumprimento do objeto do referido convênio já foi iniciada, emitindo-se o PARECER DE AVALIAÇÃO DO ESPECTO TÉCNICO Nº 90/2010. Posteriormente, o processo foi encaminhado à CGPCO – Coordenação Geral de Prestação de Contas para análise quanto ao aspecto financeiro. Contudo, tendo em vista pela reprovação da execução física do convênio, a conveniente solicitou a reanálise da prestação de contas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Convênio nº 284/2005 está sendo reanalisado em caráter prioritário e, tão logo seja emitido o parecer respectivo, este será encaminhado à CGU para a adoção de medidas pertinentes.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS			116516
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	-----		Ofício nº 22557/2015/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS		116516
Descrição da Recomendação		
Solicita que seja informada a situação atual da análise da prestação de contas do convênio 72375/2010, bem como acerca da execução do objeto.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
CGCON/SNELIS		116516
Justificativa para o seu não Cumprimento		
A prestação de contas do convênio acima mencionado foi enviada para análise e será apreciado em caráter prioritário.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Informamos que tão logo seja emitido o parecer de cumprimento do objeto, este será encaminhado à CGU para a adoção de medidas pertinentes.		

Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT

O OCI encaminhou o Ofício nº 21955/2015/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, solicitando providências atualizadas para as recomendações exaradas no Relatório nº 201405736, as quais perfazem um total de nove recomendações, que foram devidamente atendidas por meio do Ofício nº 130/2015/SNFDT/ME de 23 de novembro de 2015.

9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Quadro 9.3 A – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
Recebimento do Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
1	2	1	15					21

***Razões:** As Prestações de Contas dos 15 (quinze) processos citados foram Reprovadas, contudo, as instaurações das Tomadas de Contas Especiais se encontram em curso. (será observado o prazo de 180 dias citado na norma)

Fonte: Pareceres Financeiros e Relatórios de TCE (casos de convênios e instrumentos congêneres) ; Processo 58000.002192/2002-49 (caso de contrato administrativo).

A estrutura de acompanhamento e controle para apuração dos casos em que são apurados atos passíveis de medidas administrativas faz parte da SE. Esses casos são encaminhados à Coordenação de Contabilidade (CCONT), se relacionados a contratos administrativos, e à CGPCO (Coordenação-Geral de Prestação de Contas), se relacionados a convênios e instrumentos congêneres.

9.9 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

O rito estabelecido no supracitado artigo determina uma ordem cronológica no tocante aos pagamentos das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. Nesse contexto, informamos que procuramos seguir rigorosamente

o determinado na lei e, caso ocorra qualquer alteração no cronograma de pagamento, nos comprometemos a apresentar todas as explicações e justificativas.

9.13 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Nesse ponto, cabe informar que o Ministério do esporte não tem nenhum contrato passivo a revisão no que diz respeito à desoneração de pagamento proporcionada pelo artigo 7º da Lei 12.546/2011 e pelo artigo 2 do decreto 7.828/2012.

9.14 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Quadro 9.14 A - Despesas com publicidade

Publicidade	Nº Contrato	Vigência		Valor Contrato	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Utilidade Pública	Contrato nº 14/2011 PPR Profissionais de Publicidade Reunidos S.A.	11/04/2015	10/04/2016	R\$ 55.312.500,00	27131.2123.4641.00001	R\$ 14.929.357,00	R\$ 10.101.817,88
Utilidade Pública	Contrato nº 13/2011 Fields Comunicação Ltda	01/04/2015	31/03/2016		27131.2123.4641.00001	R\$ 31.500.000,00	R\$ 26.728.206,65

Análise de resultados

As ações de comunicação sobre Olimpíadas do Ministério do Esporte informaram à população os benefícios que os investimentos do Governo Federal trazem ao país.

A Ação Grito de Paz contribui no esforço de redução da violência nos estádios de futebol.

A Campanha #soumaiseu informou aos atletas e a suas equipes de treinamento sobre necessidade do jogo limpo e sem doping e onde buscar informações sobre o assunto.

Com a divulgação dos 1º Jogos Mundiais dos Povos Indígenas se promoveu o respeito à diversidade e à cultura indígena no Brasil.

As ações de comunicação do Bolsa Atleta informaram aos atletas brasileiros a disponibilidade de bolsas para financiar seus treinamentos.

11. ANEXOS E APÊNDICES

ROL DE RESPONSÁVEIS

17. Relatório de instância ou área de correção

20. Declarações de integridade

20.1 INTEGRIDADE E COMPLETEZ DAS INFORMAÇÕES DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

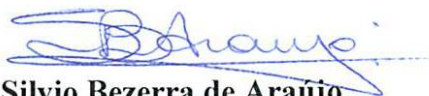
Secretaria Executiva - SE

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Silvio Bezerra de Araújo**, CPF nº **398.036.781-91**, **Coordenador Geral**, exercido na Coordenação Geral de Prestação de Contas – CGPCO/DGI/SE-ME declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a Prestações de Contas de Convênios firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2005 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 17 de março de 2016.



Silvio Bezerra de Araújo

CPF: 398.036.781-91

Coordenador Geral de Prestação de Contas

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, **PEDRO PAULO SETTE DE MORAES**, CPF nº 505.678.021-91, **Coordenador de Gestão de Compras e Contratações do Ministério do Esporte**, declaro junto aos Órgãos de Controle Interno e Externo que foram efetivamente assinados 25* (vinte e cinco) Contratos no exercício de 2015 nesta pasta. Com exceção de Contratos provenientes de Regime Diferenciado de Contratação- RDC realizados na forma presencial, Contratos n.ºs 15/2015 e 19/2015, que não são reconhecidos pelo SIASG, portanto, não passíveis de registro e contratos n.ºs 23/2015 e 27/2015, que apresentaram inconsistência de registro no Sistema e estão sendo normalizados junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão- MPOG, todos os demais foram devidamente registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, a fim de cumprir o que estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 24 de março de 2016.



PEDRO PAULO SETTE DE MORAIS
CPF 505.678.021-91

Coordenador de Gestão de Compras e Contratações

*** - a numeração de contratos é feita via GPROD - Sistema de Protocolo do ME, motivo pelo qual pode apresentar lacunas nas numerações.**

DECLARAÇÃO

Eu, Gustavo de Carvalho Linhares, CPF n. 122.802.398-09, Diretor do Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos, exercido na Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 23 de fevereiro de 2016.



GUSTAVO DE CARVALHO LINHARES

CPF N.º 122.802.398-09

Diretor

Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Eventos

Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNELIS

Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, NATHALIA CORRÊA DE SOUZA, CPF nº 890.852.132-15, Coordenadora Geral de Acompanhamento, Controle e Fiscalização de Programas, exercido na Diretoria de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de fevereiro de 2016.


NATHALIA CORRÊA DE SOUZA

890.852.132-15


Coordenadora Geral

Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, MARIA SUSANA GOIS DE ARAÚJO, CPF nº 539.664.731-00, Coordenadora Geral de Acompanhamento Operacional, exercido na Diretoria de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 22 de fevereiro de 2016.


MARIA SUSANA GOIS DE ARAÚJO
539.664.731-00
Coordenadora Geral

Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, VÍVIAN AMORIM FERREIRA DA CRUS, CPF nº 923.729.881-15, Coordenadora de Formalização, exercido na Diretoria de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.


Brasília, 22 de fevereiro de 2016.


VÍVIAN AMORIM FERREIRA DA CRUS
923.729.881-15
Coordenadora

DECLARAÇÃO

Eu, **Sostenes Marchezine De Araujo Santos**, CPF nº **034.666.935-94**, **Diretor do Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor**, exercido na **Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2016.



SOSTENES MARCHEZINE DE ARAUJO SANTOS
CPF nº 034.666.935-94
Diretor do Departamento de Defesa dos Direitos do Torcedor
Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
Ministério do Esporte

Caixa Econômica Federal

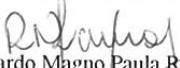
Declaração de inserção e atualização de dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ricardo Magno Paula Ramos, CPF nº 484.418.301-00, Gerente Nacional (Ordenador de Despesas), exercido na UG 180006 – MIN ESPORTE, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos de repasse, firmados até o exercício de 2015 na citada Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Ressalvo que esta Caixa Econômica Federal não é órgão integrante do Sistema de Serviços Gerais – SISG, da Administração Pública Federal, e, conforme arts. 2º e 8º do Decreto nº 1.094/94, está dispensada da alimentação de dados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Brasília, 09 de março de 2016.



Ricardo Magno Paula Ramos
CPF nº 484.418.301-00
Ordenador de Despesas
UG 180006

20.2 INTEGRIDADE E COMPLETEZUE DOS REGISTROS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE APRECIACÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Ministério do Esporte estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 08 de março de 2016.


MARIA APARECIDA FILGUEIRA ANTUNES
CPF: 296.256.021-00
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

20.3 INTEGRIDADE E COMPLETEZ DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANDO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Ministério do Esporte obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 08 de março de 2016.

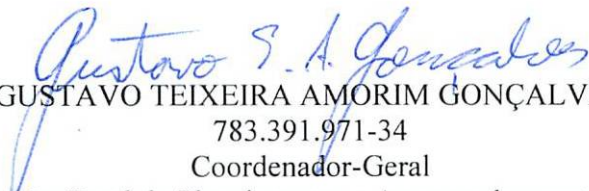

MARIA APARECIDA FILGUEIRA ANTUNES
CPF: 296.256.021-00
Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

20.4 INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.


Brasília, 30 de março de 2016.


GUSTAVO TEIXEIRA AMORIM GONÇALVES
783.391.971-34
Coordenador-Geral
Coordenação-Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 30 de março de 2016.


GUSTAVO TEIXEIRA AMORIM GONÇALVES
783.391.971-34
Coordenador-Geral

Coordenação-Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão

20.5 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A conformidade contábil das Unidades Gestoras do Ministério do Esporte (180002, 180004, 180006 e 180077) é efetuada pela Setorial Contábil respeitando a segregação de funções.

Foram registradas ocorrências de restrições durante todo o exercício. As quais podem ser quantificadas da seguinte forma:

Restrição 603: 12 ocorrências;
Restrição 640: 12 ocorrências;
Restrição 645: 3 ocorrências;
Restrição 674: 8 ocorrências;
Restrição 696: 3 ocorrências;
Restrição 697: 1 ocorrência;
Restrição 701: 3 ocorrências;
Restrição 737: 3 ocorrências;
Restrição 754: 5 ocorrências; e
Restrição 772: 4 ocorrências.

Não foram sanadas as restrições 603, 640, 645, 674 e 772 sendo que boa parte delas não foram sanadas devido a problemas na situação patrimonial do Ministério do Esporte.

20.6 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)			Código da UG
MINISTÉRIO DO ESPORTE			51000
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Há divergência entre os Bens Permanentes existentes no âmbito do Ministério do Esporte e o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.</p> <p>b) A conta ESTOQUE também não condiz com a realidade uma vez que há diferenças entre os valores constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.</p> <p>c) Há algumas equações de 2015 que ainda se encontram pendentes de regularização.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	23/02/2016
Contador Responsável	CAROLINA CAVALCANTE	NASCIMENTO CRC nº	020414/O-4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	110.846.999,68		Despesas Orçamentárias	2.000.850.597,59	-
Ordinárias	101.187.632,22		Ordinárias	1.618.848.267,59	-
Vinculadas	10.257.988,03		Vinculadas	382.002.330,00	-
Educação			Educação		-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	5.668.281,88	-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	34.142.188,51	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais	159.143.123,96	-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	10.257.988,03		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	154.021.779,22	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos		-
Demais Recursos			Demais Recursos	29.026.956,43	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-598.620,57				-
Transferências Financeiras Recebidas	3.938.995.251,98		Transferências Financeiras Concedidas	2.261.294.815,33	-
Resultantes da Execução Orçamentária	1.597.129.710,15		Resultantes da Execução Orçamentária	866.605.048,88	-
Cota Recebida	856.546.854,78		Cota Concedida		-
Repasse Recebido	13.238.657,50		Repasse Concedido	139.260.851,01	-
Sub-repasse Recebido	727.344.197,87		Sub-repasse Concedido	727.344.197,87	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	2.341.865.541,83		Independentes da Execução Orçamentária	1.394.689.766,45	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.340.108.305,38		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.292.527.683,15	-
Demais Transferências Recebidas	1.049.770,92		Demais Transferências Concedidas	487.225,54	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	707.465,53		Movimento de Saldos Patrimoniais	101.674.857,76	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.265.697.241,11		Despesas Extraorçamentárias	1.166.808.452,56	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.897.226,88		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	162.057.277,60	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.259.990.736,51		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.002.988.039,48	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.763.135,48		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.763.135,48	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	46.142,24		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.392,22		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	44.750,02				
Saldo do Exercício Anterior	228.395.695,42		- Saldo para o Exercício Seguinte	114.981.322,71	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	228.395.695,42		- Caixa e Equivalentes de Caixa	114.981.322,71	-
TOTAL	5.543.935.188,19		- TOTAL	5.543.935.188,19	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	470.427.355,00	470.427.355,00	110.846.999,68	-359.580.355,32
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	445.871.723,00	445.871.723,00	-	-445.871.723,00
Contribuições Sociais	445.871.723,00	445.871.723,00	-	-445.871.723,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	10.257.988,03	10.257.988,03
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	10.257.988,03	10.257.988,03
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	155.000,00	155.000,00	168.953,38	13.953,38
Transferências Correntes	24.400.632,00	24.400.632,00	-	-24.400.632,00
Transferências Intergovernamentais	24.400.632,00	24.400.632,00	-	-24.400.632,00
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	100.420.058,27	100.420.058,27
Multas e Juros de Mora	-	-	76.693,09	76.693,09
Indenizações e Restituições	-	-	83.846.337,23	83.846.337,23
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	16.497.027,95	16.497.027,95
RECEITAS DE CAPITAL	1.491.698,40	1.491.698,40	-	-1.491.698,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.491.698,40	1.491.698,40	-	-1.491.698,40
Transferências Intergovernamentais	1.491.698,40	1.491.698,40	-	-1.491.698,40
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	471.919.053,40	471.919.053,40	110.846.999,68	-361.072.053,72
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	471.919.053,40	471.919.053,40	110.846.999,68	-361.072.053,72
DÉFICIT	-	-	1.890.003.597,91	1.890.003.597,91
TOTAL	471.919.053,40	471.919.053,40	2.000.850.597,59	1.528.931.544,19
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	269.383.154,47	269.383.154,47	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	142.066.364,47	142.066.364,47	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	8.006.790,00	8.006.790,00	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-
	-	119.310.000,00	119.310.000,00	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.112.975.978,00	1.098.115.772,47	842.420.190,67	517.877.259,11	517.862.984,39	255.695.581,80
Pessoal e Encargos Sociais	36.616.698,00	60.066.181,79	57.231.541,32	56.493.261,43	56.493.261,43	2.834.640,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.076.359.280,00	1.038.049.590,68	785.188.649,35	461.383.997,68	461.369.722,96	252.860.941,33
DESPESAS DE CAPITAL	2.363.045.186,40	2.580.369.359,40	1.158.430.406,92	222.982.601,97	219.099.649,81	1.421.938.952,48
Investimentos	2.363.045.186,40	2.580.369.359,40	1.158.430.406,92	222.982.601,97	219.099.649,81	1.421.938.952,48
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.476.021.164,40	3.678.485.131,87	2.000.850.597,59	740.859.861,08	736.962.634,20	1.677.634.534,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.476.021.164,40	3.678.485.131,87	2.000.850.597,59	740.859.861,08	736.962.634,20	1.677.634.534,28
TOTAL	3.476.021.164,40	3.678.485.131,87	2.000.850.597,59	740.859.861,08	736.962.634,20	1.677.634.534,28

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	38.868.736,20	230.772.224,64	154.092.573,12	154.092.573,12	9.771.701,36	105.776.686,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.437.984,38	1.115.275,16	1.115.275,16	292.434,54	30.274,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	38.868.736,20	229.334.240,26	152.977.297,96	152.977.297,96	9.479.266,82	105.746.411,68
DESPESAS DE CAPITAL	1.320.271.696,36	1.108.995.704,99	883.441.886,67	848.895.466,36	207.712.969,03	1.372.658.965,96
Investimentos	1.320.271.696,36	1.108.995.704,99	883.441.886,67	848.895.466,36	207.712.969,03	1.372.658.965,96
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.359.140.432,56	1.339.767.929,63	1.037.534.459,79	1.002.988.039,48	217.484.670,39	1.478.435.652,32

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.492.751,67	2.605.818,84	1.033.996,47	-	3.064.574,04
Pessoal e Encargos Sociais	-	175.999,21	-	-	175.999,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	1.492.751,67	2.429.819,63	1.033.996,47	-	2.888.574,83
DESPESAS DE CAPITAL	326.463.660,14	280.235.469,25	161.023.281,13	2.251.033,77	443.424.814,49
Investimentos	326.463.660,14	280.235.469,25	161.023.281,13	2.251.033,77	443.424.814,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	327.956.411,81	282.841.288,09	162.057.277,60	2.251.033,77	446.489.388,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	219.475.601,77	-			
Bens Imóveis	219.486.076,39	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-10.474,62	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	6.167.007,30	-			
Softwares	6.152.953,31	-			
Softwares	6.152.953,31	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.053,99	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.053,99	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	5.901.266.611,92	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.901.266.611,92	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	115.492.777,17	-	PASSIVO FINANCEIRO	3.222.160.540,33	-
ATIVO PERMANENTE	5.785.773.834,75	-	PASSIVO PERMANENTE	7.287.563,97	-
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	2.671.818.507,62	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.496.291,11	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.072.854.959,34	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.496.291,11	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	4.072.854.959,34	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	182.794,16	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	3.224.784,80	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	3.724.295.477,18	-
Direitos Contratuais a Executar	1.088.712,15	-	Obrigações Contratuais a Executar	348.559.482,16	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.496.291,11	-	TOTAL	4.072.854.959,34	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.030.095.224,34
Recursos Vinculados	-76.572.538,82
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-102.021,57
Operação de Crédito	-33.482.637,79
Transferências Constitucionais e Legais	-3.106.381,18
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-80.438.947,46
Demais Recursos	40.557.449,18
TOTAL	-3.106.667.763,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 23/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-14.906.093,42	-
INGRESSOS	4.051.650.137,16	-
Receitas Derivadas e Originárias	110.846.999,68	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	168.953,38	-
Remuneração das Disponibilidades	10.257.988,03	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	100.420.058,27	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	3.940.803.137,48	-
Ingressos Extraorçamentários	1.763.135,48	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	3.938.995.251,98	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	44.750,02	-
DESEMBOLSOS	-4.066.556.230,58	-
Pessoal e Demais Despesas	-326.372.479,85	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-5.024.000,48	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-3.672.991,13	-
Previdência Social	-2.467.741,12	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 23/02/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	51000 - MINISTÉRIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-2.358.019,51	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-6.740,34	-
Organização Agrária	-1.985.627,40	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-310.751.428,52	-
Encargos Especiais	-107.323,57	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.392,22	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.477.125.799,92	-
Intergovernamentais	-1.335.620.193,45	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-274.701.143,47	-
A Municípios	-1.060.919.049,98	-
Intragovernamentais	-5.737.954,62	-
Outras Transferências Concedidas	-135.767.651,85	-
Outros Desembolsos das Operações	-2.263.057.950,81	-
Dispêndios Extraorçamentários	-1.763.135,48	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-2.261.294.815,33	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-98.508.279,29	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-98.508.279,29	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-82.857.016,88	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-15.651.262,41	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-113.414.372,71	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	228.395.695,42	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	114.981.322,71	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.256.718.104,7	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.034,24	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.034,24	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.955.310,41	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	76.693,09	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	13.710.698,18	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	167.919,14	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.983.202.061,5	-
Transferências Intragovernamentais	3.983.202.061,5	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	134.311.805,18	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	325.580,00	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	133.986.225,18	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	125.247.893,30	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	125.247.893,30	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.923.652.591,9	-
Pessoal e Encargos	126.623.310,41	-
Remuneração a Pessoal	40.228.749,50	-
Encargos Patronais	6.416.684,66	-
Benefícios a Pessoal	2.017.402,74	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	77.960.473,51	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.329.468,83	-
Aposentadorias e Reformas	2.018.103,38	-
Pensões	308.043,65	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.321,80	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	196.346.350,25	-
Uso de Material de Consumo	617.962,18	-
Serviços	194.422.807,07	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.305.581,00	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.533.576.422,0	-
Transferências Intragovernamentais	2.305.470.327,1	-
Transferências Intergovernamentais	224.657.355,04	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	3.448.739,87	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	57.087.126,84	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	11.217,60	-
Incorporação de Passivos	39.132.043,24	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	51000 - MINISTERIO DO ESPORTE (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
----------------	-------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	17.943.866,00	-
Tributárias	43.745,00	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	43.745,00	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.646.168,59	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	7.646.168,59	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.333.065.512,7	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DO ESPORTE
SECRETARIA EXECUTIVA

URGENTE

Nota Técnica nº 04 /2016/SE-ME

Assunto: Elaboração de Relatório da Área de Correição para fins de composição do Relatório de Gestão do Exercício de 2015

Referência: Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015.

I – Apresentação e objetivos:

Trata-se de apresentação de Relatório da Área de Correição, com finalidade de subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do Exercício 2015, a ser apresentado pela Secretaria Executiva ao Tribunal de Contas da União.

II – Fundamento legal e metodologia:

A apresentação das informações aqui consubstanciadas é determinada pela Decisão Normativa TCU nº 146/2015. Sua elaboração deu-se em conformidade com a seguinte orientação, fornecida pela e. Corte de Contas:

“2. Pretende-se que neste item a área de correição da UPC ou instância de correição a que a UPC esteja submetida apresente relato sucinto dos fatos apurados no exercício ou em apuração pelas comissões de inquérito em processos administrativos disciplinares instaurados no período a que se refere o relatório de gestão com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.”

III – Apresentação dos dados:

Considerando-se a supra citada orientação, são as seguintes as informações a serem apresentadas para o exercício de 2015:

Nº PROCESSO	OBJETO	PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
58000.001500/2014-52	Apuração de possíveis infrações disciplinares e eventuais responsabilidades administrativas relacionadas ao Relatório de Auditoria nº 201305751	58/2014

pr.

58000.001499/2014-66	Apuração de possíveis infrações disciplinares e eventuais responsabilidades administrativas relacionadas ao Relatório de Auditoria nº 201308261, da Controladoria Geral da União.	59/2014
58000.001471/2014-29	Apuração de possíveis infrações disciplinares e eventuais responsabilidades administrativas relacionadas ao Relatório de Auditoria nº 201204308, da Controladoria Geral da União.	56/2014
58000.001190/2014-76	Apuração de irregularidades nos processos de aprovação, monitoramento e prestação de contas dos Projetos Fortalecimento do Hipismo 2008 e Fortalecimento do Hipismo pela Lei de Incentivo ao Esporte.	34/2014
58000.001356/2014-54	Elucidação de fatos constantes do Processo nº 58000.000874/2014-51	84/2014 (Despacho)
58000.000749/2014-41	Apurar possíveis infrações disciplinares relacionadas ao processo administrativo nº 58701.000865/2008-14 - Convênio celebrado com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar.	07/2014
8000.000751/2014-10	Apuração de possíveis infrações disciplinares e eventuais responsabilidades administrativas relacionadas ao processo nº 58000.002888/2008-61 – Contratação da Empresa Fields PPR.	08/2014
58000.000750/2014-75	Apuração de possíveis infrações disciplinares e eventuais responsabilidades administrativas relacionadas aos processos nº 58000.003138/2008-14 e 58000.003295/2007-31	09/2014
58000.001005/2015-14	Apuração de Irregularidades nos processos de licitação, contratação e pagamento à empresa Adler assessoramento Empresarial e Representações Ltda., contratada para prestar serviços de engenharia.	86/2015
58000.000213/2015-14	Apuração de irregularidades nos processos de fiscalização de eventos e de pagamentos à empresa HWC, contratada para organização de eventos.	17/2015
58000.000832/2015-09	Apuração de fatos descritos nas constatações do Relatório de Auditoria nº 201308598, resultado da análise do pregão eletrônico SRP 07/2013, para eventual contratação de empresas ou consórcios de empresas com finalidade de prestação de serviços completos em geração e distribuição de energia elétrica temporária	71/2015

	para a realização das competições das copas das confederações FIFA 2013.	
58000.000751/2014-10	Complementação dos trabalhos da CPAD constituída pela Portaria SE nº 08/2014, na forma consignada no Parecer nº 305/2015/CONJUR-ME/CGU-AGU.	102/2015
58000.000750/2014-75	Apurar possíveis infrações disciplinares relacionadas aos processos nº 58000.002888/2008-61 e 58000.00750/2014-75.	28/2015
58000.000118/2015-11	Apuração de possíveis infrações disciplinares e eventuais responsabilidades administrativas relacionadas ao Relatório de Auditoria nº 201204996, Relatório de Auditoria de acompanhamento de Gestão nº 2011115238 (constatação 1.1.2.4) e Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305660 (informação 6.1.1.2 e constatação nº 6.1.1.7), todos da Controladoria Geral da União e Acórdão nº 2062/2012 – Plenário, do Tribunal de Contas da União.	08/2015
58000.001670/2014-37	Apuração de Indícios de infrações disciplinares ainda existentes em relação ao objeto das apurações relativas à Investigação Preliminar nº 58701.003805/2013-11 e à Sindicância investigativa nº 58000.000673/2014-53.	09/2015
58000.001363/2015-37	Apurar possíveis infrações disciplinares relacionadas à constatação 3.1.1.9 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305660, exercício 2012, da Secretaria Executiva.	118/2015
58000.001715/2015-54	Apurar possíveis infrações disciplinares relacionadas à constatação 3.1.1.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305660, exercício 2012, da Secretaria Executiva.	127/2015
5800.001005/2015-24	Apurar atos e fatos relacionados às constatações 4.1.2.2, 4.1.2.3 e 4.1.2.5 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305660, exercício 2012, da Secretaria Executiva.	133/2015

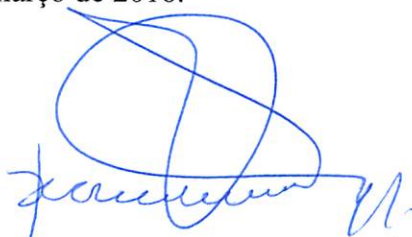
PT

58000.001717/2015-65	Apurar possíveis infrações disciplinares relacionadas às constatações 3.1.1.1, 3.1.1.3, 3.1.1.4 e 3.1.1.5 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305660, exercício 2012, da Secretaria Executiva.	126/2015
----------------------	--	----------

III – Conclusão e encaminhamento:

Apresentadas as informações pertinentes, faço encaminhar à Coordenação Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão, com fundamento nas atribuições que me foram conferidas pela Portaria SE nº 55/2014.

Brasília, 16 de março de 2016.



RENATA DE CASTRO FERREIRA DOS SANTOS
Assessora Técnica